



caderno prudentino de geografia

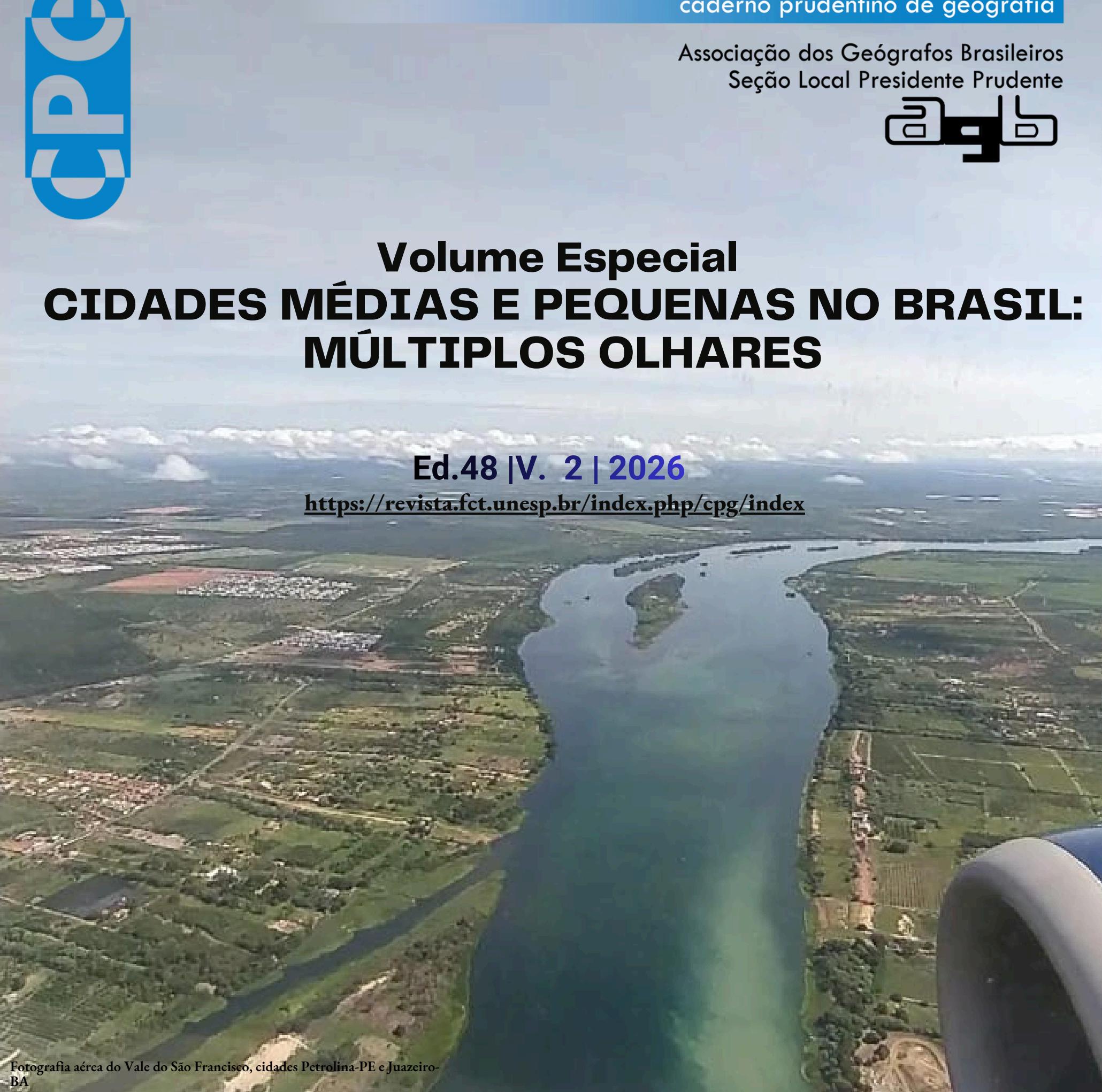
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Local Presidente Prudente



Volume Especial **CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO BRASIL: MÚLTIPLOS OLHARES**

Ed.48 |V. 2 | 2026

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/index>



Fotografia aérea do Vale do São Francisco, cidades Petrolina-PE e Juazeiro-BA

Caderno Prudentino de Geografia

n. 48, v. 2, janeiro de 2026

**Volume Especial “Cidades médias e pequenas no Brasil:
múltiplos olhares”**

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg>

EDITORES(AS)

Diógenes Rabello (FCT/UNESP)
Rizia Mendes Mares (UPE)

CONSELHO EDITORIAL

Camila de Souza Pereira (FCT-UNESP)
Daiara Batista Mendes (FCT-UNESP)
Eduardo Nardez (UNICAMP)
Elvis Simões Pitoco da Silva (FCT-UNESP)
João Pedro Turino Silva (FCT-UNESP)
João Gabriel Menezes Luz da Silva (FCT-UNESP)
João Flávio Caldas (FCT-UNESP)
Lara Dalperio Buscioli (UFPel)
Laércio Yudi Watanabe Silva (FCT-UNESP)
Lucas Gabriel da Silva Moraes (FCT-UNESP)
Maria Eduarda Grecco (FCT-UNESP)
Maria Laura Franco (FCT-UNESP)
Michelly Ariadne Rafael Mióla (UFMS)
Nayara Leva Batista (FCT-UNESP)
Tatiane Regina da Silva (FCT-UNESP)

ORGANIZADORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Rizia Mendes Mares (UPE)
Agripino Souza Coelho Neto (UNEB)
Antonio Muniz Filho (UNEB)

CAPA E FOTOGRAFIA

Rizia Mendes Mares

Associação dos Geógrafos Brasileiros

AGB Seção Local Presidente Prudente

2026

Sumário

Apresentação Conselho Editorial	3-4
Introdução - Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares Rizia Mendes MARES	5-9
Artigos	
Desafios, pautas de pesquisa e agenda política para as pequenas cidades Angela Maria ENDLICH Pedro Henrique Carnevalli FERNANDES	10-31
Aportes teórico-metodológicos para o estudo das cidades pequenas no Brasil Agripino Souza COELHO NETO Antonio MUNIZ FILHO	32-49
As cidades pequenas no Brasil contemporâneo: desafios analíticos e abordagem espacial Paulo Fernando Jurado da SILVA Giovane Silveira da SILVEIRA Mara Lúcia Falconi da Hora BERNARDELLI	50-73
Questões culturais e étnicas no espaço urbano de pequenas cidades: reflexões críticas Janio Roque Barros de CASTRO	74-91
Expansão urbana e a formação das periferias em cidades sub-regionais: dinâmicas e agentes em Itaberaba (BA), 1980–2020 Ythana de Oliveira SANTOS Janio SANTOS	92-121
O arquipélago urbano trinacional do Pantanal: centralidades entre pontos e fluxos Élvis Christian Madureira RAMOS	122-147
Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA Cláudio Smalley Soares PEREIRA Joanna Célia Rodrigues OLIVEIRA	148-172
Cidades médias e redefinição de relações na rede urbana: processos e formas instituídas na formação das aglomerações urbanas na Bahia e em Pernambuco Rizia Mendes MARES Cleiton Ferreira da SILVA	173-210
Cartografias do espaço: caminhos metodológicos para pensar o direito à cidade, o urbano e o território Jovenildo Cardoso RODRIGUES	211-230



APRESENTAÇÃO

O Caderno Prudentino de Geografia (CPG) é um periódico científico criado em 1981 pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local de Presidente Prudente, consolidando-se, ao longo de mais de quatro décadas, como um espaço de referência para a difusão e o debate do pensamento geográfico no Brasil. Desde sua origem, a revista mantém um compromisso contínuo com a pluralidade teórica, metodológica e temática da Geografia, acolhendo contribuições oriundas de diferentes matrizes interpretativas, campos de investigação e regiões do país, em diálogo permanente com os desafios sociais, territoriais e ambientais contemporâneos.

Com regime de fluxo contínuo, o CPG publica artigos científicos, notas de pesquisa, relatos de experiência, entrevistas, resenhas e homenagens, em português, espanhol e inglês, reafirmando sua vocação para a circulação ampla e democrática do conhecimento. Ao longo de sua trajetória, o periódico tem se destacado pela valorização da reflexão crítica, pelo rigor acadêmico de seus processos editoriais e pelo estímulo à interlocução entre a Geografia e áreas afins, fortalecendo sua inserção no cenário editorial nacional.

A publicação deste volume especial ocorre em um momento particularmente expressivo da história da revista. Na Avaliação Qualis/CAPES referente ao quadriênio 2021–2024, o Caderno Prudentino de Geografia avançou de estrato, passando a integrar o A1, o mais elevado nível do sistema de avaliação da CAPES até então adotado. Esse resultado reflete o trabalho coletivo, solidário e compromissado do Conselho Editorial e do Conselho Científico, que vêm conduzindo a revista em permanente processo de qualificação, com inovações editoriais, regularidade de publicação e fortalecimento de sua visibilidade acadêmica. O novo estrato reafirma, assim, o papel do CPG como periódico de excelência na Geografia brasileira.

É nesse contexto institucional que se insere o dossiê *Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares*. O volume resulta da articulação de contribuições de pesquisadoras e pesquisadores com reconhecida atuação no campo da Geografia Urbana e Regional, que se dispuseram a contribuir em torno do propósito de refletir criticamente sobre as múltiplas dinâmicas socioespaciais que atravessam as cidades médias e pequenas no Brasil contemporâneo. A proposta editorial do dossiê dialoga com a tradição crítica da Geografia

Apresentação

Urbana brasileira, privilegiando leituras que consideram as relações multiescalares, as mediações históricas e as contradições inerentes à produção do espaço urbano.

Os artigos aqui reunidos exploram diferentes recortes empíricos e abordagens analíticas, problematizando temas como centralidades e periferias, fragmentação e desigualdades socioespaciais, relações campo-cidade, territorialidades culturais e étnicas, redes urbanas, estratégias do capital e desafios do planejamento e da gestão urbana. Ao articular distintas perspectivas teórico-metodológicas, o dossier contribui para o aprofundamento do debate acadêmico sobre cidades médias e pequenas, ao mesmo tempo em que amplia o horizonte interpretativo sobre suas especificidades e seus papéis na rede urbana brasileira.

Do ponto de vista político-institucional, este volume especial reafirma o compromisso do Caderno Prudentino de Geografia com a produção de conhecimento socialmente referenciado. As reflexões apresentadas oferecem subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e para o planejamento urbano e regional, ao evidenciar desigualdades territoriais, disputas pelo uso do espaço e demandas sociais historicamente constituídas. Nesse sentido, o dossier fortalece a interlocução entre a Geografia acadêmica e os desafios concretos enfrentados por gestores públicos, movimentos sociais e demais agentes envolvidos na produção do urbano.

Ao reunir múltiplos olhares sobre cidades médias e pequenas, este volume especial expressa, por fim, o compromisso permanente do CPG com a Geografia enquanto ciência crítica, com a circulação democrática do conhecimento e com a construção de agendas futuras de pesquisa capazes de contribuir para a promoção do direito à cidade, da justiça espacial e de territórios mais justos e socialmente comprometidos.

Presidente Prudente-SP, janeiro de 2026.



CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO BRASIL: MÚLTIPLOS OLHARES

Rizia Mendes Mares¹

Universidade de Pernambuco (UPE)

E-mail: rizia.mmares@upe.br

Introdução

A cidade ocupa lugar central na tradição crítica da Geografia Urbana brasileira, não apenas como forma espacial ou dimensão empírica, mas como mediação fundamental das relações sociais, políticas e econômicas que estruturam o território. Desde as contribuições clássicas que enfatizam a produção social do espaço, o urbano tem sido compreendido como expressão concreta das contradições do capitalismo, da ação do Estado e das disputas em torno do uso, da apropriação e do controle do território. Nesse percurso, as metrópoles assumiram, por muito tempo, a condição de principal referência analítica, concentrando esforços teóricos e empíricos voltados à compreensão da urbanização desigual, da diferenciação socioespacial e da reprodução ampliada do capital.

Nas últimas décadas, contudo, a intensificação das transformações na rede urbana brasileira, associada à reestruturação produtiva, à difusão de infraestruturas técnicas e à redefinição das escalas de circulação e comando, impôs a necessidade de ampliar esse horizonte interpretativo. As cidades médias e pequenas passaram a evidenciar, de forma cada vez mais nítida, seu papel na mediação de fluxos econômicos, populacionais e informacionais, bem como na reprodução das desigualdades socioespaciais em escalas regionais e locais. Esse movimento não se limita a um deslocamento do olhar empírico, mas expressa um amadurecimento teórico da Geografia, que passa a reconhecê-las como espaços nos quais se materializam, de modo singular, as mesmas contradições estruturais que atravessam o urbano metropolitano, ainda que sob formas específicas.

Inserido nesse debate, o dossier *Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares*, publicado pelo Caderno Prudentino de Geografia (CPG), alinha-se ao perfil editorial da revista ao privilegiar leituras interpretativas, críticas e teoricamente fundamentadas do espaço

¹ Professora Adjunta na Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Doutora em Geografia. Pós-doutorado em Estudos Territoriais.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p.5-9 (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Introdução

Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares.

Rizia Mendes Mares

urbano. Parte-se do entendimento de que tais cidades não constituem um conjunto homogêneo, residual ou meramente funcional no sistema urbano, mas configuram totalidades socioespaciais complexas, atravessadas por múltiplas escalas, temporalidades, agentes e processos. Suas dinâmicas revelam permanências históricas, heranças estruturais e novas formas de inserção na divisão territorial do trabalho, exigindo abordagens capazes de articular o particular e o geral, o local e a totalidade.

Os textos reunidos neste dossier dialogam com uma agenda de pesquisa que problematiza a fragmentação socioespacial, as relações campo-cidade, a constituição de centralidades e periferias, os conflitos territoriais, as dimensões culturais e simbólicas do urbano e os limites das políticas públicas voltadas às cidades médias e pequenas. Ao mesmo tempo, evidenciam o distanciamento persistente entre o conhecimento produzido no âmbito acadêmico e sua incorporação nas agendas políticas e institucionais, tensionando as possibilidades de construção de políticas urbanas e territoriais mais sensíveis às desigualdades, às especificidades regionais e aos sujeitos que produzem e vivenciam esses espaços.

Abrindo o dossier, Angela Maria Endlich (UEM) e Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (UENP) apresentam o artigo *Desafios, pautas de pesquisa e agenda política para as pequenas cidades*, no qual refletem sobre os principais desafios históricos e contemporâneos enfrentados pelas pequenas cidades brasileiras, com especial atenção àquelas que não integram regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos polarizados por cidades médias. Os autores introduzem a noção de áreas mikropolitanas, caracterizadas pela predominância de pequenas cidades com dinâmicas próprias, que escapam às lógicas metropolitanas. Ao articular desafios sociais, ambientais, energéticos e políticos, o texto evidencia a necessidade de uma agenda de pesquisa e de políticas públicas sensível às especificidades desses espaços, sem dissociá-los da totalidade socioespacial.

Na sequência, Agripino Souza Coelho Neto (UNEB) e Antonio Muniz Filho (UNEB), no artigo *Aportes teórico-metodológicos para o estudo das cidades pequenas no Brasil*, propõem uma reflexão sistemática voltada à construção de dimensões analíticas articuladas para a compreensão das cidades pequenas como totalidades socioespaciais complexas. A abordagem apresentada apoia-se em quatro eixos centrais: o tamanho populacional, a dependência em relação à administração pública municipal, a inserção na rede urbana regional e a relação campo-cidade, destacando, em especial, a presença de ruralidades no

Introdução

Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares.

Rizia Mendes Mares

urbano. Os autores demonstram que hábitos, práticas e conteúdos socioespaciais de matriz rural permanecem estruturantes em muitas cidades pequenas, mesmo no período técnico-científico-informacional.

Complementando o panorama das cidades pequenas no Brasil, o artigo de Paulo Fernando Jurado da Silva (UEMS), Giovane Silveira da Silveira (UEMS) e Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli (UEMS), intitulado *As cidades pequenas no Brasil contemporâneo: desafios analíticos e abordagem espacial*, oferece uma análise detalhada sobre o papel dessas localidades na configuração espacial nacional. Os autores adotaram um recorte demográfico de até 50 mil habitantes, considerando os limites e implicações desse direcionamento, e comparação interpretação teórica com dados secundários oficiais sobre população, emprego, economia e difusão da internet. A pesquisa evidencia que essas cidades, embora pouco destacadas nos debates urbanos tradicionais, compõem uma parcela significativa do território brasileiro e da população nacional, revelando padrões de urbanização desigual e modernização seletiva. Ao apresentar mapas e inferências espaciais, o estudo ilumina as complexas relações entre dinamismo econômico, infraestrutura tecnológica e desigualdades territoriais, reforçando a necessidade de abordagens multiescalares e críticas para compreender a totalidade socioespacial das cidades pequenas.

Seguindo na diversidade de abordagens, o quarto artigo do volume debate sobre as dimensões culturais, simbólicas e políticas do espaço urbano, intitulado *Questões culturais e étnicas no espaço urbano de pequenas cidades: reflexões críticas*, de Janio Roque Barros de Castro (UNEBC). O autor problematiza a presença e, sobretudo, a ausência de elementos materiais e imateriais que expressem as contribuições de coletivos afrodescendentes e indígenas na paisagem urbana, enfatizando o papel da toponímia, dos monumentos e das edificações públicas como instrumentos de poder, memória seletiva e apagamento histórico. A partir de exemplos de pequenas cidades, notadamente do Recôncavo baiano, o texto evidencia como as hierarquias étnico-raciais e coloniais se materializam no espaço urbano, abrindo caminho para debates críticos sobre cultura, identidade e território.

A problemática da expansão urbana e da formação das periferias é abordada por Ythana de Oliveira Santos (UEFS) e Janio Santos (UEFS) no artigo *Expansão urbana e a formação das periferias em cidades sub-regionais: dinâmicas e agentes em Itaberaba (BA), 1980–2020*. Os autores demonstram que a periferização em cidades sub-regionais não reproduz de forma mecânica os padrões observados nas metrópoles, apresentando dinâmicas específicas

Introdução

Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares.

Rizia Mendes Mares

associadas à atuação diferenciada de agentes estatais, imobiliários e fundiários. O estudo evidencia como a urbanização, ainda que impulsionada por investimentos públicos e privados, tem aprofundado desigualdades socioespaciais e comprometido o direito à cidade das populações mais pobres.

Ampliando a escala de análise, Élvis Christian Madureira Ramos (UFMS) apresenta o artigo *O arquipélago urbano trinacional do Pantanal: centralidades entre pontos e fluxos*, no qual analisa as cidades pantaneiras a partir de sua inserção no espaço geoeconômico do Cone Sul. Ao conceber o Pantanal como um território atravessado por fluxos urbanos, produtivos e logísticos, o autor demonstra como essas cidades atuam como mediadoras estratégicas desses processos, ao mesmo tempo em que evidencia a fragmentação das interações horizontais e os desafios de governança territorial diante da intensificação de investimentos e das pressões ambientais sobre o domínio pantaneiro.

As transformações associadas à globalização do capital varejista são discutidas por Cláudio Smalley Soares Pereira (UECE) e Joanna Célia Rodrigues Oliveira (UFPB) no artigo *Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA*. Os autores analisam como a expansão de grandes redes internacionais de alimentos reestrutura o espaço urbano e regional, reforçando desigualdades socioespaciais e inserindo essas cidades médias nos circuitos globais de produção e consumo. O texto evidencia que, longe de homogeneizar o espaço geográfico, tais processos aprofundam o desenvolvimento desigual e combinado, redefinindo centralidades e padrões de consumo.

A reconfiguração das redes urbanas no Nordeste brasileiro é aprofundada no artigo *Cidades médias e redefinição de relações na rede urbana: processos e formas instituídas na formação das aglomerações urbanas na Bahia e em Pernambuco*, de Rizia Mendes Mares (UPE) e Cleiton Ferreira da Silva (UPE). Os autores analisam centralidades, hierarquias e interações espaciais a partir do diálogo com a REGIC e com as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do IBGE, destacando o papel estratégico das cidades médias na mediação regional e na formulação de políticas territoriais capazes de enfrentar desigualdades historicamente construídas.

Encerrando o dossiê, Jovenildo Cardoso Rodrigues (UFPA) apresenta o artigo *Cartografias do espaço: caminhos metodológicos para pensar o direito à cidade, o urbano e o território*, no qual defende a cartografia, em especial a cartografia geográfica crítica e a cartografia social, como instrumento metodológico, político e pedagógico. Ao enfatizar a produção coletiva de

Introdução

Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares.

Rizia Mendes Mares

mapas com os territórios, o autor evidencia o potencial da cartografia participativa para o reconhecimento de identidades, memórias e conflitos, bem como para o fortalecimento de processos de emancipação social e de luta por justiça espacial e direito ao território.

Assim, o dossiê *Cidades médias e pequenas no Brasil: múltiplos olhares* reafirma a centralidade dessas cidades para a Geografia Urbana e Regional, não apenas como objetos empíricos de investigação, mas como categorias analíticas indispensáveis à interpretação do urbano brasileiro em sua complexidade e diversidade. Ao articular diferentes escalas de análise, perspectivas teórico-críticas e abordagens metodológicas diversificadas, os artigos aqui reunidos contribuem para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a produção do espaço em contextos não metropolitanos, evidenciando tanto suas especificidades quanto suas conexões com processos estruturais mais amplos.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o dossiê fortalece agendas de pesquisa comprometidas com a leitura da totalidade socioespacial, com a crítica às interpretações simplificadoras e com a valorização de abordagens que reconhecem a historicidade, a heterogeneidade e os conflitos constitutivos das cidades médias e pequenas. No campo político e institucional, as reflexões apresentadas oferecem subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e estratégias de planejamento urbano e regional mais sensíveis às desigualdades territoriais, às dinâmicas locais e às demandas sociais historicamente invisibilizadas. Desse modo, o dossiê se inscreve como contribuição qualificada não apenas ao debate acadêmico, mas também à construção de agendas futuras de pesquisa e de intervenção que reafirmem o direito à cidade, à justiça espacial e ao território como princípios orientadores da ação pública e coletiva.

DESAFIOS, PAUTAS DE PESQUISA E AGENDA POLÍTICA PARA AS PEQUENAS CIDADES

Angela Maria Endlich¹

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: amendlich@uem.br

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes²

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

E-mail: pedrofernandes@uenp.edu.br

Resumo

Este artigo revela desafios, pautas de pesquisa e agenda política para as pequenas cidades. Nesse sentido, pensamos especialmente em aspectos que se orientam na produção de condição humana e social adequada de vida. É preciso contemplar desafios anteriores e contemporâneos porque a chegada de novos enfrentamentos, em especial de natureza ambiental e energética, não elimina a permanência de outros tantos que haviam sido constatados, mas não superados. Contemplamos neste artigo as pequenas cidades que não fazem parte de metrópoles e aglomerados urbanos de concentrações secundárias, polarizados por cidades médias: as áreas mikropolitanas, nas quais predominam as pequenas cidades e suas dinâmicas próprias. O objetivo central deste artigo é refletir acerca dos desafios, das pautas de pesquisa e da agenda política para as pequenas cidades. As contribuições com esse olhar mikropolitano buscam avançar na temática e, principalmente, motivar novos pesquisadores e novas pesquisas, com desdobramentos teóricos, metodológicos e empíricos. Transitando por explicações e compreensões, elencamos no debate aspectos acerca das pequenas cidades como possibilidades urbanas mais “sustentáveis”.

Palavras-chave: Espaço mikropolitano; Pequenas localidades; Desenvolvimento sustentável.

CHALLENGES, RESEARCH TOPICS AND POLITICAL AGENDA FOR SMALL TOWNS

Abstract

This paper reveals challenges, research topics and political agendas for small towns. In that sense, we think especially about those aspects that are oriented towards the production of adequate human and social conditions of life. It is necessary to consider previous and contemporary challenges because the arrival of new challenges, especially of an environmental and energy nature, doesn't eliminate the permanence of many others that have been identified but not overcome. In this paper, we consider small towns that are not part of metropolises and urban agglomerations of secondary concentrations, polarized by medium-sized cities: the Mikropolitana area, in which small towns and their own dynamics predominate. The main objective of this paper is to reflect on the challenges, research topics and political agenda for small towns. Contributions with this Mikropolitana perspective seek to advance the theme and, mainly, motivate new researchers and new research, with theoretical, methodological and empirical developments. Moving through explanations and understandings, we list in the debate aspects about small towns more “sustainable” urban possibilities.

Keywords: Mikropolitano space; Small locality; Sustainable development.

¹ Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Professor Adjunto do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Cornélio Procópio.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p.10-31 (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

RETOS, DIRETRICES DE INVESTIGACIÓN Y AGENDA POLÍTICA PARA LAS CIUDADES PEQUEÑAS

Resumen

Este artículo revela desafíos, lineamientos de investigación y agendas políticas para las ciudades pequeñas. En este sentido, reflexionamos especialmente sobre aquellos aspectos orientados a la producción de condiciones humanas y sociales adecuadas para la vida. Es necesario considerar los desafíos previos y contemporáneos, ya que la llegada de nuevos desafíos, especialmente de naturaleza ambiental y energética, no elimina la permanencia de muchos otros que se habían identificado, pero no se habían superado. En este artículo, consideraremos las ciudades pequeñas que no forman parte de metrópolis y las aglomeraciones urbanas de concentraciones secundarias, polarizadas por ciudades de tamaño mediano: las áreas mikropolitanas, en las que predominan las ciudades pequeñas y sus propias dinámicas. El objetivo principal de este artículo es reflexionar sobre los desafíos, los lineamientos de investigación y la agenda política para las ciudades pequeñas. Las contribuciones desde esta perspectiva mikropolitana buscan avanzar en el tema y, principalmente, motivar a nuevos investigadores e investigaciones, con desarrollos teóricos, metodológicos y empíricos. A través de explicaciones y comprensiones, enumeraremos en el debate aspectos sobre las ciudades pequeñas como posibilidades urbanas más sostenibles.

Palabras-clave: Espacio mikropolitano; Pequeñas ubicaciones; Desarrollo sostenibles.

Introdução

São muitos os sítios e as situações geográficas das pequenas cidades no Brasil, pois como é sabido, elas são numerosas e, portanto, apresentam grande diversidade e em diferentes aspectos. Independentemente de onde estão, são localidades que demandam atenção, como, por exemplo, as pequenas cidades incorporadas por áreas metropolitanas ou aglomerados, em geral, passam por intenso crescimento demográfico, implicações territoriais e descaracterização da sua paisagem e patrimônio histórico. Outro exemplo está nas cidades litorâneas ou outras turísticas com amplo número de residências secundárias, sazonalidade econômica e insegurança decorrente do número de estranhos que circulam por elas. Portanto, a reflexão acerca de desafios exige considerar peculiaridades.

A proposta contida no título deste artigo precisa de algumas explicações. Quando nos referimos a desafios, pensamos especialmente naqueles que se orientam pela produção de condição humana e social adequada de vida, tomando por referência as pequenas cidades. É preciso contemplar desafios anteriores e contemporâneos porque a chegada de novos enfrentamentos, em especial de natureza ambiental e energética, não elimina a permanência de outros tantos que haviam sido constatados, mas não superados.

Por fim, quando mencionamos neste trabalho as pequenas cidades, embora como assinalado antes que elas devem ser compreendidas de modo mais aprofundado, focamos, sobretudo, as que não fazem parte de metrópoles e aglomerados urbanos de concentrações secundárias, polarizados por cidades médias. Essas cidades estão em recortes regionais que adotamos em levantamentos e mapeamentos, mas nossa problematização prioriza pequenas cidades que escapam às lógicas vivenciadas em aglomerados e metrópoles. Logo, são áreas que temos denominado de mikropolitanas, nas quais predominam as pequenas cidades e suas dinâmicas próprias.

Nelas a dinâmica demográfica tende a ter um perfil mais estagnado, quando não de declínio demográfico da população total do município ou da própria sede urbana. Ainda quanto ao perfil demográfico, aos poucos, começa a acontecer no cenário brasileiro o que já ocorre em outros países: permanecem em pequenas cidades/localidades a população mais idosa, que já não busca mais oportunidades, incluindo muitos aposentados. Ou seja, são espaços com população ativa menos presente, ou que precisou migrar, ainda que pendularmente para trabalhar. São também espaços nos quais as crianças vão se tornando menos presentes e as escolas aos poucos se fecham.

Quanto à economia, não está ausente, mas não se traduz em oportunidades adequadas e suficientes. Expõe a fragilidade, não da acumulação e geração de Produto Interno Bruto (PIB) que podem ser altas, mas a vulnerabilidade social não raramente está em áreas que têm bom perfil de desenvolvimento econômico. Sinalizamos para algumas peculiaridades que podem caracterizar não apenas pontualmente pequenas cidades, como áreas em que elas predominam como pontos de gestão do território.

O processo de urbanização territorializa-se em diversos tipos de assentamentos. Dos mais concentrados aos mais dispersos. O território com suas dinâmicas compõe uma totalidade, sempre mutuamente implicada. Isso significa que não é possível estudar dinâmicas que se materializam em determinados pontos do território e da rede urbana sem considerar essa totalidade.

Diante disso, o objetivo central deste artigo é refletir acerca dos desafios, das pautas de pesquisa e da agenda política para as pequenas cidades. Este texto volta-se às pequenas cidades/localidades de modo específico, mas sem perder de vista a totalidade espacial. Sendo assim, as contribuições com esse olhar mikropolitano buscam avançar na

temática e, principalmente, motivar novos pesquisadores e novas pesquisas, com desdobramentos teóricos, metodológicos e empíricos.

Para refletir sobre pautas de pesquisas futuras parece significativo, antes, conferir o que vem sendo abordado. Ainda que tenhamos carências de pesquisas para entender melhor as tantas pequenas cidades no Brasil, é preciso considerar estudos existentes com perspectivas e problematizações bastante diferenciadas, o que inclusive dificulta um agrupamento e sistematização. Para muitos estudos, os municípios polarizados por pequenas cidades constituem apenas recorte territorial, sem uma problematização que considere a condição específica de pequena cidade, embora alguns avancem para questões mais singulares. Contudo, encontram-se contribuições mais significativas em estudos que tomam pequenas cidades em conjunto, que adotam a escala regional e a perspectiva da rede urbana, incluindo a centralidade e os papéis desempenhados.

Portanto, parece-nos que para pensar agenda, é preciso inteirar-se do que tem sido abordado. Ressalva-se que não temos pretensão de alcançar a totalidade dos trabalhos, mas um esforço para entender as questões principais e mais recorrentemente abordadas. Ademais, é preciso contemplar o que tem sido pesquisado, mas também o lapso entre o pesquisado e a gestão/ou consideração do conhecimento produzido em políticas públicas: o que está fora da pauta acadêmica e o que está fora da agenda política? Quando nos referimos a desafios anteriores, lidamos com conhecimento produzido que ainda não foi devidamente tratado em políticas públicas necessárias.

Estruturamos o artigo em três partes, começando pelo esforço de sistematizar o que tem sido contemplado em pesquisas; os desafios e lacunas existentes; por fim, o último item traz reflexões acerca dos papéis das pequenas cidades, mediante os desafios contemporâneos, e se elas seriam possibilidades urbanas mais “sustentáveis”. Os itens anteriores são necessários para chegar a esse ponto de reflexão, que se tornou mais extenso que os demais devido ao seu caráter mais propositivo.

O que tem sido contemplado em estudos sobre pequenas cidades?

Lembramos que este é um esforço de sistematização, que não tem a pretensão de fazer um Estado da Arte, mas pode ser considerado como uma contribuição neste sentido. Os diversos estudos encontrados em bases de eventos e de trabalhos acadêmicos (Sinapeq – o principal evento nacional sobre pequenas cidades, Enanpur, Enanpege e Base de Teses

e Dissertações da Capes) foram agrupados e elencados a seguir. Nessa sistematização, apresentamos agrupamentos de temas e, inevitavelmente, aparecem algumas apreciações e ressalvas nossas acerca das temáticas.

1 Caracterização das cidades e seu entorno, ou seja, como elas são em diferentes aspectos. A caracterização pode contemplar desde a sede urbana, o município, a região, a área de influência e os dados demográficos/sociais. Existem esforços também para entender os desdobramentos municipais e os aspectos históricos e culturais, em especial em áreas em que esses aspectos são mais evidenciados pelo tempo de formação socioespacial, pela presença específica de grupos étnicos, por serem esses aspectos valorizados pelo turismo ou por outras razões. Podem incluir dados que tendem a estar frequentemente em caracterizações dos entornos de pequenas cidades, como a estrutura fundiária do campo, fundamentais para entender a dinâmica demográfica, inserção econômica mais abrangente e outros pontos muito significativos para entender os papéis das pequenas cidades/localidades. A caracterização das cidades e seu entorno permite um aprofundamento da compreensão em escala local/microrregional e, ao mesmo tempo, que os estudos comparativos possam revelar singularidade e semelhanças entre as pequenas cidades/localidades. Portanto, os diferentes aspectos a partir da caracterização revelam a multiplicidade de localidades e de suas características sociais, culturais, ambientais, econômicas, entre outros.

2 Condicionantes físicas e sistemas territoriais. Esses elementos ganham destaque especial em algumas áreas como revelam pesquisadores que estudam o Norte do país: conceitos como o urbano ribeirinho e urbano-diversidade, em especial em áreas com forte relação com florestas e rios. Nos referimos ao Norte brasileiro, mas espaços peculiares tendem a demandar esse tipo de análise. Vinculado aos condicionantes físicos, pode decorrer a valorização da paisagem ou do patrimônio histórico-cultural de pequenas cidades. Além das condicionantes mencionadas é relevante considerar a inserção das cidades no âmbito das suas posições e situações geográficas, com atenção aos nexos com demais áreas, como a presença de rodovias, ferrovia, hidrovias e redes variadas que indicam fluxos existentes.

3 Peculiaridades do urbano nas pequenas cidades, relações mais próximas e articulada com o campo, áreas em que as urbanidades e ruralidades aparecem bastante mescladas. Estão, também, nas pequenas cidades as maiores oscilações quanto a taxas de urbanização. Enquanto a média

nacional pode ser considerada alta, em municípios polarizados por pequenas localidades e cidades a taxa de urbanização pode ser inferior a 50%. Considerar e entender esses aspectos demográficos nas pequenas cidades são necessários, já que defendemos que elas fazem parte do Brasil urbano, mas de modo bastante peculiar, que deve ser compreendido para que as ações e políticas que as tomem por referência considerem dinâmicas próprias. Tais dinâmicas incluem, sobretudo, a articulação com o rural, o entendimento das dinâmicas de urbanidade e de ruralidade, inclusive em contextos de bastante confluência entre elas.

4 Reflexões teórico-conceituais sobre urbano, cidade, município, rural/campo. Sobre o conceito e definição de pequenas cidades, de modo geral, sinalizam o limiar de pequenas cidades com base em dados que apreendem a centralidade do núcleo urbano. Em diversos estudos, essa perspectiva é construída a partir do “centro local”. Contudo, a centralidade tem sido profundamente modificada não apenas nas pequenas cidades, mas na rede urbana como um todo, incluindo as dinâmicas intraurbanas. Isso porque tem surgido cada vez mais grandes superfícies comerciais, concentradas em centros regionais, além do *e-commerce*. Essas grandes superfícies atraem pela variedade e pelos preços, às vezes, apenas aparentemente mais baixos. Desse modo, o consumo tem se concentrado em áreas que têm esse tipo de estabelecimento. Os estabelecimentos menores adquirem o papel de conveniências. As compras *online* permitem o acesso a bens e produtos diversos. Um exemplo concreto mostra lojas de departamento que, em pequenas cidades, trocam seus espaços, historicamente marcados pelo mostruário e oferta de produtos, para espaços físicos apenas como ponto de retiradas de produtos comprados pelo *site* e/ou aplicativo. Igualmente, algumas pequenas cidades, devido a sua localização, se posicionam como pontos de conexão de armazenamento e de transporte de produtos comprados pela Internet. Por isso, declina a centralidade de modo geral em pequenas cidades, inclusive as que conseguem manter a população. Na perspectiva conceitual, dinâmicas como essa exigem constante debate e atualização, por isso é um tema sempre presente na pauta.

5 Institucional. A relevância do enquadramento territorial para as pequenas cidades, a formalização como município, traz papéis significativos em determinadas áreas, como a presença de alguns serviços decorrentes de políticas públicas. Igualmente, observamos estudos que abordam as pequenas cidades que possuem sedes, unidades e/ou escritórios de órgãos públicos federais e/ou estaduais. Especificamente nesse item, o debate da Geografia

Política, sobretudo por meio da Geografia Eleitoral, tem se mostrado como promissor já que as pequenas cidades/localidades, devido ao tamanho espacial, demográfico e a pessoalização, possuem natureza específica nesse quesito, com possibilidade de estudos sobre comportamento eleitoral e do voto, coronelismo, complexidade partidária, violência e rivalidade política, entre outros.

6 Inserção econômica. Dados de PIB, Rais e Valor adicionado, fontes de trabalho – peso dos empregos em administração pública, complexo agroindustrial, Meio Técnico Científico Informacional (Santos, 1996) e seletividade do capital, são alguns dos temas que aparecem em análises dessa natureza. A tendência de especializações produtivas (primárias, secundárias e terciárias), muitas materializadas em pequenas cidades, também são temas recorrentes. Para analisar o que isso significa na perspectiva social é preciso ponderar sobre a quantidade e qualidade dos empregos gerados e as oportunidades de geração de renda. Não basta a geração de renda, ela precisa ser traduzida em melhorias para a sociedade local. Também são recorrentes os estudos que debatem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outras fontes públicas de repasse como principais fontes de renda dos municípios polarizados por pequenas cidades e, por conseguinte, como isso repercute na qualidade de vida da população local.

7 Classificação das cidades, seus papéis no território (econômicos e culturais), e tipologias das cidades. São esforços complexos, tomam por referência muitos dados, em geral realizados por grandes equipes. Análise relevante para subsidiar políticas diferenciadas e adequadas para os diferentes tipos de cidades, ainda que se trate de tarefa bastante complexa.

8 Desvendar perspectivas idealizadas. As pequenas cidades refletem a estrutura social, também contam com áreas que revelam uma divisão social, estigmatizando moradores. Demandam melhorias de mobilidade, incluindo a viabilização das modalidades ativas – ciclovias e melhorias dos percursos de pedestres. Do mesmo modo, não estão isentas da violência e da insegurança urbana, inclusive algumas pequenas cidades possuem índices médios mais altos de ocorrências, por exemplo, de homicídios. Outros temas aparecem, mas ainda incipientes em pequenas cidades: a fome e a pobreza, a vulnerabilidade socioambiental, a ausência de serviços culturais, o turismo, entre outros, que são temas que vêm sendo estudados, mas ainda não considerados em políticas públicas.

Reiteramos que na perspectiva política nem sempre a falta de ação decorre da ausência de conhecimento produzido, inclusive campus de universidades públicas estão

localizados em pequenas cidades. Assim, pequenas cidades/localidades e áreas mikropolitanas, ainda que menos estudadas que o necessário, contam com considerável conhecimento produzido. Politicamente, costumam ser negligenciadas e invisibilizadas, em especial, nas suas particularidades, quando não erroneamente idealizadas como locais sem problemas. São politicamente espaços opacos.

Estudos existentes mostram a necessidade de políticas territoriais que possam viabilizar os espaços em pauta, sobretudo, tornando-os espaços sociais de vida adequados. A economia deve ser considerada relevante enquanto geradora de oportunidades de renda e empregos de boa qualidade para a população que vive nas áreas e não como fontes de enriquecimento de grandes grupos econômicos, que quando consideram a população local, esperam apenas a oferta de mão de obra barata. Que a condição de riqueza da terra e pobreza dos homens, constatada por Galeano (2010) não se perpetue.

Desafios e lacunas preexistentes e ainda não superados

Entre os desafios, como sinalizamos antes, estão os preexistentes e que podem ser considerados como ainda não superados. Eles se somam aos novos enfrentamentos. É preciso lembrar que estamos considerando como tal as principais dificuldades para que a vida social possa ser viabilizada adequadamente em pequenas localidades/cidades, sobretudo as mikropolitanas. Assinalamos esse nosso posicionamento acadêmico e político, porque falar em desafios para pequenas cidades podem ser outros, dependendo dos segmentos e das intenções.

Antes de pensar questões contemporâneas, em especial as vinculadas às emergências climáticas, energéticas e ambientais de modo geral, é primordial lembrar as conhecidas e ainda não superadas. Portanto, não se trata apenas de pensar lacunas na pesquisa, mas insistir em alguns pontos, sobretudo quando se trata da pauta política. Lembrando o fio condutor e motivador para a pesquisa - melhor condição social de vida para a sociedade - é preciso realizar um exercício no sentido do que pode ser melhorado no planejamento e gestão das pequenas cidades. Assinalamos, na sequência quatro pontos que devem estar efetivamente na agenda política, iniciando com a escala intraurbana, municipal e, por fim, a regional.

1 Atividades econômicas inclusivas, que viabilizem a pequena produção no campo e na cidade, que criem oportunidades de geração de renda e bons empregos. Pesquisadores dessas áreas sabem que

o problema que mais aparece em manifestações de moradores é a falta de bons empregos e oportunidades de geração de renda. Dependendo da área em análise, pode-se dizer que não se trata de não ter emprego, pois diversos municípios atraem moradores de outros em suas vagas de trabalho. Contudo, bons empregos para quem tem nível melhor de formação, oportunidades de geração mais satisfatória de renda, rompendo com a lógica da mão de obra barata e não qualificada, prossegue como um grande desafio.

2 Viabilização do suprimento adequado de bens e serviços para a população e as potencialidades contidas nas cooperações intermunicipais. Não são apenas municípios metropolitanos que demandam uma gestão articulada entre entes locais. Áreas mikropolitanas também precisam da gestão compartilhada, pois além de somar recursos devem somar demandas para que a gestão seja adequada, economicamente mais racional, sem deixar de ser politicamente mais democrática. Igualmente, são necessárias políticas territoriais para reversão da concentração demográfica articulada ao esvaziamento de áreas mikropolitanas. Os dois pontos assinalados anteriormente são fundamentais para uma política dessa natureza, mas ela precisa fazer parte de uma gestão efetiva e deliberada nesse sentido. Só assim, dinâmicas econômicas consideradas espontâneas, que tem se tornado a política territorial efetiva no território brasileiro, poderá ser alterada. Foi na década de 1970 que a população brasileira tornou-se mais urbana que rural.

Na escala mundial a superação dos 50% ocorreu bem mais recente, em 2008. Todavia, o fato de a população brasileira estar concentrada nas áreas urbanas há mais tempo, não significa que ela tenha permanecido nas mesmas cidades. Ao contrário, o constante registro de declínio da população total de municípios cujas sedes urbanas são pequenas cidades/localidades, mostra que não apenas avançou o processo de urbanização nas últimas décadas como ele tem se materializado de modo qualitativamente diferenciado em concentrações urbanas metropolitanas, principalmente em periferias, mas também em cidades médias, concentrações de nível secundário. Sem política territorial efetiva e deliberada, a concentração demográfica tende a prosseguir e as consequências no urbano das pequenas cidades tendem a se manter pela perspectiva negativa que se tem da urbanização brasileira.

3 Incremento à gestão participativa e aprofundamento da democracia. Nesse item, incluímos o combate a conduções políticas clientelistas, baseada no coronelismo, o nepotismo e afins, tendo em vista melhorar as relações políticas e a qualidade da inserção das instituições

territoriais locais (municípios) em um federalismo ainda muito centralizador. O clientelismo, em geral muito atribuído a políticas locais e pequenas cidades/localidades, encontra-se, mais do que nunca indevidamente nutrido em escala nacional, com emendas parlamentares. Portanto, ao invés de ser uma prática que deveria estar minada, tem sido defendida e estimulada.

4 Produção territorial intraurbana. As cidades que, embora pequenas demograficamente, têm áreas e perímetros urbanos cada vez maiores, permissões de áreas urbanas especiais fora do perímetro urbano, o que inclusive dificulta falar em intraurbano, está mais para intermunicipal. Isto é, a dispersão urbana parece ter chegado de modo mais efetivo a realidade das pequenas cidades. Ao mesmo tempo, trabalhos diversos reiteram a constatação de que os instrumentos criados pelo Estatuto das Cidades não contribuem para o planejamento e gestão das cidades menores.

Por isso, ao mesmo tempo em que registramos reflexões e possíveis contribuições, precisamos registrar desafios que têm aparecido e que trazem indagações como: Quais são os desafios específicos dessas cidades? Que instrumentos são necessários para que elas sejam mais adequadas? Neste sentido, publicações começam a aparecer, como o Guia de Planejamento Urbano Incremental Participativo (PIUP) lançado pela ONU-Habitat, resenhado na Revista Pixo (Wedekin; Soares, 2021). Ele tem como objetivo orientar os governos locais no desenvolvimento e implementação de um planejamento urbano mais eficaz, integrando a comunidade com o corpo técnico.

Wedekin e Soares (2021) ressaltam que o documento pode aportar para o planejamento das cidades pequenas, quanto à metodologia de diagnóstico, planejamento e sua operacionalização, bem como implementação de processos de planejamento participativo em cidades com capacidades e recursos limitados, que é o caso das pequenas cidades. Tendo em vista, o período de revisões dos planos diretores pode significar um avanço no processo e na construção da nova leva de planos revistos. Ademais, toma por referência boas práticas em diversos países. De qualquer modo, esse é um esforço que deve ser somado a outros que vem sendo construídos a partir das pesquisas que vão aprofundando o conhecimento das pequenas cidades.

A partir dos aspectos elencados, entendemos que as dinâmicas mikropolitanas estão vinculadas à lógica da produção capitalista do espaço, pois ao mesmo tempo em que a população concentra mão-de-obra em determinados espaços, libera o campo para as

grandes extensões de produção agrícola demandada pela lógica industrial e financeira. É certo que a realidade brasileira apresenta espaços diversos que trazem contrapontos a essas inclinações econômicas e demográficas. Contudo, também é certo que essa assertiva se aplica com grande amplitude ao território brasileiro. Portanto, pensar a espacialidade pautada pela condição/qualidade humana e social de vida, bem como pela sustentabilidade nas suas diferentes acepções, implica buscar na perspectiva do planejamento, ao menos, atenuar a tendência de concentração espacial assinalada.

Deve-se considerar a busca por espaços mais amplos e tranquilos por parte da população no período de pandemia. Ainda que essa tenha sido uma busca viável apenas para profissionais com trabalhos que podem ser desenvolvidos em *home office* ou aposentados, essa realidade indica possíveis alterações nas perspectivas anteriores. As tendências de urbanização prosseguirão? Se antes as projeções assinalavam neste sentido com muita certeza, talvez os processos recentes possam exigir uma revisão. Se a urbanização prosseguir, que assentamentos urbanos poderão ser produzidos doravante? Permanecerá a reprodução do já existente e decorrente de uma espontaneidade econômica, por mais que se fale e se escreva sobre planejamento? Ou a premência dos fatos trarão ações mais deliberadas e pautadas pelo planejamento baseado na participação e na transparência?

É preciso uma dinâmica econômica diferente do que se encontra pelo interior do país, grandes projetos industriais, de exploração primária, agrícola ou de mineração, com interesses que subordinam os espaços aos seus interesses e perpetuam a acumulação de grandes empresas, resultando em passivos ambientais e sociais locais. Essas são questões amplas, que superam as decisões possíveis em escalas locais e regionais.

Por isso, não é demais reiterar que são desafios que demandam políticas territoriais mais amplas, inclusive de maior visibilidade e poder político para que as escalas locais encontrem respaldo para enfrentar dinâmicas predatórias como as que existem. São questões que precisam ser pautadas acadêmica e politicamente, com celeridade, inclusive porque os novos desafios estão profundamente vinculados a isso. Ou seja, para trazer as novas indagações, será preciso que problemas anteriormente assinalados apareçam nas pautas/debates políticos, nos programas de Estado e de Governo e nas políticas públicas efetivas para que sejam, minimamente, resolvidos.

Uma nova agenda: pequenas cidades são possibilidades urbanas mais “sustentáveis”?

Este questionamento é apresentado, contemporaneamente, frente a emergências climáticas e transição energética. Portanto, além da necessidade de ter em conta a totalidade na perspectiva territorial, é preciso considerar o contexto do mundo atual e contribuir na busca de entendimento e subsídios ao planejamento e gestão, com todas as dificuldades que os últimos anos têm demonstrado. Nos movemos em um mundo marcado por incertezas.

A fragilidade tem sido uma das características principais demarcadas para o mundo contemporâneo. Se antes a sigla, ou acrônimo, baseado em atributos do mundo (Vuca) sinalizava um mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo, é preciso agora considerar que as incertezas foram acentuadas. Estamos para além da complexidade e da insegurança. Cascio (2020) e Grabmeier (2020) expõem que o mundo está marcado pela fragilidade, ansiedade, não-linearidade e é incompreensível (Bani). Talvez por isso, a resiliência parece ter se tornado palavra de ordem.

Utilizando referenciais clássicos, podemos dizer que a frase que deu título ao livro de Berman (1986), “Tudo que é sólido desmancha no ar”, tem se tornado cada vez mais verdadeira. Para seguirmos com a analogia da instabilidade ou do caos baseada em estados da matéria, quantas reflexões nos deixou Bauman (2006; 2007) acerca de um mundo líquido, efêmero, como quanto à segurança progressivamente retraída, o colapso do pensamento, do planejamento e da ação em longo prazo junto com o enfraquecimento das estruturas sociais.

Como pensar o planejamento territorial e a gestão em um mundo com essas tendências, gradativamente mais difícil de compreender? Ao observar como Cascio (2020) expõe a origem das fragilidades, é possível perceber que elas são parte de um colapso anunciado. Não são novas as problematizações acerca de uma economia baseada no esgotamento dos recursos, como as grandes extensões monocultoras, vinculadas inicialmente à lógica industrial, que posteriormente pauta-se pelos ditames do capital financeiro. Igualmente, eram conhecidas a realidade dos países com os piores indicadores sociais, mas que na realidade são ricos em determinados recursos e, por isso, transformados em sociedades pobres. Sua população é explorada junto com seus recursos. Como não

lembra de Galeano (2017[1978]), quando expõe a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra? O decolonial, portanto, segue no topo das pautas de debates acadêmicos.

Assim, a fragilidade, agora definitivamente constatada, tem origens na insustentabilidade econômica nos moldes como a economia vem se desenvolvendo a despeito de todas as contribuições científicas produzidas e que geraram advertências diversas, como as questões ambientais, a insegurança alimentar e o esgotamento energético. São tendências que indicam a impossibilidade de que o mundo conhecido possa se reproduzir. A ruptura é necessária e isso nos deixa fragilizados e, por consequência, ansiosos. A reversão do quadro atual só será possível a longo prazo. Conforme Cascio (2020), por exemplo, o aquecimento vivido agora resulta de ações das décadas de 1970 e 1980. Há um significativo intervalo temporal entre causa e efeito. O autor fala da dificuldade humana em pensar nestas escalas temporais e daí vem o incompreensível que tem se tornado o mundo. Tudo passa por mudanças em meio a uma sobrecarga de dados e informações, verdadeiros e falsos, que geram ainda mais incompreensibilidade.

Contudo, quando a ciência da prospectiva torna-se mais difícil, é quando ela será ainda mais necessária. Isso, porque a ausência de planejamento e ações de contenção dos processos que desencadearam essa perspectiva não negativa, poderá significar o colapso total. É preciso que as ações previstas, e que devem irromper imediatamente, não permitam mais a reprodução do mesmo cenário. Ademais, a sociedade precisará aprender a lidar com o longo prazo, pois o lapso temporal entre a ação e seus resultados farão essa imposição.

As pautas da sustentabilidade, tendo em vista a manutenção da viabilidade da vida e sua melhor condição/qualidade tornam-se imperativas. E para tanto é imprescindível considerar a espacialidade humana. A materialização espacial que constatamos, baseada em espaços de concentração e espaços de esvaziamento (campo e pequenas localidades) resultam como parte das implicações dos mesmos processos econômicos e políticos que geraram a fragilidade e os demais atributos anteriormente assinalados. Quando analisamos áreas mikropolitanas, observamos que elas não estão à margem do capital, muito menos dessa lógica líquida e efêmera, mas incorporadas por atividades que não geram emprego e renda qualificadas e quantitativamente suficientes.

No cenário contemporâneo, em meio à busca de possibilidades viáveis e sustentáveis, emergem questionamentos, tomando por referência a dimensão espacial, como: seriam as pequenas cidades, dadas as suas dimensões e ausência de rugosidades,

espaços que embora igualmente marcados por contradições sociais, reservam possibilidades de percursos urbanos diferentes, com melhor condição humana e social? Seriam as pequenas cidades, dadas as suas vinculações mais próximas com o campo, espaços de melhor preservação ambiental, ainda que potencialmente, mais sustentáveis? Seriam as pequenas cidades ainda espaços de sociabilidade positiva em que nem tudo é tão líquido e efêmero?

O contexto mundial e como as pequenas cidades podem se situar nele abrange um complexo raciocínio, agora ainda mais difícil. Contudo, cabe perguntar: o papel das pequenas cidades pode ser relevante como parte das respostas com saídas possíveis para o vir-a-ser? São as pequenas cidades possibilidades que contribuem em alterar o percurso catastrófico? Debatemos bastante em décadas anteriores, se outra globalização ou outro mundo seria possível. Parece que cabe refletir sobre outro urbano/urbanização/urbanidade possível. Nisso estaria contido considerar as pequenas cidades como espaços para possibilidades de uma vida urbana diferenciada. Sem nostalgias, com urbanidade que permitisse superações nas relações, que a cultura fosse o canal de superação dos problemas decorrentes das relações secundárias sobrepostas aos laços primários.

Iniciativas em sentidos similares ao exposto aqui, começam a aparecer. Mencionamos os que encontramos, sem tomá-los como modelos e sem ignorar realidades bastante diferenciadas. Na França, um programa denominado: Pequenas Cidades do Amanhã, foi lançado em 2020. Ele tende a reforçar o papel de destaque das pequenas cidades na transição ecológica e no equilíbrio territorial, a fim de melhorar o ambiente de vida no meio rural e fora das áreas metropolitanas (France, 2020). Iniciativa destinada a cidades com menos de 20 mil habitantes, visando reforçar a centralidade delas, fortalecer redes territoriais e enfrentar desafios demográficos, econômicos ou sociais.

O intuito é descentralizar, desconcentrar e a forma como vem sendo conduzido busca ser, também, descentralizada. Para tanto deverá ser desenvolvido com articulação entre atores locais e nacionais envolvidos e parceiros. As primeiras experiências têm registros no site do programa, no qual são encontrados dados de que mais de 1.600 comunas aderiram a ele. Pauta-se por um modelo de desenvolvimento que contrapõe tendências principais, como o agro e o industrial. Busca uma agricultura que pode ser mais conveniente na perspectiva ambiental, humana e socialmente, pensando na qualidade da alimentação e da sustentabilidade.

Como o modelo de desenvolvimento econômico vigente gera inviabilização da reprodução da vida para significativa parte da sociedade, eles tornam-se espaços de esvaziamento demográfico, com cada vez mais rarefeitos serviços. Isso ocorre não apenas em locais pontuais, como pode abranger regiões. É comum que as pequenas cidades/localidades se tornem pontos de concentração do pouco de população que resta, de um mínimo de terciário, de estrutura de comando técnico para esses segmentos e suas grandes plantas industriais. São pontos significativos não apenas para o município que sedia a planta industrial, mas é muito corriqueiro que abarque a região, demandando matéria prima e mão-de-obra. Portanto, provocam a mobilidade pendular, que também tem acontecido frequentemente em áreas mikropolitanas. Foi com base nessa realidade que Veltz (1998) assegurou que o emprego é mais concentrado que a população.

Iniciativas como a francesa, anteriormente assinalada, representam a busca de possibilidades mais adequadas para as pequenas cidades e consoantes com os desafios recentes da emergência climática, transição energética, além dos desafios sociais.

Além da experiência francesa, a União Europeia igualmente sinalizou para políticas territoriais voltadas a pequenas cidades/localidades. Com o título de *Small places matter*, destaca a relevância desses espaços e como eles podem ampliar seus papéis no desenvolvimento territorial (União Europeia, 2025). No âmbito acadêmico temos realizado um esforço de tornar as pequenas cidades espaços estudados e debatidos. A realidade contemporânea exige passos a mais, no sentido de políticas territoriais capazes de responder a desafios diversos. Lembramos que nem todas podem ser consideradas como mikropolitanas porque podem estar inseridas em regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, polarizadas por cidades médias.

De modo geral, a invisibilidade afeta as pequenas cidades, porém as mikropolitanas são ainda mais afetadas. A falta de políticas territoriais mais específicas para essas áreas, associada à frágil condição da escala local na atualidade, deve estar na pauta acadêmica e política de modo mais efetivo. Retomamos o questionamento de Vainer (2001) acerca do que pode o poder local, sobretudo o que está em municípios com menores patamares demográficos, em um mundo que agentes globais impõem seus interesses, desrespeitam questões ambientais e sociais. Ademais, considere-se a escala nacional com perfil centralizador. O que pode o poder local, sobretudo em pequenas cidades/localidades neste contexto?

Se fizermos um exercício pensando nos principais produtos de pauta produtiva (vinculado a agentes que se organizam em escalas geográficas mais amplas) e os principais pontos de produção é possível perceber que a condução política dessas áreas não é simples. Embora invisibilizadas, grande parte do território brasileiro corresponde a áreas polarizadas por pequenas cidades.

É preciso desvendar grupos de interesses e poder que permeiam as escalas locais nesta parte do território para decifrar processos nocivos na perspectiva ambiental e social. No Brasil profundo a agropecuária e a mineração são atividades econômicas relevantes, constituem grupos de poder com grande imposição na dinâmica local. É certo que, paralelamente, muitos parques municipais, estaduais e nacionais contribuem a preservação ambiental.

Algumas iniciativas que começam a emergir, buscando viabilizar a vida em pequenas cidades/localidades como parte da sustentabilidade que deve ser buscada cada vez mais, sinalizam para a geração de fontes alternativas e não convencionais de energia, do abastecimento de proximidade, produzido de modo mais saudável e comercializado de modo mais direto, favorecendo mais os produtores que estruturas intermediárias, além de eliminar embalagens desnecessárias que só fazem aumentar resíduos.

Portanto, as reflexões sobre como as pequenas cidades/localidades e áreas mikropolitanas podem ser consideradas frente aos desafios contemporâneos estão apenas iniciando, pontuamos algumas reflexões, iniciativas que tomamos conhecimento, mas certamente o debate precisa avançar.

Ainda que como um cenário em construção, a ideia de uma agenda mikropolitana ocorre mediante a compreensão do apresentado anteriormente: conhecer e disseminar o produzido acerca desses espaços, entender (e buscar resolver) os desafios e as lacunas sobre as pequenas cidades/localidades – especialmente em associação com as políticas públicas – e propor reflexões para áreas mikropolitanas a partir da condição social de vida pensada no bem-estar e na qualidade por uma perspectiva sustentável. Nesse sentido, apresentamos nove aspectos relevantes:

1 Colocar as pequenas cidades em foco. Nesse sentido, contempla destacar as pequenas cidades em trabalhos acadêmicos, na mídia e nas políticas públicas do Estado, sobretudo, considerando a sua quantidade e a sua diversidade, de modo a possibilitar o desenvolvimento sustentável.

2 Romper com a fragilidade econômica e/ou com o resultado não apropriado pela população local. Assim, se “o Brasil é dos brasileiros”, cada território deve ter seus resultados em primeiro lugar sendo apropriado pela população; além disso, entender as diferentes explicações para esse cenário, desde aspectos históricos, do capital, da rede urbana, da gestão pública, entre outros.

3 Considerar fortemente os aspectos ambientais em pequenas cidades. Sendo assim, contemplam estudos acerca do desmatamento, poluição, assoreamento, crise hídrica, queimadas, entre outros, e, principalmente, o papel da gestão e da comunidade na preservação do meio ambiente. A ideia de cidades pequenas sustentáveis.

4 Desafios acerca da “ilegalidade” que ocorrem em pequenas cidades. Nos espaços marcados pela ausência do Estado em promover segurança pública, inclusive a de caráter nacional e vinculada à soberania nacional, ocorrem o desequilíbrio e a ilegalidade virando a norma, como casos de madeira, garimpo, produtos amazônicos (guaraná, açaí, entre outros), produtos contrabandeados, drogas ilícitas e drogas lícitas contrabandeadas, entre outros.

5 As pequenas cidades como centros emergentes sustentáveis. A partir de novas centralidades no território e na rede urbana, essas localidades podem se configurar em espaços sustentáveis, sobretudo pelo uso/cuidado dos recursos naturais, e promotores de qualidade de vida para a população local, particularmente com bons empregos e renda para as pessoas e qualidade dos serviços e da infraestrutura da localidade. Nesse aspecto, pensar em uma urbanização positiva em pequenas cidades, rompendo, entre outros, com a especulação imobiliária, áreas de moradias precárias, loteamentos desconectados da planta da cidade, engarrafamentos, afetando a condição humana e social de vida.

6 As pequenas cidades participando da gestão e do planejamento público, especialmente, pela lógica sustentável. Nesse sentido, com a realização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil, em Belém (PA), em novembro de 2025, as pequenas cidades precisam compor esses debates, mesas, conferências, painéis, entre outros, compreendendo e fortalecendo os seus papéis nas negociações sobre mudanças climáticas e sustentabilidade global. De acordo com Brasil (2025), a COP30 tem os seguintes temas: (i) Redução de emissões de gases de efeito estufa; (ii) Adaptação às mudanças climáticas; (iii) Financiamento climático para países em desenvolvimento; (iv) Tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono; (v) Preservação de florestas

e biodiversidade; e (vi) Justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas. Esses temas devem e precisam ser pensados nos espaços mikropolitanos.

7 As pequenas cidades como espaços atingidos pela interiorização da violência, gerando inseguranças e alterações nas relações de sociabilidade. Nesse sentido, o transbordamento do modo de vida metropolitano, alicerçado nos hábitos de consumo, no individualismo e nas relações superficiais, transborda para as pequenas cidades substituindo hábitos comunitários e sólidos, sendo que isso é alimentado pelo modo de produção capitalista e pela globalização e difundido pela mídia e pela internet. Somado à ausência ou insuficiência dos serviços públicos de segurança em pequenas cidades, ocorre uma ruptura entre o “poder” e a “política”, no qual o Estado (público) abandona ou transfere para a iniciativa privada suas obrigações.

8 O relevante papel das cooperações intermunicipais e da gestão compartilhada em pequenas cidades. Diante dos desafios econômicos, a gestão compartilhada é uma opção para as pequenas cidades, sobretudo, em serviços de saúde, saneamento e segurança. Em contrapartida, grupos que poderiam contribuir para solução de problemas tornam-se grupos nas de poderes e políticos.

9 A mobilização em pequenas cidades e as respostas a partir das comunidades locais. Nesse sentido, transita pelos povos tradicionais, grupos sociais, resistência, luta de classe e da terra, pastorais e grupos religiosos, a relevância da participação e o desafio de fazer isso alcançar pequenas cidades. Conflitos e narrativas e pequenas cidades frente a tudo isso. Como pensar o espaço geográfico, de modo específico as pequenas cidades, pode contribuir nesse processo de transição, identificação de conflitos, as narrativas e de quem partem, com que objetivo. Por fim, pensar as questões que envolvem as áreas mikropolitanas a partir do olhar e dos habitantes locais e não da perspectiva centralizadora e do metropolitano.

Conclusões

A Geografia desempenha um papel de destaque na compreensão das questões sociais relacionadas ao espaço urbano. Sustentada pela relação tempo e espaço, a cidade se converteu em um dos temas mais estudados. Apesar disso, a maioria dos estudos urbanos no Brasil contempla as metrópoles (e suas áreas metropolitanas) e as cidades médias. A face

do urbano composto pelas pequenas cidades se mostra bastante relevante, tanto pela sua dinâmica e sua diversidade socioespacial, quanto pela sua quantidade.

Os estudos sobre as pequenas cidades configuram-se como uma das frentes mais recentes da Geografia brasileira e se deparam com um contexto de dimensão continental, construído a partir de múltiplas características regionais e locais. Especificamente neste artigo, optamos por abordar as áreas mikropolitanas. Esses espaços escapam as lógicas vivenciadas em aglomerados e metrópoles. Portanto, são áreas que predominam com dinâmicas próprias, colocando luz em uma Geografia que busca avançar em aspectos teórico, metodológico e empírico das pequenas cidades.

Logo, se trata de compreender as pequenas cidades em diferentes possibilidades: no contexto territorial, na interface com o campo, no âmbito da escala local, na inserção com a rede urbana; na produção do espaço público, nas práticas culturais e de lazer, nas dinâmicas econômicas, na saúde, no planejamento, nas mobilidades, nas dinâmicas da natureza e do ambiente, entre outros.

Quanto aos estudos contemplado sobre pequenas cidades, destacamos oito perspectivas gerais, sabendo a existência de outras possibilidades: caracterização das cidades e seu entorno, ou seja, como elas são em diferentes aspectos; condicionantes físicas e sistemas territoriais; peculiaridades do urbano nas pequenas cidades, relações mais próximas e articulada com o campo, áreas em que as urbanidades e ruralidades aparecem bastante mescladas; reflexões teórico-conceituais sobre o urbano, cidade, município, rural/campo; institucional; inserção econômica; classificação das cidades, seus papéis no território (econômicos e culturais) e tipologias das cidades; e desvendar perspectivas idealizadas.

Reforçamos que nas áreas mikropolitanas existem considerável conhecimento produzido e que, politicamente, elas costumam ser negligenciadas e invisibilizadas, em especial, nas suas particularidades. Igualmente, muitas vezes são tratados como espaços sem problemas. Estudos existentes mostram a necessidade de políticas territoriais que possam viabilizar os espaços em pauta, sobretudo, tornando-os espaços sociais de boa qualidade para a população que vive neles.

Quanto aos desafios e lacunas preexistentes e ainda não superados, destacamos quatro perspectivas gerais – que são completadas no contexto apresentado ao longo das perspectivas mais contemporâneas e associadas à sustentabilidade: atividades econômicas

inclusivas, que viabilizem a pequena produção no campo e na cidade, que criem oportunidades de geração de renda e bons empregos; viabilização do suprimento adequado de bens e serviços para a população e as potencialidades contidas nas cooperações intermunicipais; incremento a gestão participativa e aprofundamento da democracia; e produção territorial intraurbana.

Nesse sentido, não se trata apenas de pensar lacunas na pesquisa, mas insistir em uma pauta política para melhorar a condição social de vida para a sociedade, o que inclui realizar um exercício de avançar no planejamento e gestão das pequenas cidades. Por isso, não é demais reiterar que são desafios que demandam políticas territoriais mais amplas para que as escalas locais encontrem respaldo para enfrentar dinâmicas predatórias como as que existem.

Essas questões precisam ser pautadas acadêmica e politicamente, com celeridade, inclusive porque os novos desafios estão profundamente vinculados a isso. Por sinal, quanto às pequenas cidades como possibilidades urbanas mais “sustentáveis, apresentadas frente a emergências climáticas e transição energética, é preciso considerar o contexto do mundo atual e contribuir na busca de entendimento e subsídios ao planejamento e gestão, com todas as dificuldades que os últimos anos têm demonstrado. Assim, elencamos nove aspectos relevantes pensando em uma agenda contemporânea sustentável: colocar as pequenas cidades no foco; romper com a fragilidade econômica e/ou com o resultado não apropriado pela população local; considerar fortemente os aspectos ambientais em pequenas cidades; abordar os desafios acerca da “ilegalidade” que ocorrem em pequenas cidades; entender as pequenas cidades como centros emergentes sustentáveis; contemplar as pequenas cidades participando da gestão e do planejamento público; compreender as pequenas cidades como espaços atingidos pela interiorização da violência, gerando inseguranças e alterações nas relações de sociabilidade; destacar o relevante papel das cooperações intermunicipais e da gestão compartilhada em pequenas cidades; mobilizar os grupos sociais em pequenas cidades e as respostas a partir das comunidades locais.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 119 p.
BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Barcelona: Paidós, 2006, 206p. Traduzido de: Liquid Life.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, 360 p.

BRASIL, Presidência da República. **Rumo à COP30.** 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>> acesso em: 13.06.2025

CASCIO, Jamais. **Enfrentando a era do caos.** 2020. Disponível em: <https://medium.com/@cascio/facing-the-age-of-chaos-b00687b1f51d>. Acesso em 04.set.2021.

FRANCE. **Agence Cohesion Territoires.** Disponível em: <https://anct.gouv.fr/programmes-dispositifs/petites-villes-de-demain>. Governo Francês, 2020. Acesso em 02. Junho.2025.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 10ª reimpressão. Porto Alegre: L&PM, 2017. (Publicação original 1978).

GRABMEIER, Stephan. **Bani vs. Vuca:** a new acronym to describe the world. 2020. Disponível em: <https://stephangrabmeier.de/bani-vs-vuca/>. Acesso em 04.set.2021.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Amazônia brasileira: a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra. **Dossiê n.14, 2019.** Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie/>. Acesso 07.Set.2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

UNIÃO EUROPEIA. **Small places matter.** Disponível em: <https://territorialagenda.eu/pilot-actions/small-places-matter/>. Acesso em 02. Junho.2025.

VAINER, Carlos B. As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O Que Pode o Poder Local? In: Encontro Nacional da Anpur, 9, 2001, Rio de Janeiro. **Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço;** v. 1. Rio de Janeiro: Anpur, 2001, p.140-151.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires - l' economie d' archipel.** 2.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, 262 p.

WEDEKIN, Gabriela Oliveira; SOARES, Bianca Ramires. Guia de planejamento urbano para cidades pequenas, da ONU-Habitat. (Resenha). **Revista Pixo**, v.5, n.19, p.472-479, 2021.

Sobre os autores:

ANGELA MARIA ENDLICH  

E-mail institucional: amendlich@uem.br

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Presidente Prudente. Estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona. Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Vice-coordenadora da Mikripoli - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (2024-2026). Autora dos livros “Pensando os papéis e significados das pequenas cidades” (Editora da Unesp) e “Cooperações intermunicipais: alguns aportes” (Editora PGE/UEM). Dedica-se à pesquisa dos espaços mikropolitanos, polarizados por pequenas cidades/localidades, sobretudo áreas marcadas pelo esvaziamento demográfico.

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES  

E-mail institucional: pedrofernandes@uenp.edu.br

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Adjunto do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Cornélio Procópio. Editor-chefe da Revista Reppe e Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Pequenas Cidades (GEPEq) e da Mikripoli - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (2024-2026). Autor do livro "Portas e janelas fechadas: a violência e a insegurança em pequenas cidades" (Eduem, 2022). Dedica-se à pesquisa dos seguintes temas de estudo: violência, insegurança objetiva e sociabilidade, sobretudo no recorte espacial das pequenas cidades, além da violência escolar e bullying.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.



APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS CIDADES PEQUENAS NO BRASIL

Agripino Souza Coelho Neto¹

Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB)

E-mail: agscneto@uneb.br

Antonio Muniz Filho²

Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB)

E-mail: muniz@uneb.br

Resumo

O objetivo precípua deste texto consiste na construção de uma propositiva teórico-metodológica que cumpra o papel de aporte para os estudos das cidades pequenas brasileiras, apoiando-se em quatro dimensões analíticas: (i) o tamanho populacional; (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal; (iii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional; e (iv) a estreita relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano das cidades pequenas. Destaca-se que estamos nos ocupando das cidades pequenas como fenômeno socioespacial complexo, portanto, intencionamos construir uma reflexão sistemática sobre as cidades pequenas como formas-contéudos e como totalidades socioespaciais.

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Tamanho Populacional; Rede Urbana; Administração Municipal; Ruralidades no Urbano.

THEORETICAL-METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS FOR THE STUDY OF SMALL CITIES IN BRAZIL

Abstract

The primary objective of this text is to construct a theoretical-methodological proposition that serves as a contribution to the studies of small Brazilian cities, relying on four analytical dimensions: (i) population size; (ii) the population's dependence on municipal public administration; (iii) the integration of small cities into a regional urban network; and (iv) the close relationship between rural and urban areas and the presence of ruralities within the urban context of small cities. It is important to highlight that we are addressing small cities as a complex socio-spatial phenomenon; therefore, we intend to build a systematic reflection on small cities as forms-contents and as socio-spatial totalities.

Key words: Small Cities; Population Size; Urban Network; Municipal Administration; Ruralities in the Urban.

APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA EL ESTUDIO DE CIUDADES PEQUEÑAS EN BRASIL

¹ Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET).

² Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p.32-49(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Resumen

El objetivo principal de este texto consiste en construir una propuesta teórico-metodológica que oficie de aporte para los estudios sobre ciudades pequeñas en Brasil, apoyándose en cuatro dimensiones analíticas: (i) el tamaño poblacional; (ii) la dependencia de la población con respecto a la administración pública municipal; (iii) la inserción de la pequeña ciudad en una red urbana regional; y (iv) la estrecha relación campo-ciudad y la presencia de ruralidades en lo urbano de las pequeñas ciudades. Cabe destacar que se emprende el abordaje de las ciudades pequeñas como un fenómeno socioespacial complejo; por lo tanto, se busca construir una reflexión sistemática sobre ellas como formas-contenidos y como totalidades socioe-

Palabras-clave: Ciudades Pequeñas; Tamaño Poblacional; Red Urbana; Administración Municipal; Ruralidad en lo Urbano.

Considerações preliminares

Uma revisão de literatura, não exaustiva, permite “mapear” os contornos do debate sobre as cidades pequenas, cujo conjunto de questões apontam os elementos centrais recorrentes e predominantes na Geografia: o tamanho populacional e as propostas classificatórias; as relações campo-cidade presentes no cotidiano da população citadina; a dependência das cidades pequenas a um sistema urbano regional; as sociabilidades que marcam as cidades pequenas; o papel das cidades pequenas como núcleos urbanos político-administrativos; a importância da população rural na totalidade da população municipal; as ruralidades no urbano como formas conteúdos que atravessam a espacialidade das cidades pequenas; entre outros aspectos focalizando com menor expressividade.

Esse conjunto de questões costumam ser tratadas de forma dissociada na literatura geográfica, sendo que alguns aspectos assumem maior proeminência do que outros. O interesse que expressamos neste texto recai na construção de dimensões analíticas articuladas, que possam compor um todo orgânico e sistemático para lançar luz as cidades pequenas como fenômenos socioespaciais expressivos na realidade brasileira.

Importante destacar que estamos nos ocupando das cidades pequenas como fenômeno socioespacial complexo, portanto, nossa intensão é construir uma reflexão sistemática sobre as cidades pequenas como formas-conteúdos e como totalidades socioespaciais, diferentemente dos esforços que tratam de fenômenos pontuais que se manifestam nas cidades pequenas ou que as têm apenas como palco onde as ações sociais se materializam. O esforço se dirige para construções de dimensões de análise que podem ser operacionalizáveis para pensar as cidades pequenas no Brasil.

A proposta teórico-metodológica encarnada neste texto se erige e se alimenta da pesquisa realizada no período de 2019 a 2023, cuja culminância resultou na publicação do

livro “Cidades Pequenas na Bahia” (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025a). Neste sentido, nossa ideia é objetivada por meio de quatro dimensões analíticas: (i) o tamanho populacional; (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal; (iii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional; e (iv) a estreita relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano das cidades pequenas.

Em grande medida, a nossa preocupação neste texto é erigir uma propositiva teórico-metodológica que permita lançar luz para esse fenômeno marcante na realidade brasileira, ou seja, as cidades pequenas, intentando também apoiar futuras investigações científicas e oferecer subsídios para o planejamento urbano-regional.

Tamanho populacional

Se considerarmos os parâmetros que classificam as cidades brasileiras por tamanho populacional, estabelecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conforme aponta (Bacelar, 2009), ou mesmo a proposta de classificação das cidades latino-americanas de Jacobi (1994), constataremos que, entre as 5.571 cidades existentes no Brasil no ano de 2022, aproximadamente, 88% podem ser consideradas como cidades pequenas, ou seja, com população inferior a 50 mil habitantes.

Embora devamos considerar que, o tamanho populacional não é suficiente para definir se a cidade é pequena, média ou grande, não se pode ignorar a importância da dimensão populacional como parâmetro de análise, muito menos a expressividade das cidades pequenas na conformação da malha urbana do território brasileiro.

Há diversos autores que apontam os limites de trabalhar com o tamanho populacional para o estudo das cidades. Sposito e Silva (2013) criticam as abordagens que privilegiam a dimensão populacional, apontando o risco de engessamento da discussão conceitual, movimento analítico que pode levar a reduzir a cidade a uma expressão numérica, desconsiderando a diversidade regional e as várias dimensões espaciais que podem ser açãoados.

Fresca (2010, p. 76) engrossa os argumentos sobre os riscos e os limites de trabalhar com o tamanho populacional como critério de definição das cidades, pois isso implicaria em igualar cidades que na sua essência são diferentes, uma vez que “o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como

sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas". A saída apontada pela autora recai na inscrição da cidade pequena em uma rede urbana regional.

Em nossa interpretação, consideramos que o problema analítico reside no uso exclusivo ou privilegiado do tamanho populacional. Contudo, advogamos que, esta variável deve ser considerada em combinação com outras, compondo um conjunto articulado que objetiva dar conta da complexa tarefa de apreensão das cidades como totalidades socioespaciais.

A despeito das controvérsias teóricas em torno do debate sobre os limites e os riscos de classificar as cidades segundo o critério da dimensão populacional, consideramos que esta dimensão de análise não pode ser desprezada como um dos aspectos que ajudam a caracterizar e a definir as cidades. Portanto, o tamanho populacional pode ser, em muitos casos, um ponto de partida, que nos permite pensar no fenômeno urbano.

Diferentemente dos argumentos de Sposito e Silva (2013), assumir como ponto de partida o tamanho populacional não implica em tornar a cidade uma expressão numérica. O tamanho populacional de uma cidade define um conjunto de aspectos da vida política, social e econômica e também comunica uma variedade de ideias sobre o fenômeno urbano. Apenas para efeito de ilustração, nos ocuparemos de dois aspectos que podem ser impactados pela dimensão populacional das cidades.

As cidades pequenas, especialmente àquelas com menos de 20 mil habitantes, em sua grande maioria, se caracterizam pela enorme dependência dos recursos governamentais para manutenção das contas municipais. Uma das principais fontes é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituído pela Constituição Federal de 1988 e regido pela Lei Complementar nº 62/1989, que define a transferência de recursos federais para os municípios, considerando o tamanho da população. Esses recursos têm rebatimentos diretos na geração de emprego e renda, na dotação de infraestruturas urbanas e na oferta de serviços básicos, ou seja, incidem na dinâmica socioespacial destas cidades.

O tamanho populacional define, também, o tamanho do mercado consumidor e do mercado de trabalho, com reflexibilidade na conformação do comércio e na oferta de bens e serviços. Em geral, nas cidades pequenas, com pequeno porte populacional (inferior a 20 mil habitantes), a experiência urbana é, frequentemente frágil e precária, como assevera Wanderley (2001).

Obviamente, o tamanho populacional de uma cidade incide de forma diferente conforme sua localização geográfica, pois as cidades se inserem em contextos geográficos regionais dispares. Há que se considerar os distintos papéis que exercem uma cidade de 40 mil habitantes nas mais variadas regiões brasileiras. Neste sentido, reforçamos a compreensão de Fresca (2010), sobre a necessidade de considerar a inserção da pequena cidade em uma rede urbana regional. Isso se deve também, fundamentalmente, pela urbanização frágil, exigindo que a população recorra a bens e serviços ofertados por um centro regional que ocupa um lugar central.

Dependência da população à administração pública municipal

O número do estoque de empregos formais segundo os setores de atividades nos municípios brasileiros é um dado que revela o grau de dependência da população em relação a administração pública municipal, embora não devamos desprezar os elevados níveis de informalidade que marcam indelevelmente a realidade do emprego no Brasil.

Em uma pesquisa realizada em 10 (dez) municípios da Bahia, cujas sedes urbanas tinham menos de 12 mil habitantes em 2010, Coelho Neto e Muniz Filho (2025a) identificaram que 9 (90%) destes municípios apresentavam mais de 50% dos empregos formais ocupados na administração pública. E um dado ainda mais expressivo: 6 (60%) dos municípios tinham mais de 70% da população ocupada na administração pública.

Uma segunda pesquisa, desenvolvida na Região Imediata de Juazeiro, que congrega 9 municípios, Muniz Filho e Coelho Neto (2025) constataram que 6 (67%) dos municípios tem mais de 50% dos postos de empregos formais ocupados na administração pública. Em alguns casos, correspondendo a 25% dos municípios, os postos de empregos na administração pública ultrapassam o patamar de 80% empregados no setor público.

Obviamente que, precisamos levar em conta os dados de informalidade, cujos números são expressivos na realidade brasileira. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa de informalidade da população ocupada com 16 anos ou mais de idade atingiu 42,10% no ano de 2022³. Portanto, a análise do estoque de empregos formais não pode desprezar esses elevados níveis de informalidade, certamente muito presentes e marcantes nas condições de trabalho nas cidades pequenas.

³ Dados disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>. Acesso em: 9 nov. 2025.

No entanto, os níveis de informalidade não obscurecem os dados substantivos do estoque de empregos formais, extremamente concentrados na administração pública. Bacelar (2009, p. 10) já havia reconhecido que “o Estado-município opera como grande empregador e promotor de ações econômico-produtivas e sociais”. Indubitavelmente, o setor da administração pública exerce papel primaz na oferta de empregos formais nos pequenos municípios. O autor ressalta que, esses municípios cujo contingente populacional não é expressivo, a base produtiva e de empregos é limitada, ocasionando uma forte dependência da população aos empregos gerados pelo poder público.

Esse peso expressivo do poder público apresenta uma nuance particular que torna a situação mais complexa, uma vez que a administração municipal depende fortemente de transferências advindas dos estados e da União. Segundo Moreira Júnior (2014), muitos municípios brasileiros são extremamente dependentes financeiramente, visto que sua receita própria é insuficiente para manter o funcionamento da máquina pública municipal.

Na Região Imediata de Juazeiro, por exemplo, todos os 9 (nove) municípios apresentam forte grau de dependência das transferências de outras instâncias do Estado. Segundo os dados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM), em 6 (seis) municípios as transferências de recursos superam a ordem de 90%⁴.

A extrema dependência das ações das prefeituras municipais produz outros desdobramentos importantes e que merecem investigação. A dependência da população é muitas vezes usada como estratégia eleitoral e como forma de reprodução das relações de dominação política. Segundo Bacelar (2008), as cidades pequenas brasileiras são marcadas por um modo muito próprio de relações entre a população e a administração pública.

[...] isto tem razão de ser devido a três fatores conjugados: as relações sócio-políticas entre a população e o Estado (municipal) são mais estreitas nestas localidades que em outras cidades de maior porte demográfico; o peso da municipalização imposta pela Constituição Federal de 1988 e a crise administrativa nestas localidades, derivada do conflito entre a administração “moderna” e a patrimonialista, que em nosso entender tem a ver com a herança histórica ibérica (estruturalmente lusitana). Esta herança histórica é ainda muito forte e presente na forma de se administrar o bem público na pequena cidade, estabelecendo uma estreita relação entre a população residente e as maneiras de se administrar o bem público, que

⁴Dados oriundos de Projeto de Pesquisa “Dinâmicas territoriais das médias e pequenas cidades do Vale do São Francisco: singularidades e pluralidades das Regiões Geográficas Imediatas de Montes Claros (MG) e Juazeiro (BA)”, desenvolvido no âmbito da Rede ReCITA (Cidades, Territórios e Meio Ambiente) envolvendo pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/DECT I/UNEB), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-GEOCIÊNCIAS-UNIMONTES) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA).

invariavelmente se choca com premissas modernas de se administrar o bem público, em que o padrão de excelência administrativa da modernidade transfere-se do setor privado para o público (Bacelar, 2008, p. 3).

Soares e Melo (2010, p. 242) assinalam a existência de uma estreita relação “[...] entre a população e os agentes políticos locais, marcados pela dependência, assistencialismo e atenção pessoais (questões tratadas no âmbito da pessoalidade) [...]”. Importante reconhecer que o assistencialismo, o clientelismo político e o patrimonialismo não são fenômenos que ficaram reféns na velha república, como descreveram Raimundo Faoro em “Os donos do poder” e Vitor Nunes Leal em “Coronelismo, enxada e voto”, mas são atualizados e continuam a marcar as relações políticas pelo interior do Brasil.

Inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional

Analizar uma cidade pequena pelo prisma de sua inserção em uma rede urbana regional nos parece uma tarefa fundamental, se considerarmos que, quanto menor a cidade, ela experimenta uma urbanização frágil, exigindo da população deslocamentos espaciais para o atendimento de suas demandas, em um centro urbano que concentra bens e serviços, conformando uma centralidade regional e exercendo um efeito de polarização sobre seu entorno regional.

Um estudo que revela a importância das cidades no território brasileiro é a Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2018), cuja última publicação foi em 2020. O estudo se sustenta na ideia de que os centros urbanos estabelecem relações funcionais entre si, formando uma rede urbana e configurando uma hierarquia de cidades.

Na pesquisa REGIC, a noção de região de influência realiza-se por vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. Dessa forma, a região de influência possui feição espacial reticular, ou seja, em formato de rede constituída por um conjunto de unidades urbanas que realizam ligações entre si. Ao contrário da abordagem mais recorrente de região, tomada como uma zona contígua, em geral sem superposições entre regiões vizinhas, a região reticular considerada na REGIC não necessariamente é contígua, e, dependendo da escala, apresenta superposições e duplas subordinações de Cidades (IBGE, 2018).

Essa perspectiva considera a atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos, bem como a centralidade de gestão pública e empresarial, configurando-se uma hierarquia urbana e conformando as regiões de influência das cidades.

A hierarquia urbana elaborada pelo Regic 2018 encontra-se estruturada em 5 níveis e 11 subníveis, hierarquizados: Metrópole (Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole); Capital Regional (A, B e C); Centros Sub-regionais (A e B); Centros de Zona (A e B) e Centros Locais (Coelho Neto, 2025). Os estudos das cidades pequenas, exigem um esforço de análise para pensá-las além de seu quantitativo populacional, embora seja consenso entre os pesquisadores desta temática, que o tamanho populacional deve ser um ponto de partida para apreensão das cidades pequenas.

Mesmo levando em conta as singularidades que demarcam as cidades pequenas (relação campo-cidade, sociabilidade, núcleo urbano reduzido), a exemplo de seu baixo quantitativo demográfico, estas cidades possuem pluralidades (formação socioespacial, localização, atividades produtivas) que devem ser consideradas para sua análise, entre as quais, compreender sua inserção e papéis em uma dada rede urbana ou região, visando, desta maneira, não igualar cidades com população semelhante, mas, que são em sua essência diferenciadas.

Diversos autores (Corrêa, 1999; Elias, 2011; Moreira Junior, 2014; Sposito, 2010), partem da análise da rede urbana para a compreensão dos papéis e dinâmicas das cidades pequenas. No entanto, é preciso considerar suas dinâmicas a partir de duas escalas geográficas que se encontram imbricadas, a da cidade (intraurbana) e a da rede urbana (interurbana). De acordo com Muniz Filho (2021), baseando-se em Corrêa (2007), o estudo das cidades deve ocorrer de maneira distinta entre as escalas geográficas considerando suas especificidades, ou seja, na escala regional ou da rede urbana (gênese e sua dinâmica, transformação/cristalização funcional e interações espaciais), e na escala da cidade ou intraurbana (localização espacial das atividades econômicas, divisão do espaço, interações espaciais e processo de urbanização).

Na escala intraurbana, a maior parte das pequenas cidades estabelecem vida de relações que ficam circunscritas ao seu entorno imediato. Ou seja, dispõem de limitada oferta de bens e serviços, caracterizada por estabelecimentos de pequeno porte com pouca oferta de produtos. Até mesmo os serviços financeiros estão disponíveis em “casas lotéricas” ou correspondentes bancários (instalados em farmácias ou mercadinhos). Os dias de feira livre, geralmente, são os de maior concentração populacional nestas cidades, uma vez que reúnem pessoas oriundas do campo que trazem produtos para comercializar na zona urbana, ao

tempo em que estas também aproveitam para fazer compras. De forma genérica, as feiras livres das cidades pequenas, tendem a se localizar na zona central.

Ao considerar a análise do papel da cidade pequena em uma rede urbana, a vida de relações funcionais que se estabelecem entre estas cidades e outras de igual ou maior porte (a exemplo das cidades médias) é, em alguns casos, uma relação hierarquizada ou de interdependência. Nesse sentido, Moreira Junior (2014), assinala que:

[...] a cidade pequena deve ser entendida como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inserida numa estrutura dinâmica: a rede urbana. Nesta direção, apoderar-se da rede urbana na interpretação das cidades pequenas induz a diversas perspectivas analíticas e permite olhar para um cenário mais amplo, considerando-as a partir das articulações e interdependência existentes entre si (Moreira Junior, 2014, p.47).

Dos estudos que discutem as relações hierárquicas entre as cidades, indubitavelmente, a Teoria das Localidades Centrais elaborada por W. Christaller em 1933 é a mais difundida e utilizada, tanto nos estudos acadêmicos, quanto nas políticas governamentais, mesmo sofrendo diversas críticas.

Se considerarmos os estudos clássicos acerca da hierarquia urbana, as cidades pequenas demandam bens e serviços (sobretudo, em saúde de média e alta complexidade, e educação superior), nas cidades médias ou grandes que integram sua rede urbana, entendida como um “conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias [...]” (Corrêa, 2006, p. 7). Por esse viés, analisa-se a cidade pequena, a partir de uma relação de horizontalidade ou contiguidade espacial.

Considerando a Teoria das Localidades Centrais, que concebe o sistema urbano em termos de uma hierarquia, Fresca (2010) assevera:

A demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas, pois há produtos e serviços de consumo frequente e pouco frequente permitindo estabelecer o alcance espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico (Fresca, 2010, p. 77).

Portanto, de acordo com a Teoria Christalleriana, os bens e serviços centrais são produzidos e oferecidos por um pequeno número de pontos centrais e consumidos em muitos pontos dispersos, gerando uma hierarquia entre as localidades, onde o grau de centralidade depende do maior número de funções, maior população externa atendida, maior volume e diversidade de bens e serviços ofertados. Os estudos e pesquisas realizadas por

Coelho Neto e Muniz Filho (2025b) corroboram com o entendimento da dependência das cidades pequenas a outras cidades (médias e/ou grandes), que exercem sobre suas populações atração locacional, devido à maior oferta de produtos, bens e serviços. Conforme asseveraram os supracitados autores:

As demandas da população das pequenas cidades são, em grande medida, atendidas por cidades médias que exercem efeito polarizador em seus contextos microrregionais. Todavia, verificam-se também fluxos importantes que implicam em maior deslocamento populacional para acessar serviços disponíveis em centros de maior porte [...] (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025a, p. 100-101).

Vale ressaltar que a pesquisa realizada pelos autores supramencionados, teve como objeto 10 cidades pequenas do território baiano, com menos de 20 mil habitantes e que não estão integradas a Região Metropolitana, nem as Regiões Produtivas Agrícolas.

No período técnico-científico-informacional (Santos, 1994; 1996), ao considerarmos as dinâmicas das cidades vinculadas ao agronegócio globalizado, ou seja, aquelas que se encontram nas “Regiões Produtivas Agrícolas” (Elias, 2006; 2011), verifica-se que as cidades pequenas se apresentam como espaços integrados ao circuito de produção e aos círculos de distribuição (Santos; Silveira, 2006), uma vez que estas, além de se caracterizar como polo de oferta de mão de obra, podem também abrigar empresas vinculadas às atividades produtivas, a exemplo das vinícolas no Vale do São Francisco, e das áreas de produção de oleaginosa na MATOPIBA, áreas caracterizadas como Regiões Produtivas Agrícolas.

Assim como ocorre em outras Regiões Produtivas Agrícolas brasileiras, no Sertão do São Francisco, certas atividades complementares ao circuito de produção da agricultura globalizada (a exemplo da vitivinicultura) estão instaladas em pequenas cidades, caracterizando fortes interações espaciais interurbanas (relações horizontalizadas), uma vez que, as cidades médias - desempenham o papel de centralidade urbana - são responsáveis pela oferta de bens e serviços vinculados aos consumos consumptivo e produtivo. Essas, também atendem às demandas do circuito de produção e dos círculos de distribuição da agricultura globalizada, cooperando para superação da contiguidade geográfica (relações verticalizadas) (Muniz Filho, 2021, p. 104).

Elias (2011, p. 157) assinala que as Regiões Produtivas Agrícolas, representa “[...] um lugar funcional do agronegócio globalizado, meras regiões do fazer, com pouquíssima ou nenhuma ingerência efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas”. É preciso compreender, no entanto, que mesmo com os avanços

técnicos que caracterizam o período técnico-científico-informacional, as relações hierárquicas entre as cidades pequenas com outros centros maiores (próximos ou longínquos) ainda é perceptível.

Se considerarmos o consumo produtivo e os círculos de distribuição, as cidades pequenas instaladas nas Regiões Produtivas Agrícolas, estabelecem forte relações com centros maiores, até mesmo em escala global, sobretudo na aquisição de insumos e equipamentos (consumo produtivo), ao tempo em que fornecem a estes centros maiores, produtos diversos, geralmente como *commodities* (círculos de distribuição), caracterizando relações hierárquicas verticalizadas.

Em relação ao consumo consumptivo, as populações das cidades pequenas inseridas nas Regiões Produtivas Agrícolas, buscam (sobretudo as elites) nas cidades médias e grandes, produtos e serviços que atendam às suas demandas, estabelecendo, portanto, uma relação horizontalizada.

Destarte, inferimos, portanto, que mesmo no período técnico-científico-informacional os centros maiores (cidades médias, grandes e metrópoles) nas mais diversas escalas, ainda exercem papel de gestão do território, mantendo hierarquias horizontais e verticais sobre as cidades pequenas.

Forte relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano

A relação campo-cidade é um tema clássico, predominantemente, nos campos da Sociologia Rural, da Geografia Agrária e da Economia Rural. Os estudos permitiram erigir grandes esquemas explicativos, exemplo da perspectiva dicotômica e da perspectiva denominada de *continuum* (Marques, 2002).

O trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1996), da década de 1930, é uma referência fundamental, no sentido de explicitar as diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano. Coelho Neto (2013), sintetiza os sentidos que expressam a perspectiva dicotômica do seguinte modo:

Diversos textos ilustram os termos que dominaram essa perspectiva, concedendo elementos para a dualidade-dicotomia: o rural relacionado ao velho, ao tradicional, ao atrasado, ao passado, um espaço periférico onde se realiza atividades agrícolas; o urbano relacionado ao novo, ao moderno, ao adiantado, ao futuro, um espaço central onde se desenvolve atividades industriais, do comércio e dos serviços (Coelho Neto, 2013, p. 155).

A perspectiva do *continuum*, segundo Marques (2002), se origina na segunda metade do século XX, na esteira do avanço da urbanização e da industrialização da agricultura, anunciando uma maior integração entre a cidade e o campo, mas apontando que o espaço rural se aproxima da realidade urbana.

Neste sentido, prevalece, um viés urbano-centrado, cujas visões defenderam a existência de um processo de “urbanização da sociedade” (Lefebvre, 1999; 2001) e do território (Santos, 1993) e preconizaram o fim do rural (Graziano da Silva, 1999). Segundo Carneiro (1998), a interpretação predominante aponta para um processo flagrante de homogeneização, reduzindo a tradicional distinção entre o rural e o urbano, conformando um *continuum* no qual prevaleceria a cena urbana.

Segundo Coelho Neto (2013, p. 153), o debate campo-cidade encontrou renovado vigor nas últimas décadas, cujo conteúdo central buscou indagar sobre o fim do rural ou de sua inevitável transmutação, “[...] assentado nas distinções entre o rural e o urbano frente às transformações engendradas pela industrialização e modernização da agricultura, pelo avanço das relações capitalistas de trabalho no campo [...]”, mas, sobretudo, pelos impactos mais recentes do fenômeno da globalização.

Nas últimas quatro décadas, erigi-se uma nova perspectiva na América Latina, que renova os olhares para a relação campo-cidade e que vem sendo denominada como “novas ruralidades”. O debate envolveu diversos autores e arrolou um conjunto de questões importantes para a reflexão. Algumas das perspectivas mais reconhecidas foram: Luis Llambí (1995) e o surgimento da nova ruralidade como produto da globalização; Edelmira Pérez (2001) e a multifuncionalidade do território e o reconhecimento da pluriatividade; Maria Wanderley (2002) e as particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas do mundo rural; Mari José Carneiro (2002) e a multifuncionalidade e a pluriatividade como elementos das novas ruralidades; Roberto José Moreira (2005) e a ruralidade como identidades múltiplas e abertas; e José Eli da Veiga (2004) e a manutenção da contradição urbano-rural aliada à permanência do rural e de suas especificidades.

Em pesquisa realizada em 10 (dez) cidades pequenas na Bahia, com população inferior a 12 mil habitantes (Coelho Neto e Muniz Filho, 2025a), diversos achados revelaram a estreita relação entre a população citadina e os espaços rurais dos seus entornos imediatos. Considerando um universo de aproximadamente 75 mil habitantes das cidades e uma amostra de 2.506 pessoas, 87% manifestaram estabelecer relações com o rural. Entre este

último contingente, 73% procuram a zona rural para desenvolver atividades de lazer, 64% participam de eventos na zona rural, 48% dos citadinos tem familiares com propriedade rural, 20% têm suas propriedades rurais e, 19% residem nas cidades, mas trabalham no campo.

Neste sentido, as relações campo-cidade são marcantes e constituem/compõem a dinâmica sociocultural da população citadina. Práticas socioespaciais da população das cidades pequenas são diretamente influenciadas pelos conteúdos rurais.

Rua (2006) afirma que a presença de “urbanidades no rural” marca a dinâmica do campo, compreendendo-as como manifestações do urbano em áreas rurais, mas que não são capazes de transformar estes espaços em urbanos. Essas presenças/marcas do urbano atravessando o rural, conferindo-lhe novos conteúdos e novas características ao campo brasileiro.

Nossa proposição não desconsidera a existência de conteúdos urbanos que atravessam o rural, conferindo-lhes novas formas-conteúdos, e, por conseguinte, novos significados. A ideia que advogamos admite a coexistência do processo inverso, ou seja, na presença de ruralidades no espaço urbano, em especial nas cidades pequenas baianas e nordestinas.

A nossa aposta reside na possibilidade de jogar luz sobre a dinâmica socioespacial das cidades pequenas, ancorando-se no pressuposto de que as ruralidades marcam e conformam as cidades pequenas, ou seja, são presenças que permanecem expressivas na cena urbana.

Advogamos que estamos diante da persistência de ruralidades no urbano, essas formas-conteúdos que “[...] revelam as marcas das ruralidades no urbano, ou seja, são elementos constitutivos da profunda imbricação rural-urbano que conforma a espacialidade das pequenas cidades (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025b, p. 53).

Coelho Neto e Muniz Filho (2025a, 2025b) revelaram que as vaquejadas e as cavalgadas ocorrem no espaço urbano como eventos que compõem as práticas socioespaciais da população rural. Nas ruas das cidades pequenas, observa-se a presença expressiva de animais pastando, de carroças puxadas por animais, de animais usados como meio de transporte, de criatórios de animais no quintal, de casas com cercas de madeira. As cidades pequenas são caracterizadas pela existência de um entorno rural, indicando que a indistinção rural-urbano se faz presente no cotidiano da população urbana.

Neste sentido, o fenômeno que estamos reconhecendo e afirmando, denominado de ruralidades no urbano, pode ser compreendido “[...] como formas (objetos) espaciais, práticas e hábitos típicos do espaço rural que estruturam e atravessam o espaço urbano das pequenas cidades e tornam a relação cidade-campo um horizonte flagrantemente perceptível (Coelho Neto; Muniz Filho, 2025b, p. 54).

Considerações finais

Diversos pesquisadores, sobretudo brasileiros, têm, nas últimas décadas, despertado interesse crescente em estudos e abordagens sobre as cidades pequenas. Entretanto, mesmo havendo um grande esforço analítico visando maior apreensão das especificidades que caracterizam essas unidades escalares, percebem-se algumas lacunas teórico-metodológicas, que demandam reflexões sistemáticas para dar conta da complexidade que demarcam as cidades pequenas.

Este artigo, não teve a pretensão de preencher essa lacuna teórico-metodológica acerca das cidades pequenas, mas, ampliar as abordagens sobre a temática, a partir de algumas dimensões analíticas: (i) o tamanho populacional; (ii) a dependência da população em relação à administração pública municipal; (iii) a inserção da cidade pequena em uma rede urbana regional; e (iv) a estreita relação campo-cidade e a presença de ruralidades no urbano das cidades pequenas.

Mesmo havendo pesquisadores que defendam que os estudos a respeito das cidades pequenas devam partir da análise de seu quantitativo demográfico, tem ocorrido amplo debate e críticas, que apontam os riscos e limites em se considerar apenas essa variável (quantitativo demográfico), para apreensão das dinâmicas socioespaciais que atravessam as cidades pequenas, uma vez que tal abordagem analítica, pode reduzir tais espaços, a uma simples expressão numérica, desconsiderando a diversidade regional e as várias dimensões espaciais que podem ser açãoados.

Alguns estudos e pesquisas, demonstraram que uma das características das cidades pequenas, é a dependência da população à administração pública municipal. As análises dos empregos formais de algumas cidades pequenas, considerando dados primários e secundários, apontaram que tal dependência, ocorre devido a baixa oferta de empregos no setor de comércio e, em alguns casos, a ausência de empregos no setor industrial. Tais situações, corroboram para que a administração municipal absorva parte da mão de obra

disponível, nas áreas de serviços, com destaque para educação (professores e agentes escolares) e saúde (técnicos e agentes de saúde).

Analizar as pequenas cidades a partir da vida de relações funcionais que se estabelecem nas diversas escalas geográficas, foi fundamental para a compreensão dos papéis que essas formas-conteúdos ocupam em um sistema urbano regional. Vale considerar que a urbanização frágil impõe uma demanda por bens e serviços não encontrados nas cidades pequenas e atendidos em centros urbanos de maior porte da rede urbana.

Na escala intraurbana, a pequena cidade exerce significativa influência sobre seus cidadãos, uma vez que é nesta que buscam os produtos e serviços básicos que atendam a suas demandas mínimas (limiar). Além do que, as feiras livres (mercados periódicos), ampliam o fluxo interno dessas cidades em seus dias de ocorrência, e ampliam as relações de sociabilidades, que é uma das características marcantes das cidades pequenas.

Na escala da rede urbana, as cidades pequenas foram analisadas a partir de dois prismas (horizontalidade e verticalidade). O primeiro atende, principalmente, as demandas do consumo consumptivo, no qual os cidadãos estão dispostos a buscar em outros centros, produtos, bens e serviços, não disponíveis em seus locais de moradia (alcance). O segundo, está vinculado, sobretudo, ao consumo produtivo e aos circuitos de circulação, em especial, nas cidades pequenas inseridas em Regiões Produtivas Agrícolas. Infere-se, portanto, que a inserção de uma pequena cidade a uma rede regional (nacional ou globalizada), ocorre a partir de relações funcionais hierárquicas, corroborando com as abordagens teórico-conceituais de Walter Christaller (Teoria das Localidades Centrais).

Por fim, mas sem esgotar a temática que é por demais complexa, buscou-se dialogar com as clássicas abordagens analíticas da relação campo-cidade, que embasaram estudos nos campos da Sociologia Rural, da Geografia Agrária e da Economia Rural. Todavia, esboçamos uma abordagem metodológica que priorizou a presença de ruralidades no urbano. Ou seja, foram analisados conteúdos e práticas socioespaciais que demonstraram que mesmo no período técnico-científico-informacional, muitas das cidades pequenas, ainda são demarcadas por hábitos e costumes, plenos de ruralidades (uso de animais como meios de transporte, utilização de cercas para delimitar lotes, cultivo de hortas nos quintais, animais de grande porte circulando pelas ruas).

Estudar as cidades pequenas, continua a ser desafiador, uma vez que precisamos nos atentar as suas singularidades e pluralidades, definidas sobretudo, pelos processos de

temporalidade e espacialidade que nos desafiam a apreender o caráter ontológico e epistemológico destes espaços dinâmicos.

Referências

- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequenas cidades: uma caracterização. In: **Anais...** V Encontro de Grupo de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais. Santa Maria: GPET, 2009.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. de C. (Orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.
- COELHO NETO, Agripino Souza. Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Campo-Território**, v. 8, p. 152-169, 2013.
- COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. **Cidades Pequenas da Bahia**: tamanho populacional, rede urbana e ruralidades no urbano. Curitiba: CRV, 2025a.
- COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. Biritinga, cidade pequena no Nordeste da Bahia: dimensão populacional, rede urbana e relação campo-cidade. **Revista Cerrados**, v. 23, p. 29-58, 2025b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana -Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999, p.43-53.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-81.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov., 2011.
- FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 75-81, set/dez, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. 2. Ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p.32-49(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.
ISSN: 2176-5774

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LLAMBÍ, Luis. **Globalización, Ajuste y Nueva Ruralidad**: uma agenda para la investigación y el desarrollo rural. Laboratório de Estudios Rurales y Agrarios, Venezuela, 1995.

MARQUES, Marta Inês M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP**: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

MOREIRA, Roberto José. Identidades sociais em territórios rurais fluminenses. In: MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MUNIZ FILHO, Antonio. **Desigualdade e Diferenciação Socioespacial em Cidades Médias do Sertão do São Francisco**: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - Formação Socioespacial e Meio Técnico-Científico-Informacional. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

MUNIZ FILHO, Antonio; COELHO NETO, Agripino Souza. Região Imediata de Juazeiro (Bahia, Brasil): Rede Urbana, Polarização e Vida de Relações Funcionais. In: GUTIÉRREZ, Juan Ignacio Plaza; ONDOÑO, Irene Sánchez; ARRIBA, Jesús Moreno. (Org.). **América Latina**: paradigmas, procesos y desafíos en un contexto de cambios (hiper)acelerados. Madrid: Asociación Española de Geografía, 2025, p. 145-155.

PÉREZ, Edelmira. **Hacia una Nueva Visión de lo Rural**: Una Nueva Ruralidade em América Latina? Norma Giarracca (compiladora). Colección Grupos de Trabajo de Calcso. Grupo de trabajo Desarrollo Rural. Buenos Aires: Clacso, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Série Estudos e Pesquisas. v. 87. Salvador: SEI, 2010, p 93-105.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Introdução Crítica a Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 198-224.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado. **Cidades Pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

VEIGA, José Eli. A dimensão Rural do Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 71-84, abr., 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: UFPE, 2001. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e Ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. N. (orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa, 2002, p. 39-52.

Sobre os autores:



AGRIPINO SOUZA COELHO NETO

E-mail institucional: agscneto@uneb.br

Doutor em Geografia (UFF). Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET). Coordenador do Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS). Coordenador da Rede de Pesquisadores em Cidades, Territórios e Meio Ambiente (ReCITA) e da Rede Iberoamericana: Actores colectivos, Democracia y Territorio (RIADT).



ANTONIO MUNIZ FILHO

E-mail institucional: muniz@uneb.br

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFAL). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET). Coordenador do Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS) e do Grupo de Estudos CST (Cidades, Sociabilidade e Transformações). Coordenador da Rede de Pesquisadores em Cidades, Territórios e Meio Ambiente (ReCITA).

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.



AS CIDADES PEQUENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS ANALÍTICOS E ABORDAGEM ESPACIAL

Paulo Fernando Jurado da Silva¹

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

E-mail: pfjurado@uems.br

Giovane Silveira da Silveira²

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

E-mail: giovane@uems.br

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli³

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

E-mail: marahora@uems.br

Resumo

Este texto discute os desafios analíticos e a abordagem espacial aplicados à compreensão contemporânea das cidades pequenas no Brasil, no contexto da urbanização desigual e contraditória presente na produção do território. Em termos metodológicos, a investigação baseou-se na interpretação teórica e material da realidade, assim como em dados secundários provenientes de órgãos e instituições públicas sobre população, economia, emprego, difusão da internet e outros temas correlatos, os quais subsidiaram a elaboração de mapas e inferências sobre a temática das cidades pequenas. Adotou-se como ponto de partida o corte demográfico de até 50 mil habitantes para a definição das cidades eleitas para a investigação, reconhecendo-se, entretanto, os limites desse critério. Os resultados demonstraram que essa fração do urbano no país compõe a realidade espacial mais abrangente do território nacional, correspondendo a cerca de um quarto da população brasileira. Observa-se, por fim, a difusão dos grandes setores da economia sob a ótica do emprego em diferentes escalas espaciais, bem como os desafios relacionados à cobertura da internet nesses centros. Tais elementos permitem concluir e inferir sobre a configuração desses espaços a partir da interpretação de uma modernização restrita e seletiva do território.

Palavras-chave: Cidades pequenas; Urbanização; Abordagem espacial; Desigualdades territoriais; Tecnologia da informação e comunicação.

SMALL CITIES IN CONTEMPORARY BRAZIL: ANALYTICAL CHALLENGES AND SPATIAL APPROACH

¹ Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UEMS).

² Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Ponta Porã. Docente Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) e no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas.

³ Professora dos Cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Abstract

This text discusses the analytical challenges and spatial approach applied to the contemporary understanding of small towns in Brazil, within the context of unequal and contradictory urbanization present in the production of the territory. Methodologically, the investigation was based on the theoretical and material interpretation of reality, as well as on secondary data from public agencies and institutions concerning population, economy, employment, internet diffusion, and other related topics, which supported the development of maps and inferences on the theme of small towns. The study adopted a demographic threshold of up to 50,000 inhabitants as a starting point to define the cities selected for analysis, while acknowledging the limitations of this criterion. The results showed that this fraction of the urban population represents the most widespread spatial reality across the national territory, accounting for about a quarter of Brazil's population. Finally, the diffusion of major economic sectors is observed through the lens of employment at different spatial scales, as well as the challenges related to internet coverage in these centers. These elements allow for conclusions and inferences regarding the configuration of these spaces based on the interpretation of a restricted and selective modernization of the territory.

Keywords: Small cities; Urbanization; Spatial approach; Territorial inequalities; Information and communication technology.

CIUDADES PEQUEÑAS EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO: DESAFÍOS ANALÍTICOS Y ENFOQUE ESPACIAL

Resumen

Este texto analiza los desafíos analíticos y el enfoque espacial aplicados a la comprensión contemporánea de las ciudades pequeñas en Brasil, en el contexto de la urbanización desigual y contradictoria presente en la producción del territorio. Metodológicamente, la investigación se basó en la interpretación teórica y material de la realidad, así como en datos secundarios provenientes de organismos e instituciones públicas sobre población, economía, empleo, difusión de internet y otros temas relacionados, que subsidiaron la elaboración de mapas e inferencias sobre la temática de las ciudades pequeñas. Se adoptó como punto de partida el umbral demográfico de hasta 50.000 habitantes para la definición de las ciudades seleccionadas para la investigación, reconociendo, sin embargo, los límites de este criterio. Los resultados demostraron que esta fracción del ámbito urbano del país constituye la realidad espacial más amplia del territorio nacional, correspondiendo aproximadamente a una cuarta parte de la población brasileña. Por último, se observa la difusión de los principales sectores económicos desde la perspectiva del empleo en diferentes escalas espaciales, así como los desafíos relacionados con la cobertura de internet en estos centros. Estos elementos permiten concluir e inferir sobre la configuración de estos espacios a partir de la interpretación de una modernización restringida y selectiva del territorio.

Palabras clave: Ciudades pequeñas; Urbanización; Enfoque espacial; Desigualdades territoriales; Tecnología de la información y la comunicación.

Introdução

As cidades pequenas representam uma realidade importante no território brasileiro e também no mundo. Diversos estudos já consideraram essa realidade ao destacar sua relevância para o desenvolvimento regional e a dinâmica socioespacial. Trata-se de uma dimensão inerente ao processo de urbanização, que não deve ser compreendido como algo

estanque, mas como um fenômeno em andamento, continuidade e em permanente transformação.

Autores como Corrêa (1999), Santos (1982) e Fresca (2001) auxiliaram na compreensão dessa realidade socioespacial, presente em todas as regiões do território brasileiro. Trabalhos contemporâneos como os de Soares (2008), Bernardelli (2004), Jurado da Silva e Sposito (2007, 2009), também têm contribuído para o debate sobre o tema, descrevendo, em diferentes medidas, a inserção desses centros em distintas regiões. Assim, há um repertório crítico que permite ler, compreender e estudar tal realidade socioespacial.

Consequentemente, tendo como base esta construção teórica e científica é que se delineia o artigo, com o objetivo de debater os desafios analíticos e a abordagem espacial para a compreensão contemporânea das cidades pequenas, a partir da dinâmica da urbanização.

É importante ressaltar que a urbanização mundial tem ganhado novas nuances e contorno, com a inserção e expansão das tecnologias da informação e comunicação. Assim, quando se escreve, por exemplo, sobre a superação da hierarquia urbana a partir da internet e da conexão de produtos e serviços entre diferentes centros de distintas regiões e países, deve-se ter a cautela necessária para não se proferir generalizações descabidas na análise do fenômeno.

Para tanto, metodologicamente, recorreu-se ao levantamento e à revisão bibliográfica sobre o assunto, assim como à compilação de dados secundários em diversos sítios institucionais. No IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foram coletados dados sobre população, especialmente. O ano de 2022 configurou-se como ano base de apoio para as demais pesquisas, considerando-se a possibilidade comparativa, estabelecida a partir deste cenário. No Ministério do Trabalho e Emprego, dados sobre vínculos empregatícios; na Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), informações sobre exportações; e, na Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), dados referentes à cobertura de internet no país. A partir desses procedimentos, foram elaborados mapas sobre as dimensões abordadas, bem como análises teóricas e empíricas acerca do tema das pequenas cidades e da urbanização contemporânea.

Dessa maneira, a tarefa esboçada aqui é desafiadora. Temos a certeza de que não esgotaremos o debate, mas acreditamos que lançaremos elementos para um diálogo crítico sobre o tema. Nesse sentido, este texto configura-se como um esboço de uma tarefa que

precisa ser desenvolvida a partir de uma agenda coletiva. Temos construído essa agenda ao longo de anos por meio das nossas trajetórias individuais e nas nossas orientações, na Mikripoli – Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades, bem como em diferentes eventos e espaços de construção coletiva da Geografia e de áreas afins.

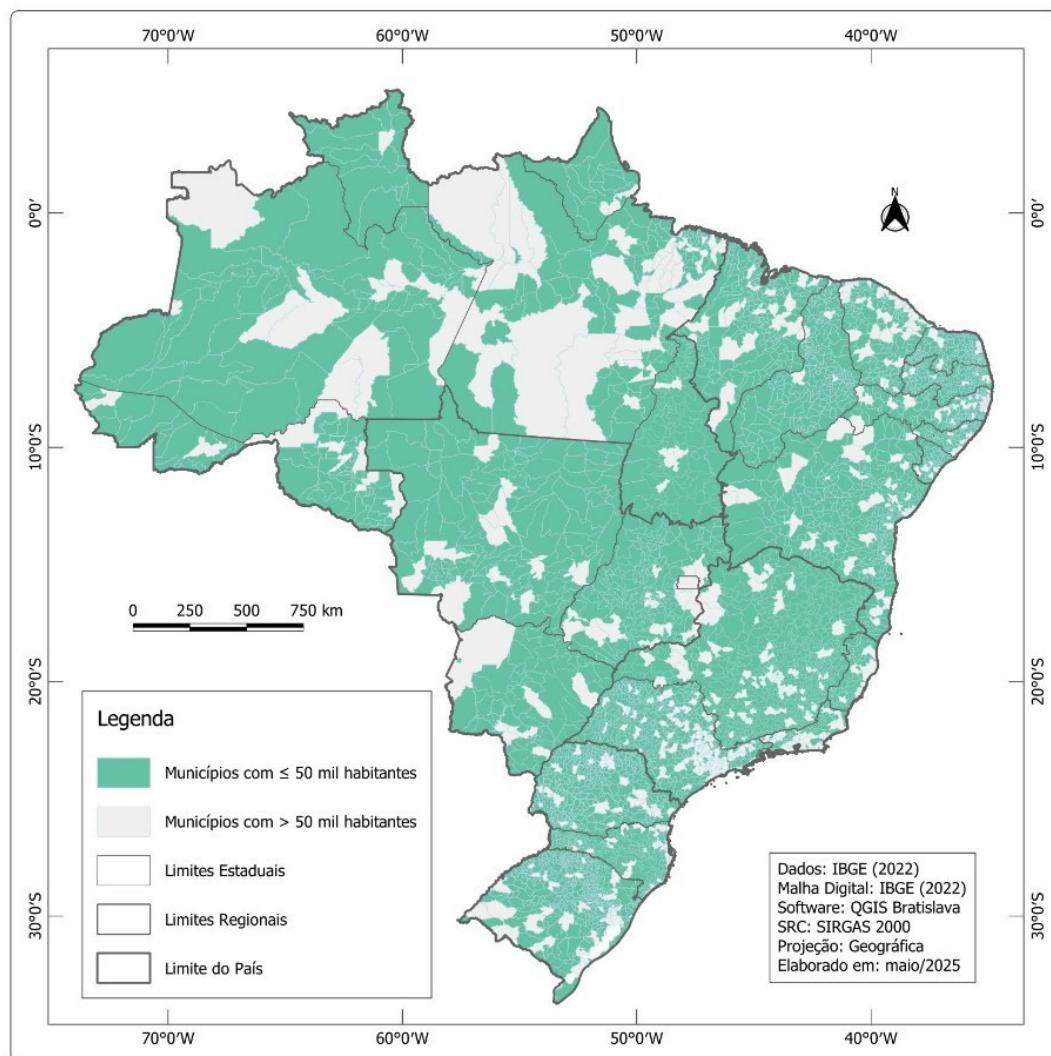
Assim, para início de debate, consideraremos, conforme Corrêa (1999), o patamar de 50 mil habitantes como critério para estabelecer um recorte dos municípios que possam apresentar tal condição. Todavia, compreendemos que certas generalizações podem ser limitadoras no caso brasileiro, sendo necessário verificar as diferentes formações socioespaciais, os sistemas urbanos regionais, o aspecto funcional na rede urbana, valorizando as particularidades relacionais produzidas na interação com diversos centros e o contexto local, além da interação com o espaço rural (Jurado da Silva; Sposito, 2007; Jurado da Silva, 2009).

No caso em tela, partirmos da escala municipal (Soares, 2008), entendendo-a como ponto de partida para a compreensão dialética da relação cidade-campo. Nesse contexto, observa-se que os municípios com menos de 50 mil habitantes são predominantes no país, conforme pode ser visualizado na Figura 01.

Esta categoria pode abranger grande diversidade socioespacial de cidades pequenas, cabendo nesse quociente aquelas com polarização baixa, restrita à sua extensão territorial municipal e outras com maior alcance espacial. Em termos proporcionais à dimensão territorial de cada unidade da federação, é o Estado do Pará que apresenta a menor participação dessa categoria em seu território, embora se ressalte que os municípios dessa unidade da federação são extensos, além de haver uma quantidade menor de municípios em comparação com estados como São Paulo e Minas Gerais.

Nesse sentido, compreender essa realidade exige o reconhecimento de possíveis distorções, sendo apenas um exercício analítico, passível de ajustes, conforme a realidade local em que o fenômeno se evidencia ou se delinea. Por exemplo, cidades como Borá, com população inferior a 907 habitantes (IBGE, 2022) e forte relação com o capital canavieiro, contrastam com outras que apresentam um limiar populacional mais elevado, como é o caso de Adamantina (34.687 habitantes, IBGE, 2022), no interior de São Paulo, que possui maior diversificação do ponto de vista industrial, comercial e de serviços (Jurado da Silva, 2011).

Figura 01. Municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes no Brasil, 2022.



Fonte: Organização própria.

Ou seja, não se pode escrever sobre a urbanização contemporânea no Brasil sem levar em conta o campo e, por extensão, a dinâmica rural/agrária. Sabe-se que, historicamente, cidade e campo são interligados, embora alguns autores tentem compreender essa realidade de forma estanque e antagônica, tratando um como negação do outro. Pode até ser, do ponto de vista da divisão territorial do trabalho, em que o campo se vincula à produção agrícola e da natureza, e a cidade à indústria e à concentração, mas no mundo contemporâneo as realidades são multifacetadas, e esses universos conceituais se embaralham em seus conteúdos, embora permaneçam como formas espaciais. Não se trata,

portanto, de negar sua existência; o que se advoga é que a complexidade se intensifica e confere a essas realidades um contexto mais amplo e de múltiplas conexões.

Consequentemente, observa-se que o quadro socioespacial brasileiro é complexo, exigindo uma leitura aprofundada da diversidade, para que não se incorra em equívocos conceituais. Sem sombra de dúvidas, entendemos as cidades pequenas como ponto de partida para a compreensão de todos os demais núcleos urbanos, pois nelas se expressa o patamar inicial, mínimo e básico da realidade urbana, não apenas no sentido da dimensão demográfica, mas também pelo conteúdo que revelam, repleto de contradições. São núcleos primazes da formação socioespacial, com conteúdo e forma de magnitude mais simples e menos densa, o que, no entanto, não significa ausência de complexidade.

Nesse sentido, o texto está organizado nesta introdução, em que é apresentado o tema a ser desenvolvido, seguida de dois itens teóricos que abordam a urbanização, a diversidade espacial e as cidades pequenas, bem como um ensaio sobre a urbanização brasileira contemporânea a partir desta escala da rede urbana. A partir dessa dinâmica, são apresentadas as considerações finais que sumarizam o debate e reforçam a necessidade de uma agenda coletiva de pesquisa.

Com base em tais premissas, consideramos que o espaço brasileiro é dotado de dinâmicas de diversidade e de homogeneização. Temos um par contraditório para a leitura socioespacial em que as cidades pequenas não devem ser estudadas isoladamente, mas no contexto das suas relações no quadro da urbanização, como será melhor trabalhado a seguir.

Urbanização, diversidade espacial e cidades pequenas

Muito já se produziu sobre a urbanização brasileira e seu crescimento exponencial no século XX, demonstrando tanto os aspectos relativos ao interurbano – como aqueles ligados à conformação de sua rede urbana, diferenciação entre os núcleos urbanos, articulações e desconexões referentes aos sistemas de comunicações e transportes, quanto aqueles referentes ao intraurbano, tais como desigualdades, fragmentação e segregação socioespaciais, periferização, centralidade, entre muitos outros.

Parte estruturante da sociedade contemporânea, o urbano é o lugar de residência da expressiva maioria dos brasileiros, sendo que em 2022 já congregava 87,41% (IBGE, 2022) da população do país. Considerando-se o universo das cidades existentes, parcela expressiva

desta população está concentrada, sobretudo, em cidades grandes, acima de 500 mil habitantes, representando cerca de 30% do total, percentual que se amplia consideravelmente, quando se considera as regiões com maior densidade populacional na órbita das maiores cidades, como as regiões e áreas metropolitanas e as aglomerações urbanas, com fortes interligações econômicas e funcionais. As dinâmicas presentes nas cidades apresentam, deste modo, gradientes muito diferenciados, conforme os papéis e os níveis de articulação que os centros urbanos apresentam.

Porém, mais de 88% dos municípios brasileiros são considerados pequenos (do total de 5570), representando 4.913 cidades com até 50 mil habitantes, onde vive aproximadamente um quarto da população (25,19%), com base no último Censo Demográfico do IBGE (2022). Isso representa aproximadamente 45 milhões de pessoas vivendo em pequenas cidades.

Especialmente após a Segunda Guerra Mundial a urbanização intensificou-se no país, principalmente devido à movimentação demográfica no território, notadamente pela migração rural-urbana e inter-regional, assim como, o aumento da taxa de natalidade no período e com isso:

[...] Estima-se que, entre 1960 e o final dos anos oitenta, auge do ciclo migratório, saíram do campo para as cidades quase 43 milhões de pessoas, considerando, inclusive os ‘efeitos indiretos da migração’, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades.” (Brito; Pinho, 2012, p. 7).

Tal processo ocorreu de forma acelerada e intensa por todo o território, marcado, porém, por especificidades e particularidades concernentes à dinâmica econômica diferenciada vivenciada pelas regiões brasileiras. Assim, a urbanização se manifestou/manifesta como um fenômeno de enorme complexidade, envolvendo a expansão do território urbano, o crescimento populacional, transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, promovendo mudanças desde a estrutura social, não estando restrito somente ao crescimento físico das cidades.

Segundo Lefebvre (1969; 1973) quando se analisa o urbano é necessário entendê-lo como processo social, identificado e articulado à totalidade da vida no contexto contemporâneo, que é realizado de forma ampla em todos os espaços existentes (espaços de produção e da reprodução social), fundamental às dinâmicas capitalistas, porém reproduzindo múltiplas contradições, com sérias implicações na estruturação da sociedade, particularmente, na sua era urbana.

Carlos (1994) ressalta que as contradições e conflitos derivados desta forma de produção do espaço incorre em uma espacialidade fragmentada, sendo marcadamente segmentada, reproduutora de desigualdades e diferenciações socioespaciais. Analisar tais processos exige observar as formas geradas, mas indo muito além delas, compreendendo como envolvem a constituição do humano no quadro de uma sociedade profundamente desigual, que determina formas de apropriação diferenciadas do espaço produzido. Desta forma, o lugar é revelador da multiplicidade de relações que conformam a totalidade, evidenciando o conteúdo social da produção do espaço, que é, ao mesmo tempo, articulado e fragmentado, constituidor da sociedade urbana (Carlos, 1997).

Um outro conceito que nos auxilia a refletir sobre a questão urbana na atualidade é o proposto por Monte-Mor (2005) ao debater a “urbanização extensiva”, na medida em que o urbano avança os limites formais/legais da cidade, estabelecendo novas formas espaciais, promovendo o reordenamento de territórios e modificando os modos de vida. No contexto atual o rural e o urbano se interpenetram, processo que pode ser observado em distintas áreas, manifestando características urbanas em espaços tradicionalmente rurais e em regiões circunvizinhas, tornando mais complexa a realidade a ser analisada.

Nesta perspectiva, a proposta centra-se em pensar o urbano como dimensão estruturante da sociedade contemporânea, porém, refletindo suas manifestações a partir das pequenas cidades, espaços que geralmente estão em profunda relação com o mundo rural. Conforme Corrêa (2011), a pequena cidade apresenta diferentes origens e houve um esforço do autor em tentar conceitua-la, propondo a reflexão a partir da proposição de tipos idealizados, que pudessem oferecer subsídios para se pensar em sua complexidade.

O fato é que são inúmeros os processos que estão na base da constituição das cidades, resultados de distintas formações socioespaciais. O autor ressalta o fato de que, em meados do século passado, houve uma modificação crucial nos papéis das cidades, a partir do desenvolvimento da industrialização e do processo de modernização do campo brasileiro, acelerados, sobretudo, a partir dos anos 1960, com rebatimentos importantes em toda a rede urbana, mas com reflexos diferenciados nas pequenas cidades, tendo em vista, especialmente, as relações do urbano com o rural apresentarem maior visibilidade e materialidade nelas.

A maior articulação observada no território, em termos das comunicações e das redes de transporte, com o crescimento acentuado do modal rodoviário, representou para uma parcela das cidades menores atrativos para a manutenção da população. Conforme a

Tabela 01, observa-se o declínio na população que vive em cidades pequenas de até 20 mil habitantes desde os anos de 1970. Também fica explícito que idêntico fenômeno ocorre no estrato acima de 20 até 50 mil habitantes. Por sua vez, na Tabela 02, identifica-se que estes dois estratos da rede urbana representam, para o Censo de 2022, quase 45 milhões de pessoas, ou pouco mais de 25% da população urbana total do país.

Tabela 01. Distribuição percentual da população urbana segundo o tamanho das cidades, 1970 – 2022.

Tamanho das cidades	1970	1980	1991	2000	2010	2022
até 20 mil	14,44%	12,12%	12,4%	13,35%	12,18%	11,8%
20-50 mil	17,88%	15,28%	14,56%	13,84%	13,69%	13,39%
50-100 mil	10,85%	12,9%	12,92%	12,31%	11,23%	11,23%
100-500 mil	23,18%	24,33%	26,34%	27,13%	28,51%	30,61%
>500 mil	33,65%	35,36%	33,78%	33,36%	34,39%	32,96%
Total	52.097.054	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804	177.508.417
>100 mil	56,83%	59,7%	60,12%	60,49%	62,9%	63,57%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.

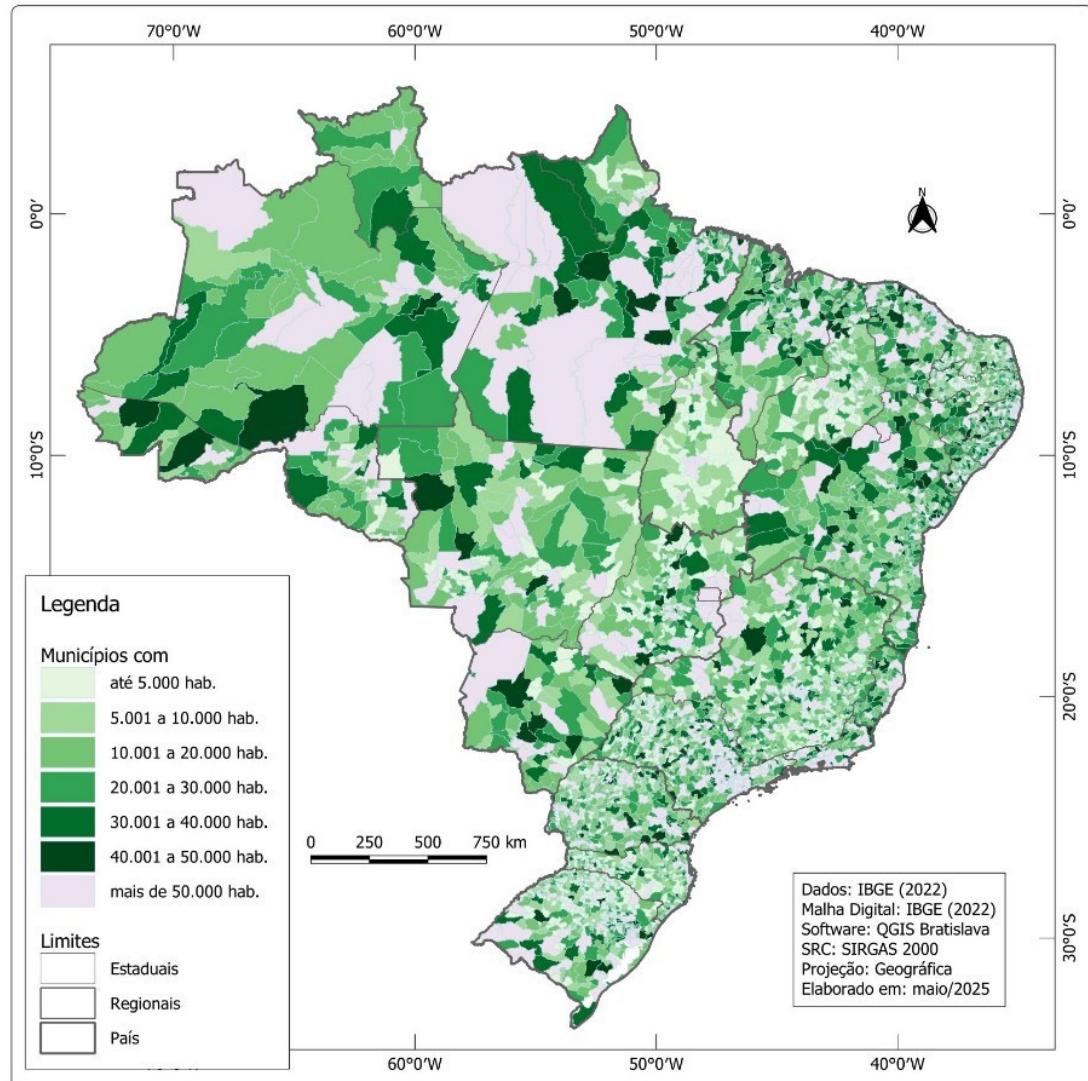
Tabela 02. Distribuição absoluta da população urbana segundo o tamanho das cidades, 1970 – 2022.

Tamanho das cidades	1970	1980	1991	2000	2010	2022
até 20 mil	7.523.060	9.747.971	13.758.230	18.415.230	19.604.815	20.952.381
20-50 mil	9.317.371	12.289.421	16.165.064	19.097.894	22.025.085	23.772.211
50-100 mil	5.650.529	10.379.663	14.342.156	16.988.107	18.071.038	19.942.166
100-500 mil	12.077.387	19.574.353	29.236.578	37.429.163	45.875.881	54.334.457
>500 mil	17.528.707	28.445.919	37.488.962	46.023.565	55.348.985	58.507.202
Total	52.097.054	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.804	177.508.417
>100 mil	29.606.094	48.020.272	66.725.540	83.452.728	101.224.866	112.841.659

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.

Na Figura 02, que mostra a distribuição das pequenas cidades por estratos de população, fica evidenciado a enorme fragmentação espacial existente, especialmente na porção leste do território brasileiro, área de ocupação mais antiga e, portanto, de maiores disputas políticas, o que resultou na formação de maior número de municípios. Os estados da federação que conheceram processos mais recentes de ocupação não indígena, e de desenvolvimento capitalista no território, notadamente, nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o número de pequenas cidades é bastante limitado, quando comparado às de povoamento mais antigo.

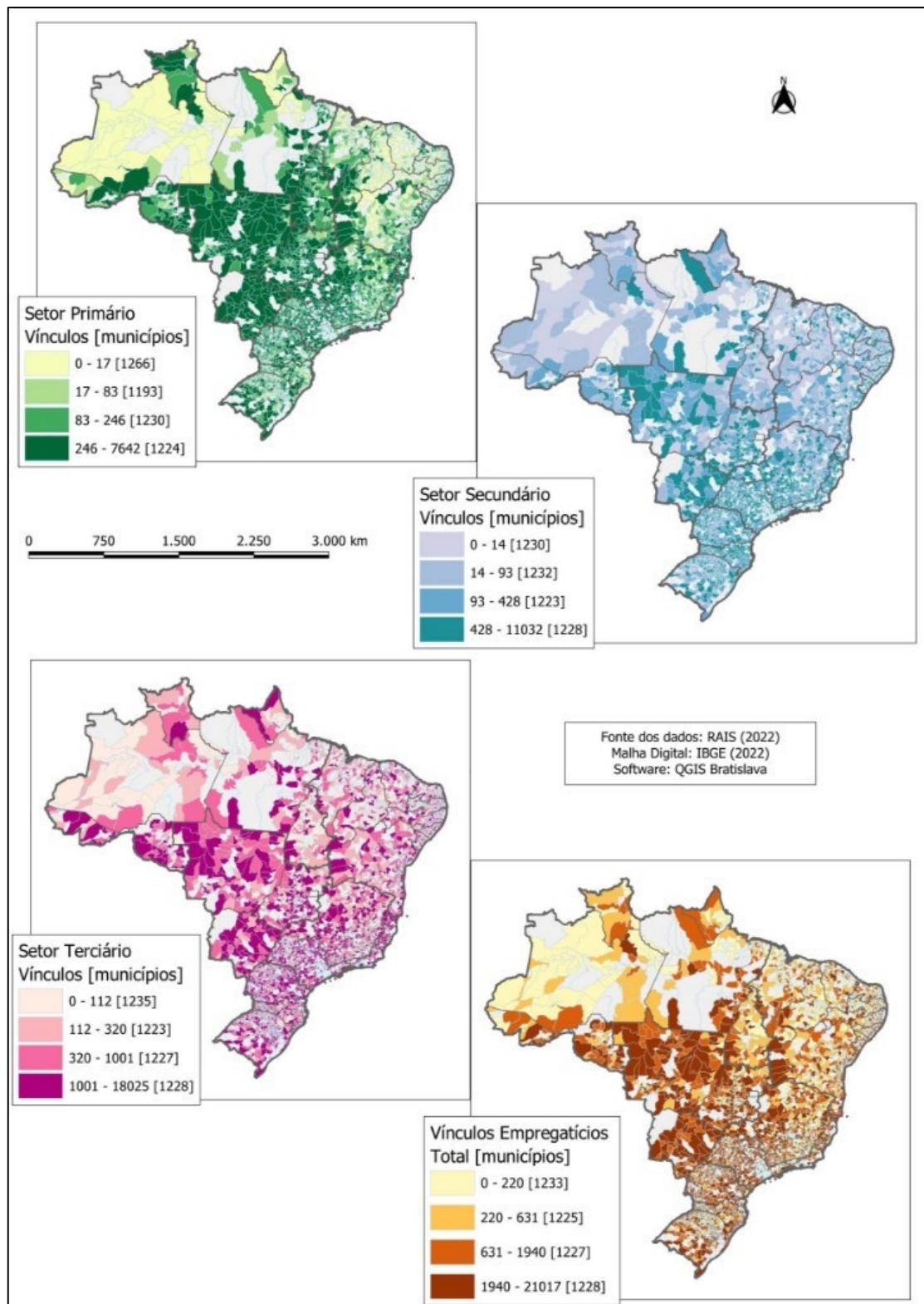
Figura 02. Municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes no Brasil segundo estrato demográfico, 2022.



Fonte: Organização própria.

Isso, por outro lado, nos auxilia a pensar sobre a importância significativa desses centros para a compreensão do território nacional. Mas, isso não significa, por outro lado, ponderar que eles são homogêneos, mas considerar a diversidade desses centros no mosaico da produção urbana, assim como os arranjos locais das redes urbanas e as configurações dos grandes setores da economia e o mundo do trabalho (Figura 03).

Figura 03. Vínculos empregáticos nos municípios com menos de cinquenta mil habitantes no Brasil, por grandes setores da economia, 2022.



Fonte: Organização própria.

No que tange à relação estabelecida entre o Setor Primário e o contexto das cidades pequenas, observa-se a concentração de vínculos empregatícios no Sul, no Sudeste e nas faixas do agronegócio no Centro-Oeste. Isso, por outro lado, demonstra a força da grande propriedade, do predomínio de produção agropecuária voltada à exportação junto ao contexto regional de distintas redes urbanas. Já os menores quocientes estatísticos de vínculos observados na Amazônia e no Semiárido nordestino não significam ausência de trabalho, mas também demarca a possibilidade do trabalho informal (algo não exclusivo apenas destas regiões, mas também presentes nas demais, em menor ou maior intensidade, a depender do contexto).

No Setor Secundário, verifica-se que o quadro de disparidades territoriais na difusão dos vínculos empregatícios permanece atrelado às estruturas herdadas de concentração e centralidade econômica do país, particularmente na chamada Região Concentrada (Santos; Silveira, 2001). No entanto, observa-se que o Centro-Oeste também apresenta importante participação no setor, evidenciando o papel das atuais cadeias de produção agroindustrial associadas às atividades pecuária, agrícola e mineral.

Esse processo pode ser claramente observado no setor de celulose em Mato Grosso do Sul, com a instalação de algumas das maiores plantas fabris do mundo nesse segmento, nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Inocência, por meio de investimentos nacional e internacional, respectivamente. Outras áreas do país, como é o caso do Nordeste, também apresentam participação da mão de obra na atividade industrial, assim como ocorre no Norte, embora com uma configuração de disseminação de menor volume e intensidade, especialmente no contexto das cidades pequenas em questão.

Por fim, comparece o Setor Terciário, que apresenta a maior difusão espacial entre todas as grandes regiões do país. Entretanto, isso não significa ausência de precarização do trabalho ou informalidade, considerando que parte significativa da mão de obra empregada no setor também está submetida à baixa remuneração, ao trabalho intensivo e à realização de atividades laborais mais simples. Isso revela a desigualdade socioespacial do país, ao mesmo tempo que evidencia a tendência de que os altos salários, a concentração de capital e as atividades mais complexas e financeiras permaneçam localizadas nas metrópoles e grandes centros.

Entretanto, é válido reconhecer que o país e o mundo vêm se transformando nos últimos anos, especialmente diante da complexa relação produzida a partir da adoção das

tecnologias da informação e da comunicação no território. Tal fenômeno não se manteve exclusivo ao ambiente das maiores cidades, e os pequenos centros, de certa maneira, têm recebido parte desses investimentos, mesmo que em menor magnitude. Isso tem alterado a dinâmica da rede urbana, com a ampliação do comércio eletrônico nacional e global, revelando, inclusive, perdas de centralidade em alguns centros e refuncionalizações pontuais em outros, para acolher novas dinâmicas de produção do mundo globalizado, impulsionadas pela expansão e consolidação da internet.

Desse modo, torna-se essencial aprofundar a análise da urbanização brasileira contemporânea, considerando como as dinâmicas históricas e as tecnologias da informação e comunicação têm moldado essa realidade diversificada. O próximo item se dedicará a essa discussão, explorando a complexidade da relação entre as cidades pequenas e o panorama mais amplo da urbanização no Brasil.

Ensaio sobre a urbanização brasileira contemporânea a partir das cidades pequenas

As cidades brasileiras são injunções de povos e, ao mesmo tempo, manifestações contraditórias do poder vigente de cada período da história. Santos (1993), dissertando sobre a urbanização brasileira no período de colonização portuguesa, considerou que:

No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Mas é temerário dizer, como o fez B. Hoelitz (1960) para toda a América Latina, que a cidade cresceu aqui ‘como flor exótica’, pois sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado (Santos, 1993, p.17).

Nessa mesma obra, Santos (1993) reconheceu que a cidade construída no Brasil pelos portugueses não é um empreendimento automático de importação de um modelo fechado, mas revela suas diferenças e movimento próprio quando implantadas no território. Na história da urbanização brasileira é possível observar a presença das cidades e a vontade de que elas existem, especialmente em locais em que a concentração fundiária é menor, embora isso não seja uma regra. O interior de São Paulo e de Minas Gerais demarca parte dessa realidade, por apresentar um maior número e variedade demográfica de cidades, em comparação a estados como Mato Grosso do Sul e Rondônia, por exemplo.

Em cada contexto regional, foram produzidas, ao longo do tempo, diferentes cidades, que revelavam seus papéis e lógicas de inserção urbana conforme os interesses

econômicos predominantes em cada época. Nessa perspectiva, as transformações no território, do ponto de vista econômico, social e histórico, possibilitaram a conformação de novas dinâmicas de uso territorial, à medida que os agentes iam imprimindo novas feições às cidades e ao campo, incorporando-os à esfera de interesse do capital, tanto em escala nacional quanto global.

A construção do território e os usos a ele atribuídos constituem, portanto, uma ação complexa de múltiplos agentes. As cidades não são sujeitos da história, mas sim objetos materiais e imateriais da sociedade. Elas resultam de intrincadas relações entre produtores, incorporadores imobiliários, proprietários fundiários, poder público, movimentos sociais, população marginalizada (Harvey, 1980; Corrêa, 1989) e uma miríade de interesses diversos.

Nesse cenário de construção contraditória da realidade socioespacial, é a partir da criação da República que o avanço da urbanização ganha novo ímpeto, alterando os sentidos da rede urbana. Ainda que se mantivessem a dependência externa e a subordinação aos interesses das grandes potências e empresas transnacionais, observou-se uma transição: de uma rede urbana voltada à satisfação dos interesses lusitanos para outra orientada à expansão da ocupação interiorana e à conformação de uma hierarquia urbana nacional. Esse processo foi impulsionado pela evolução técnica dos transportes, com a introdução das ferrovias e, posteriormente, das rodovias, aeroportos e infoestradas, conectando diferentes cidades.

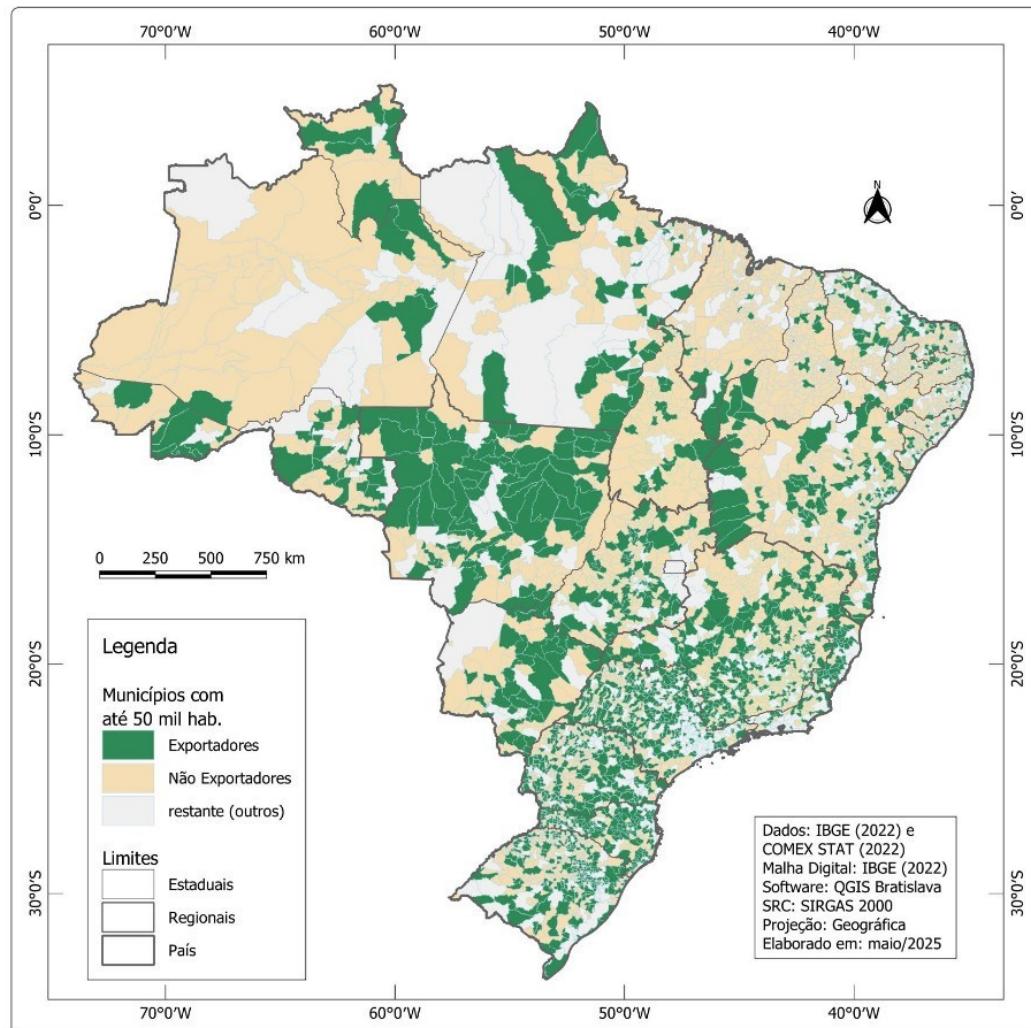
Sem sombra de dúvidas, um dos marcos desse dinamismo e da aceleração do processo de constituição de um mercado nacional foi a construção das ferrovias, especialmente em São Paulo, impulsionada pelo complexo cafeeiro (Cano, 2007), que fomentou o surgimento de diversas cidades (Monbeig, 1984) e, por fim, desencadeou um denso processo de industrialização.

Essas alterações no território são amplamente articuladas com todos os setores da economia, havendo profunda relação entre os setores e a forma como eles são articulados ao longo do tempo por diferentes ciclos, regionalmente. Atualmente, no caso brasileiro, observam-se que muitas cidades rompem hierarquias (Jurado da Silva, 2011), possibilitando a partir da industrialização a exportação de diversos produtos (mapa 4), assim como mercadorias sem qualquer tipo de beneficiamento, a partir das cadeias do agronegócio exportador, em especial, no Centro-Oeste, a exemplo da exportação de soja.

Grande destaque de exportação no universo nacional, no contexto das cidades pequenas, é observado no estado de Mato Grosso. Há, sem sombra de dúvidas, relevância

daqueles produtos vinculados ao agronegócio, com destaque para o complexo da soja, cereais, carne e algodão, colocando essa unidade da federação entre as que vêm apresentando maior crescimento econômico do Produto Interno Bruto nos últimos anos. Deve-se ressaltar, contudo, que há uma disseminação abrangente de municípios exportadores na Região Concentrada e em outras porções do território, como é o caso da chamada área do Matopiba (GITE; EMBRAPA, 2014). Todavia, isso não significa pontuar que não existam contradições no processo, especialmente em termos socioespaciais, sendo esse processo revelador de modernização do território, concentração econômica, mas acompanhado por desigualdades.

Figura 04. Municípios com menos de cinquenta mil habitantes no Brasil exportadores, 2022.



Fonte: Organização própria.

Assim, a urbanização no território brasileiro apresenta especificidades e particularidades, combinando formas de subordinação e comando face às dinâmicas produtivas, denotando desafios à compreensão do quadro urbano nacional, pela escala de abrangência e pelo rol de complexidade de papéis assumidos nas cadeias globais de produção articuladas localmente. Diante desse cenário, uma abordagem espacial da urbanização permite não apenas interpretar a realidade, mas compreender a cidade como expressão totalizante de um processo contínuo de transformação no interior do modo de produção capitalista. O espaço, além de ser produto das relações sociais, constitui-se também como ativo estratégico, articulando-se com a lógica de valorização do capital, inclusive no âmbito dos mercados financeiros.

Ao relacionar o processo de urbanização à realidade socioespacial das cidades pequenas, é preciso reconhecê-lo como parte de um sistema mais amplo: a compreensão crítica do mundo e de suas múltiplas territorialidades. O mundo, por sua vez, é formado por distintos territórios, modos de produção e realidades socioespaciais. Não existe uma “lei imanente” à Geografia capaz de apreender, por completo, essa complexidade. O que há são abordagens diversas, construídas a partir de diferentes perspectivas teóricas, contextos históricos e experiências sociais.

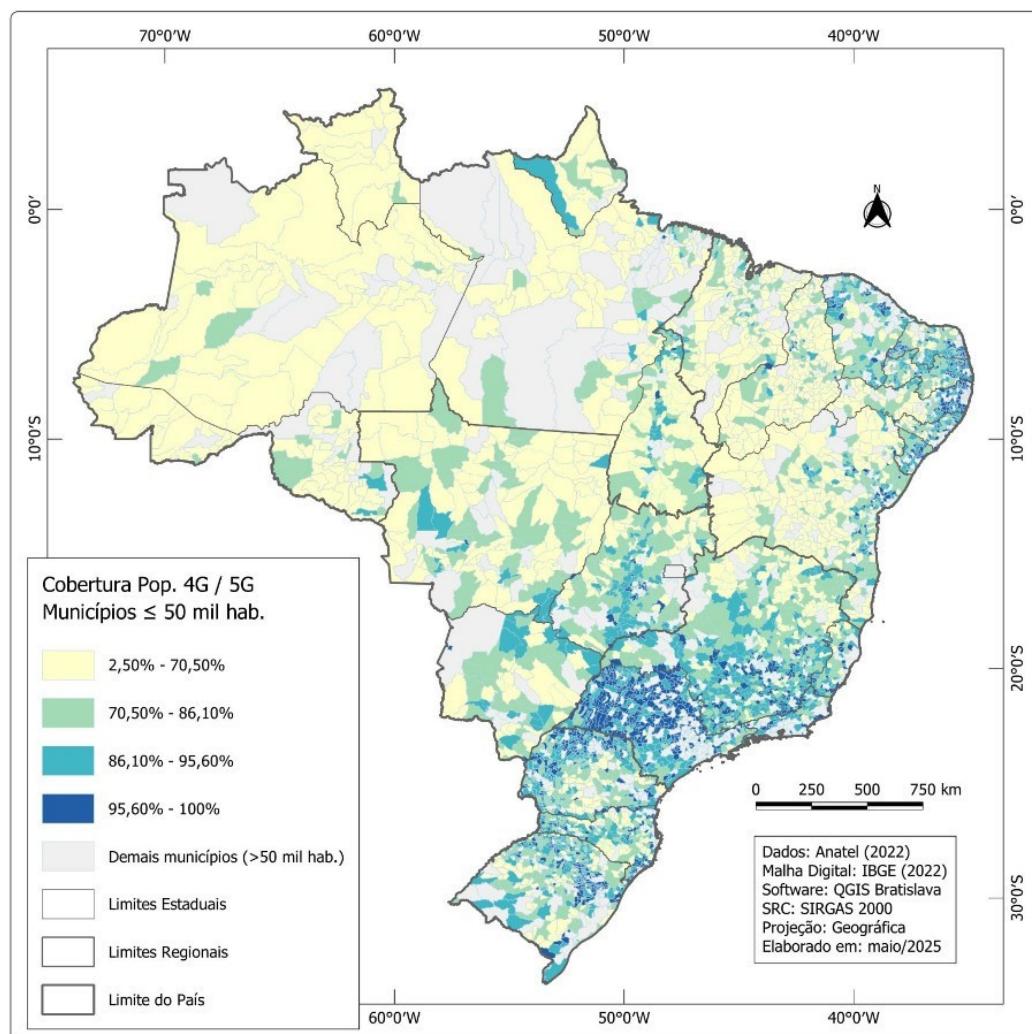
A cidade pequena, hoje, configura-se como um espaço em que se manifestam dinâmicas globais, bem como onde agentes econômicos e corporações atuam em conexão com múltiplas escalas do mundo. É, portanto, um território em que o local e o global se entrelaçam de maneira concreta, produzindo novas formas de apropriação, circulação e conflitos. As tecnologias da informação e comunicação intensificaram a presença de conteúdos e fluxos globais nesses lugares, promovendo uma homogeneização que transforma até mesmo pequenas cidades em centros de produção de *commodities*, frequentemente subordinados a interesses econômicos externos.

Nesse sentido, a urbanização brasileira e mundial só pode ser compreendida a partir do reconhecimento de que as redes são, hoje, também - e cada vez mais - virtuais, permitindo conexões e interações socioespaciais tanto entre as cidades e suas hinterlândias quanto com o mundo (Jurado da Silva, 2014). No entanto, nem todo o território nacional possui a mesma densidade tecnológica ou fluidez informacional (Santos; Silveira, 2001). A internet torna-se, assim, um elemento central desse processo, e o acesso eficaz a ela pode favorecer a circulação

de informações e impulsionar o crescimento econômico, especialmente por meio do fortalecimento das trocas comerciais.

Com o intuito de analisar a dinâmica da urbanização no território a partir do acesso à internet nas cidades pequenas, apresenta-se a Figura 05, que permite visualizar a cobertura de internet no território brasileiro, tomando essas cidades como referência. Não se trata, portanto, de adotar um determinismo conceitual que atribua à tecnologia a capacidade de, por si só, promover o crescimento econômico dos territórios, mas sim de reconhecer, de forma crítica, que essa tecnologia constitui um dos insumos essenciais para sua efetiva inserção e funcionamento no contexto contemporâneo.

Figura 05. Cobertura de internet no território brasileiro nas cidades pequenas (até 50 mil habitantes), 2022.



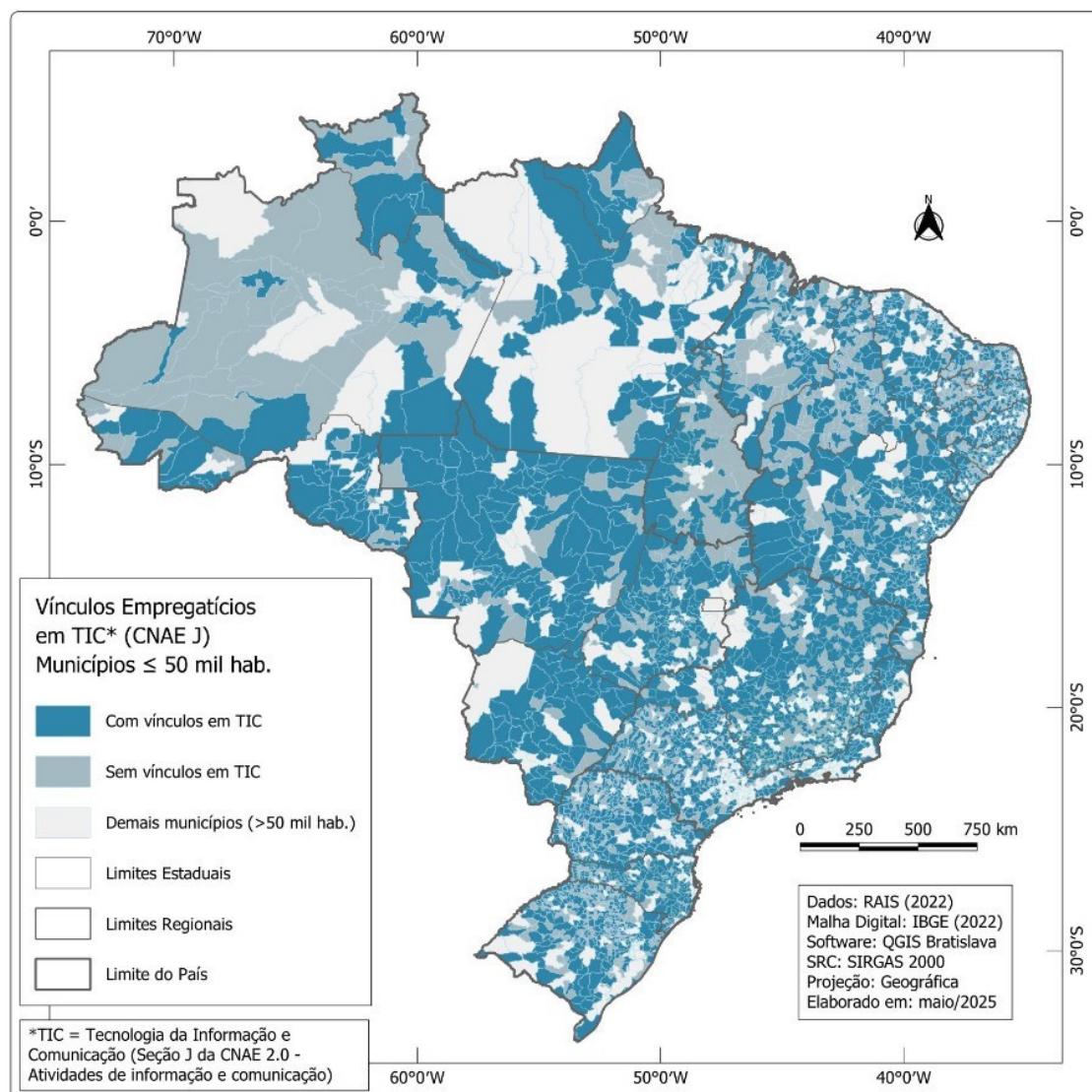
Fonte: Organização própria.

Em termos espaciais, a Região Concentrada é a que apresenta, proporcionalmente, a maior cobertura de internet do país (4G e 5G), com predominância de 80% ou mais. As regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam patamares intermediários de cobertura, enquanto a Região Norte é a que possui os menores índices no cenário das cidades pequenas. Não se trata apenas de um desafio técnico, uma vez que já existem operadoras de internet por satélite atuando no país, como é o caso da *Starlink*. Contudo, ressalta-se que tais áreas com cobertura menos favorável concentram, em geral, expressivo número de comunidades rurais, ribeirinhas e povos tradicionais. Esse cenário evidencia as desigualdades no acesso à internet no Brasil, mas também revela os elevados custos associados à tecnologia, sobretudo para populações com menor poder aquisitivo – o que representa um desafio à ampliação do uso e consumo de internet em pequenos centros mais afastados, como os localizados nos interiores da floresta amazônica, por exemplo.

Tais constatações auxiliam na leitura do território, realçando as desigualdades territoriais e entre os pequenos centros, trazendo elementos para se refletir acerca de uma inserção residual na rede urbana, subordinada ao comando de centros com maior fluidez informacional e com maior volume de densidade técnica e econômica. Fato esse corroborado pela Figura 06, que demonstra os vínculos empregatícios associados às tecnologias de informação e comunicação nos municípios com menos de 50 mil habitantes.

Diante dessas constatações, observa-se que a efetiva adoção de políticas públicas voltadas ao setor poderia reduzir tais assimetrias, a exemplo do estímulo à economia digital e da ampliação do uso e consumo da internet em comunidades mais isoladas e com menor poder aquisitivo. Todavia, tais medidas, quando adotadas de forma isolada, não são suficientes para arrefecer as desigualdades socioespaciais entre as diferentes regiões do país. Elas devem ser combinadas a outras ações não abordadas no escopo deste artigo, mas que demandam enfrentamento firme por parte dos governos, em seus diferentes níveis e escalas de atuação – a exemplo do saneamento básico, do acesso à energia, de infraestrutura viável e de qualidade, de oportunidades de negócios com geração de renda, da ampliação dos salários, da oferta adequada de saúde, educação e cultura, bem como de serviços públicos e privados eficientes que assegurem cidadania e dignidade.

Figura 06. Municípios com menos de 50 mil habitantes que apresentam vínculos empregatícios na área de tecnologia da informação e comunicação, 2022.



Fonte: Organização própria.

Este mapa foi elaborado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, com foco na seção J, que abrange, segundo o IBGE (2025), baseado em dados de vínculos empregatícios da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), setores ligados à produção e difusão de conteúdos culturais e informacionais, como atividades editoriais, audiovisuais, de radiodifusão, telecomunicações, tecnologia da informação e serviços informacionais.

Há um caráter de difusão de ocupações trabalhistas formais, especialmente, no Sul, Sudeste, embora isso seja perceptível nas demais regiões brasileiras. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam uma menor concentração desses vínculos. A seguir, uma breve descrição das principais características das ocupações trabalhistas formais nessas regiões.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 50-73(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

Centro-Oeste apresentam menor expressão desses vínculos, denotando, por outro lado, menor difusão e expansão da digitalização, expondo as desigualdades no uso do território e reproduzindo padrões históricos de concentração de infraestruturas em determinadas áreas do país, assim como, de oportunidades laborais nessa dimensão analisada.

Por fim, compreender as cidades pequenas e, por conseguinte, o território, requer, nesses termos, mais do que simples recortes demográficos, funcionais ou estatísticos. Exige uma postura crítica e lúcida para interpretar o mundo em que tais cidades se inserem, os desafios e contradições da dinâmica produtiva. Essa urbanização contraditoriamente produzida no país insere-se no esforço de compreender e transformar as relações entre o agrário e o urbano, mas também nas reconfigurações de magnitude global que caracterizam a sociedade atual – a exemplo da expansão da digitalização do território por meio das tecnologias da informação e comunicação. Trata-se, nesse caso, de uma modernização restrita espacialmente, no plano das cidades pequenas e do próprio Brasil, cujo capitalismo periférico tem como amalgama a conservação das estruturas de poder e econômicas. Tais ideias orientam as reflexões finais do presente trabalho.

Considerações Finais

Para exercitar tal proposta, adotou-se um recorte demográfico padronizado, que, embora limitador, permitiu a elaboração de um exercício analítico, conceitual e espacial sobre o Brasil, um país continental e repleto de contradições. Produzimos, portanto, em essência, uma tese sobre a realidade socioespacial nacional das cidades pequenas, a partir de sua dinâmica de inserção demográfica e econômica no contexto de uma modernização centrada em pedaços do território.

As sucessivas ondas de modernização técnica do país não foram capazes, e nem tiveram o objetivo explícito de suplantar desigualdades, e produzir plena justiça socioespacial. Temos um país contraditoriamente produzido, em termos de modernização, cujos reflexos se fazem sentir também nas cidades pequenas. Seria, nesse caso, útil separar as cidades pequenas do contexto da urbanização nacional? Sem sombra de dúvida, não. As cidades pequenas estão inseridas no mundo e, por extensão, representam a fatia espacial majoritária da realidade urbana brasileira.

A realidade é que, de forma diversa, se processam no país dinâmicas de homogeneização, cujos vetores se relacionam à ampliação da agroindustrialização, ao mesmo tempo em que a diversidade ressoa, expondo nitidamente dinâmicas plurais que devem ser compreendidas pelos estudiosos e enfrentadas como agenda pelo poder público, em suas diferentes escalas.

Avaliamos que uma agenda de pesquisa em torno das cidades pequenas é válida. Contudo, avançar nesse campo no interior da comunidade científica também constitui uma proposta epistemológica que deve ser pensada a partir da totalidade do mundo e de forma coletiva, reunindo diferentes pesquisadores sobre o tema e outros que possam dialogar com ele, a partir de diferentes áreas. A agenda e a ação coletiva não devem se esgotar em si mesmas, mas devem configurar um caminho de construção com a sociedade, caminho esse que precisa ser ampliado e acolhido pelos diferentes governos como forma de transformar a realidade socioespacial do país.

Assim, não se trata de uma intenção utópica de homogeneizar o território ou o conhecimento produzido sobre as cidades pequenas (seja em termos teóricos ou econômicos/sociais), mas de compreender essa realidade como chave para um desenvolvimento que não exclua e que assegure que os direitos não sejam privilégios de alguns. Isso inclui, nesse universo, o desenho dos serviços e das atividades econômicas ofertadas às cidades pequenas de forma mais equitativa, como é o caso do acesso à internet, tema discutido neste texto. Tal posição implica, desse modo, pensar uma topologia menos concentrada da dinâmica econômica, produtiva, política, social e cultural da rede urbana, situada no Brasil e atenta às transformações do mundo. Esse exercício perpassou o estudo da urbanização a partir das cidades pequenas e deve ser continuado, em estudos futuros, como meio para ler as injustiças do território. Lacunas, em termos teóricos, se abrem e revelam, com isso, que nenhum estudo é capaz de preencher, analisar e interpretar perfeitamente a realidade, mas podem ser capazes de descortinar também novas reflexões e propor de modo crítico/lúcido a leitura do mundo.

Referências

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP:** papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 50-73(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

- BRITO, F. A. de; PINHO, B. A. T. D. de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. 19 p. il. (Texto para discussão, 464). Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970.** São Paulo: Unesp, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano:** o exemplo de São Paulo. São Paulo: EdUSP, 1994.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** 1. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. - jun., 1999.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.
- FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, 2001. Disponível em <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2010.
- GITE/EMBRAPA. Nota Técnica nº 1: Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. Setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/gite/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** Hucitec, 1980.
- IBGE. Censo Demográfico de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0.** Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=J&tipo=cnae&versao=9&view=secao>>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- JURADO DA SILVA, P. F. Evolução das telecomunicações e integração territorial do Brasil. **Novedades en población**, v. 10, p. 105-112, 2014.
- JURADO DA SILVA, P. F.; SPOSITO, E. S. Pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP: produção do espaço e redefinições regionais. **Geografia em Atos (Online)**, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 48, v. 2, p. 50-73(2026) - Volume especial: *Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares*, 2026.
- ISSN: 2176-5774

v. 2, n. 7, 2007. Disponível em: <
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/244/paulon7v2/855>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

JURADO DA SILVA, P. F.; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro: AGETEO, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai. – ago., 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTE-MOR, R. L. O que é o urbano hoje? In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Habitação. **Seminário Cidades médias: novas realidades**. São Paulo: Secretaria da Habitação, 2005. p. 11-20.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, B. R. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24. 2008.

SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

Sobre os autores:

PAULO FERNANDO JURADO DA SILVA  

E-mail institucional: pjurado@uem.br

Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UEMS). Coordena o Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias, Território e Redes (GTTER) e integra a Rede Mikripoli de Pesquisadores de Pequenas Cidades.

GIOVANE SILVEIRA DA SILVEIRA  

E-mail institucional: giovane@uem.br

Doutorado e Pós-Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) e no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, ambos ofertados na Unidade Universitária da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) em Ponta Porã. Vinculado ao Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias, Território e Redes (GTTER/UEMS).

MARA LÚCIA FALCONI DA HORA BERNARDELLI  
E-mail institucional: marahora@uem.br

Possui doutorado, mestrado e graduação em Geografia pela UNESP Presidente Prudente. Professora dos Cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Vinculada ao Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias, Território e Redes (GTTER/UEMS).

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.



QUESTÕES CULTURAIS E ÉTNICAS NO ESPAÇO URBANO DE PEQUENAS CIDADES: REFLEXÕES CRÍTICAS

Janio Roque Barros de Castro¹

Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB)

E-mail: jcastro@uneb.br

Resumo:

No texto em tela é feita uma análise crítica sobre dimensões culturais e étnicas no contexto das abordagens territoriais no/do espaço urbano, com especial ênfase nas pequenas cidades. Do ponto de vista metodológico, foram usadas fontes bibliográficas assentadas especialmente da Geografia Humana e Cultural e suas interfaces dialógicas com outras vertentes das Ciências Humanas e das Ciências Sociais. Essas obras que compuseram a fundamentação teórica foram estudadas e analisadas no âmbito dos Grupos de Pesquisa e relacionadas com relatórios de atividades de campo realizados principalmente na região do Recôncavo Baiano. Constatou-se ausência de monumentos e de equipamentos culturais relevantes que expressem as contribuições de coletivos sociais afrodiáspóricos no espaço urbano de pequenas cidades, mesmo naquelas localizadas em regiões onde há uma forte predominância da população negra nas composições demográficas. Trata-se de um quadro de invisibilidade étnico-cultural, de natureza racista/colonialista, que se expressa na materialidade da paisagem urbana e também no plano imaterial quando são concentradas as análises em topônimos no/do espaço urbano.

Palavras-chave: Espaço urbano; Cultura; Pequenas Cidades; Questões Étnicas; Monumentos.

CULTURAL AND ETHNIC ISSUES IN SMALL CITY URBAN SPACE: CRITICAL REFLECTIONS

Abstract

This article critically analyzes the cultural and ethnic dimensions within territorial approaches to urban space, with a specific focus on small cities. The methodology relies on bibliographic sources primarily from Human and Cultural Geography and its dialogical interface with the Social and Human Sciences. The theoretical framework was developed within Research Groups and correlated with fieldwork reports conducted mainly in the Recôncavo region of Bahia, Brazil. Findings reveal a significant absence of monuments and cultural facilities that adequately recognize the contributions of Afro-diasporic social groups in the urban fabric of these small cities, even in areas where Black populations are demographically predominant. This situation signifies a racist and colonialist form of ethnic-cultural invisibility, evidenced in both the materiality of the urban landscape and the immaterial plane through the analysis of toponymy.

Keywords: Urban space; Culture; Small cities; Ethnic issues; Monuments.

CUESTIONES CULTURALES Y ÉTNICAS EN EL ESPACIO URBANO DE LAS CIUDADES PEQUEÑAS: REFLEXIONES CRÍTICAS

¹ Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 74-91(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Resumen:

Este texto presenta un análisis crítico de las dimensiones culturales y étnicas en el contexto de los enfoques territoriales del espacio urbano, con especial énfasis en las ciudades pequeñas. Desde una perspectiva metodológica, se utilizaron fuentes bibliográficas, particularmente aquellas basadas en la Geografía Humana y Cultural y sus diálogos con otras ramas de las Humanidades y las Ciencias Sociales. Estas obras, que conforman el fundamento teórico, fueron estudiadas y analizadas en el marco de los Grupos de Investigación y relacionadas con informes de actividades de campo realizadas principalmente en la región de Recôncavo Baiano. Se constató la ausencia de monumentos e infraestructuras culturales relevantes que expresen las contribuciones de los colectivos sociales afrodiásporicos en el espacio urbano de las ciudades pequeñas, incluso en aquellas ubicadas en regiones con una fuerte predominancia de la población negra en la composición demográfica. Esto refleja una invisibilidad etnocultural, de carácter racista/colonialista, que se manifiesta tanto en la materialidad del paisaje urbano como en el plano inmaterial, cuando el análisis se centra en los topónimos del espacio urbano.

Palabras clave: Espacio Urbano; Cultura; Ciudades Pequeñas. Cuestiones Étnicas; Monumentos.

Introdução

Temas e questões culturais, nas suas dimensões materiais e imateriais, são altamente relevantes nas abordagens sobre dinâmicas, conflitos e contradições no espaço urbano de cidades grandes, médias ou das chamadas pequenas cidades. Para analisar criticamente questões culturais e étnicas na leitura do espaço urbano, são feitos alguns questionamentos iniciais: Como se expressam as singularidades culturais e étnicas na paisagem urbana? Como podem ser abordadas a relação entre toponomia, cultura, questões étnicas e as relações de poder? Essas são questões complexas que não serão respondidas de forma ampla nesse texto, todavia, pretende-se expor algumas arguições críticas ancoradas em referencial teórico e em algumas observações e leituras feitas em atividades de campo. É importante destacar que tanto a presença quanto a ausência de elementos materiais ou de expressões identitárias culturais e étnicas no espaço urbano de algumas cidades podem revelar questões políticas, econômicas, imperialistas/colonialistas.

A maioria das cidades pequenas do Brasil apresenta uma morfologia que se repete: uma imponente igreja católica no centro, situada geralmente na praça principal, uma área predominantemente comercial entornada por pequenas casas residenciais. A presença destoante da igreja católica no conjunto edificado é um indicativo de materialização de relações de poder seculares, considerando a natureza imperialista/colonialista da igreja católica na história do Brasil. Dessa forma, entende-se que templos religiosos católicos grandes e hipervisíveis na paisagem urbana de pequenas cidades constituem tanto um

elemento religioso-cultural quanto uma edificação de expressão de relações de poder historicamente territorializadas.

Cidades pequenas ou pequenas cidades? Depende da vertente teórica. Segundo Silva, Gomes e Silva (2009), nos estudos sobre pequenas cidades no Brasil, há uma tendência de utilizar os critérios demográficos. As cidades que não ultrapassam 20 mil habitantes seriam consideradas pequenas. Spósito e Silva (2013) optam por utilizar a terminologia cidades pequenas, por acreditarem estar de acordo com as especificidades da língua portuguesa falada no Brasil. Para esses referidos autores, cidade pequena é uma realidade urbana não dissociada de um ponto de compreensão maior no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global e adjetivação expressaria mensuração e classificação. Nesse caso, trata-se de uma abordagem sobre as chamadas cidades pequenas, valorizando a dinâmica multiescalar.

Como explicar a ausência de monumentos ou edificações que destaquem as contribuições culturais, artísticas e científicas dos coletivos sociais afrodescendentes no espaço urbano de cidades situadas regiões onde há predominância de população negra nas composições demográficas? Como explicar a ausência de equipamentos culturais que abordem as contribuições e as potencialidades afrodescendentes na formação do Brasil nessas referidas áreas? Essas respostas estão assentadas em uma leitura crítica da história do processo em uma perspectiva alargada, como se pretende fazer nesse artigo. No presente texto, é feita uma análise crítica sobre dimensões culturais e étnicas no contexto das abordagens territoriais no/do espaço urbano, com especial ênfase nas pequenas cidades.

Para a construção do referencial teórico conceitual, dialogou-se com autores e autoras da Geografia Humana e Cultural e com produções com interfaces dialógicas com outras vertentes das Ciências Humanas e de outras áreas do conhecimento, a exemplo das contribuições de Achille Mbembe e Frantz Fanon. Essas obras, que compuseram a fundamentação teórica, foram estudadas e analisadas no âmbito do “Grupo de Pesquisa Recôncavo: território, cultura, memória e ambiente” e relacionadas com relatórios de atividades de campo realizados em diferentes regiões do território baiano. Uma das questões analíticas relevantes foi analisar edificações culturais significativas e monumentos que fazem menção aos coletivos sociais afrodescendentes no espaço urbano de pequenas cidades, notadamente na região denominada Recôncavo Baiano. Ao constatar ausências dessa materialidade altamente simbólica do ponto de vista da ativação da étnico-identitária,

foi feito uso de teóricos que abordam criticamente a natureza elitista/colonialista de monumentos, com o objetivo de compreender o desenho histórico desse quadro, que também se manifesta no plano imaterial, no caso dos topônimos que não expressam as composições étnicas em diferentes contextos geográficos do Brasil.

Inicialmente são feitas breves apreciações sobre as abordagens territoriais aplicadas ao espaço urbano. Posteriormente busca-se explicar, de forma breve, as origens históricas dos resquícios colonialistas que constituem os chamados “entulhos coloniais”, que podem ser discursivos/imateriais (palavras, topônimos, expressões) ou materiais (estátuas, edificações). Busca-se analisar, de forma crítica, elementos materiais de elevada visibilidade pública, como os monumentos, que podem expressar relações de poder de grupos hegemônicos, daí a necessidade de problematizá-los, ou podem expressar elementos dos processos identitários de coletivos sociais locais/regionais. São analisados também temas relacionados a dimensões imateriais, a exemplo das toponímias, que podem estar relacionadas a disputas e a conflitos entre grupos hegemônicos.

Abordagens territoriais, cultura e espaço urbano

As abordagens territoriais são altamente relevantes para debater temas e questões culturais em pequenas cidades para não conceber o espaço urbano apenas como palco, cenário, constituído por elementos materiais e atores sociais circulantes em seus itinerários difusos. Segundo Haesbaert (2008), o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido simbólico, de apropriação. Nas pequenas cidades, no contexto das discussões sobre cultura na dimensão material ou imaterial, há conflitos, contradições, embates que expressam relações de poder em diferentes recortes históricos.

Consoante Saquet (2007), o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; e apropriação, dominação e controle. Inspirando nessas abordagens multidimensionais de território, entende-se desterritorialização, na perspectiva de povos originários e afrodescendentes, como um processo de perda do território (ou expulsão), determinada por ações de invasão/dominância de agentes locais/regionais ou alienígenas. Ao se considerar uma história local/regional em uma perspectiva mais alargada temporalmente, constata-se que

ocorreu extermínio de povos originários em algumas regiões do Brasil, a exemplo dos tupinambás, que habitavam ou entorno imediato da Baía de Todos os Santos, área onde hoje estão situadas a cidade de Salvador e partes do Recôncavo Baiano. Considerando esse quadro de etnocídio, questiona-se: o que existe do ponto de vista da materialidade edificada pelos tupinambás na referida área? Pode-se afirmar que, ainda persistem, de forma residual, alguns topônimos que fazem menção a povos originários que no passado habitaram o recorte espacial citado, no entanto, inexistem elementos materiais na paisagem geográfica que foram edificados por esses grupos étnicos.

Do ponto de vista da projeção de elementos materiais na cidade, pode-se questionar: Por que existem/persistem, na paisagem urbana de grandes cidades, como Salvador, uma capital brasileira com forte presença negra na composição da população, estátuas ou bustos de escravocratas? Por que seria cômodo rememorar dores e brutalidades do passado colonial/escravocrata, mas, ao mesmo tempo, considera-se incômodo, ou em alguns casos tenta-se criminalizar movimentos sociais de negros e negras das periferias urbanas, que lutam por melhorias da qualidade de vida dos segmentos populares, que habitam os morros? São questões relevantes para o debate. A primeira está relacionada às formas espaciais racistas/colonialistas na cidade e a segunda, ao fulgor e a dinâmicas de movimentos sociais das/nas periferias negras, nas quais as temáticas culturais são vibrantes, notadamente nas questões atinentes às manifestações culturais.

As questões culturais se expressam em formas espaciais e podem se apresentar em conjunto (cidade, centro histórico) ou através de elementos materiais (casa, coreto, monumento). Essas formas espaciais podem apresentar significados que podem ser celebrados ou contestados a depender do contexto histórico e das leituras/releituras dos sujeitos sociais. Segundo Corrêa (2006):

O econômico, o político e o social, em sua espacialidade urbana, podem ser examinados na perspectiva da geografia cultural. Isso não nega as análises urbanas sobre outras perspectivas. Ao contrário, reconhece seu valor e eles obtêm informações a serem utilizadas e reinterpretadas. Por outro lado, o urbano, na perspectiva da Geografia Cultural, contribui para o conhecimento da cidade, enfatizando os múltiplos significados que os diversos grupos sociais estabelecem a respeito dela. Tais significados constituem sua própria natureza (Corrêa, 2006, p. 162).

Na concepção de Corrêa (2018), a Geografia Cultural brasileira deve se dedicar a estudos sobre a morfologia da paisagem cultural. O referido autor chama atenção para duas dimensões escalares importantes: a regional, ao enfatizar regiões culturais, e a escala local, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 74-91(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

ao direcionar a leitura analítica para o intraurbano e, nesse contexto espacial, abordar temas como tipos de casas e monumentos. Já na dinâmica social, os destaques seriam os conflitos e lutas sociais.

Ao retomar o conceito de região cultural, muito pouco trabalhado no Brasil, Corrêa (2018) afirma que paisagem regional é complexa, poligenética, com formas criadas por agentes das diferentes culturas e em tempos distintos, e cita o caso da região oeste da Bahia, que, notadamente a partir dos anos 1980, passou por grandes transformações paisagísticas com a chegada de imigrantes do sul do Brasil para implantação de atividades agrícolas em larga escala, na esteira da expansão do chamado agronegócio. Nesse caso em específico, foram mudadas não só as atividades econômicas como também a dinâmica urbana e as formas espaciais de algumas cidades. Os Centros de Tradições Gaúchas (CTG), por exemplo, passaram a fazer parte da paisagem de algumas áreas da região Nordeste do Brasil. Trata-se de uma forma espacial edificada com fins culturais e identitários, que expressa elementos de uma nova dinâmica socioeconômica transescalar. Surgiram novas edificações e outras manifestações culturais distintas daquelas que historicamente existiam nessas áreas.

Em um texto clássico, Augustin Berque enfatiza um conceito fundamental para as abordagens culturais da Geografia:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecumeno (Berque, 1998, p. 84-85).

Os elementos materiais que compõem uma paisagem cultural podem revelar diferentes camadas do tempo e elementos do dinamismo cultural local/regional. Mas não é só a presença que fala ao observador/observadora, a ausência também pode falar, e muito. É necessário destacar que o processo de edificação em espaços urbanos de elevada visibilidade/circularidade em cidades grandes, médias ou pequenas envolve disputas e relações de poder, daí a necessidade de debater as várias formas de manifestações da territorialidade de determinados grupos étnicos no/do espaço urbano. Por que algumas formas espaciais existem/persistem e outras desaparecem? Resposta: persistem aquelas ligadas a grupos hegemônicos de atuação local/regional ou até nacional.

Segundo Haesbaert:

Ao falar-se em territorialidade, estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja um elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial (...). Isso significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural, em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política. Esta abordagem “integradora” de território, para muitos autores é extremamente difícil de ser encontrada nas práticas sociais contemporâneas (...) (Haesbaert, 2004, p. 74).

Rogério Haesbaert enfatiza a importância da análise das dimensões simbólicas nas abordagens territoriais. Saquet (2015) nos convida para a leitura da natureza pluritemática e multidimensional da territorialidade que se manifesta em diferentes níveis escalares, inclusive no espaço urbano. Para esse autor, a territorialidade é cada vez mais complexa e plural em virtude da diversidade identitária. Um dos grandes problemas é que, em muitos casos, são invisibilizadas algumas expressões identitárias na paisagem e em documentos institucionais, a exemplo de planos diretores municipais.

O Brasil é um país extenso e complexo do ponto de vista sociocultural e das suas formações identitárias. Uma pequena cidade de cerca de 20 mil habitantes na região sul do Brasil pode apresentar um conjunto edificado com traços arquitetônicos com influências alemães ou italianas, a depender das especificidades etnográficas do contexto geográfico regional. Uma análise comparativa com o desenho urbano e as características arquitetônicas de pequenas cidades da grande Amazônia ou da macrorregião Nordeste revelará relevantes diferenças que vão além da materialidade, se expressando também nas manifestações culturais e festivas recriadas ao longo tempo. As festas da uva são muito importantes em cidades do sul do Brasil; as megafestas juninas mobilizam, em diferentes intensidades, uma diversidade de pequenas cidades no Nordeste. Com a dinâmica do fluxo migratório, podem acontecer hibridizações do ponto de vista cultural. Por outro lado, também podem ocorrer conflitos e tensões.

Os estudos e pesquisas acerca das dimensões culturais materiais e imateriais de diferentes cidades do Brasil devem considerar as especificidades das composições étnicas e suas várias interações, ou seja, hibridizações. Nesse contexto, a participação social é fundamental, uma vez que, para Saquet (2022), a ciência popular pode muito bem ser construída a partir dos pensamentos indígena, afrodescendente, camponês, operário, coproduzindo conhecimentos, em coletividade, para si e para o outro, como comunidade

ancorada em sua territorialidade produzindo seu próprio presente-futuro (por dentro) da comunidade em um contexto dialógico.

Origens dos “entulhos coloniais” e o urbano

A região chamada de Território Recôncavo, no estado da Bahia, abrange 20 municípios, ocupa uma área de cerca 5.250 quilômetros quadrados de extensão territorial, é um recorte espacial fortemente negro, no entanto, nota-se ausência de monumentos, de estátuas em homenagem a personalidades afrodescendentes de grande relevância na história do Brasil. Considerando o exposto, retoma-se um questionamento altamente relevante: Por que os elementos materiais da paisagem urbana de pequenas cidades do referido recorte regional não expressam sua composição étnica? As trilhas para as respostas a esse questionamento exigem uma leitura/releitura crítica de aspectos etnográficos da história do Brasil em uma perspectiva mais alargada.

No processo colonização do território brasileiro, as elites escravocratas sustentavam o discurso da desumanização de negros/negras, daí a necessidade da articulação ou do dialógico entre capitalismo colonialista/expansionista predatória e o racismo. Frantz Fanon (1968), em uma das suas publicações clássicas, destacou que o colonizador ou animalizava os colonos, o que constituiu uma violência de natureza ontológica no seu sentido mais brutal, uma vez que retira de coletivos etnográficos negros sua dimensão humana, ou, em outras situações, os considerava inferiores, produzindo, assim, uma hierarquização de pessoas que alimentarão, posteriormente, retóricas racistas e xenófobas na Europa, conforme se nota discursivamente nas redes sociais na atualidade.

Com fim da brutal e longa escravidão, no final do século XIX, os governantes adotaram uma perversa política de embranquecimento da população, assentada na atração de imigrantes estrangeiros brancos, através da doação de terras, e, por outro lado, na continuidade do etnocídio indígena e nas perseguições às religiões de matrizes afrodiáspóricas ao longo do século XX, além da desconsideração da dívida histórica para com os povos negros e originários por parte de segmentos das gestões públicas (federal, estadual e municipal). Seguiram-se também as perseguições às manifestações religiosas e artístico-culturais afrodiáspóricas e o silenciamento/marginalização de saberes e fazeres de povos indígenas.

Seguindo trilhas analíticas de Fanon (1968) e Mbembe (2014), pode-se afirmar que inicialmente se desconsiderou/questionou a humanidade de indígenas e africanos originários ou da diáspora. Quando a “animalização” deixou de ser interessante, partiu-se para uma hierarquização depreciativa, envolta de desejos segregacionistas. No entanto, ao longo do século XX, os discursos das miscigenações passaram a se tornar interessantes para esconder as diversas formas de discriminação no Brasil, com os propósitos de frear as lutas por direitos territoriais de coletivos sociais historicamente explorados.

Em várias cidades brasileiras, há milhares de indígenas em contexto urbano e coletivos sociais afrodispóricos reivindicando direitos territoriais, equipamentos de saúde, lazeres, regularização fundiária. Por outro lado, há interesses de grupos econômicos que visam a promover a invisibilidade, notadamente em áreas de expressiva valorização imobiliária.

O que acontece, em muitos casos, é um “apagamento identitário” intencional que se sustenta no discurso equivocado/mentiroso de que só existiriam indígenas “autênticos” (essencialismos puristas) na região amazônica. Já o restante do território brasileiro seria totalmente miscigenado. Portanto, ao seguir essa retórica de uma suposta “parditude” conveniente, as discussões sobre direitos territoriais de coletivos étnicos como indígenas (luta por demarcação de terras) e quilombolas (titulação de terras) estariam esvaziadas. Trata-se, portanto, de uma arguição a ser combatida de forma consistente no mundo acadêmico e nos movimentos sociais.

A ausência de monumentos em homenagem a negros, negras e/ou a lideranças de povos originários que partiram para o enfrentamento do brutal sistema colonial/imperialista no espaço urbano de cidades brasileiras se explica pelo passado racista e pelas ações de segmentos elitistas/coronelistas que impuseram topônimos e formas espaciais. A edificação de monumentos e a nominação e logradouros públicos estão envoltas de relações de poder, disputas e conflitos.

Monumentos no espaço urbano: significados e possibilidades de ações antirracistas/anticolonialistas

Segundo Corrêa (2005), a plurivocalidade, que dá sentido político aos monumentos, opondo celebração e contestação, é reflexo de leituras distintas de uma mesma forma

material. Para esse referido autor, a análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos: identidade e poder. Paul Claval (2014) chama atenção para um elemento material que destoa no espaço urbano de algumas cidades: a expressividade nacionalista de alguns monumentos que cultuam os mortos, transformando-os em “heróis da pátria”. O que é altamente questionável é que esses heróis são quase sempre brancos, escravocratas e invasores de terras indígenas. Segundo Correa (2005):

A análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos: identidade e poder. Ambos manifestam-se de diferentes maneiras. Por meio da necessária espacialidade que tem implicado localizações fixas, dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças, utopias e de afirmar o poder daqueles que os constituem (Corrêa, 2005, p. 15).

Na concepção de Mbembe (2024), as estátuas coloniais na África remetem a uma maneira de relembrar o tempo em uma perspectiva de desafio à morte. Além disso, para o referido autor, a presença destas estátuas de mortos funestos no espaço público tem o papel de fazer ressurgir, no presente, mortos que teriam atormentado a vida dos negros.

Perante as múltiplas significações das estátuas e dos monumentos coloniais que ocupam ainda as fachadas dos lugares públicos africanos, muito tempo após a proclamação das independências, importa, portanto, relacioná-los com uma forma de poder e de dominação. Estes vestígios do potentado são os sinais da luta física e simbólica que esta forma de poder se obrigou a infligir ao colonizado. É sabido que, para ser duradoura, qualquer dominação se inscreve não apenas no corpo dos seus submissos, mas também deixará marcas no espaço que eles habitam, assim como traços indeléveis no seu imaginário (Mbembe, 2014, p. 218).

Pode-se afirmar que os monumentos de sujeitos perversos do passado cristalizariam em espaço público a personificação da crueldade de colonizadores e se constituem em elementos que “assombram” as memórias dos ex-colonizados. Como manter de pé e em local hipervisível um monumento de rememoração e perenização do sofrimento coletivo de um passado tão perverso? E se uma estátua de um escravocrata que causa incômodo estiver em uma praça pública de elevada circularidade em uma pequena cidade situada em uma região fortemente negra? Considerando que se trata de uma pequena cidade, a frequência de visibilidade dessa estátua no cotidiano urbano vai ser elevada. Uma pessoa pode se deparar com uma materialidade destoante e incômoda várias vezes durante uma semana, por exemplo.

O que fazer com estátuas que homenageiam monstros escravocratas, situadas em espaços públicos urbanos de elevada visibilidade/circularidade, sem nenhuma observação ou texto crítico sobre o passado sombrio daquela figura grotesca? Simplesmente demolir? Deve-se debater amplamente essa temática, com ampla participação social. Em primeiro lugar, a longevidade do monumento não anistia crimes brutais de figuras sombrias da história do Brasil, portanto, mesmo sendo considerada por alguns patrimônio cultural local (estadual ou nacional), a figura destoante ali representada, naquela estátua ou busto em espaço público, tem um passado envolto em ações brutais contra indígenas e negros/negras e, portanto, pode e deve ser questionada no presente. Como permitir, de forma resignada, que uma estátua de um escravocrata seja o principal monumento de uma cidade do Recôncavo Baiano, região com uma composição demográfica fortemente afrodescendente? Um caminho relevante são os debates com segmentos acadêmicos, gestão pública municipal e representantes de diferentes vertentes dos movimentos sociais.

A retirada ou não de monumentos e as mudanças na nominação de espaços públicos (ruas, praças) devem ser amplamente discutidas nas Câmaras de vereadores em eventos com relevante participação social (audiências públicas), espaços acadêmicos, associações e movimentos sociais. Em uma mesma praça pública, pode haver uma estátua de um perverso escravocrata, com um texto explicando suas ações sinistras no passado, e uma outra de uma liderança/ativista negra que contribuiu de forma efetiva na luta antirracista, também acompanhada de um texto explicativo. Esse é um caminho interessante. Cada situação deve ser amplamente discutida à luz das especificidades históricas, geográficas e socioculturais locais-regionais.

Segundo Silva (2022), a palavra social oferece um sentido de coletivização, ou seja, a participação não apenas do indivíduo em algo específico é uma participação em uma ação coletiva. Para o referido autor, uma ação coletiva reúne pessoas, instituições, representantes e representações; reúne interesses, às vezes convergentes, às vezes não. Nessa linha de pensamento, Silva (2022) entende que a participação social é um processo que ocorre quando o sujeito se insere em uma ação coletiva e se sente corresponsável pelos seus resultados.

No contexto de uma participação social efetiva e consistente para debater nominações de ruas, equipamentos e edificação de monumentos, as respostas e proposições podem ser interessantes, a depender das pessoas que irão participar.

Provavelmente, idosos/idosas acima de 60 anos de idade poderiam, eventualmente, fazer a menção a nomes de parteiras, pois muitas delas ajudaram centenas ou milhares de mulheres em um momento sublime e delicado: o parto. Seria altamente justo e respeitoso colocar o nome de uma parteira negra ou afro-indígena em uma rua, creche ou numa maternidade local, sendo que essa última sugestão seria altamente significativa e potente do ponto de vista simbólico.

No extenso território brasileiro, há monumentos que homenageiam bandeirantes; outros exaltam fazendeiros/coronéis escravocratas, que tiveram papel protagonista no etnocídio indígena. Muitos deles se apropriaram/invadiram extensas áreas onde povos originários ou seus descendentes foram brutalmente massacrados. Já os herdeiros dessas elites fundiárias, na atualidade, integram elites econômicas locais/regionais, que apoiam políticos que são totalmente contrários à demarcação de terras indígenas e à titulação de áreas quilombolas. Essas figuras são celebradas tanto do ponto de vista material (estátuas) quanto imaterial (topônimos, denominação de logradouros públicos). Esta é uma temática muito interessante para debates em uma audiência pública com forte presença de movimentos sociais.

Por outro lado, há exemplos interessantes que merecem uma reflexão analítica relevante. Em uma rotatória situada na entrada de Xique-Xique, uma pequena cidade no semiárido norte da Bahia, há um expressivo e hipervisível monumento ao pescador, que se constitui em um dos símbolos e marcos culturais locais. O que essa estátua representaria para as pessoas daquele lugar ou para aqueles/aquelas que transitam por aquela localidade? Essa obra, de autoria do artista Carlos Roldão, expressa importantes elementos identitários locais/regionais, incluindo as vestes, o chapéu, o rosto, a postura, os modos de vida, a prática pesqueira, tratando-se, inegavelmente, de uma potente estética identitária. Muitas pessoas olham para essa estátua e notam que ela se parece com a imagem de pessoas próximas do seu circuito afetivo imediato: pai, avô, tio, vizinho; transeuntes da feira livre local ou do cotidiano urbano ou rural de Xique-Xique.

Monumentos artísticos como o pescador de Xique-Xique constituem ativos culturais e identitários, mas, para que aconteça um processo de valorização como patrimônio identitário local/regional, é necessário fortalecer a educação artística, cultural e patrimonial em diferentes ciclos do processo educacional e também trabalhar com essa

temática em coletivos sociais organizados, como associações de moradores, pescadores e sindicatos de trabalhadores/trabalhadoras rurais, entre outras.

É necessário investir no processo de educação cultural politizada, assentada no respeito à diversidade cultural e nas abordagens críticas para que não apenas se aprenda onde estão situados os monumentos fortemente identitários e potentes do ponto de vista dos elementos afrodiáspóricos, como principalmente se reconheça quem são os sujeitos sociais homenageados nas praças públicas de centenas de cidades brasileiras.

Questões culturais, expressões identitárias e o urbano

As toponímias podem revelar questões históricas, socioculturais, identitárias, políticas/geopolíticas. A nominação de locais é uma temática muito interessante para as abordagens culturais do urbano. Há, infelizmente, várias formas de racismo e colonialismo em topônimos. O apagamento étnico, ao longo da história do Brasil, fez com que fossem desconsiderados os sujeitos sociais que integram coletivos afrodiáspóricos na nominação de logradouros públicos de edificações de elevada visibilidade no espaço urbano.

Ao acessar *sites* de alguns municípios do estado da Bahia, constata-se o uso “naturalizado” de expressões como “selvagem”, “desbravador”, “conquista”, (do território), “ocupação”, “povoamento” (supostamente iniciado com a chegada dos europeus). Esses “entulhos coloniais” constam, também, de documentos institucionais como planos diretores municipais. Há casos nos quais se expressa textualmente que o povoamento de um determinado município teria início com a chegada de uma determinada família tradicional branca, que teria “desbravado” ou “conquistado” aquela área. Trata-se de um discurso claramente racista.

Os povos originários e os quilombolas lutam pela preservação dos seus “mundos”, no sentido do recorte sociocultural “lugarizado/experienciado”, assentado na dimensão ontológica do território. Fazer a leitura de um território indígena ou quilombola apenas pela sua dimensão físico-espacial é um equívoco ou então se trata de uma ação perversa de grandes grupos econômicos/políticos elitistas. Não se trata apenas de um “pedaço de terra” ocupado por um conjunto demográfico, não é apenas uma base física material, trata-se de uma densa e consistente relação assentada na dimensão simbólico-cultural. Não é apenas terra (dimensão física), é território.

Há poucos exemplos de topônimos referentes a personalidades negras em pequenas cidades do Recôncavo baiano (ou até ausência mesmo, no caso de alguns municípios). Do ponto de vista da nominação de equipamentos de uso público, uma exceção a esse quadro é uma unidade de saúde da cidade de Conceição do Almeida, que faz uma justa homenagem a uma parteira de origem afro-indígena, chamada Sofia Pinheiro Fonseca – PSF (Programa Saúde da Família), parteira Sofia. Essa senhora, já falecida, nomeia um equipamento de saúde importante, que foi recentemente ampliado.

Já na área cultural, podem ser citados o Centro Cultural Casa do Samba, de Santo Amaro, e a sede da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, de Cachoeira, duas cidades históricas importantes do Recôncavo Baiano. Esses dois últimos centros culturais, altamente relevantes, deveriam ter uma divulgação midiática e uma inserção em roteiros de turismo cultural mais consistente, no contexto intraurbano e regional. É importante destacar que Cachoeira, na hierarquia urbana do Brasil, é considerada uma cidade pequena como dezenas de outras, no entanto, pode-se afirmar que a referida cidade exerce uma centralidade cultural assentada em elementos materiais (edificações históricas) e imateriais (festas populares importantes).

Há várias cidades do Brasil em que são encontrados monumentos de supostos “heróis nacionais”, pouco conhecidos e/ou invisibilizados, mesmo aqueles situados em praças ou avenidas de expressiva circularidade. O contrário da ativação identitária de viés afetivo é o estranhamento. Muitas vezes, quando se pergunta a um morador local quem é aquela pessoa que a estátua representa e ele/ela diz que não sabe quem é, constata-se um quadro indicativo de estranhamento, que antagoniza com a ativação identitária assentada na dimensão afetiva. Essas praças ou avenidas, que têm monumentos de grupos hegemônicos, podem ter nominações ligadas a esses mesmos grupos. Nesse caso, pode-se falar em um quadro altamente questionável do ponto de vista das representações de coletivos socioculturais historicamente discriminados no espaço urbano, tanto do ponto de vista tanto da materialidade (monumento) quanto da imaterialidade (topônimos).

O respeito à diversidade cultural e às singularidades socioculturais é altamente relevante na dimensão arquitetônica. Ao concentrarem suas pesquisas e estudos na comunidade quilombola Rio dos Macacos, na Região Metropolitana de Salvador, Almeida, Oliveira e Cordeiro (2023) destacaram que a cosmopercepção africana, herdada pelas comunidades quilombolas, tem outras referências de paradigmas na produção da casa e da

arquitetura dos espaços em que vivem, contrapondo-se à fragmentação e à homogeneização dos espaços, à semelhança do projeto arquitetônico moderno-colonial, que desconsidera a diversidade. As diferentes cosmovisões de matrizes africanas se manifestam na toponímia, muitas vezes, como um conjunto de práticas de resistência.

No contexto territorial do Recôncavo Baiano, Velame, O'Dwyer e Silva (2023) questionam as políticas públicas de habitação homogeneizantes empregadas por órgãos estaduais e federais. Deve-se, portanto, considerar a diversidade cultural expressa em um conjunto de saberes e fazeres transgeracionais em diferentes contextos geográficos. Os conjuntos habitacionais devem respeitar as diferentes cosmovisões de coletivos sociais, que apresentam suas singularidades nos seus modos de vida e no seu vernáculo cotidiano.

Reflexões finais

Quais armadilhas que o não reconhecimento de composições étnicas podem se manifestar no contexto da elaboração de documentos institucionais, como planos diretores municipais? O apagamento étnico-identitário pode resultar na não promoção de direitos territoriais e políticas públicas específicas para se atender a necessidades fundamentais, como o tratamento de problemas de saúde, que afetam populações negras e indígenas. A inexistência de equipamentos culturais, como museus afrodiáspóricos, está relacionada ao quadro de negacionismo etnográfico, que pode ter impactos, inclusive, na saúde mental das pessoas, uma vez que jovens negros vivem assustados por causa do racismo e da violência, e podem observar o cotidiano repetitivo de uma pequena cidade em que negros/negras não são representados nem nos monumentos (dimensão material) e nem nas toponímias (dimensão imaterial).

Há diversos coletivos étnicos indígenas, quilombolas e interações afro-indígenas em diferentes contextos geográficos do Brasil, no entanto, essas questões etnoterritoriais muitas vezes são desconsideradas no conteúdo discursivo de importantes documentos institucionais e na gestão pública nas diferentes esferas administrativas. No caso daquelas pequenas cidades que apresentam elementos de ruralidades e interfaces rururbanas que se constituem em espaços híbridos, o desafio analítico se torna ainda mais complexo.

No Brasil, no passado, a colonização europeia fez uma terrível “limpeza étnica”, como assevera Corrêa (2018), com o objetivo de subjugar povos indígenas e criar regiões culturais emergentes. Essa prática fez desaparecer da paisagem cultural regional edificações,

em conjunto ou individualizadas, que expressavam elementos culturais e processos identitários de povos originários singulares. Após esse processo, notou-se um redesenho da paisagem geográfica/cultural.

As edificações presentes que destoam no conjunto edificado expressam a vitória dos “invasores”. Portanto, não basta afirmar que a paisagem urbana de uma pequena cidade é poligenética e tem diferentes camadas de tempo, deve-se problematizar essas transformações no tempo alargado e questionar a presença física (monumentos em homenagem a escravocratas) e a ausência (falta de monumentos, edificações, honrarias em espaço públicos ou topônimos de origem ou em homenagem a coletivos sociais afrodiáspóricos ou povos originários.

É relevante destacar também que foi adotada a retórica da “miscigenação conveniente” ao falar que houve uma mistura de “raças” (palavra altamente questionável) e de povos. Tenta-se, assim, esvaziar o ativismo por demarcações de terras indígenas ou titulação de áreas quilombolas, notadamente quando localizadas nas franjas rururbanas, que se constituem em alvos da especulação fundiária, que é consideravelmente expressiva, mesmo no contexto de algumas pequenas cidades do Brasil. Na esteira do discurso do “pardismo” e da “caboclização”, constam o desejo do não reconhecimento de direitos territoriais e o interesse na exploração predatória de terras ocupadas por povos originários.

Referências

- ANJOS, Rafael S. A. dos. O Brasil africano, os quilombos do agora e a governança racista do Estado: algumas referências espaciais. In: In: IVO, Any B. L.; VELAME, Fabio M. (Orgs.). **Arquiteturas dos quilombos da Bahia:** território, natureza, tempo, cultura, etnicidade. – Salvador: EDUFBA, 2023. P. 25 – 59
- ALMEIDA, Gisa Maria G. de B.; OLIVEIRA, Luana F. de C.; CORDEIRO, Paula Regina e O. Quilombo dos Macacos: (re)existência na Região Metropolitana de Salvador. In: IVO, Any B. L.; VELAME, Fabio M. (Orgs.). **Arquiteturas dos quilombos da Bahia:** território, natureza, tempo, cultura, etnicidade. – Salvador: EDUFBA, 2023. P. 119 – 153
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** – Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. P. 84 - 91
- CORRÊA, R. Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados.** – São Paulo: Editora Unesp, 2018
- CORRÊA, R. Lobato. O urbano e a cultura: alguns estudos. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Cultura, espaço e o urbano.** - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. P. 141– 165.

- CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia:** temas sobre cultura e espaço. – Rio de Janeiro. EdUERJ, 2005. P. 9 – 42
- CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 4^a Ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. Lobato; ROSENDAHL, Z. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução José Laurêncio de Melo. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro L.; COSTA, Benhur P. da; PIRES, Cláudia L. Z.; UEDA, Vanda (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade:** a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. P. 19 - 36
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Marta Lança. 2^a ed. Lisboa: Antígona, 2014.
- SAQUET, Marcos A. **Singularidades:** um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. - Rio de Janeiro: Consequência, 2022
- SAQUET, Marcos A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019
- SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SILVA, Anieres B. da; GOMES, Rita de Cássia da C.; SILVA, Valdenildo Pedro da. (Org.). **Pequenas cidades:** uma abordagem geográfica. – Natal, RN: EDUFRN, 2009
- SILVA, Onildo Araújo da. Envolvimento solidário, participação social e políticas públicas. In: SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, Agripino S.; SILVA. O. A. (Orgs.). **(Re)pensando as políticas públicas:** o estado na interface entre participação social e movimentos sociais. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. P. 171 – 188
- SPÓSITO, Eliseu S. e JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí, Paço editorial: 2013.
- VELAME, Fabio M.; O'DWYER, André L.; SILVA, Sônia, M. R. N. Quilombo Salamina Putumuju: arquiteturas da resistência quilombola. In: IVO, Any B. L.; VELAME, Fabio M. (Orgs.). **Arquiteturas dos quilombos da Bahia:** território, natureza, tempo, cultura, etnicidade. – Salvador: EDUFBA, 2023. P. 185 – 209.

Sobre o autor:

JANIO ROQUE BARROS DE CASTRO  

E-mail institucional: jcastro@uneb.br

Possui graduação e especialização em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. É Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia – UNEB em Santo Antônio de Jesus. Professor do quadro permanente do Mestrado

Questões culturais e étnicas no espaço urbano de pequenas cidades: reflexões críticas.
Janio Roque Barros de Castro

em "Estudos Territoriais" da Universidade do Estado da Bahia, em Salvador. Vinculado ao Grupo de Pesquisa Recôncavo: território, cultura, memória e ambiente.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.



EXPANSÃO URBANA E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS EM CIDADES SUB-REGIONAIS: DINÂMICAS E AGENTES EM ITABERABA (BA), 1980–2020

Ythana de Oliveira Santos¹

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: ythanaos@outlook.com

Janio Santos²

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Resumo:

Este texto tem como objetivo analisar o processo de expansão urbana de Itaberaba, no sentido de investigar de que maneira, entre as décadas de 1980 a 2020, ocorreram transformações no espaço urbano, as quais contribuíram para a formação de uma cidade desigual. No que se refere ao aporte metodológico, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre expansão e periferia urbana; pesquisa documental em órgãos municipais e legislações; e produção de mapas temáticos e sociodemográficos, para avaliar o grau de expansão urbana, entre as décadas de 1980 e 2020. Constatou-se que, como outras cidades sub-regionais, Itaberaba representa tendências nacionais de exclusão e segregação social e racial. A expansão ocorreu com base em uma "corrida" pela "urbanização e modernidade", amparada pelo Estado e encampada pela iniciativa privada. Todavia, não se preocupou com o direito à cidade para a população pobre e, por isso, reflete as problemáticas urbanas em variadas expressões espaciais, que retiram o direito à vida digna de inúmeras famílias.

Palavras-chave: Expansão urbana; Itaberaba; Espaço urbano; Cidade sub-regional.

URBAN EXPANSION AND THE FORMATION OF PERIPHERIES IN SUB-REGIONAL CITIES: DYNAMICS AND AGENTS IN ITABERABA (BAHIA), 1980–2020

Abstract

This text aims to analyze the urban expansion process of Itaberaba, seeking to investigate how, between the 1980s and 2020, transformations in the urban space occurred, contributing to the formation of an unequal city. With regard to the methodological approach, bibliographic research was conducted on urban expansion and peripheries; documentary research was carried out in municipal agencies and legislation; and thematic and demographic maps were produced to assess the degree of urban expansion between the 1980s and 2020. It is found that, like other sub-regional cities, Itaberaba reflects national trends of social and racial exclusion and segregation. The expansion took place based on a 'race' for 'urbanization and modernity', supported by the State and embraced by the private sector. However, there was no concern for the right to the city for the poor population, and as a result, it reflects

¹ Professora efetiva da Secretaria de Educação estado da Bahia.

² Professor-Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB). Bolsista de Produtividade CNPq Nível 2.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

urban issues in various spatial expressions that deny numerous families the right to a dignified life.

Keywords: Urban expansion; Itaberaba; Urban space; Sub-regional city.

EXPANSIÓN URBANA Y LA FORMACIÓN DE LAS PERIFERIAS EN CIUDADES SUBREGIONALES: DINÁMICAS Y AGENTES EN ITABERABA (BAHÍA), 1980–2020

Resumen

Este texto tiene como objetivo analizar el proceso de expansión urbana de Itaberaba, con el fin de investigar de qué manera, entre las décadas de 1980 y 2020, se produjeron transformaciones en el espacio urbano que contribuyeron a la formación de una ciudad desigual. En lo que respecta al enfoque metodológico, se realizaron investigaciones bibliográficas sobre expansión y periferia urbana; investigación documental en organismos municipales y legislaciones; y elaboración de mapas temáticos y demográficos para evaluar el grado de expansión urbana entre las décadas de 1980 y 2020. Se constata que, al igual que otras ciudades subregionales, Itaberaba representa tendencias nacionales de exclusión y segregación social y racial. La expansión se llevó a cabo basada en una 'carrera' por la 'urbanización y la modernidad', respaldada por el Estado y asumida por la iniciativa privada. Sin embargo, no se tuvo en cuenta el derecho a la ciudad para la población pobre y, por ello, se reflejan las problemáticas urbanas en diversas expresiones espaciales que privan a numerosas familias del derecho a una vida digna.

Palabras clave: Expansión urbana; Itaberaba; Espacio urbano; Ciudad subregional.

Introdução

Ao longo do século XX, diversas transformações sociais, ideológicas e econômicas alteraram a organização do espaço urbano brasileiro. No período pós-segunda guerra, o Brasil seguiu a tendência mundial que contribuiu para a visão das cidades como ideal de modernidade, e de transformações nas relações de trabalho e produção, que influenciaram a infraestrutura urbana, a produção habitacional e o contingente populacional nas cidades, e deram início a processos de expansão urbana, impulsionados por agentes específicos, como aponta Maia (2020).

Constata-se que o maior mecanismo de expansão da cidade contemporânea é a integração do espaço rural ao urbano, regulamentada pelo Estado, e que tem como principais beneficiários os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, o que é elucidado na afirmativa de que “O planeamento urbano constitui a expressão mais acabada de controle administrativo sobre a organização da cidade. Trata-se de delegar no Estado a gestão da expansão urbana, a construção das infraestruturas e a decisão sobre a localização das atividades na cidade” (Silva, 1994, p.123).

Assim, a produção do espaço é realizada através da contradição do valor de uso e de troca, como confirma Lefebvre (2008), e permite abranger o debate do direito à cidade, do papel essencial do Estado, da apropriação do espaço por agentes do capital, sejam os imobiliários ou financeiros, e da cidade como espaço de produção e reprodução do sistema. Portanto, a expansão urbana é um processo singular que pode ser observado nessa lógica, além de percussor de contradições, o que o torna fator fundamental para a compreensão da cidade.

Portanto, este texto tem como objetivo analisar a expansão urbana de Itaberaba, no sentido de investigar de que maneira, entre 1980 e 2020, ocorreram transformações no espaço urbano que contribuíram para a formação de uma cidade desigual. Embora o processo tenha sido influenciado por lógicas sociais, econômicas e políticas hegemônicas de produção do espaço urbano, também se caracteriza de forma particular em cada cidade.

O município de Itaberaba está localizado no centro norte do estado, a 287,3 km da capital baiana, faz parte do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu e está localizado entre uma rodovia federal, BR-242, e duas estaduais, BA-046 e BA-233. A cidade ocupa na rede urbana do estado da Bahia o título de centro sub-regional B (IBGE, 2020) e é caracterizada como cidade sub-regional³, conforme Santos (2022), pois possui uma rede de influência em sua hinterlândia.

Segundo dados do Censo de 2022, o município possui 65.073 residentes e 53.505 moravam na área urbana, com taxa de urbanização de 82,2%. Sobre a base econômica, embora Itaberaba seja um dos maiores produtores de abacaxi do estado da Bahia, é vinculada ao comércio e serviços. Em 2019, a participação do setor terciário no Produto Interno Bruto (PIB) do município representava 84,8%, incluindo a administração pública. Entretanto, embora não sejam os setores que mais geram empregos formais e PIB, a agropecuária e a indústria se destacaram com 3,9% e 11,3% de participação, respectivamente (IBGE, 2024).

O crescimento das cidades, sob a lógica capitalista, contribuiu para ampliar as desigualdades socioespaciais. Por um lado, pessoas migraram para grandes e médias cidades, teoricamente, em busca de qualidade de vida e do ideal de modernidade. Todavia, na maioria

³ Cidades sub-regionais: além de colonizadas pelas cidades médias, não estão inseridas em áreas metropolitanas; por sua menor complexidade, em relação às maiores, dependem das cidades médias e, na maioria dos casos, apresentam relações de complementariedade mais intensas entre si e com o campo; e articulações diretas, ainda que mais elementares, com áreas urbanas de grande porte ou metrópoles; para finalizar, diferenciam-se das cidades pequenas porque são polarizadoras de áreas que estão além das imediações e limites municipais, o que, envolve, a depender do caso, conjuntos que variam de poucos a vários municípios pequenos (Santos, 2022).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

delas, inclusive as menores, não recebem os meios necessários para efetivação de direitos para todos (Dias; Santos, 2018). Assim, lembra-se que o crescimento e a infraestrutura urbanas nem sempre seguem linhas de ações paralelas e os mecanismos que viabilizam tais processos acontecem sob a lógica de agentes específicos, por isso a incorporação na cidade de loteamentos e condomínios, mas também de ocupações e políticas de habitação popular.

No que se refere ao aporte metodológico, foram necessários estudos da periferia urbana e de mecanismos que viabilizam a expansão urbana e suas consequências. No âmbito de obtenção de informações locais, analisou-se documentos do Arquivo Público de Itaberaba e jornais e acervos online para obter decretos, planos e leis do controle do solo e da infraestrutura urbana. Também foram elaborados mapas temáticos da expansão da cidade, entre 1980 e 2020; de conjuntos habitacionais e loteamentos, desenvolvidos a partir da base digital disponibilizada pela Secretaria de Obras do Município; e demográficos e sociais, em face os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022.

O texto está estruturado em quatro seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na seguinte, trata-se teoricamente da expansão e produção da cidade; a terceira aborda a expansão da cidade de Itaberaba, entre as décadas de 1980 e 2000; e nas duas últimas, discute-se os agentes produtores e as consequências da expansão urbana, com apontamentos teóricos acerca da produção das periferias em cidades sub-regionais.

Expansão urbana e a produção do espaço

O espaço urbano não se reduz à disposição dos objetos no espaço, mas também às condições para realização da vida, tornando-se condição, meio e produto da ação humana ao longo do tempo (Carlos, 2007). Pode-se afirmar, dessa forma, que o espaço predomina sobre o tempo e analisá-lo, através da ótica da espacialidade, requer estudar suas características atuais.

A sociedade também se apresenta como fator determinante. As formas de organização antigas e contemporâneas da sociedade contribuem para fundamentação da desigualdade e de possibilidades de mudanças no espaço urbano. Entretanto, a influência é uma via de mão dupla. Se, por uma perspectiva, o espaço se expressa como reflexo do processo produtivo, por outra, condiciona a organização da vida nas áreas urbanas. Por exemplo, os empreendimentos possuem localizações estratégicas para a lógica do capital e interferem na manutenção das relações de produção.

Lefebvre (2008) aponta, em suas obras, as transformações na oposição entre cidade-campo, que se desfazia ao longo do tempo. Tanto nas ideias quanto nas representações sociais, a cidade passou a se sobrepor ao campo e consolidou a expansão do tecido urbano e a contínua urbanização. Todavia, o tecido urbano nos países de economia dependente possui especificidades, uma vez que se constitui como a junção de fenômenos econômicos e estruturas sociais hegemônicas, ainda que fatos políticos e étnicos também sejam relevantes.

Não existe um plano típico de cidade: uma mesma cidade pode abarcar uma ou mais cidades na morfologia de seu tecido, e isso acontece devido à oposição entre níveis da vida, setores de atividades econômicas e classes sociais. Isto é, a cidade é produzida coletivamente, mas apropriada de forma privada, como afirma Carlos (2007). A separação do trabalho nas cidades faz com que o capital se materialize no espaço urbano e crie áreas privilegiadas e áreas segregadas com características muito diferentes (Lefebvre, 2008).

Para Lefebvre (2008), a expansão do tecido urbano pode ser consolidada ou acontecer através da contínua urbanização. Na sociedade capitalista, o espaço é produzido e reproduzido para o consumo, o que o transforma em mercadoria e se adequada ao mercado, que segue tendências mundiais e gera a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso da cidade.

Para alcançar tal objetivo, a propriedade privada é usada para estratificar e segregar socialmente os indivíduos no espaço urbano. O processo acontece em diferentes graus de intensidade em cada cidade, mas apresenta problemáticas parecidas como consequências dessa lógica, e são elas: desemprego, falta de habitação, problemas na mobilidade urbana, escassos serviços básicos, como acesso à água, luz e esgoto (Maia; Silva, 2020).

Há dois processos atuais de expansão urbana: a urbanização corporativa e a difusa. Na urbanização corporativa, os interesses de grandes empreiteiras e os recursos públicos são orientados para investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais. Já a urbanização difusa distribui pontos urbanizados sobre a totalidade do território, em meio às áreas rurais, o que favorece a migração campo-cidade (Maia; Silva, 2020). O desafio, portanto, é distinguir os processos que possibilitam a reconfiguração da expansão urbana e convergem por diferentes fatores, como política habitacional, criação de novas centralidades, mercado imobiliário etc., mas também possuem particularidades e singularidades.

A lógica capitalista, dessa maneira, fragmenta o espaço urbano, ao mesmo tempo que recorre à homogeneização (Carlos, 2007). Embora a propriedade privada seja responsável

pela fragmentação, existe um plano mundial que tende a padronizar e expandir o espaço urbano. E essa produção desigual acirra as desigualdades no espaço, o que gera reivindicações sociais pelo direito à cidade.

Dessa forma, a cidade está em constante reorganização, que se vincula às ações de diferentes agentes e sujeitos. E o espaço urbano continua a ser produzido com base na fragmentação desigual e articulada e, ao mesmo tempo, torna-se reflexo e condicionante da sociedade, como aponta Corrêa (1989), mesmo reinventando-se em suas formas e funções. Logo, considera-se o equilíbrio social como um discurso ideológico, já que a produção do espaço não permite sua concretização.

A compreensão dialética do espaço urbano pode ser voltada a pensar o valor de uso e a (re)produção das relações sociais de produção, e é nessa lógica que se destacam as ações das pessoas que vivem nesse espaço, e se considera a qualidade da expansão da mancha urbana, os impactos das lógicas hegemônicas ante a produção da vida, os conflitos e formas de resistência nas cidades.

O espaço urbano é criado por agentes que produzem sua raridade, isto é, a produção do espaço forjada e consolidada opondo áreas valorizadas da cidade e áreas pobres. Não há, portanto, escassez de terrenos para construção, mas sim, espaços estratégicos para as ações de empreendedores imobiliários, articulados com proprietários de terras, bancos, instituições financeiras e o Estado (Damiani, 1999).

O Estado gerencia os serviços urbanos e, ao agir em favor do setor imobiliário, contribui para a especulação imobiliária, o que transforma serviços públicos em privilégios, por conta da demanda e escassez (Singer, 1982). Portanto, o espaço urbano também está vinculado ao nível macroeconômico, pois é nessa ordem que se definem os orçamentos municipais e a forma como os recursos serão distribuídos, o que remete, mais uma vez, à importância da ação desse agente (Maricato, 2002).

O Estado possui papel fundamental na definição do uso do solo urbano, pois sistematiza e regulamenta a utilização desse espaço. Porém, são os agentes do capital que atuam no condicionamento concreto das práticas socioespaciais que, como consequência, promovem a fragmentação e segregação espaciais, e causam conflitos.

O poder das elites se reflete nas cidades e as transformam no que Harvey (2013) chama de fragmentos fortificados, como consequência do desenvolvimento urbano desigual. Disso emergem conflitos sociais que formam as cidades e é aqui que o protagonismo das

classes pobres sobressai: a mobilização e a luta política e social da sociedade organizada são capazes de modificar a cidade e, consequentemente, (re)produzir o espaço urbano, e tais mudanças dependem de esforços coletivos, lutas e da conquista de direitos.

Portanto, é preciso considerar que os indivíduos segregados não se limitam apenas às favelas e periferias sem infraestrutura. Embora, nas cidades, parte das pessoas morem em áreas pobres, elas trabalham nos centros e dependem do transporte coletivo para se locomover, usufruem das áreas de lazer, vão às escolas, precisam de hospitais e postos de saúde e todos os serviços que a cidade oferece. Dessa forma, através de reivindicações coletivas e da solidariedade, conforme Santos (2000), esses grupos também (re)produzem o espaço urbano.

As favelas são a estratégia de sobrevivência e resistência para os pobres, a convergência dos grupos expulsos do campo e/ou vítimas das formas excludentes de ocupação das cidades. Para Maricato (2009), tais grupos são, antes de tudo, moradores do espaço urbano, beneficiados ou atingidos pelas decisões e transformações do capital e, consequentemente, seus principais agentes, pois representam as contradições que nele existem e que geram a inevitável luta de classes. Esses moradores definem as demandas necessárias para um espaço menos desigual, através da formação de movimentos sociais organizados.

Portanto, pode-se identificar duas formas de utilização do espaço urbano: apropriação e a dominação. A primeira se relaciona às ações dos indivíduos ocasionadas por seu cotidiano, à simbologia e à significação das práticas, é a forma vivida do espaço. A dominação refere-se à coação, que através de estratégias políticas e econômicas induz os indivíduos a consumir o espaço. Essa característica é típica do espaço-mercadoria, forjado pelo capitalismo, que ao invés de criar condições para realização da vida o torna objeto de consumo (Carlos, 2007).

A produção do espaço é realizada através da contradição do valor de uso e de troca, pois permite abranger o debate do direito à cidade, o papel do Estado, o condicionamento da dominação do espaço por agentes do capital, sejam imobiliários ou financeiros, e a cidade como espaço de reprodução da vida. Outro processo também percussor de contradições pode ser observado nessa estruturação, a expansão urbana.

A necessidade cada vez maior de terrenos, produto da aglomeração do espaço urbano, através de atividades econômicas que são intensificadas pela concentração do capital

e da dinâmica de acumulação da sociedade capitalista, influencia na urbanização (Silva, 1995). Dois fatores importantes para a forma diferenciada de como os processos ocorrem estão relacionados à disponibilidade financeira, pois o preço de mercado vincula-se ao que a demanda está disposta a pagar e as características físicas das periferias urbanas e dos centros. A barreira ambiental é fundamental para definir os investimentos em determinada área, e não é lucrativo para o capital sancioná-la.

Singer (1982, p.29) explica a expansão das cidades ao apontar que: “O crescimento do solo urbano implica necessariamente na reestruturação do uso das áreas já ocupadas”. A estrutura se modifica ao longo do tempo ou pelo tamanho da cidade, que era caracterizada por áreas residenciais de alto nível localizadas no centro, e isso se modificou. A expansão do centro, que passa a se aproximar das áreas periféricas, provoca maior movimentação e violência, o que leva os moradores de classes de maiores rendas a residirem em outros locais, as periferias, que não mais recebem apenas o sentido pejorativo, pois captadas pelo mercado imobiliário (Singer, 1982).

No Brasil, a expansão das grandes cidades e metrópoles e, consequentemente, a periferização aconteceu, mais evidentemente, a partir de 1960. O país seguiu o modelo europeu e a crescente violência (e seu discurso) fez com que as classes com maior poder aquisitivo se autossegregassem em áreas distantes do centro. Entretanto, décadas após, o fenômeno também ocorreu em cidades médias e sub-regionais, e compôs centros e áreas periféricas bem definidas.

Com a expansão urbana, surgem novas expressões da segregação. A organização espacial da cidade revela as desigualdades do processo e os lugares são restringidos pelos limites impostos propriedade privada (Carlos, 2007). Parte das áreas residenciais dos centros é abandonada, mas o capital imobiliário não permite a sua ocupação de modo fácil pela população pobre. Assim, os “grupos excluídos” também não têm direito ao centro e são realocados para as periferias pobres. Essas, sim, no sentido pejorativo da palavra, pois não possuem infraestrutura urbana, nem direito aos serviços públicos. E explicitam ainda mais a produção capitalista do uso do solo e como as características das áreas periféricas pobres são determinantes em sua utilização. O uso, mais uma vez, depende dos objetivos dos proprietários e da ação do Estado, por meio de legislações e do controle do solo urbano.

Dessa forma, a realização da vida e sua identidade através do tempo são caracterizadas pelo uso do espaço e da regulamentação urbana, que é feita pelo Estado em

suas três esferas. Tal uso é uma ação socioespacial concreta, coagida por agentes hegemônicos que promovem as contradições e consequentes conflitos entre as classes. A contradição mais explicita no espaço urbano atual, a estratificação social, é representada pela segregação socioespacial das áreas residenciais.

No planejamento urbano brasileiro, ocorrido entre 1970 e 1980, as cidades cresceram quase sem legislação; as periferias se estenderam, assim como a falta de infraestrutura urbana. O planejamento se revelava preocupado com a promoção do setor imobiliário: conversão do solo rural em urbano, valorização dos imóveis, atividades especulativas e construção em massa de habitações populares. Dessa forma, a legislação é utilizada de duas maneiras: numa ação ambígua ou por aplicação arbitrária (Maricato, 2002). É implícito que as contradições do espaço urbano, quando insuportáveis, desencadeariam a guerra civil, pelos conflitos insustentáveis. Por isso, o Estado, que age em favor da capital, apazigua as contradições, tolera a ocupação em áreas de pouco interesse e intervém naquelas que apresentam benefícios locacionais.

A tendência de destruição de referenciais, característica da cidade contemporânea, que está em constante transformação e expansão, dá origem ao fenômeno da “nova urbanidade”, que, segundo Carlos (2007), sugere a habitação de lugares específicos e não mais da cidade. A cidade, por conta da expansão, é pensada separadamente, seus planos gestores geram privilégios em determinadas áreas e contribuem para a segregação em outras. Enquanto isso, a habitação desordenada cresce, juntamente com a predação ambiental e a violência. E a contradição continua a gerar conflitos entre as classes nas cidades formais e informais que coabitam numa única cidade (Maricato, 2002).

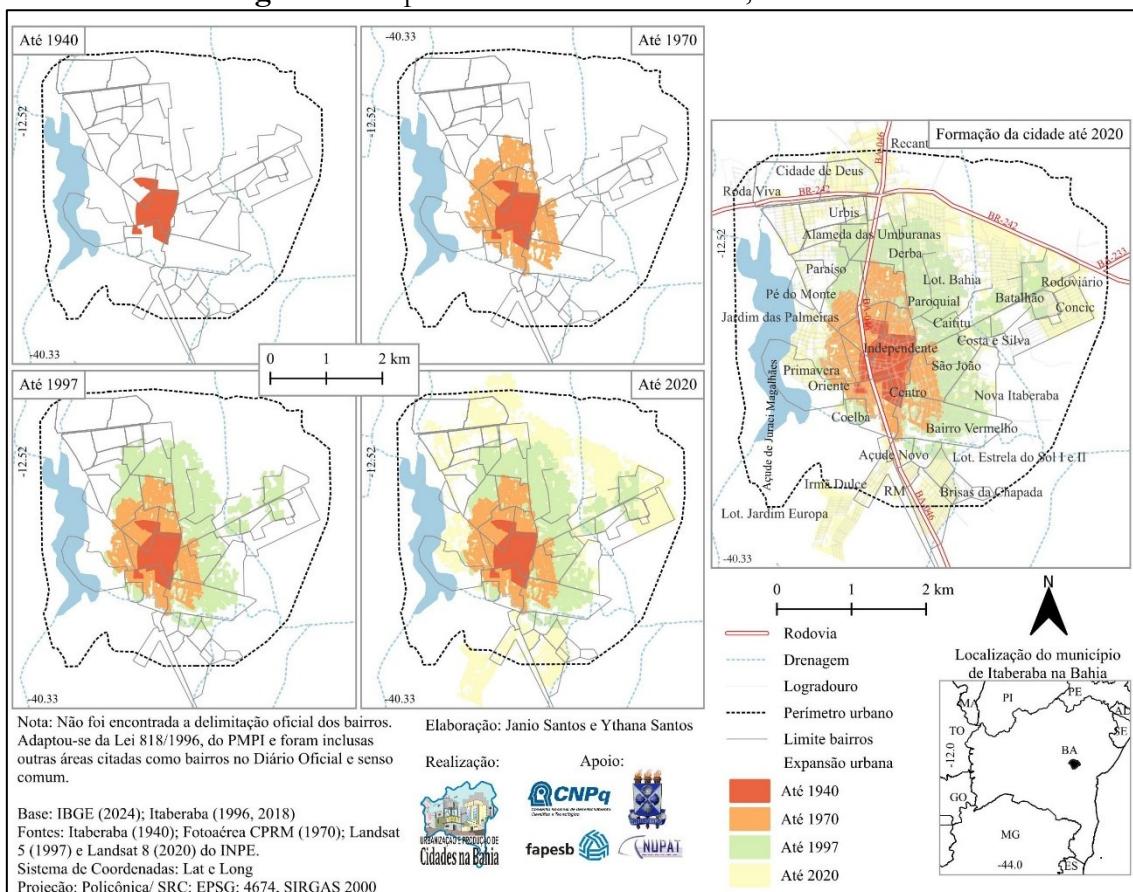
Expansão da cidade de Itaberaba entre as décadas de 1980 e 2000

No que diz respeito à mancha urbana e seu crescimento em Itaberaba a partir de 1980, o primeiro fator peculiar é que ela não se desenvolveu em torno da BR-242, como aconteceu em outras cidades do mesmo porte. Pelo contrário, como é possível notar na Figura 1, a cidade cresceu a partir de outros mecanismos. Inicialmente, o bairro Centro foi o mais influenciado pela dinâmica e Silva (1995) ajuda a compreender os motivos da expansão a partir do centro, diretamente ligada à aglomeração causada pelas atividades econômicas, que são intensificadas pela concentração de capital.

A mancha urbana de Itaberaba em 1970 apresentava 9 bairros, quais sejam: Bairro Vermelho, Centro, Derba, Independente, Jardim das Palmeiras, Oriente, Paroquial, Primavera e São João. Entretanto, até a década de 1990, apenas os mais centrais evidenciam maior adensamento, sobretudo Centro, Independente, Jardim das Palmeiras e Oriente, nos quais estavam localizados a feira livre e os principais estabelecimentos comerciais e de serviço.

Com base na Figura 1, é possível comparar a dinâmica. Antes de 1952, a feira livre era realizada na Praça do Rosário, no Centro, primeira área mais urbanizada. Posteriormente, inaugurou-se o Mercado Municipal na Praça Flávio Silvani, também no bairro Centro, o que aumentou a mancha urbana para o bairro Independente, pela proximidade com o Centro, e tornou as áreas mais adensadas, à época. Sob a mesma lógica e com adensamentos expressivos, também os bairros Paroquial, Oriente e Primavera cresceram. E por questões ambientais pouco favoráveis - o último se encontra perto do Açude, enquanto o Pé do Monte localiza-se numa parte mais íngreme - e pela falta de investimentos em infraestrutura urbana, esses surgiram enquanto áreas de expansão dos mais pobres, até os anos 2000.

Figura 01. Expansão urbana de Itaberaba, 1940 a 2020.



A migração de pessoas, teoricamente, em busca de melhoria na qualidade de vida, muito mais ligadas à expropriação rural, conforme aponta Santos (2012), as quais não tiveram a possibilidade de moradia nos bairros mais centrais, formou outras áreas pobres, como os bairros Primavera, Pé do Monte, Vermelho e Açude Novo. Conforme Carlos (2007), a organização espacial revela as desigualdades do processo, e tais bairros, devido o desmonte da instância federal de habitação, diferente da expansão urbana no Urbis, cresceram sob processos de exclusão social, que se refletem na paisagem urbana e nas áreas de ocupação inadequadas nas quais os moradores foram limitados a habitar.

Depois, a feira livre foi transferida para o então “Aterro do Tanque do Coqueiro”, como era popularmente conhecido, o que fez com que os bairros de entorno recebessem a população que buscava por residências próximas ao centro, como é o caso do Dois Dois⁴. O que mais uma vez constata as afirmações de Singer (1995) sobre o aumento da necessidade de terreno, conforme a reconfiguração das atividades econômicas do local.

Os bairros São João e Costa e Silva cresceram e se expandiram, sobretudo, face a implantação de serviços públicos, como o Hospital Regional e o Campus Universitário XIII da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), que valorizaram algumas áreas da cidade, embora tenham crescido pouco no que se refere à mancha urbana, até a década de 2000. Todavia, a implantação dos serviços evidencia o papel ambíguo do Estado, discutido por Maricato (2002), já que tais bairros receberam valorização fundiária a partir da implantação de serviços.

A partir dos anos 2000, é possível perceber um crescimento mais expressivo da mancha urbana de Itaberaba. A cidade passa a ter novas dinâmicas, como a chegada da indústria DASS, que fortaleceu o setor secundário no município e contribuiu para sua expansão, ainda que o crescimento não tenha aumentado diretamente o percentual da população ocupada no setor (IBGE, 2024). Também a dinamização do setor habitacional, tanto o setor público quanto o privado, como veremos posteriormente, que favoreceu a sua expansão.

O panorama que se tem da mancha urbana de Itaberaba, em 2020, é que a cidade possui 27 bairros, como se observa na Figura 1⁵. A feira, que antes era vetor de crescimento,

⁴ Apesar de frequente citado, este bairro não consta nos documentos da Prefeitura de Itaberaba.

⁵ Os “bairros” estão delimitados conforme arquivos vetoriais enviados pela Prefeitura Municipal de Itaberaba, e envolvem também loteamentos, conjuntos etc. Não foi encontrada a delimitação oficial dos bairros, por isso adaptou-se a Lei 818/1996 e o Plano Municipal pela Primeira Infância (Itaberaba, 1996, 2018). Todavia, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

se tornou “problemática”, face questões sanitárias, discurso típico do urbanismo sanitário. Em 2004, foi inaugurado o Mercado Municipal João Almeida Mascarenhas, com novos padrões sanitários, mas no Campo do Governo, onde se constituía a população mais pobre, na época. Entretanto, demonstrava ser uma zona de expansão da cidade, ainda que sob lógicas excludentes.

A cidade de Itaberaba se expandiu em todos os setores, especialmente, a partir das avenidas Luís Viana Filho, que faz parte da BA-243, e Rui Barbosa, que faz parte da BA-046, o que formou bairros de entorno. A avenida Luís Viana Filho, ao receber a fábrica de calçados DASS e comportar o Terminal Rodoviário, além de diversos empreendimentos e serviços, corroborou a consolidação dos adensamentos dos bairros Costa e Silva, Concic, Batalhão, São João; enquanto a avenida Rui Barbosa consolidou o adensamento expressivo dos bairros Urbis, Independente, São José e Loteamento Bahia, área especulada da cidade, atualmente.

A mesma dinâmica de expansão a partir das BAs não foi observada na rua Aloísio Sampaio, que também faz parte da BA-046. A expansão urbana mais dinâmica da área foi notada depois da implantação dos conjuntos habitacionais, entre 2013 e 2017, o que explica o adensamento dos bairros Açude Novo e Irmã Dulce.

Além disso, ocupações urbanas ganharam visibilidade, notadas na Figura 1, nos bairros Cidade de Deus e Sem Teto (atual Alameda das Umburanas), no noroeste da cidade. Tais bairros foram consolidados a partir de ocupações do movimento dos sem-terra urbanos e são recentes áreas de expansão que fogem à lógica hegemônica de produção da cidade apenas por agentes públicos ou privados, e refletem a resistência dos “excluídos”. Portanto, se em cidades grandes temos expressões de subversão nas favelas (Maricato, 2002), nas cidades sub-regionais as classes sociais “excluídas” igualmente tomam seus direitos através das ocupações urbanas.

Portanto, a cidade de Itaberaba se tornou a maior de seu território de identidade e possui um crescimento expressivo da mancha urbana, especialmente entre 1997 e 2020, o que não quer dizer que a expansão seja menos excludente. Pelo contrário, ao reafirmar a teoria da cidade mercadoria de Carlos (2007), os processos de formação e expansão da cidade e seus respectivos bairros demonstram a falta de compromisso com a construção de uma

ressalta-se que outras áreas da cidade são citadas como bairros no Diário Oficial do município e no senso comum.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

cidade para seus habitantes e, sim, comprometida com a expansão do capital sob lógicas específicas.

Expansão urbana: agentes e suas dinâmicas

Durante as décadas observadas, a cidade de Itaberaba expandiu por diversas iniciativas. Num primeiro momento, as ações públicas foram mais fortes e, mais recentemente, as privadas ganharam relevância, junto às públicas. Inclusive, pode-se afirmar que, diferente do que é observado na expansão de certas cidades pequenas (Santos; Santos; Borges, 2021), Itaberaba apresenta tendências recentes de especulação por agentes imobiliários na periferia. Acredita-se que o fenômeno acontece por se tratar não mais de uma cidade pequena, mas sub-regional, como defende Santos (2022), com escalas de influência e serviços diferenciados.

As dinâmicas refletiram a predominância de agentes específicos na expansão. Nas dinâmicas dessas cidades, o que se pode notar é o protagonismo do Estado, num primeiro momento, a partir da oferta de infraestrutura urbana, regulamentação dos espaços e de serviços, que favorecem a expansão. Todavia, mais recentemente, há iniciativas de promotores fundiários e imobiliários, face à produção de novos loteamentos e condomínios fechados. A partir da década de 1980, a expansão de Itaberaba continuou marcada pela oferta de bens e serviços pelo Estado em sua esfera estadual, mas também representou a tendência da “corrida” pela urbanização, que foi observada nas cidades brasileiras entre 1980 e 1990.

Em 1981, foram instalados pelo menos sete serviços importantes para os residentes. Dentre esses, a rede telefônica, o complexo policial, o colégio Estadual de Itaberaba, bem como melhorias nas vias de transporte na cidade. Entretanto, as instalações demonstraram a rapidez com que as medidas de urbanização aconteceram, mas não alcançaram toda população. O Estado gerencia os serviços e favorece a expansão em algumas áreas, todavia acirra escassez e privilegia outras (Singer, 1982). Há, portanto, o comprometimento com a urbanização atrelada à reprodução do capital, e não com a qualidade de vida de seus habitantes.

Tal fato é evidenciado, por exemplo, pela carta de reivindicações sanitárias feita pelos alunos do Colégio Estadual de Itaberaba, em 1981. No documento entregue ao então prefeito Antônio Andrade Santos, os estudantes listaram os problemas sanitários observados

na cidade, que eram muitas vezes vetores de doenças para os residentes e afetavam, além da qualidade de vida, a saúde de crianças, jovens e adultos.

Entretanto, o discurso do comprometimento com a oferta de bens e serviços continuou sendo a base para a expansão da cidade. No mesmo ano, ainda foram doados terrenos para construção da Unidade Médico-assistencial da Previdência Social e a cidade tornou-se polo no setor para a região. Por outro lado, os esforços do governo federal para o ordenamento dos municípios continuaram a favorecer a expansão de Itaberaba, evidenciados a partir dos documentos do Encontro Nacional de Industrialização Municipal e do Plano Nacional de Habitação (Itaberaba, 1981).

Em 1983, foi promulgado o primeiro Código de Obras do município, no qual estavam estabelecidas as condições gerais relativas às edificações. A partir de 1984, devido às divergências entre o prefeito Linésio Bastos e o governo do estado da Bahia, a cidade passou a não obter recursos suficientes para garantir a continuação da acelerada oferta de serviços, e tornou-se mais dependente dos repasses federais (Itaberaba, 1983).

A partir de 1985, o governo federal propôs a recuperação do Nordeste e o apoio à autonomia dos municípios. O que se notou, no período, foi o aumento do funcionalismo público municipal e a promoção do setor terciário, através da criação do Parque de Exposição Agropecuária, em 1987, de feiras anuais de indústria e comércio, bem como do Projeto de Portão da Chapada, que impulsionava o turismo e outras atividades do setor (Itaberaba, 1987).

A década de 1990 foi marcada pela estruturação da esfera municipal e da tentativa de sanar as problemáticas urbanas que surgiram a partir da rápida e excludente urbanização, com vistas, no discurso, à melhoria da qualidade de vida. O Instituto de Educação de Itaberaba foi inaugurado, atual Núcleo Territorial de Educação 14 (NTE-14), e o Ginásio de Esportes, hoje Rafael Souza de Oliveira, começou a ser construído. Em 1990, foi aprovada a Lei Orgânica de Saúde de Itaberaba, mas apenas em 1995, quase 15 anos após as reivindicações dos estudantes do Colégio Estadual de Itaberaba (1981), foram instalados os serviços de água e esgotamento sanitário da cidade (Itaberaba, 1990, 1995). Em 1997, Miguel Brito assumiu a prefeitura de Itaberaba. Até 2000, são notados na cidade a implantação do Banco de Serviços e o asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Itaberaba a Ipirá.

A migração de pessoas do campo ou de cidades menores pela oferta de bens e serviços, mas também por melhores condições de vida, unida ao planejamento urbano

excludente, fizeram com que surgissem ocupações em algumas áreas da cidade. Devido ao desmonte da instância federal de habitação de interesse social, a época, mas também da extensão territorial da cidade, houve a reformulação da estrutura administrativa em 1994, que criou conselhos e órgãos de assentamento, embora não tenham efetivado as propostas.

As ocupações na década de 1990 foram evidenciadas em documentos do planejamento do município em 1994. Não se sabe em que áreas estavam localizadas, nem quantas foram, mas acredita-se que a pressão realizada pelas classes segregadas foi fundamental para a formação de conselhos e órgãos de assentamento de Itaberaba (1994). Entretanto, foram encontrados registros da incorporação dos Sem-Teto urbano (Itaberaba, 2004) no bairro Cidade de Deus, ver Figura 2, também conhecido, pejorativamente, como “Invasão”. Mais uma vez, a ação ambígua do Estado, evidenciada por Maricato (2002), ganha expressividade: ao mesmo tempo em que age a favor do capital, o Estado busca apaziguar suas contradições.

O que se pode constatar da expansão urbana de Itaberaba, nas décadas de 1980 a 2000, pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, entre 1980 e 1990, foi marcado pela “corrida” para a urbanização, o que evidenciou preocupação com a oferta de serviços, mas possuía aspectos excludentes que não se preocuparam com o acesso de todos à infraestrutura, uma vez que a produção do espaço urbano é realizada para a reprodução do capital. Por esse motivo, contribuiu para a expansão de uma cidade desigual e sem garantias de qualidade de vida. Entre 1990 e 2000, o que foi possível observar é a tentativa de reparar algumas problemáticas geradas pelo crescimento acelerado, mas ainda sem recursos administrativos e financeiros para tais ações. O que fez com que a cidade continuasse a crescer, mesmo com problemáticas relacionadas à moradia, saneamento básico e desemprego.

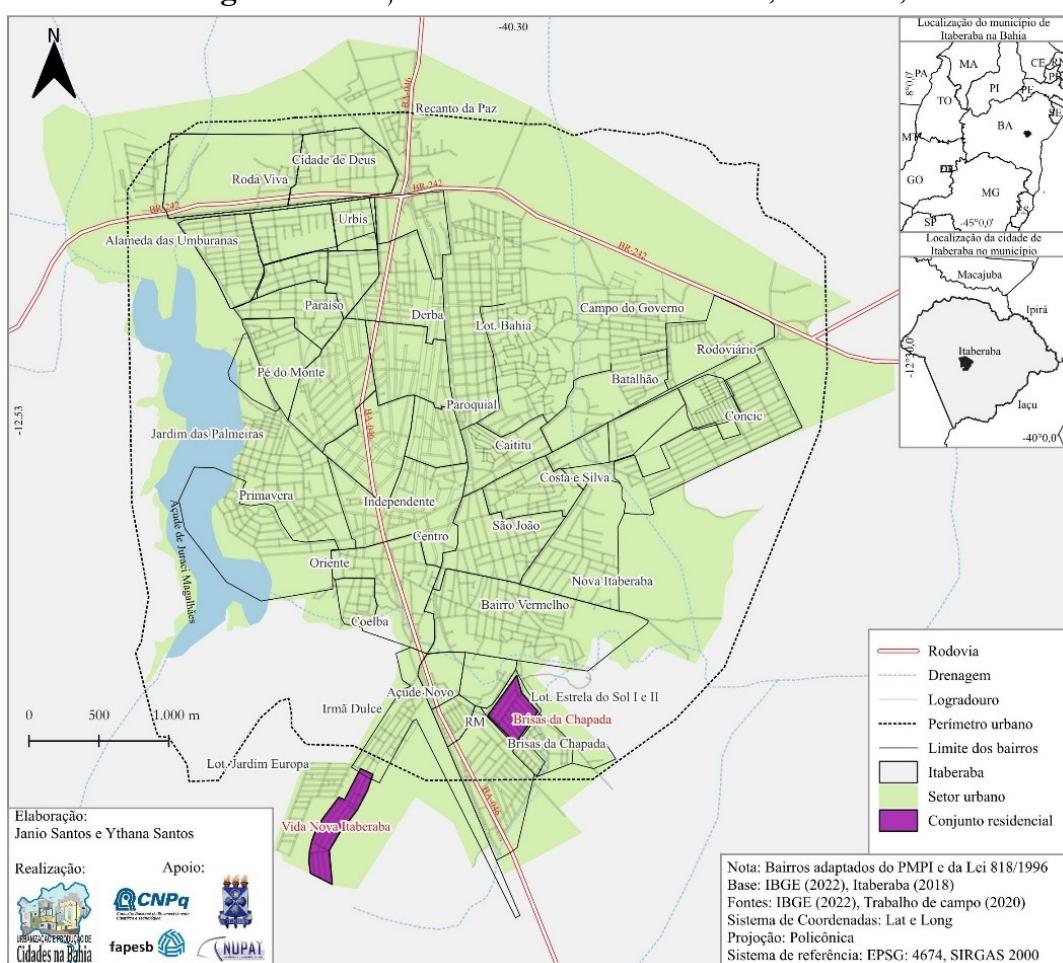
O início dos anos 2000 foi marcado pela implantação do campus universitário da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) na cidade, bem como a construção do “novo” mercado, João Almeida Mascarenhas, marcos que representaram a oferta de mais serviços e a perpetuação do ideal de “modernidade” que se perseguia na época. Entretanto, as problemáticas urbanas traziam a urgência de uma nova política urbana que fosse democrática e eficaz. Em contrapartida, a tendência neoliberal ganhava cada vez mais notoriedade nos planos de resolução para essas problemáticas nos governos.

O Estado continuou sendo o maior agente da expansão urbana, entretanto, não mais pela oferta de bens e serviços e acelerada urbanização, mas a partir do setor habitacional em

instância federal, e parceria da iniciativa privada. Em 2008, foram construídas 100 unidades habitacionais para famílias de baixa renda no município, financiadas através do Ministério das Cidades (MC) e da Caixa Econômica Federal (CEF), além de decretos de desapropriação de terreno para a construção de mais 200 casas populares (Itaberaba, 2008). Incidentemente, as casas foram construídas próximas à fábrica de calçados Dass, inaugurada em 2004.

Em 2009, a cidade inaugurou o Brisas da Chapada, o primeiro conjunto habitacional popular do Programa Minha Casa Minha Vida, com 500 unidades. O segundo conjunto habitacional implantado em Itaberaba foi o Residencial Vida Nova Itaberaba, entregue em três etapas: os módulos 1 e 2, com 456 e 388 unidades, respectivamente; e o terceiro módulo com 292, o que totalizou a entrega de 1.125 novas unidades habitacionais para os beneficiados do Programa em 2013, 2014 e 2015, no governo de João Almeida Mascarenhas Filho (Figura 2).

Figura 02. Conjuntos habitacionais do PCMV, Itaberaba, 2020.



A construção dos conjuntos habitacionais convergiu na expansão dos bairros Açude novo e Irmã Dulce, respectivamente, mas também de conjuntos em áreas periféricas e da especulação do setor privado imobiliário, a partir da atuação de agentes específicos. O que garantiu a expansão de áreas de entorno, antes zonas rurais, que se tornaram terrenos incorporados à cidade pelo setor privado a partir de 2010.

A expansão urbana talvez seja o mais expressivo desdobramento do PMCMV na cidade. O crescimento urbano é notável e representa a fragmentação e a articulação do espaço urbano, bem como acirra suas desigualdades, como aponta Carlos (2007). A localização dos conjuntos, de forma alguma foi impensada, uma vez que foram alocados em áreas estratégicas para os interesses do capital. É possível observar a conversão das áreas rurais em urbanas no entorno dos conjuntos, ao longo dos anos, e a oferta de lotes imobiliários, que revelam o protagonismo dos agentes fundiários e imobiliários, impulsionados pelo poder público.

Embora tenha disponibilizado poucos equipamentos urbanos nessas áreas, a conversão do solo rural em urbano foi incontestável e proporcionou ao capital a possibilidade de desenvolver a cidade nas áreas de “vazio urbano”, que ora antecedem, ora estão ao lado dos conjuntos. Pelo menos sete loteamentos foram criados nessas áreas após a entrega dos residenciais Brisa e Vida Nova Itaberaba, são eles: Fluminense, Estrela do Sol 1 e 2, Jardim Europa, Bom Viver, Aurora e Alvorada. Por outro lado, a transformação do espaço urbano não assegurou o direito à cidade dos moradores dos contemplados pelo Programa.

Na Figura 2, observam-se loteamentos que surgiram no entorno dos conjuntos habitacionais ao longo dos anos, e caracterizam a expansão urbana, impulsionada pela esfera governamental para interesse social, mas atrelada também ao compromisso de expansão da cidade pela esfera privada. O primeiro condomínio da cidade, construído na parte norte, foi o Residencial Bonanza, financiado pela CEF, através do PMCMV, vendido pela imobiliária Nova Vida Itaberaba e construído pela FCKConstruções em 2011. O que comprova ainda mais a participação do setor privado na expansão da cidade, a partir da ação do Estado.

Isso acionou agentes da produção do espaço urbano que encontraram dinâmica vantajosa na expansão da cidade: os proprietários fundiários e promotores imobiliários. Sob pseudônimos de empresas, embora a maioria se tratasse da mesma pessoa, passaram a gerir a expansão de áreas urbanas. Os setores norte e nordeste também começaram a ser

especulados por agentes imobiliários, a partir da promoção de condomínios e loteamentos de terrenos, nos quais, onde não havia infraestrutura urbana, os próprios agentes a proporcionavam.

No bairro Loteamento Bahia, parte nordeste da cidade, a empresa Bahia Imobiliária da Chapada construiu outros dois condomínios: o Brezza de Fiori, inaugurado entre 2014 e 2015, e o Grand Bahia, em 2018, ambos com o diferencial de venda de lotes para construções de alto padrão. A mesma imobiliária foi responsável pela venda dos loteamentos no entorno dos dois condomínios, são eles: Madri e Jardim Europa, além dos lotes para comércio, localizados na BR 242 (ver Figura 2).

O setor privado ainda foi responsável pela construção e consequente expansão de Itaberaba em outros três bairros: Primavera, através do loteamento de casas Parque das Águas; Loteamento de casas Bela Vista, próximo ao bairro Concic; e o loteamento de terrenos para autoconstrução, Colorado, também próximo à saída leste da cidade, conforme Figura 2.

A série de mudanças na dinâmica urbana, a partir de agentes específicos dos setores público e privado, contribuiu para a expansão de Itaberaba, mas também para a segregação de munícipes e a negação do direito à cidade para muitas famílias. É preciso lembrar que as ocupações urbanas fizeram e fazem parte da expansão da cidade e formaram os bairros Cidade de Deus e Princesa do Sertão, antes conhecidos como Invasão e Sem Teto, além de outras áreas invisibilizadas pelo poder público, que sofrem com a falta de saneamento e condições dignas de infraestrutura urbana.

O que se percebe da periferia formada em Itaberaba é que, como em algumas cidades pequenas discutidas por Santos, Santos e Borges (2021), ela possui um centro bem delimitado e com alta concentração de serviços. Todavia, as áreas residenciais fora do centro se diferem entre periferias pobres, formadas pelos programas governamentais e ocupações urbanas, além de locais onde os terrenos possuem menor preço; e, por outro lado, periferias residenciais construídas para as classes média e média-alta, que tentam se inserir cada vez mais no modo de vida da sociedade “moderna” das cidades grandes, e morar em condomínios fechados, que são especificidades das cidades sub-regionais, abordadas por Santos (2022).

Portanto, não podemos afirmar que há uma “nova urbanidade”, como nas grandes cidades (Carlos, 2007), pois se trata da habitação de lugares específicos e não mais da cidade,

e crescem a especulação e a mercantilização do espaço urbano, ao mesmo tempo em que coexistem as práticas sociais não hegemônicas. Os modos de vida urbano e rural ainda se mesclam, a escala da realização da vida ainda não foi totalmente modificada.

Consequências da expansão em Itaberaba e especificidades das periferias em cidades sub-regionais

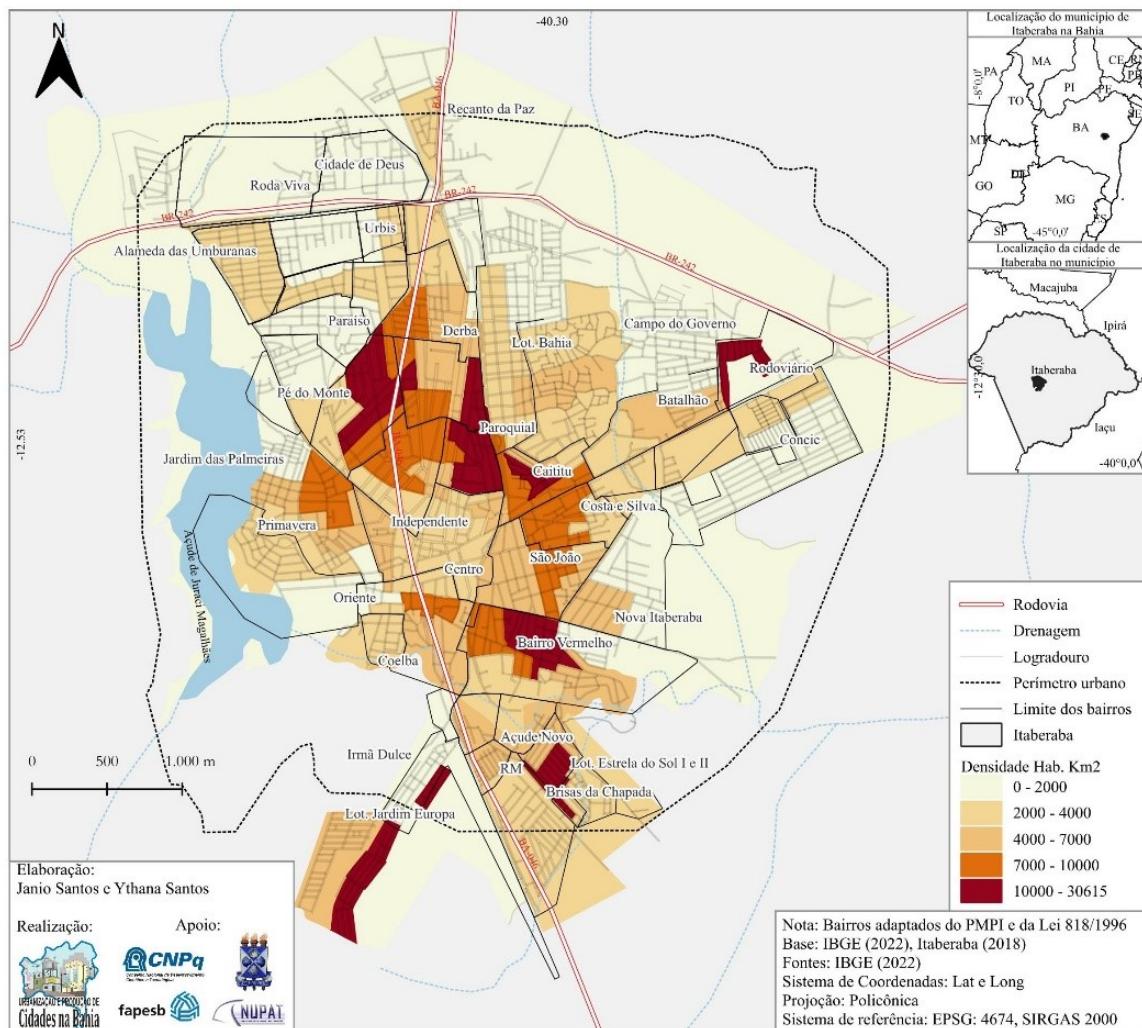
A expansão urbana em Itaberaba, assim como em outras cidades menores, corroborou a formação de uma dinâmica urbana desigual. O crescimento da mancha urbana e os interesses dos agentes que contribuíram para o fenômeno transformaram a cidade e deram ao seu espaço características específicas.

Como cidade sub-regional, Itaberaba possui uma mancha urbana na qual é possível observar as periferias que se formaram a partir da distância com o centro. Nos últimos 20 anos, os setores sul e norte cresceram em função da construção de conjuntos habitacionais e condomínios fechados, respectivamente. Enquanto isso, nos setores leste e oeste, a criação de loteamentos pontuais também caracterizou o aumento da mancha urbana, além das ocupações que foram legitimadas pelo Estado e formaram bairros.

Todavia, a produção da cidade representa desdobramentos desiguais e excludentes que são expressos, dentre outros fatores, a partir da análise socioeconômica dos setores urbanos de Itaberaba. Dessa forma, cabe comparar os perfis das pessoas que ocupam as diferentes periferias formadas e desvendar as características e problemáticas que as identificam.

Na Figura 3, são observadas áreas com maior quantidade de habitantes por metro quadrado. Em Itaberaba, embora haja áreas de expansão, os bairros limítrofes ao Centro ainda eram os mais adensados, em 2022. Também se pode notar, ao analisar os dados, que a concentração populacional da cidade expressa certa dependência da proximidade dos bens e serviços, uma vez que se concentram no Centro, sobretudo para os mais pobres, embora haja tendência a desconcentração populacional no último bairro.

Figura 03. Densidade demográfica, Itaberaba, 2022



Há, no entanto, tendências de criação de periferias com infraestrutura, a exemplo dos três condomínios fechados construídos na cidade, que seguem o padrão de evasão residencial dos centros em cidades maiores, por especulação nas áreas centrais ou por autossegregação. Com o aumento (do discurso) da violência, falta de mobilidade, atratividade urbana, pressão dos agentes imobiliários, os residentes que possuem maiores rendas nas cidades sub-regionais tendem a migrar para periferias formadas por condomínios fechados com melhor infraestrutura. Entretanto, diferente das grandes cidades, os motivos não têm a ver com a violência, mas com a especulação dos terrenos nos espaços centrais e o compromisso com a expansão urbana pelo capital imobiliário, que encontra na cidade áreas propícias.

As representações de densidade, sobretudo do setor sul, apresentaram mudanças mais expressivas no contingente populacional, devido à implantação dos conjuntos habitacionais, que juntamente com as ocupações urbanas, apresentam alta densidade populacional e formam as periferias pobres da cidade.

Há também a tendência aos “vazios urbanos”, áreas loteadas na cidade, que servem para especulação (Singer, 1982). Portanto, tais espaços são observados, sobretudo, no setor próximo aos condomínios fechados de Itaberaba, área nordeste. Por ser mais valorizada, recentemente loteada e com implementação de infraestrutura pelo setor privado, além da proximidade com a BR-242, a compra de terrenos para especulação cresceu.

Sobre as moradias inadequadas⁶, Figura 4, nota-se concentração em áreas de ocupações, como os bairros Cidade de Deus e Alameda das Umburanas (Sem Teto), e refletem as condições de exclusão e falta de infraestrutura para as pessoas que lutam por moradia. Ainda que os bairros tenham sido reconhecidos pelo poder público, não são alcançados pela infraestrutura urbana de maneira efetiva. Também se observam moradias inadequadas em novas áreas de expansão urbana.

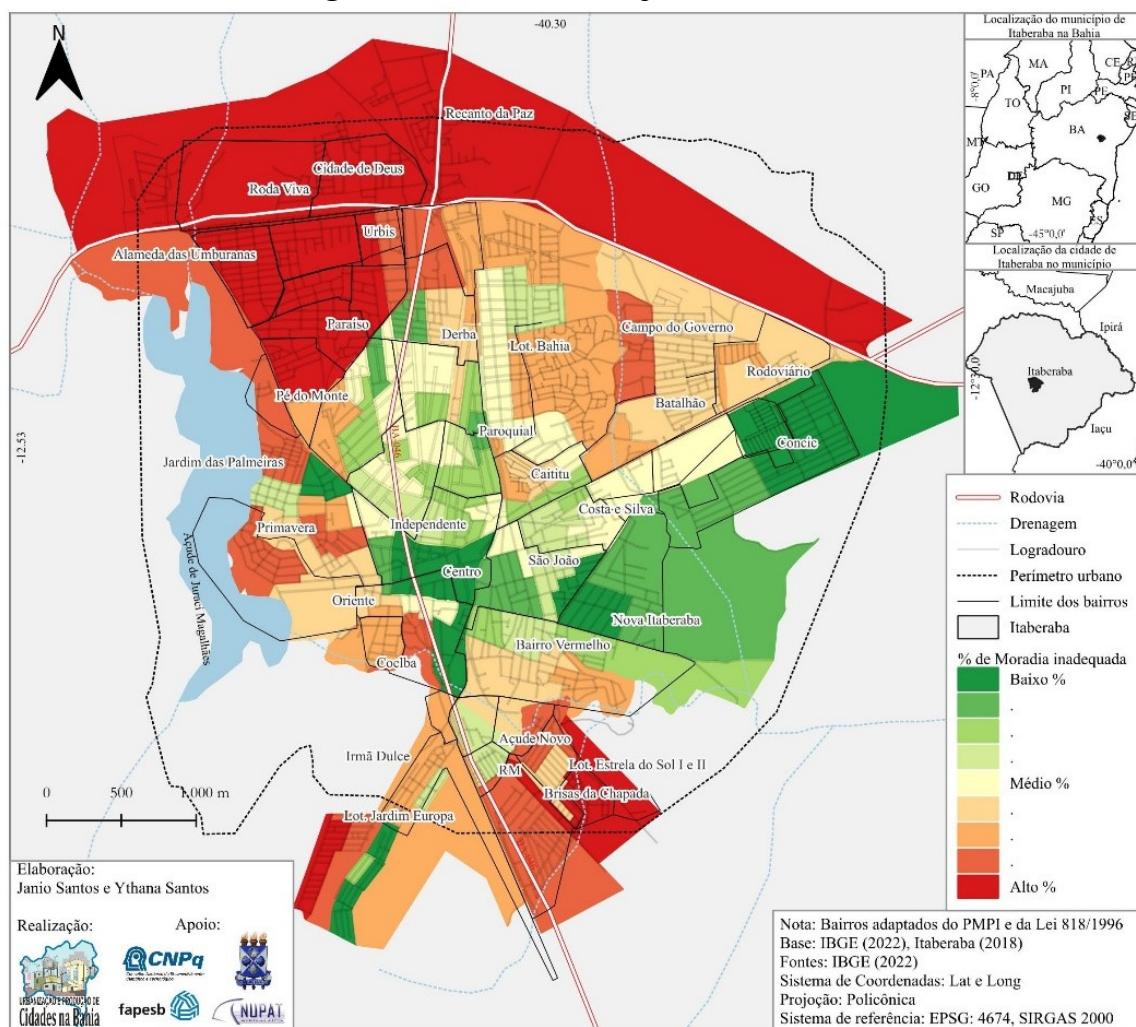
Nessa direção, é importante comparar as desigualdades de renda entre a população das periferias. Na Figura 5, os maiores indicadores econômicos acompanham o padrão anterior de concentração no Centro, e quer dizer que as áreas centrais tinham a população com a maior renda do responsável pela família. Entretanto, destacam-se também as áreas condominiais do setor norte, sobretudo no condomínio Brezza De Fiori, no qual as parcelas mensais dos lotes chegam à quase R\$ 900,00, segundo dados da pesquisa documental.

⁶ A metodologia usou como referência o percentual de domicílios no setor censitário cujo abastecimento de água não chegava na residência, e a água, esgotamento, banheiro e lixo não estavam integrados à rede geral, com base nos dados do Censo de 2022.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 92-121(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

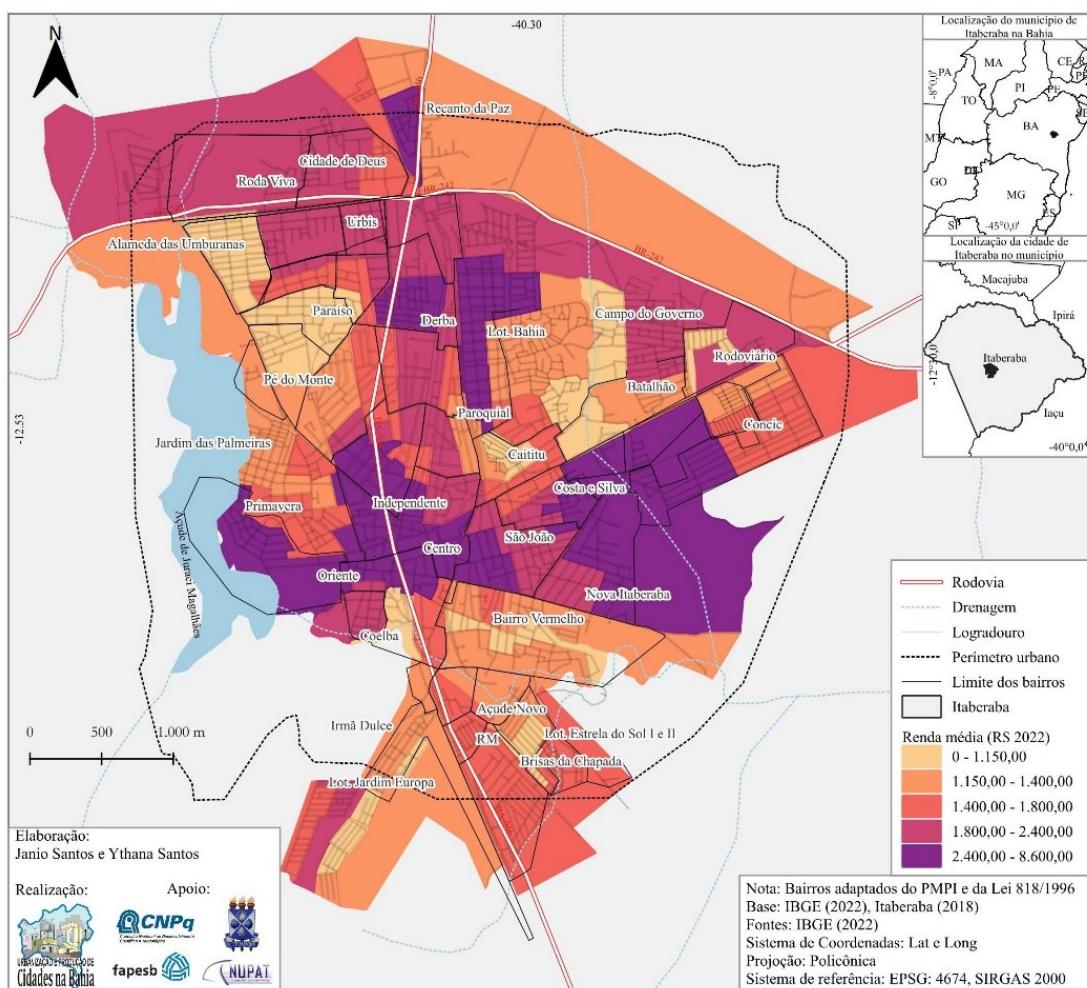
ISSN: 2176-5774

Figura 04. Moradias Inadequadas, Itaberaba, 2022.



Em contraponto, no setor sul, onde se localizam os conjuntos habitacionais e nas áreas de ocupação, o que se percebe são as menores rendas médias da cidade. Isso representa a expansão seletiva e desigual da cidade, na qual se estabelecem áreas de periferias com perfis de renda específicos, onde a classe mais pobre é segregada pelo poder público, e a iniciativa privada cria mecanismos de autossegregação para os mais abastados.

Figura 05. Renda nominal média do responsável pela família, Itaberaba, 2022.

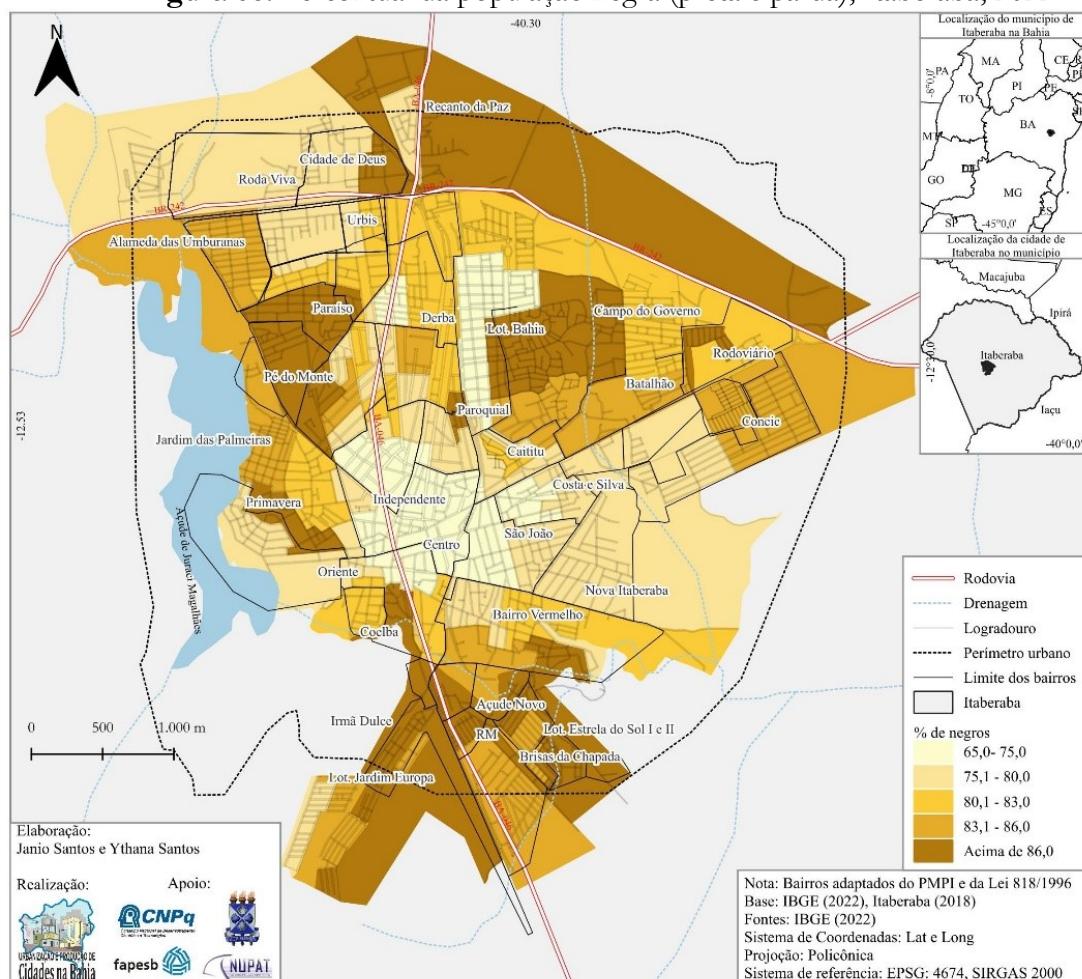


A segregação urbana possui ainda traços que representam a perpetuação de sistemas patriarcais e racistas. Na Figura 6, vê-se que os maiores percentuais da população autodeclarada negra estão concentrados em áreas mais distantes do centro, sobretudo, mais uma vez, no setor sul e nas áreas de ocupação de Itaberaba, e comprovam que as periferias sem infraestrutura ou com menor renda per capita são designadas para as pessoas mais pobres, e também refletem a luta racial silenciosa que se trava nas periferias urbanas brasileiras, seja em cidades maiores ou sub-regionais, como é o caso de Itaberaba.

Então, o que se comprehende das consequências da expansão urbana em Itaberaba é uma segregação orquestrada pelo setor público e impulsionada pelo setor privado, com apoio do Estado. Salvo, todavia, as áreas de ocupação, que expressam a insurgência da população e o movimento contra hegemônico na luta pelo direito à cidade, que, para Lefebvre (1991),

consiste na apropriação coletiva do espaço urbano, o que inclui o acesso aos bens e serviços, bem como a participação ativa na produção e transformação da vida urbana.

Figura 06. Percentual da população negra (preta e parda), Itaberaba, 2022.



Portanto, a cidade de Itaberaba cresceu em mancha urbana, mas apresenta características nacionais de exclusão e segregação social e racial. Embora possua formas singulares que ainda precisam ser estudadas, o que se nota é a expansão de uma cidade que segue o padrão elitista e com ideais de modernização, e ao mesmo tempo reflete as problemáticas urbanas em suas mais variadas expressões, seja pela falta de saneamento básico e de infraestrutura urbana, que retiram o direito à cidade de inúmeras pessoas.

Do ponto de vista teórico, Itaberaba demonstra que a formação das periferias urbanas não é algo hegemônico. Embora seja um processo atrelado à escala global, que segue tendências de sobreposição da vida urbana à rural, possui características específicas. Assim,

é errôneo não apresentar contribuições referentes à periferização das cidades sub-regionais, que, em sua maioria, não receberam grandes polos industriais, nem possuem uma classe média tão numerosa, num primeiro momento, mas que formou periferias singulares.

As cidades menores são muitas vezes conceituadas sob parâmetros demográficos, que não explicam as suas características específicas, nem suas dinâmicas. Mesmo que limitadas, algumas possuem certo poder de gestão do território, devido às instituições e serviços públicos ofertados, e as atividades econômicas ligadas à produção e circulação de mercadorias. Isso acontece devido à modernização tardia, aparelhada pelo Estado a partir da década de 1960, que, através da melhoria dos serviços nas cidades menores, fortaleceu dinâmicas urbanas, embora não tenha garantido a especialização (Santos; Santos; Borges, 2021).

A análise da escala da cidade passa a ser essencial para definir o tipo de periferia que nela se consolida. As lógicas que materializam as cidades podem divergir de acordo com o tamanho, grau de influência e objetivos e, dessa forma, cada cidade possui uma periferia com características próprias. Algumas cidades menores possuem periferias difíceis de distinguir, mas outras não, como abordado por Santos, Santos e Borges (2021).

Como é possível notar em Carlos (2007), periferia e centro são pares dialéticos, logo, um não existe sem o outro. Dessa forma, surge o primeiro problema ao analisar as periferias nas cidades menores, já que a periferia pressupõe um centro relativamente bem definido, algo nem sempre visto em muitas cidades pequenas, segundo Santos, Santos e Borges (2021), tendo em vista que a simples constatação da densidade demográfica não delimita um centro, embora aponte para a concentração populacional e de serviço mais expressiva.

Nas cidades sub-regionais, as periferias estão bem delineadas e, em prevalência, se constituem em áreas residenciais, sem a presença de núcleos terciários expressivos. Entretanto, como ocorre nas cidades grandes e médias, parte da população que passa a residir recentemente nelas tem tendência a se autossegregar. Por outro lado, a valorização fundiária das áreas centrais faz com que parcela mais pobre se concentre em espaços mais distantes, consequentemente, mais baratos e, em muitos casos, carentes de bens e serviços.

Há, portanto, tendência à formação de periferias não planejadas e/ou planejadas e sem infraestrutura, através de programas habitacionais. Os agentes imobiliários, estatais e fundiários não se ocupam do planejamento adequado dos espaços em áreas pobres, pois não geram os altos lucros encontrados em grandes centros urbanos. Nas cidades sub-regionais,

notam-se, portanto, baixos índices da qualidade da vida em partes das áreas de expansão urbana.

Percebe-se que as periferias são um produto da expansão urbana e o processo se dá de diferentes maneiras e de acordo com lógicas diversas, conforme Santos (2019). Entender a periferia, para além da análise de indicadores demográficos, de renda, alfabetização, acesso à água ou inadequação de moradias ou quaisquer outros, passa pela observação da escala de cidade na qual a periferia está inserida, como apontam Santos, Santos e Borges (2021). A cidade constitui a materialidade de uma ideologia, portanto, sempre expressa lógicas hegemônicas. Contudo, apresenta particularidades, pois as funções que lhes são atribuídas se modificam no tempo, e assim, cada cidade terá uma forma de expansão e, consequentemente, uma periferia diferente, ainda que produtos de ordens mais gerais.

As modificações quase nunca acontecem de maneira “natural”, pois existem interesses que as regem, o que incide com a expansão urbana, que em algumas cidades sub-regionais representam elementos de segregação e profundas transformações no espaço urbano: primeiro, porque em cidades sub-regionais, diferente de muitas pequenas estudadas por Santos e Santos e Borges (2021), já se distingue o centro e a periferia com maior clareza, e a expansão não é incipiente; mas, o principal produto da expansão urbana ainda é a periferia pobre, mesmo que pessoas com rendas maiores passem a residir distantes do centro. Por um lado, as periferias pressupõem, de forma geral, lógicas geométricas. Sendo assim, são sim áreas relativamente afastadas do centro, todavia que podem ou não ser mais valorizadas, que podem ou não ter serviços e infraestrutura. O Estado é principal agente de regulamentação e planejamento das periferias nas cidades sub-regionais, entretanto, age em favor do protagonismo de agentes fundiários e imobiliários, como em cidades maiores.

Nas cidades sub-regionais, ainda que não tão expressiva, há classes de média e altas rendas a morar fora do centro, portanto, já se notam interesses dos agentes imobiliários voltados para camadas de maiores renda a residir em áreas periféricas. Mas não há desvalorização das áreas centrais e pericentrais em decorrência de discursos da violência, que continuam a ser também ocupadas por residências das classes de maior renda.

Assim, para compreender as periferias que se formam, não basta analisar os graus de expansão de determinada cidade, mas igualmente os indicadores da qualidade e quantidade do processo para os mais atingidos, que erroneamente se consideram como passivos. Os principais interessados na expansão urbana são os residentes das cidades, mais ainda os das

periferias pobres, os mais afetados pela falta de saneamento básico, infraestrutura, mobilidade urbana, moradias adequadas. Por isso, compreender as formas desiguais e segregacionistas dos atuais e os velhos modelos da expansão urbana capitalista é fundamental para a constituição de uma sociedade mais democrática e justa.

As práticas sociais, assim como as cidades e as periferias que nelas se formam, são singulares, além de se apresentarem com características fundamentais para compreensão do espaço urbano e de sua materialidade. Como dito, tais práticas são realizadas por pessoas concretas, os residentes das cidades, que não se distinguem por si só pela periferia, mas também pela divisão das áreas comerciais e residenciais, envolvimento político etc.

Considerações finais

O que se pode notar, portanto, é que a cidade de Itaberaba se expandiu, num primeiro momento, em função de políticas que impulsionaram a oferta de bens e serviços, com a forte influência da agropecuária, do terciário local e do êxodo rural, que trouxeram novos habitantes, tanto do campo quanto de cidades menores, em busca da sonhada melhoria da qualidade de vida, ainda que sem muitas garantias para os mais pobres. Tais fatores fizeram com que a cidade quase que dobrasse o contingente populacional urbano em 30 anos (1940-1970).

A partir de 1990 e 2000, os avanços neoliberais e a perspectiva de resolução das problemáticas urbanas, causadas pela “corrida” pela urbanização, que marcou o século XX, trouxeram novas dinâmicas à produção da cidade. Agentes específicos dos setores público e privado protagonizaram a expansão de Itaberaba, mas também a segregação de municípios e a negação do direito à cidade para muitas famílias.

O poder público, por um lado, a partir da construção de conjuntos habitacionais, num primeiro momento, criou periferias pobres e com pouca infraestrutura, e impulsionou a formação de loteamentos no entorno, financiados pela própria CEF. O aquecimento do setor imobiliário pelo governo federal favoreceu a construção do primeiro condomínio fechado da cidade, com recursos destinados à faixa 2 do PMCMV. Tais iniciativas abriram espaço para o setor privado imobiliário, que junto com os proprietários fundiários começaram a produção de periferias destinadas às famílias com maior renda; além de esforços dos promotores imobiliários na venda e popularização seletiva dessas novas áreas.

Somados a isso, outros fatores impulsionaram o crescimento urbano, a implantação de bens e serviços e a agropecuária do município, além da chegada do grupo DASS, fábrica de calçados, que emprega muitos itaberabenses. Há ainda a forte dinâmica do terciário, que é um fator importante de crescimento na cidade.

Por fim, assim como outras cidades, sobretudo sub-regionais, Itaberaba representa tendências nacionais de exclusão e segregação social e racial. Apesar de possuir formas singulares que precisam ser estudadas, como gerência do setor privado na produção habitacional, o que se observa é uma cidade que cresceu por uma “corrida” pela urbanização e “modernidade”, ora amparada pelo Estado, ora incorporada pela iniciativa privada com apoio estatal. De toda maneira, não se preocupou com o direito à cidade da população pobre, e, por isso, reflete as problemáticas urbanas em suas mais variadas expressões, que retiram o direito à cidade de inúmeras famílias.

Referências

- CARLOS, A. A. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007
- DAMIANI, A. L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Org.). **O espaço no fim de século:** a nova raridade. 1^aed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 118-131.
- DIAS, P. C.; SANTOS, J. Cidades médias e pequenas: considerações introdutórias. In: DIAS, DIAS, P. C.; SANTOS, J. (Org) **Cidades médias e pequenas:** contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos Salvador: SEI, p. 9-16, 2018.
- HAVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et. al (Org.). **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 47-61.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades (REGIC),** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. **Sidra:** Banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 28 fev. 2024.
- ITABERABA, Lei Municipal n. 618 de 1987. Concede aumento do funcionalismo público e dá outras providências. **Acervo do Poder Executivo:** série- leis 1983 a 1989. Itaberaba: APE, 1987, p.02.
- ITABERABA. Código de obras do município, 1983. **Acervo do Poder Executivo:** série- leis 1983 a 1989. Itaberaba: APE, 1983
- ITABERABA, Lei Municipal n. 790, 17 março de 1994. Cria a estrutura administrativa do município e estabelece as condições para a regulamentação de cada órgão quanto à sua implantação. **Acervo do Poder Executivo:** série- leis 1983 a 2000. Itaberaba: APE, 1994.
- ITABERABA, Lei Municipal n. 810, 09 de novembro de 1995. Autoriza o prefeito de Itaberaba a firmar contrato com a EMBASA, para concessão de exploração de serviços de água e esgotamento sanitário no município. **Acervo do Poder Executivo:** série- leis 1983 a 2000. Itaberaba: APE, 1995.
- ITABERABA, Lei Municipal n. 818, 26 de janeiro de 1996. Estabelece a divisão de bairros

da sede do município de Itaberaba. **Acervo do Poder Executivo:** série- leis 1983 a 2000. Itaberaba: APE, 1996.

ITABERABA, Lei Municipal n. 1025, 18 de fevereiro de 2004. Autoriza ao poder Municipal a doar lotes de terras a pessoas carentes e integrantes do Movimento “Sem Teto”, por meio da ASTI-Associação dos Sem Teto de Itaberaba. Acervo do Poder Executivo: série- leis 2000 a 2005. Itaberaba: APE, 2004.

ITABERABA, Lei Complementar nº. 11, 16 de abril de 2008. Institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SIMHIS, o Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social - FMHIS, o Conselho Municipal de Habitação - CMH e dá outras Providências. Disponível em: <https://abre.ai/niua>. Acesso em: 01 de maio 2021.

ITABERABA, Plano Municipal Pela Primeira Infância. Itaberaba: Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania (SMASC), 2018

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5^a edição, São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MAIA, D. S; SILVA, W, R. Expansão urbana: processos e dinâmicas da produção do espaço em diferentes escalas. In: MAIA, D, S; SILVA, W, R; CARDOSO, C, A (ORG).

Expansão urbana em diferentes escalas, 1 edição. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 09-19.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Ó; VAINER, C; MARICATO, E (Org.) **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 3^a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 121-192.

SANTOS, J. Entre as médias e pequenas, a dinâmica das cidades sub-regionais na Bahia.

Geopauta, v. 1, p. 1-27, 2022.

SANTOS, Y. de O.; SANTOS, J.; BORGES, V. da S. M. Expansão Urbana e Formação de Periferias nas Cidades Pequenas do Portal do Sertão. **Revista Continentes**, n. 18, p. 162-198, jul. 2021. Disponível em: <<https://abre.ai/niuc>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, J. M. **Valorização Fundiária e Expansão Urbana Recente de Guarapuava-PR.** 1995. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2^a edição. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1982, v.1, p. 21-36.

VALE, A. R; GERARDI, L.H O. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI, L.H. O; CARVALHO, P. F. (Org). **Geografia:** ações e reflexões. UNESP, 1 ed., 2006, 231-246.

Sobre os autores:

YTHANA DE OLIVEIRA SANTOS  
E-mail: ythanaos@outlook.com

Mestre em Geografia pela UFS (2025), Especialista em Ensino de Geografia e Geografia e Meio Ambiente pela FAT (2024) e Graduada em Geografia pela UEFS (2022). Integra os Grupos de Pesquisa: Estudos Urbano-regionais, Política e Educação (GRUPE/UFS) e Urbanização e Produção de cidades na Bahia (UEFS). É professora efetiva de Geografia da Secretaria de Educação estado da Bahia e atua nos temas: produção do espaço, Estado, expansão urbana e habitação em cidades pequenas e sub-regionais.

JANIO SANTOS 

E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Pós-doutorado em Planejamento Urbano, na Universidade do Porto, em Portugal (2015); Doutor em Geografia, pela UNESP - Presidente Prudente (2008); Mestre em Geografia pela UFBA (2004); Licenciado (1998) e Bacharel (1999) em Geografia pela UFBA. Atualmente, é Professor-Pleno (UEFS), membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB) e Bolsista de Produtividade CNPq Nível 2. É coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia (UEFS), membro da Rede de Pesquisas sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia (Rede CMP) e integra o Núcleo de Pesquisas e Análises sobre o Território (NUPAT). Tem experiência na área de Geografia Urbana e Planejamento urbano.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: Esta pesquisa obteve apoio financeiro por meio de Bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 2 e dos Editais 001/2021/UEFS e MCTI/CNPq 14/2023.



O ARQUIPÉLAGO URBANO TRINACIONAL DO PANTANAL: CENTRALIDADES ENTRE PONTOS E FLUXOS

Élvis Christian Madureira Ramos¹

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

E-mail: elvis.ramos@ufms.br

Resumo

O artigo investiga o papel das cidades distribuídas pelo Pantanal trinacional (Bolívia, Brasil e Paraguai), discutindo como essas localidades se inserem no domínio natural e geoeconômico pantaneiro. A análise urbano-regional revela que, apesar da demografia modesta, tais cidades configuram centralidades locais que têm papel no manejo ambiental desse domínio natural e também são essenciais nos agenciamentos econômicos que exploram e atravessam o Pantanal. Sustentam uma base econômica e logística articulada aos eixos viários, os quais dão vazão tanto à exploração de recursos naturais quanto ao transbordo de produtos para outras regiões do Cone Sul. Ainda que apresentem desenvolvimento em diferentes setores econômicos, essas cidades conformam um arquipélago urbano: não chegam a constituir uma rede urbana fortemente integrada e intrínseca, mas assimilam e reproduzem fluxos econômicos que impactam a sustentabilidade do domínio natural e a integração a outras economias regionais.

Palavras-chave: Pantanal; Rede urbana; Cidades; Geoeconomia; Sustentabilidade.

THE TRINATIONAL URBAN ARCHIPELAGO OF THE PANTANAL: CENTRALITIES BETWEEN POINTS AND FLOWS

Abstract

This article investigates the role of cities distributed throughout the trinational Pantanal region (Bolivia, Brazil, and Paraguay), analyzing how these localities interface with the Pantanal's natural and geoeconomic domains. Urban-regional analysis reveals that, despite their modest demographic profiles, these cities act as local centralities, influencing the management of the natural domain and serving as essential links within economic networks that traverse and exploit the Pantanal. They support economic and logistical bases connected to road systems that facilitate both the exploitation of natural resources and the transfer of goods to other regions of the Southern Cone. Although these cities exhibit development in various economic sectors, they form an urban archipelago: they do not constitute a strongly integrated and endogenous urban network, but rather assimilate and reproduce economic flows that impact the sustainability of the natural domain and its integration with other regional economies.

Keywords: Pantanal; Urban network; Cities; Geoeconomics; Sustainability.

EL ARCHIPIELAGO URBANO TRINACIONAL DEL PANTANAL: CENTRALIDADES ENTRE PUNTOS Y FLUJOS

Resumen

¹ Professor Adjunto em dedicação exclusiva na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMS).

El artículo investiga el papel de las ciudades distribuidas en el Pantanal trinacional (Bolivia, Brasil y Paraguay), analizando cómo estas localidades se insertan en el dominio natural y geoeconómico de la región pantaneira. El análisis urbano-regional evidencia que, a pesar de contar con una demografía reducida, dichas ciudades funcionan como centralidades locales que influyen en el manejo y la gestión del entorno natural, además de ser enlaces fundamentales en las dinámicas económicas que exploran y atraviesan el Pantanal. Estas ciudades sostienen una base económica y logística articulada a los ejes viales, que facilitan tanto la explotación de recursos naturales como el transporte de productos hacia otras regiones del Cono Sur. Aunque presentan desarrollo en diversos sectores económicos, conforman un archipiélago urbano: no logran constituir una red urbana fuertemente integrada y endógena, pero asimilan y reproducen flujos económicos que afectan la sostenibilidad del dominio natural y la integración con otras economías regionales.

Palabras clave: Pantanal; Red urbana; Ciudades; Geoeconomía; Sostenibilidad.

Introdução

A imagem de um Pantanal distante e governado tão somente pelos ritmos da natureza, ou ainda, um espaço à margem de densas dinâmicas econômicas, já não faz mais sentido. Essas pretéritas representações não dão conta das mudanças — rápidas, em muitos casos — que têm inserido o Pantanal em circuitos econômicos maiores, impulsionados principalmente por grandes projetos logísticos e reconfigurações geoeconômicas.

Este artigo trata de como essas mudanças se articulam com os centros urbanos, pois são esses centros que absorvem e coordenam, por meio de diversos agentes e dinâmicas gestoras, os muitos agenciamentos no Pantanal, como a materialização de estruturas econômicas para a exploração de recursos, aumento da densidade de circulação de pessoas e mercadorias, bem como integram a logística e relações econômicas inter-regionais que produzem o espaço geoeconômico pantaneiro.

Além disso, o Pantanal é visto aqui como um domínio natural trinacional, o que significa que sua relevância não se limita às fronteiras de um único país. Essa visão busca uma compreensão mais realista das transformações que ocorrem em todo o domínio. Assim, não se restringe a uma parte do território, mas sim a todo um sistema natural que está em processo de reestruturação econômica e exploratória. As cidades pantaneiras, nesse contexto, desempenham um papel fundamental por seu peso estrutural e logístico.

A rigor, a perspectiva centrada nas cidades pantaneiras mostra que o Pantanal não é um sistema fechado ou isolado: é permanentemente atravessado por fluxos urbanos, agrícolas e de commodities. Trata-se de uma região que deixou de ser “fim de linha” para se tornar estratégica, tanto na exploração de seus recursos para diversos fins (mineração, pesca,

turismo, pecuária), como um corredor cujos modais de transporte permitem à região interligar diversas outras regiões econômicas ativas do Cone Sul.

É a partir desse quadro geoeconômico inicial que brotam as questões centrais deste estudo: de que modo os núcleos urbanos absorvem e reproduzem as pressões dessas mudanças? E, sobretudo, quais são os desdobramentos geoeconômicos e ambientais quanto ao tipo de urbanização que se produz no Pantanal?

Como se verá, ainda que no sentido urbano-regional, as cidades pantaneiras formem poucos pontos de centralidade urbana no Pantanal e estejam relativamente distantes de grandes centros e regiões econômicas, este estudo mostra que as cidades pantaneiras não estão isoladas ou desconectadas de outras geoeconomias; na realidade, estão articuladas econômica e institucionalmente com outras regiões e centros urbanos extrarregionais, evidenciando o peso dessas cidades na dinâmica das transformações no Pantanal.

Em outras palavras, os agenciamentos e investimentos de larga escala têm encontrado tanto nos pequenos e médios centros urbanos do Pantanal as condições de estrutura e suporte para sua densificação e concretização de projetos. Por exemplo, os projetos de adequação mais efetiva de navegabilidade da Hidrovia Paraguai-Paraná, que se orienta para o Cone Sul, e a nova Rota Bioceânica, que se orienta para o Pacífico, trazem diversos impactos econômicos e ambientais para o Pantanal.

Outro aspecto deste trabalho é buscar identificar os centros urbanos que possam estar assumindo o papel de cidades intermediárias relevantes entre o Pantanal e os grandes centros econômicos nacionais. Ou seja, cidades que absorvem modelos de consumo e de distribuição de bens e serviços, com dinâmicas análogas às das cidades médias brasileiras. A redefinição funcional e econômica em processo nesses centros pode também guiar a tendência de que sejam portas de entrada para novos modos de consumo e mudanças socioespaciais, o que pode aumentar as fricções, não apenas comerciais, mas também as práticas sociais e culturais, em relação ao localismo.

Este trabalho também busca não se esquivar da problematização sociedade-natureza, tema que, não raro, é subestimado nos estudos urbanos de perfil regional. Costuma-se ignorar que, mesmo em territórios como o Pantanal, a baixa densidade urbana não significa ausência de impactos sobre domínios naturais tão vastos. Quando se trata das cidades pantaneiras, o movimento é duplo: de um lado, essas cidades se organizam em íntimo diálogo com o meio natural; de outro, promovem alterações no entorno, sendo também porta de

entrada para grandes investimentos e estruturas que provocam transformações profundas na vida local e na paisagem natural em escala ampliada.

A estrutura deste trabalho começa destacando o quadro geoambiental e geoeconômico no qual se inserem as cidades do Pantanal. Depois, desenvolve um estudo dos tipos de centralidades na região. Por último, foca na configuração regional que constitui essas cidades em termos urbano-regionais — o padrão de interações espaciais internas e externas, a forma de sua rede urbana e algumas tendências da urbanização no Pantanal.

Por fim, é preciso reconhecer os limites do que é apresentado aqui. O foco deste trabalho esteve quase completamente direcionado ao processo urbano vinculado à geoeconomia e à rede urbana. Questões como os processos históricos de urbanização regional, as dinâmicas de manejo territorial, circuitos inferiores, movimento e territorialidades entre cidades e outros modos de interação espacial ficaram de fora — limites de escopo que são parte de qualquer escolha metodológica. Entretanto, não se duvida de que outras abordagens possam revelar, em algum nível, um grau mais integrado de relações espaciais entre as cidades do Pantanal. De toda forma, o objetivo central aqui foi suprir uma lacuna evidente na pesquisa urbana: oferecer uma leitura regional sobre o conjunto das cidades do Pantanal.

Método

Para desenvolver este estudo, consideraram-se informações sobre a centralidade e rede urbana das cidades que se inserem no domínio natural do Pantanal (Figura 1). Ademais, foi considerada também a interrelação dessas cidades com o quadro geoambiental e geoeconômico. O propósito foi chegar a um panorama objetivo sobre o papel dessas cidades em termos funcionais e econômicos, mas também compreender como se articulam, numa escala local e regional.

No que tange à análise do grau de centralidade, hierarquia e articulação regional de cada cidade, foram utilizadas como principais referências os estudos do IBGE sobre regionalização e sistema urbano brasileiro — em especial a Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e intermediárias (IBGE, 2017), e as Regiões de Influência das Cidades (IBGE/REGIC, 2020), que detalham os níveis de centralidade e a hierarquia funcional das cidades.

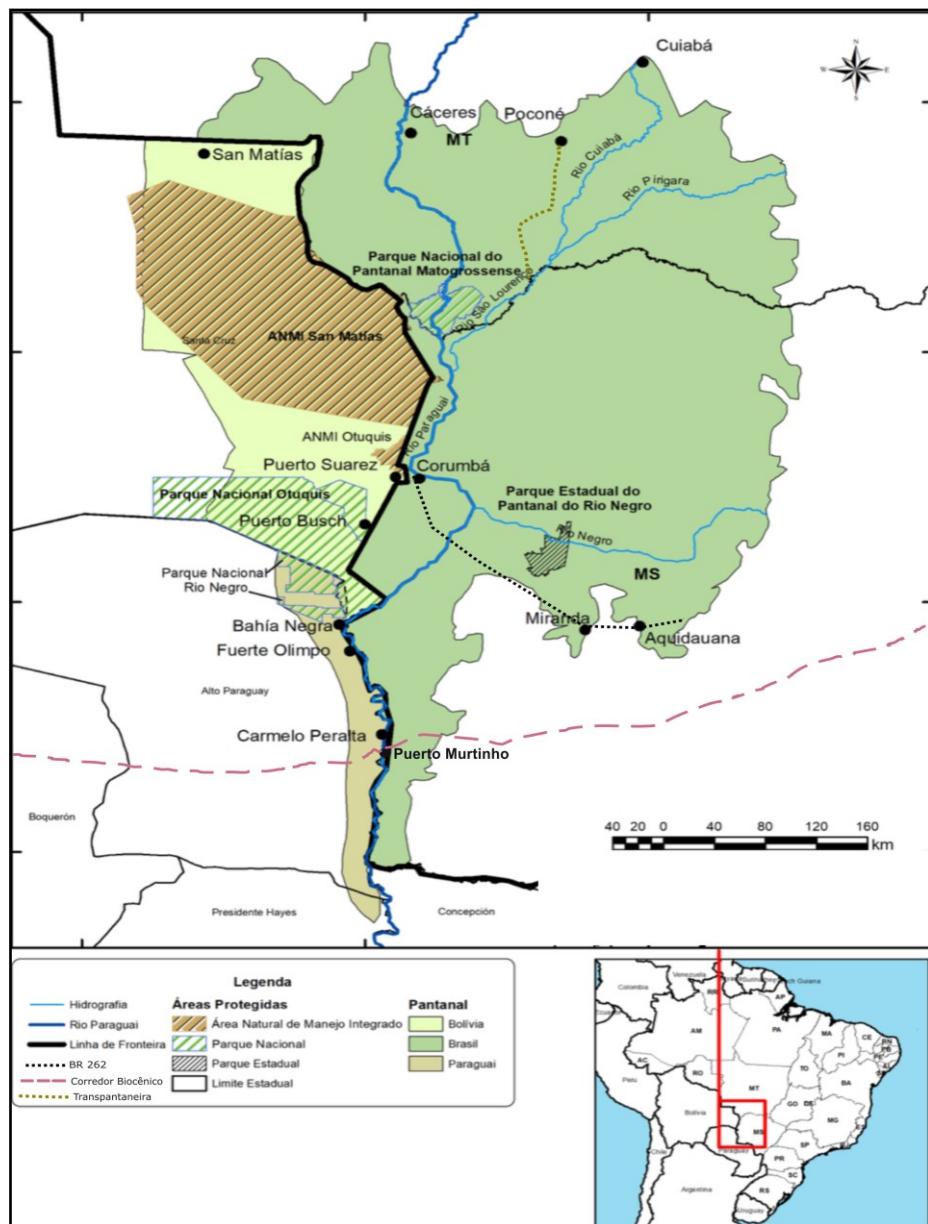
Para os municípios bolivianos e paraguaios inseridos no domínio pantaneiro, foram utilizados documentos nacionais de demografia e finanças (Bolívia, 2023-2024; Paraguai, 2023-2024). Esses conjuntos de bases e informações subsidiaram o entendimento regional das cidades e seus respectivos Produtos Internos Brutos Municipais.

Quanto a análise do grau de centralidade, a hierarquia e a articulação regional de cada cidade, foram utilizadas como principais referências, os estudos do IBGE sobre regionalização e sistema urbano brasileiro — em especial a Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias (IBGE, 2017) e as Regiões de Influência das Cidades (IBGE/REGIC, 2020), que detalham os níveis de centralidade e a hierarquia funcional das cidades.

Para os municípios bolivianos e paraguaios inseridos no domínio pantaneiro, recorreu-se a documentos nacionais de demografia e finanças (Bolívia, 2023-2024; Paraguai, 2023-2024). Esses conjuntos bases e informações subsidiaram o entendimento regional das cidades e seus respectivos Produto Interno Bruto Municipais.

Os dados e informações coletados foram sistematizados de modo a permitir uma descrição e análise geográfica breve do domínio natural e da inserção das cidades nesse contexto. Em um segundo momento, buscou-se compreender como essas cidades se articulam aos processos de agenciamento e aos investimentos realizados na região pantaneira. Por fim, foi realizada uma análise espacial, visando identificar a forma como esses núcleos urbanos se organizam em relação ao quadro geoeconômico regional.

Figura 01. Cidades do Pantanal e eixos geoeconômicos



Fonte bibliográfica: Moretti; Gonçalves, 2020
Edição original da fonte cartográfica: Laboratório de Geoprocessamento FHC/UFGD
Adaptação para este trabalho: Autor

Um outro aspecto analisado foi a identificação do processo de formação de cidades médias na região. Para isso, foram mobilizados referenciais analítico-descritivos que caracterizam o conceito de cidades médias, com base nas contribuições de Sposito (2001) e Sposito et al. (2007), conforme sintetizado no Quadro 1. Essa abordagem mostrou-se

pertinente diante da hipótese de que alguns centros urbanos pantaneiros possam estar assumindo — ou tendam a assumir — funções de uma centralidade intermediária entre seus contextos locais e extralocais, como grandes centros econômicos e industriais no Cone Sul.

Quadro 01. Parâmetros descritivos das cidades médias

Variável	Descrição (segundo Sposito 2001; Sposito et al. 2007)
Funções de intermediação	A cidade média atua como elo entre centros menores e metrópoles, mediando fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e informações.
Tamanho demográfico e funcional	Considerando o tipo de região, a cidade média pode variar seu tamanho demográfico – às vezes entre 80 000 e 120 000 habitantes, ou até entre 200 000 e 500 000. Embora o porte populacional seja relevante, o status de “cidade média” exige também o exercício de funções de intermediação e a oferta diversificada de serviços.
Centralidade urbana	Funciona como polo regional: concentra serviços especializados e atrai população e atividades da área de influência.
Relações escalares	Mantém interações intensas e contínuas com outros centros em múltiplas escalas – regional, nacional e global.
Recepção de fluxos migratórios	Atrai migrantes de cidades menores e zonas rurais, evidenciando melhor oferta de empregos, serviços e qualidade de vida.
Novas redes urbanas	Na era da globalização, vincula-se a territórios distantes por redes de informação, logística e finanças, refletindo a reestruturação do sistema urbano.

Fonte base: Sposito (2001) e Sposito *et al* (2007)

Elaboração: Autor

Contudo, buscou-se não deixar de fora as cidades pequenas, tendo em vista que, no âmbito regional, poderiam ter atribuição complementar em relação aos maiores centros urbanos, devido às suas funções e equipamentos ligados a atividades portuárias, elos logísticos e aduaneiros. Com efeito, para compreender o papel das cidades no contexto geoambiental, geoeconômico e regional, são desdobradas duas perguntas analíticas, relacionadas à organização espacial dessas cidades e ao grau de articulação às dinâmicas econômicas que hoje envolvem o Pantanal:

a) As cidades pantaneiras formam, de fato, uma rede urbana regional integrada internamente ou funcionam como elementos periféricos, atuando como nós adventícios de circuitos externos?

b) De que modo esses centros urbanos absorvem, transformam ou até reconfiguram os agenciamentos econômicos e institucionais que recaem sobre a gestão e o manejo do Pantanal?

As respostas a essas perguntas foram centradas nas condições demográficas, econômicas e geográficas atuais. Isso significa que uma análise histórica do perfil de urbanização e do tipo de relações de troca no tempo longo não foi possível ser realizada, o que poderia revelar fases ou ciclos desse desenvolvimento. Contudo, as respostas aqui desenvolvidas parecem fortemente confirmar o pressuposto de que o fator urbano tem se tornado um agente determinante nas transformações socioespaciais e ambientais do Pantanal.

Quadro geoambiental e geoconômico

De início, a compreensão da constituição, integração e articulação regional das cidades pantaneiras requer o entendimento do quadro geoambiental que as sustenta. Diferente do imaginário comum, o Pantanal não corresponde a uma planície ou pântano homogêneo. Na realidade, configura-se como um conjunto de diferentes “pantanais” e lagos, com áreas sazonalmente inundáveis intercaladas por serras, maciços e morrarias (SILVA et al., 2007).

Além disso, ao redor desse domínio natural erguem-se patamares e chapadas que funcionam como bordas e, ao mesmo tempo, imprimem o pulso hidrológico do Pantanal por meio do rio Paraguai e de seus tributários (BRASIL, 2018). Esse conjunto conforma um mosaico de ecossistemas — cerrado, campos alagáveis e ambientes aquáticos — permanentemente tensionados por pressões territoriais, demográficas e econômicas.

É neste quadro natural que se distribuem as cidades pantaneiras, cada uma sob um contexto ambiental específico. Por exemplo, Corumbá localiza-se em ambiente fluvial, com parte da cidade assentada sobre escarpas calcárias às margens do rio Paraguai e outra parte em setores mais elevados, apoiada pela presença de morros (Ramos, 2023). Cáceres, também ribeirinha, desempenha papel histórico e econômico por marcar o início da parte economicamente navegável do rio Paraguai. Encontra-se em sítio de várzea fluvial, às

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 122-147(2026) - Volume especial:
Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

ISSN: 2176-5774

margens do mesmo rio, onde sua expansão urbana se articula com terraços e elevações leves, que oferecem áreas menos suscetíveis a inundações. Já Poconé e Aquidauana situam-se em áreas de transição entre planaltos e planície, funcionando como portais de acesso ao Pantanal, uma vez que se localizam na borda geográfica desse domínio (Souza, 2010).

Outro aspecto é o vínculo entre o ambiental e o territorial: cerca de 80% desse grande domínio localiza-se no Brasil, com aproximadamente 15% na Bolívia e 5% no Paraguai. No território brasileiro, Mato Grosso do Sul responde por aproximadamente 64,5% da área nacional do Pantanal, enquanto Mato Grosso detém os 35,5% restantes (Silva; Abdon, 1998; BRASIL, 2018).

Como observado no Quadro 2, o retrato demográfico e econômico das cidades do Pantanal é modesto. Os poucos núcleos urbanos se espalham no Alto e Baixo Pantanal (Figura 1), destacando-se, respectivamente, as duas maiores cidades deste domínio: Cáceres (MT), no Alto Pantanal, e Corumbá (MS), no Baixo Pantanal. Todavia, é justamente na compreensão de sua geoeconomia e das conexões dessas cidades com outras regiões que se revelam diferentes graus de centralidade e a forma como se articulam a importantes circuitos econômicos mais densos e integrados.

Quadro 02. Cidades do Pantanal - população e PIB municipal

Cidade/UF/País	População	PIB
Corumbá-MS, BR	96,3 mil	R\$3,91 bi
Cáceres-MT, BR	89,5 mil	R\$2,30 bi
Aquidauana-MS, BR	46,8 mil	R\$1,17 bi
Coxim-MS, BR	32,2 mil	R\$1,07 bi
Poconé-MT, BR	31,2 mil	R\$710 mi
P. Suárez-BO	30,0 mil	Bs1,9 bi
Miranda-MS, BR	25,5 mil	R\$720 mi
Anastácio-MS, BR	24,1 mil	R\$700 mi
Ladário-MS, BR	21,5 mil	R\$384 mi
Rio Verde-MS, BR	19,8 mil	R\$633 mi
P. Quijarro-BO	19,0 mil	Bs1,1 bi
S. Ant. Leverger-MT, BR	15,2 mil	R\$819 mi
San Matías-BO	15,0 mil	Bs950 mi
Sonora-MS, BR	14,5 mil	R\$634 mi
N.S. Livramento-MT, BR	13,1 mil	R\$420 mi
P. Muritinho-MS, BR	12,9 mil	R\$351 mi
Itiquira-MT, BR	12,2 mil	R\$2,10 bi
Bodoquena-MS, BR	8,6 mil	R\$387 mi
B. Melgaço-MT, BR	7,3 mil	R\$146 mi
Lambari O.-MT, BR	4,8 mil	R\$245 mi
C. Peralta-PY	6,0 mil	G135 bi
F. Olimpo-PY	5,0 mil	G122 bi
B. Negra-PY	2,5 mil	G78 bi

Fonte: (Bolívia 2023; 2024); (Brasil 2022); (Paraguai 2022; 2023).

Elaboração técnica: Autor

No estudo de Ribeiro Silva (2020) o Pantanal brasileiro e com destaque para o eixo urbano dual de Corumbá-Ladário formam uma região geoeconômica do Mato Grosso do Sul - particularmente a Região geoeconômica oeste - caracterizada por uma paisagem de planície voltada a pecuária e pelo baixo incremento tecnológico em atividades industriais. Contudo, em uma escala de maior detalhamento podem ser destacados cinco setores principais para o quadro geoeconômico do Pantanal: pecuária, mineração, indústrias de bens de produção, terciário e turismo. São atividades que compõem o circuito com maior capacidade produtiva da região e dependem dos centros urbanos do Pantanal para suporte de infraestrutura, logística e serviços.

Antes de evidenciar tais setores, é preciso compreender a base logística e de transporte desse circuito, que se articula com os centros urbanos pantaneiros e outras regiões. Internamente, trata-se de uma rede viária pouco densa, onde predominam caminhos e vias não pavimentadas que ligam distritos, fazendas e pequenos povoados — muitos tornam-se inacessíveis durante as cheias e dependem do transporte fluvial. Entretanto, existem grandes eixos viários que atravessam o Pantanal e que demonstram como a região se conecta ao Cone Sul, assegurando o uso de seus recursos e o transbordo de produtos. Esses eixos são:

- BR-262 — Corredor econômico contínuo que atravessa o Pantanal sul-mato-grossense no sentido leste–oeste, conectando Corumbá à fronteira boliviana e constituindo via fundamental para o escoamento de minérios, produtos agropecuários e integração bioceânica (Atlântico e Pacífico);
- MT-060 (Transpantaneira) — Rodovia palafítica de 145 km que corta a planície mato-grossense no sentido norte–sul (Poconé-Porto Jofre), articulando pousadas, fazendas-hotel e comunidades ribeirinhas;
- MS-184 (Estrada Parque) — Rodovia não pavimentada de 120 km que atravessa o Pantanal sul-mato-grossense (Miranda-Corumbá), importante para o turismo e o transporte de gado;
- Ramais ferroviários — Vinculados à mineração em Corumbá-MS, com integração à malha boliviana pela antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, hoje usada para transportar minérios ao porto de Ladário;
- Hidrovia Paraguai–Paraná — Acompanha o leito do rio Paraguai de norte a sul, constituindo o principal eixo fluvial para escoamento de grãos, minérios e combustíveis;

- Sistema aéreo — Concentra-se principalmente nos aeroportos de Corumbá (MS), Cáceres (MT) e Puerto Suárez (Bolívia), essencial para o fluxo de pessoas e institucionalização no Pantanal.
- Gasodutos — O Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), de 3.150 km, entra no Pantanal por Corumbá-MS e atravessa vários municípios até Campo Grande; o Lateral Cuiabá ramifica-se do sistema boliviano, entrando por Cáceres-MT e atendendo Poconé, Várzea Grande e Cuiabá;
- Em construção: Corredor Bioceânico (Rota 4 - Capricórnio) — Corredor transnacional de 2.396 km ligando o Centro-Oeste do Brasil ao Pacífico chileno, via Porto Murtinho-MS, Paraguai e Argentina, reduzindo distâncias para a Ásia e estabelecendo nova rota de exportação.

Um aspecto histórico importante é que, a partir dos anos 2000, o avanço da integração regional — impulsionado pelo Mercosul e pelos investimentos estruturais do plano de integração IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) — trouxe não apenas um foco para o Cone Sul e sua realidade econômica, mas também resultou, de forma prática, em desdobramentos que culminaram em megaprojetos logísticos no Pantanal, como o aprimoramento portuário, a navegabilidade da hidrovia Paraguai-Paraná e a articulação de modais entre Atlântico e Pacífico.

De importância central para a geoeconomia regional no Cone Sul, a Hidrovia Paraguai-Paraná movimenta mais de 7 milhões de toneladas anuais de grãos e minérios para mercados internacionais (ANTAQ, 2024). Ela conecta portos estratégicos — Porto Geral de Corumbá, Terminal de Ladário e Puerto Suárez-Puerto Aguirre (Bolívia) — que são fundamentais para a produção regional. O transporte de ferro e manganês responde por mais de 70% do volume do tramo sul da hidrovia, incluindo o minério e o clínquer escoados a partir do Porto Aguirre.

As cidades estão no centro dessas transformações, tanto na armazenagem e escoamento quanto como elos logísticos essenciais para a integração dos modais. Corumbá e Ladário formam o principal complexo intermodal, integrando hidrovia, ferrovia, rodovias e terminais portuários, enquanto Porto Murtinho emerge como novo *hub* (elo de concentração e integração) multimodal, conectando a hidrovia ao corredor rodoviário Bioceânico.

A alternância sazonal entre modais, ou seja, a hidrovia nas cheias e rodovias nas estiagens, evidencia a intermodalidade, gerenciada diretamente nas cidades pantaneiras, que concentram *gateways*, terminais, serviços e infraestrutura de distribuição. Assim, hidrovia e rodovia encontram nas cidades do Pantanal os elos logísticos que conectam a produção regional aos mercados do Sudeste brasileiro, à Bacia Platina e ao Atlântico. São cidades que em termos funcionais, exercem papel de base logística na articulação dessa rede de transportes e fluxos no Pantanal.

Em relação às explorações econômicas, destaca-se a pecuária extensiva, que domina a planície e se concentra em polos como Corumbá–Ladário, Aquidauana–Anastácio, Miranda e Cáceres. Tanto o gado para engorda como a carne são escoados para grandes centros frigoríficos e de distribuição, como Campo Grande, São Paulo e Minas Gerais (Soares, 2017; Santos et al., 2023; IAGRO, 2024).

A pecuária é uma economia crescente, com áreas de pastagem que expandiram 285% nas últimas três décadas (Mapbiomas, 2022). Apesar da importância econômica e esforços de sustentabilidade, ainda há desmatamento irregular e uso inadequado do fogo para abrir pastagens (Mighty Earth, 2024).

A mineração, principalmente de ferro em Corumbá, é um vetor econômico central — tanto em termos de exportação quanto de geração de empregos e compensações financeiras para o município. O minério extraído é o principal produto que movimenta as atividades logísticas e portuárias no rio Paraguai (SEMADESC, 2025). Já Poconé concentra a mineração de ouro, realizada por cooperativas e empresas que empregam uma significativa força de trabalho no município (Davis et al., 2023; SEMA-MT, 2022).

Porém, são atividades com forte impacto ambiental, resultando em descarte de resíduos, assoreamento, alteração do fluxo hídrico e poluição por mercúrio — fatores que afetam as águas, a biota e a saúde da população local (Martins, 1996; CETEM, 2013; Tomas, 2019).

A atividade industrial é pontual e ligada aos recursos naturais. Destacam-se o beneficiamento agropecuário, a indústria mineral, siderúrgica e cimento. O polo industrial de Corumbá–Ladário lidera em minério, cimento, cal, frigoríficos e bases de logística portuária. Cáceres-MT desponta como polo agroindustrial, com carne bovina, madeira e pescado. Puerto Suárez, na Bolívia, já concentrava processamento mineral, exportação de material siderúrgico, serrarias e fábricas de cal e cimento; porém, se consolida com o Complexo

Siderúrgico de Mutún, que com capitais chinesas e nacionais terá papel importante em prover grande parte da demanda siderúrgica da Bolívia.

O setor terciário (comércio, serviços públicos e privados) está mais concentrado em Corumbá, Cáceres e Puerto Suárez, com diversificação em saúde, assistência, varejo, educação superior e presença institucional significativa tanto civil como militar. O comércio fronteiriço, os *free shops* e entrepostos aduaneiros, bem como o turismo de natureza e pesca esportiva, impulsionam o setor — com polos centrais em Corumbá, Ladário, Poconé, Cáceres, Aquidauana–Miranda, Porto Jofre e Puerto Suárez–Bahía Negra, apoiados por uma rede de hotéis, restaurantes e agências turísticas.

Ainda é importante notar as mudanças geoeconômicas do entorno do Pantanal. Apesar de uma região distante dos grandes polos econômicos nacionais, já se sentem os impactos da agroindústria, principalmente o avanço da soja e da celulose, intensificando pressões econômicas e ambientais, especialmente nas bordas do Pantanal, também chamadas de peri-Pantanal (Wenzel, 2021). A realidade é que, nos últimos anos, o Pantanal tem se integrado aos fluxos agrícolas do Brasil, Bolívia e Paraguai, reforçando seu papel de território usado para fins logístico para exportações (ANTAQ, 2021; Min. Agricultura, 2022).

O fato da multisetorização econômica e sua articulação modal mostra o papel estratégico das cidades no Pantanal para a geoeconomia do Cone Sul, conectando pontos e fluxos entre territórios regionais e internacionais. Em síntese, essas cidades acabam sendo mediadoras dos fluxos econômicos e concentrando infraestrutura, especialização funcional e decisões de governança que orientam o tipo de desenvolvimento e de impactos no Pantanal.

Grupos de cidades e centralidades urbanas no Pantanal

O que se depreende, sob uma perspectiva geoeconômica, é que o Pantanal constitui uma área de exploração natural e um corredor estratégico de fluxos para diferentes escalas e circuitos — região Centro-Oeste e Sudeste brasileiro, Bacia Platina e Costa Pacífica. Contudo, embora o quadro geoeconômico permita destacar em um amplo panorama como o Pantanal se insere na estruturação e dinâmica das atividades econômicas, é fundamental compreender de que forma seus centros urbanos evidenciam suas centralidades e como a transbordam para além do seu espaço urbano.

Com efeito, neste estudo é possível caracterizar três grupos que se distinguem pelo tipo de centralidades, articulação interurbana e a maneira como esses centros urbanos se incorporam a um espaço geoeconômico interregional e hierarquizado.

O primeiro grupo reúne as duas principais centralidades regionais do Pantanal: Cáceres, no Alto Pantanal, e Corumbá, no Baixo Pantanal. Cáceres constitui-se como centro sub-regional (REGIC, 2018), com polarização moderada sobre o norte do Pantanal; desempenha função estratégica no abastecimento energético, pois abriga o ponto de entrada do gasoduto Bolívia–Mato Grosso e controla parte do alto tramo navegável do rio Paraguai.

Não obstante, os fluxos de bens, serviços especializados e decisões administrativas de Cáceres, embora componham uma centralidade de destaque e convergência no Alto Pantanal, ainda se encontram sob forte polarização e dinâmicas unidirecionais de trocas com Cuiabá, capital administrativa e regional de Mato Grosso.

Outro aspecto é que, ainda que Cáceres desempenhe papéis logísticos e econômicos importantes (exportação de gado, pescado e ouro, além do turismo de pesca), isso não lhe confere uma polarização efetiva no Pantanal. Isso ocorre porque sua hinterlândia, além de apresentar baixa densidade demográfica, é rarefeita de cidades cujas centralidades poderiam ser complementares ou significativamente convergentes, a ponto de possibilitar relações econômicas mais intensas e frequentes.

Na paisagem intraurbana, a cidade enfrenta expansão do seu tecido urbano em áreas sensíveis às inundações, sobretudo nas áreas em que os córregos de suas vertentes mais elevadas seccionam seu tecido urbano (Santos et al., 2017). Outro aspecto são os problemas ambientais identificados, que incluem assoreamento, contaminação da água, retirada da vegetação e erosão marginal nas ocupações urbanas em sua orla do Rio Paraguai (Silva; Souza, 2012).

Corumbá é o centro urbano de maior destaque no Baixo Pantanal, com uma hinterlândia de perfil tradicionalmente portuário e fronteiriço. Sua paisagem econômica integra setores consolidados como a indústria, a pecuária e a mineração. Contudo, destaca-se também a terciarização, assim como seu papel de elo urbano na rota de comércio e transporte de bens entre Brasil e Bolívia. De certa forma, é uma cidade que desempenha uma função multidirecional de fluxos e conexões, integrando os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, e ramificando vínculos com outras regiões geoeconômicas.

Em termos de posição na rede urbana, Corumbá-MS se enquadra como centro sub-regional (Centro Sub-Regional B, conforme REGIC 2018), com forte direcionamento institucional e administrativo à sua capital regional, Campo Grande.

A centralidade de Corumbá destaca-se desde o início por ser o município que mais abrange o território pantaneiro no Brasil, cerca de 60% desse domínio. Ainda é sede de diversos órgãos e instituições ambientais e administrativas. Outro aspecto que potencializa sua centralidade é a redefinição do setor terciário, com diversificação e novos agenciamentos em seu mercado varejista, além de atividades logísticas e turísticas que ampliam o leque de suas atividades econômicas (Ramos, 2023).

No âmbito intraurbano, a cidade já exibe efeitos diretos sobre o Pantanal, como a ocupação de morros e áreas de deflúvio (Ramos, 2023). Soma-se a isso a expansão de seu tecido urbano, que se encontra em contato com a planície e sujeita a inundações. Todos esses elementos se somam aos problemas de saneamento e déficit habitacional que o município tem enfrentado juntamente com a expansão de suas áreas periféricas.

Um aspecto que se destaca é que as centralidades tanto de Corumbá quanto de Cáceres também se apoiam em suas localizações estratégicas. Corumbá se sobressai como porto fluvial no rio Paraguai, de importância regional, e como ponto de fronteira com a Bolívia, atuando como elo logístico internacional. Já Cáceres tem sua relevância reforçada pela localização no início navegável do rio Paraguai; além de abrigar gateways logísticos e servir como entroncamento rodoviário que articula fluxos produtivos e serviços para o norte do Pantanal e para o norte centro-oestino.

O segundo grupo, integra os centros urbanos complementares, como Poconé, Aquidauana e Miranda — cidades que apresentam serviços especializados, embora em menor grau e densidade se comparadas a Corumbá ou Cáceres. Essas cidades distinguem-se por centralidades fortemente vinculadas às áreas rurais próximas, desenvolvem atividades econômicas associadas ao ambiente natural, como pesca e turismo, e também funcionam como pontos de abastecimento e prestadores de serviços de transporte, como oficinas e postos de apoio logístico, uma vez que interseccionam eixos rodoviários, como a BR-262.

Segundo a classificação regional do IBGE (2017), essas cidades integram Regiões Geográficas Imediatas. Aquidauana, Miranda e Anastácio compõem a mesma região, Ladário está vinculada à região imediata de Corumbá e Poconé faz parte da região imediata de Cuiabá. Essa regionalização ressalta a lógica cotidiana das populações locais, que se orientam pelo

centro urbano mais próximo para suprir necessidades diárias de compras, saúde, educação e outros serviços. Estudos sobre Aquidauana-Anastácio indicam intensa mobilidade pendular diária e semanal, especialmente ligada ao trabalho e estudo (Lordano, 2019), padrão também observado no eixo urbano dual de Corumbá- Ladário.

Outra característica desse grupo é a concentração de certas funções especializadas que conferem atratividade para algumas dessas cidades: Poconé destaca-se pela mineração de ouro licenciada, expressiva no contexto socioeconômico local, e Miranda pelo turismo de pesca e ecoturismo. No entanto, todas permanecem dependentes das capitais regionais, que concentram os serviços de maior complexidade e portam agências de maior comando político-administrativo do Pantanal.

O terceiro grupo compreende os centros fronteiriços transnacionais, que integra os núcleos urbanos da fronteira Brasil-Bolívia, caracterizando sistemas urbanos duais, como Corumbá-Ladário (Brasil) e Puerto Suárez-Puerto Quijarro (Bolívia), ou ainda, como único eixo fronteiriço: Corumbá-Puerto Suárez. Embora apresentem demografia populacional modesta, essas cidades possuem elevada relevância regional, geopolítica e logística em relação aos fluxos econômicos de mercadorias, migrações e intercâmbio cultural.

Esses centros urbanos fronteiriços formam um espaço nodal que concentra portos fluviais de pequeno e médio porte, responsáveis por processar fluxos de cargas agrícolas e minerais de alcance supraregional. São também cidades que atuam como pontos de passagem, tanto de cargas que circulam pelos diferentes países do Cone Sul, quanto de um comércio de varejo dinâmico. Aliás, trata-se de um circuito varejista formal e informal (como as feiras binacionais), que atrai consumidores de ambos os lados em função das flutuações cambiais e que ciclicamente alterna fluxos de varejo e atacado em ambos os lados da fronteira.

Contudo, é no volume de trocas internacionais que o eixo Corumbá–Puerto Suárez se sobressai, consolidando-se como um sistema urbano fronteiriço de grande importância geoeconômica. Segundo dados da SEMADESC (2025) em 2024 6,26% da exportações do Estado saíram do eixo urbano dual Corumbá-Ladário. Esse eixo urbano acaba sendo um *gateway* urbano logístico, uma vez que há muitos pátios de transportadoras, centros de armazenagem de mercadorias e um porto seco (aduana) e que interliga com Puerto Suárez, com exportações que chegam na Argentina, Uruguai e China (SEMADESC, 2023, 2025).

Na outra ponta do eixo, Puerto Suárez exibe uma presença fabril e exportadora significativa, sobretudo com o recém-inaugurado Complexo Siderúrgico de Mutún, que projeta receitas anuais de US\$ 172 milhões.

O sistema modal desse grupo de cidades abarca interações espaciais em escalas extrarregionais. De início, o modal ferroviário nesse eixo Corumbá–Puerto Suárez transporta grandes volumes de commodities minerais e agrícolas destinados aos portos do Atlântico e do Pacífico. O eixo hidroviário, por sua vez, é representado pela Hidrovía Paraguai–Paraná, canal estratégico para o escoamento de safras agrícolas e minerais, cuja navegação depende da cooperação bilateral para garantir sua plena operacionalidade e eficiência, conectando Corumbá a diversos países da América do Sul.

E o modal rodoviário, que permite a circulação de mercadorias na fronteira, alimenta um circuito varejista binacional. Além disso, é um eixo que viabiliza grandes volumes de transporte de bens de produção e de consumo para além da fronteira, conectando-se a outros corredores rodoviários no Brasil, Bolívia e Argentina.

Contudo, as rodovias, tanto a BR-262 quanto a Rota 4 na Bolívia, carecem de investimentos de manutenção e aprimoramento de sua estrutura viária, apresentando trechos deteriorados, como pontes estreitas, buracos e falta de duplicação, além de capacidade insuficiente frente à relevância estratégica da rota. O modal aéreo, tanto em Corumbá quanto em Puerto Suárez, por sua vez, complementa essa estrutura ao facilitar a circulação de pessoas e de mercadorias de alto valor agregado.

Em termos de zona de influência e hierarquização regional, Corumbá, como já supracitado, mantém uma polarização direta a uma área de poucos municípios (ainda que tenha um vasto território municipal) e uma hinterlândia imediata que, junto com Ladário, forma uma orla fluvial importante no escoamento de minério e no turismo. Porém, Corumbá está funcionalmente atrelado a Campo Grande para funções de comando, sobretudo institucionais; já Puerto Suárez e Puerto Quijarro integram de forma funcional e subordinada à metrópole de Santa Cruz de La Sierra.

Ainda, poderíamos considerar um subgrupo, dentro dos centros fronteiriços transnacionais, formado pelas cidades paraguaias do Pantanal — Carmelo Peralta, Fuerte Olímpo e Bahía Negra — que, embora seja cidades pequenas e com atividades econômicas modestas, inda assim, projetam expectativas de dinamização urbana a partir

dos agenciamentos megaestruturais, como a Rota Bioceânica e a Hidrovía Paraguai–Paraná, que tendem a gerar impactos demográficos e econômicos nessas cidades.

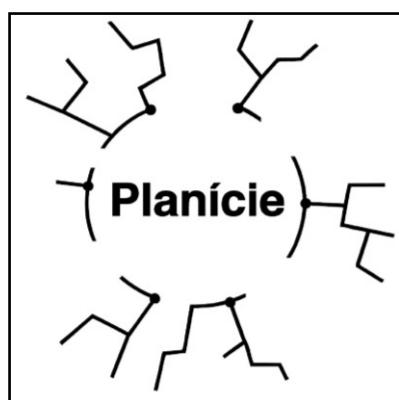
Deve-se observar que a rede modal de transportes e os centros urbanos do Pantanal têm cada vez mais aumentado o tráfego de transporte de cargas, tanto em fluxo quanto em volume. Esses aspectos têm provocado desde a supressão da vegetação até aumento dos atropelamentos da fauna nas rodovias. De forma análoga, a crescente densificação industrial gera impactos que vão da extração de cobertura vegetal ao risco de contaminação de solos e rios. À medida que essas cidades adensam suas centralidades, isso também repercute em consequências diretas ao domínio do Pantanal, em termos de risco e maior vulnerabilidade ambiental.

Arquipélago urbano pantaneiro

Não se pode ser taxativo ao dizer que as cidades do Pantanal são tão somente orientadas para o extrarregional. Em realidade, também desenvolvem atividades endógenas e imediatas às suas áreas de influência econômica e institucional, que, embora não sejam o foco deste estudo, podem também assumir formas de interação espacial nas escalas dos sujeitos e das diversas territorialidades na região (Ramos, 2025).

Contudo, sob uma visão mais morfológica e interregional, desenvolvem um padrão de interações espaciais que poderíamos chamar de anelar detritico, ou seja, evidenciam centros urbanos nas bordas internas do Pantanal que se orientam predominantemente para o extrarregional, mas com fracas interações espaciais horizontais entre si (fragmentado), algo próximo da morfologia espacial abaixo:

Figura 02. Esquema anelar detritico das cidades pantaneiras



Fonte: Autor

Uma outra aproximação está na clássica definição de Milton Santos (1993) acerca da urbanização colonial brasileira como “arquipélagos urbanos”: cidades envoltas por uma atividade econômica central, mas com fracas interações entre si, porém com forte orientação econômica externa. Há uma semelhança com o Pantanal, sobretudo no baixo grau de reciprocidade e interdependência das cidades, tendo em vista que os principais polos urbanos da região não estabelecem articulações entre si que possam configurar uma imagem de região intrinsicamente integrada, ainda que as interações espaciais do eixo urbano dual de Corumbá–Puerto Suárez destoe um pouco dessa imagem.

Contudo, diferencia-se do modelo miltoniano na orientação geoeconômica, uma vez que não estão desligadas de outras regiões nacionais; em realidade, até as integram. Corumbá-MS e Cáceres-MT reforçam a economia centro-oestina tanto em direção a Cuiabá-MT quanto a Campo Grande-MS, como também desenvolvem laços com o Sudeste brasileiro e a fronteira Brasil-Bolívia. Portanto, se o Pantanal forma um arquipélago de cidades, elas não são desconectadas de outras regiões próximas e nem estão isoladas nos territórios nacionais.

Abaixo, a título de contraste, um esquema simplificado que mostra um tipo ideal de modelo urbano-regional bem articulado e o que ocorre no sistema urbano intrarregional do Pantanal:

Quadro 03. Esquema simplificado das características urbano-regionais do Pantanal

Característica	Rede urbana articulada	Rede urbana pantaneira
Interação horizontal	Alta	Muito baixa
Interação vertical	Maior interdependência	Maior dependência
Centralidades	Variadas e complementares	Menos variada e fragmentadas
Dependência externa	Moderada	Muito alta
Densidade de conexões	Elevada	Significativa

Fonte: Autor

Para responder à segunda questão deste trabalho, sobre como esses centros urbanos do Pantanal absorvem os agenciamentos econômicos e institucionais que recaem sobre a gestão ambiental Pantanal, é preciso partir da ideia de que, embora as interações horizontais sejam baixas, não se pode afirmar que não há um desenvolvimento regional do Pantanal.

Na realidade, como vimos, as cidades não apenas vêm se desenvolvendo em suas estruturas urbanas, como também absorvem investimentos na região, sobretudo em infraestrutura viária e logística. Isso confere ao Pantanal um potencial de intensificação do

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 122-147(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

seu desenvolvimento econômico, com impactos nos espaços internos das cidades e, possivelmente, em uma maior integração endógena — seja pelo aumento da densidade das trocas entre cidades, seja pelos efeitos na intensidade de investimentos que chegam em centros urbanos como Corumbá-MS, Cáceres-MT e Puerto Suárez, na Bolívia.

Esses investimentos e agenciamentos podem se traduzir em afluxos migratórios para as cidades, instalação de novas estruturas institucionais e ampliação do setor de prestação de serviços. Contudo, cidades como Corumbá-MS e Cáceres-MT tendem a concentrar a maior parte desses agenciamentos e impactos. São centros urbanos que também evidenciam carências em termos de oferta habitacional, expansão universalizada da infraestrutura de saneamento e planejamento urbano orientado para a mitigação e prevenção de riscos ambientais.

Um outro aspecto abordado neste estudo é a identificação de centros médios emergentes na rede urbana regional. Esse papel potencial recai sobre Corumbá-MS e Cáceres-MT, que, embora apresentem população ligeiramente abaixo do patamar demográfico clássico para cidades médias (100.000 habitantes), aproximam-se dos parâmetros funcionais utilizados para definir essa categoria urbana, especialmente aqueles propostos por Sposito (2001; 2007) — ver Quadro 1.

Todavia, o efeito polarizador reduzido desses centros evidencia uma limitação significativa no alcance intermediário que poderiam exercer — situação típica de redes urbanas em que a convergência de serviços se concentra nas capitais regionais ou se orienta fortemente para mercados extrarregionais, restringindo a complementaridade funcional dos centros sub-regionais. No caso de Corumbá e Cáceres, essa limitação se acentua devido à modesta densidade demográfica e às poucas localidades urbanas em seus entornos.

Consequentemente, apesar de vincularem funcionalmente os núcleos urbanos próximos em uma hinterlândia definida, ainda permanecem restritas a uma bacia urbana pouco densa, o que limita a distribuição abrangente de bens e serviços. Ademais, a estrutura terciária local começou recentemente a se redefinir de forma mais articulada com centros urbanos e econômicos de hierarquia superior na rede nacional (Ramos, 2022). Seja como for, a hinterlândia dessas cidades pode se fortalecer com o crescente desenvolvimento econômico e urbano desses centros intermediários, considerando os agenciamentos e as estruturas que incorporam, favorecendo um desenvolvimento intrarregional mais pronunciado.

Qual peso dessas cidades na gestão e o manejo do Pantanal é algo que este trabalho não pode responder de forma peremptória. Contudo, todas as grandes estruturas e investimentos que chegam ao Pantanal são articulados não apenas por centros urbanos distantes, mas também pelas cidades pantaneiras. Esses centros urbanos têm funcionado como pontos de ancoragem institucional e econômica, afetando a dinâmica natural do domínio pantaneiro — um domínio, vale ressaltar, sensível às alterações antrópicas e sob o efeito das mudanças climáticas recentes.

Somando-se aos investimentos em megaestruturas, como a Hidrovia Paraná–Paraguai, os modais da rota bioceânica e o maior fluxo de bens entre os países do Cone Sul, torna-se essencial a atenção aos riscos crescentes à sustentabilidade dos rios e dos ambientes terrestres do Pantanal. Nesse sentido, as cidades pantaneiras precisam estabelecer uma gestão regional compartilhada para antecipar e monitorar os impactos dos agenciamentos internos e externos, sem que isso comprometa seus desenvolvimentos.

Considerações finais

Este estudo analisou as cidades que fazem parte diretamente do domínio natural pantaneiro e buscou responder às questões referentes à maneira como se organizam nesse domínio e ao papel que desempenham nos agenciamentos e mudanças que ocorrem no Pantanal como espaço também econômico.

A escala de análise abrangeu o Pantanal como um território trinacional (Bolívia, Brasil e Paraguai), situando as cidades em seu quadro natural e geoconômico. Nesse sentido, o espaço geoconômico revela como as cidades se inserem nos eixos viários e portuários que integram o Pantanal ao Cone Sul.

São cidades que desenvolvem diversas atividades econômicas e que, com sua posição locacional no domínio, exercem diferentes papéis em termos de polarização e articulações extrarregionais. Identificaram-se três grupos de cidades que levam em conta suas centralidades e articulações regionais: as cidades principais de Corumbá e Cáceres, o grupo dos centros urbanos complementares que reúne cidades de importância em seu entorno rural, e o grupo das cidades fronteiriças, que alcançam importância regional como centros de comércio e elos portuários.

Também constitui resultado deste estudo a baixa interação espacial endógena entre as cidades, ainda que tenham uma orientação externa e geoeconômica importante, como é o caso de Cáceres no Alto Pantanal e Corumbá no Baixo Pantanal.

Na análise urbano-regional, a conclusão é que as cidades do Pantanal desenvolvem suas centralidades e polarização num espaço anelar e dendrítico, mas fragmentado. Ou seja, desenvolvem-se nas bordas internas do Pantanal e orientam-se para espaços extrarregionais, mas com pouca interação espacial horizontal entre as cidades.

Outro aspecto, os agenciamentos e investimentos que chegam ao Pantanal exigem que as cidades busquem uma gestão do domínio que seja mais co-participativa, como um entidade que reuna essas cidades em prol de diálogos e projetos para o Pantanal como uma única entidade geografia e ambiental.

Por último, a intensificação dos investimentos e intervenções econômicas no Pantanal exige que os municípios adotem uma governança territorial mais colaborativa. Para isso, é fundamental a criação de arranjos de cooperação regional, como consórcios intermunicipais, que unifiquem esforços e promovam o diálogo em torno de projetos para o domínio pantaneiro, considerando sua sociobiodiversidade.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ. Inicia processo de consulta pública para a concessão da Hidrovia do Rio Paraguai. Brasília: **ANTAQ**, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/antaq/pt-br/antaq-inicia-processo-de-consulta-publica-para-a-concessao-da-hidrovia-do-rio-paraguai>. Acesso em: 19 jul. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ. Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da Concessão da Hidrovia do Paraguai – Tramo Sul: apresentação na Audiência Pública nº 16/2021. Brasília: **ANTAQ**, 2021. Disponível em: <https://web.antaq.gov.br/Sistemas/WebServiceLeilao/DocumentoUpload/Audiencia%2520161/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%2520Hidrovia%2520do%2520Paraguai%2520AP.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BOLÍVIA. Instituto Nacional de Estadística. **Censo de Población y Vivienda 2024: primera entrega – conteo poblacional (resultados preliminares)**. La Paz: INE, 2024. Disponível em: <https://censo.ine.gob.bo/resultados/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOLÍVIA. **Ministerio de Economía y Finanzas Públicas.** Producto Interno Bruto departamental 2023 – precios corrientes y per cápita. La Paz: MEFP, 2024. Disponível em: <https://www.economiafyfinanzas.gob.bo/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Mosaico Pantanal:** resumo executivo. Brasília, DF: ICMBio, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/resumo_executivo_mosaico_pantanal.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério de Portos e Aeroportos.** Brasil avança na logística com concessão inédita da Hidrovia do Rio Paraguai, diz ministro. Brasília: MPor, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/brasil-avanca-na-logistica-com-concessao-inedita-da-hidrovia-do-rio-paraguai-diz-ministro>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL. GARIMPO de ouro contamina meio ambiente em Poconé (MT) **Verbetes.** Rio de Janeiro: CETEM, 2013. Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=83>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DAVIS, J. L. et al.. **Boletim do Ouro 2022-2023.** Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto, Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

FRANCO, L.; GONÇALVES, J. D. S. B.; ATIENZA, M.; BARROS, P. S. As redes de atores do Corredor Rodoviário Bioceânico ‘Mato Grosso do Sul – Portos do Norte do Chile’: diagnóstico e proposta de uma governança multinível. Campo Grande: **Interações** (Campo Grande), 2023, v. 24, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v24i4.4180>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GONÇALVES, K. B. O Pantanal transfronteiriço e suas diádes: uma análise a partir das áreas protegidas na zona da fronteira. Campo Grande: **Geofronter**, 2020, v. 6, n. 1. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/5104>. Acesso em: 19 jun. 2025.

IAGRO-MS. **Relação de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Estadual.** Campo Grande: IAGRO, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: **Cidades** e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/brasil.html>. Acesso em: 19 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022:** população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de influência das cidades:** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, p. 192 p.

JESUS, S. A rota de integração latino-americana: os vetores de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e seus impactos humanos e ambientais. Foz do Iguaçu: **Revista (Re)Definições das Fronteiras**, 2024, v. 2, n. 7, p. 1-20. Disponível em: <https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/view/85>.

LORDANO, G.. Os movimentos pendulares em municípios com cidades conurbadas no prelúdio e Pantanal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: **Revista Pantaneira**, UFMS, 2019, v. 16.

MAPBIOMAS. Em três décadas, Pantanal ficou mais seco e assistiu escalada da agropecuária. **ECO**, 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/em-tres-decadas-pantanal-ficou-mais-seco-e-assistiu-escalada-da-agropecuaria/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MORETTI, E.; GONÇALVES, K.. Pantanal transfronterizo (Bolívia-Brasil-Paraguai) e as áreas protegidas: desafios da gestão diferenciada na zona de fronteira. **Confins**, 2020, n. 45. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/32597>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PARAGUAI. Banco Central del Paraguay. **Cuentas regionales: Producto Interno Bruto departamental** 2023. Asunción: BCP, 2024. Disponível em: <https://www.bcp.gov.py/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

PARAGUAI. Instituto Nacional de Estadística. **Censo Nacional de Población y Viviendas** 2022: resultados finales – estructura de la población por edad y sexo. Asunción: INE, 2023. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/censo2022/documentos/Censo%202022%20-Estructura%20de%20la%20poblacion%20por%20edad%20y%20sexo.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RAMOS, E. C. M.. Productive Restructurations in Corumbá-MS in the Pantanal Region. **MERCATOR** (FORTALEZA. ONLINE), 2022, v. 1, p. 1-14.

RAMOS, E. C. M. Rugosidades e redefinições da morfoestrutura urbana de Corumbá-MS e seus impactos ambientais na planície do Pantanal. **Revista Anpege**, v.19, n.38, 2023.

RAMOS, E.C.M.; OLIVEIRA, F.R.. Aspectos socioespaciais e territoriais dos povos e as escolas do Pantanal: diversidades, contradições e desafios de uma educação entre distâncias geográficas e sociais. Araraquara: **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, 2024, v. 19. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1932001>.

RIBEIRO SILVA, C. H. R. A Geoeconomia de Mato Grosso do Sul em tempos de crise. In: CALIXTO, M. J. M. S.; MORENO, B. B.; BERNADELLI, M. L. F. da H. (org.). **O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras. Dourados**. Editora UFGD, p. 267-297, 2020

SANTOS, L; ZAMPARONI, C. A. G.; SOARES, J. C. O. Susceptibilidade a inundações no perímetro urbano de Cáceres-MT. **Caderno de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 51, p. 623-641, 2017. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2017v27n51p623.

SANTOS, Luana Darze dos; VIEIRA, Jaqueline Maria Ribeiro; RIGUETTI, André Leone; PADOVANI, Carlos Roberto. **Estimativa da população de bovinos no Pantanal por meio da Pesquisa da Pecuária Municipal 2021**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2023, Comunicado Técnico, 122.

SANTOS, M.. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Atividades de mineração mais licenciadas pela Sema-MT são para uso da construção civil**. Cuiabá: SEMA-MT, 2022.

SEMADESC - Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul. **Vias do Comércio Exterior**. Campo Grande, 2023. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/202306_COMEX_PORTOS.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

SEMADESC - Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul. Valor de produção de minério do Estado somou R\$ 11,8 bilhões nos últimos quatro anos. Campo Grande: **SEMADESC**, 2025. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/valor-de-producao-de-minerio-do-estado-somou-r-118-bilhoes-nos-ultimos-quatro-anos/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SEMADESC. Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. Comércio exterior de Mato Grosso do Sul: maio de 2025. Campo Grande: **SEMADESC**, 2025. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/06/COMEX-Maio.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, A. A. da et al.. Compartimentação geomorfológica do rio Paraguai na borda norte do Pantanal Mato-Grossense, região de Cáceres-MT. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 59, n. 1, p. 63-72, 2007.

SILVA, R. V.; SOUZA, C. A. Ocupação e degradação na margem do Rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 8, n. 1, p. 125-152, jan.-abr. 2012.

SOARES, J. C.; SANTOS, L.; CALDAS, J.. A pecuária bovina no município de Cáceres-MT: reflexos no contexto socioeconômico. **Ciência Geográfica**, 2017, v. XXI, n. 1.

SOUZA, C. A.; SOUZA, J. B.. Pantanal Mato-Grossense: origem, evolução e as características atuais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, 2010, v. 11.

TOMAS, W. M. et al.. Sustainability agenda for the Pantanal Wetland: perspectives on a collaborative interface for science, policy, and decision-making. **Tropical Conservation Science**, 2019, v. 12, p. 1-30.

WENZEL, F.; HOFMEISTER, N.; PAPINI, P. **Demand for soy puts pressure on Pantanal**, Brazil's largest wild wetland. Mongabay, 2021. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/06/demand-for-soy-puts-pressure-on-pantanal-brazils-largest-wild-wetland/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Sobre o autor:

ÉLVIS CHRISTIAN MADUREIRA RAMOS  

E-mail institucional: elvis.ramos@ufms.br

Doutor em Geografia pela UNESP (2017), é Professor Adjunto e pesquisador na UFMS, Campus do Pantanal. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e coordena o Laboratório de Dinâmicas Espaciais (LADINE). Coordena projetos ligados aos programas federais PIBID e PIBIC. Os trabalhos de pesquisa abrangem teorias espaciais, geografia urbana e social, etnogeografia, territorialidades juvenis e ensino de geografia e as mudanças geoeconômicas e socioespaciais no Pantanal.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.



LÓGICAS E ESTRATÉGIAS ESPACIAIS DA GRANDE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONALIZADA EM CIDADES MÉDIAS: PETROLINA/PE E JUAZEIRO/BA

Cláudio Smalley Soares Pereira¹

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: claudio.smalley@uece.br

Joanna Célia Rodrigues Oliveira²

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: joannacelia@hotmail.com

Resumo

As redes varejistas globais de alimentos, ao se expandirem pelas cidades médias atuam reestruturando, hierarquizando e redefinindo o espaço urbano. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar as lógicas espaciais da grande distribuição internacionalizada na produção do espaço de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, visando compreender a relação dessa produção com a lógica da globalização. Evidencia-se, portanto, as estratégias espaciais das grandes empresas comerciais de capital internacional, com destaque para o Carrefour, o Assaí, Cencosud e o Grupo Mateus. Para tanto, a metodologia utilizada combinou pesquisa bibliográfica – baseada em conceitos como produção do espaço, comércio varejista e cidades médias – com trabalhos de campo. Entre os resultados, destacam-se: a expansão de estabelecimentos de grupos varejistas globais, em pontos estratégicos das cidades analisadas e as mudanças nas dinâmicas de interação espacial entre cidades vizinhas. Destarte, conclui-se que as cidades de Juazeiro e Petrolina funcionam como espaços para a reprodução do capital das empresas da grande distribuição internacionalizada que encontraram, nas cidades médias, a possibilidade de ampliar suas operações e consolidar seu domínio no varejo alimentar.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Cidades Médias; Globalização; Varejo Alimentar; Urbanização.

LOGICS AND SPATIAL STRATEGIES OF LARGE INTERNATIONALIZED DISTRIBUTION IN MEDIUM-SIZED CITIES: PETROLINA/PE AND JUAZEIRO/BA

Abstract

Global food retail chains, as they expand through medium-sized cities, restructure, hierarchize, and redefine urban space. The objective of this article is to analyze the spatial logic of the large, internationalized distribution in the production of the space of Juazeiro, BA, and Petrolina, PE, to help understand the connection of this production with the logic of globalization. The spatial strategies of large commercial companies with international capital are evident, emphasizing Carrefour, Assaí, Cencosud, and the Mateus Group. The methodology combined bibliographic research – based on concepts such as space production, retail trade, and medium-sized cities – with fieldwork. The following results stand out: the expansion of establishments by global retail groups in

¹ Professor Adjunto dos cursos de bacharelado e licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE (PROPGEO).

² Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

strategic points of the analyzed cities and the changes in the dynamics of spatial interaction between neighboring cities. In conclusion, the cities of Juazeiro and Petrolina function as spaces for the capital reproduction of large internationalized distribution companies that found medium-sized cities to be a possible place to expand their operations and consolidate their dominance in food retail.

Keywords: Production of space; Medium-sized cities; Globalization; Food Retailing; Urbanization.

LÓGICAS Y ESTRATEGIAS ESPACIALES DE LA GRAN DISTRIBUCIÓN INTERNACIONALIZADA EN CIUDADES MEDIAS: PETROLINA/PE Y JUAZEIRO/BA

Resumen

A medida que las cadenas mundiales de distribución de alimentos se expanden por las ciudades de tamaño medio, reestructuran, jerarquizan y redefinen el espacio urbano. En este sentido, el objetivo de este artículo es analizar las lógicas espaciales de la gran distribución internacional en la producción del espacio en Juazeiro/BA y Petrolina/PE, con vistas a comprender la relación entre esta producción y la lógica de la globalización. Para ello, se destacan las estrategias espaciales de las grandes empresas comerciales internacionales, especialmente Carrefour, Assaí, Cencosud y Grupo Mateus. Para ello, la metodología utilizada combina la investigación bibliográfica -basada en conceptos como la producción de espacio, el comercio minorista y las ciudades de tamaño medio- con el trabajo de campo. Los resultados incluyen: la expansión de los establecimientos de grupos globales de comercio minorista en puntos estratégicos de las ciudades analizadas y cambios en la dinámica de interacción espacial entre ciudades vecinas. La conclusión es que las ciudades de Juazeiro y Petrolina funcionan como espacios de reproducción del capital de las grandes empresas de distribución internacionalizadas, que han encontrado en las ciudades medias la posibilidad de expandir sus operaciones y consolidar su dominio en el comercio minorista de alimentos.

Palabras-claves: Producción del espacio; Ciudades medias; Globalización; Segmento minorista de alimentos; Urbanización.

Introdução

Nas últimas décadas o mundo passou por muitas transformações. A globalização, modificou a dinâmica social e espacial. Uma nova ordem geopolítica foi instaurada, e as dinâmicas econômicas ganharam novos contornos. As empresas multinacionais, nesse contexto, foram impulsionadas pelo processo de globalização e pela mundialização do capital a se internacionalizarem, alcançando países e regiões diversas ao redor do planeta. No Brasil, a década de 1990 é bastante ilustrativa deste processo em países do capitalismo periférico. As transformações informacionais, a expansão midiática, as mudanças tecnológicas, a redução do tempo de transporte e dos custos, na produção das mercadorias, atuando em conjunto, estabelecem-se contraditoriamente. Nesse bojo, o capital varejista do setor de alimentos, com se expandiram e buscaram novos espaços de lucratividade.

As cidades médias, dentre elas Juazeiro/BA e Petrolina/PE, “cidades do agronegócio” (Elias; Pequeno, 2007), receberam investimentos de capitalistas comerciais a

partir do estabelecimento de empresas multinacionais do varejo alimentar, os quais contribuem para uma reestruturação urbana e da cidade (Sposito, 2007), conectando, por sua vez, as cidades supracitadas à rede econômica global com implicações substanciais na produção espacial mediante as novas lógicas e estratégias empresariais, incluídas aí as empresas de comércio e serviços, notadamente a grande distribuição do varejo alimentar, foco desse artigo.

Este artigo busca analisar os processos e lógicas econômicas que orientam as estratégias espaciais que conduzem empresas como Carrefour, Cencosud, o Assaí e o Grupo Mateus em direção às cidades médias, explicitando, através da investigação, algumas das alterações provocadas por esses agentes na produção do espaço urbano. Dentre elas, a escolha estratégica de determinados pontos da cidade, para a construção dos hipermercados, que evidencia o aumento da renda das classes econômicas mais baixas em períodos recentes da formação socioespacial brasileira; o impacto que esses estabelecimentos de “grande porte” ocasionaram para as cidades vizinhas, alterando a circulação de pessoas e bens (que se locomovem de distintos lugares para consumir a variedade de produtos oferecidos nesses estabelecimentos), a valorização do solo urbano, e a importância das cidades médias para a circulação de capital.

O objetivo deste artigo é analisar as lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada na produção do espaço em Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Abordamos como a estruturação do espaço urbano dessas cidades se conecta às lógicas da globalização e as articulações com a produção do espaço urbano regional no contexto da reestruturação econômica. Além disso, identificamos as ações e estratégias das grandes empresas comerciais nas diferentes escalas geográficas, contribuindo para esclarecer as estratégias espaciais dessas grandes empresas de capital internacional nas cidades médias brasileiras.

Produção do espaço urbano e capital comercial

Levando-se em conta que o espaço é uma produção social (Lefebvre, 1976; Santos, 1978; Harvey, 2006; Gottdiener, 2010; Sposito, 1999), é necessário considerar as ações sociais, as estratégias espaciais, as lógicas econômicas e políticas como fundamento básico para a compreensão da racionalidade que permeia o “uso capitalista do território” (Calabi e

Indovina, 1992) pelas grandes empresas da distribuição internacionalizada e sua atuação em cidades médias, dentre elas Juazeiro/BA e Petrolina/PE.

O comércio visa a troca e permite o consumo de produtos pelas diversas classes sociais (Ducatel; Blomley, 1990; Corrêa, 2008). É caracterizado pela circulação de mercadorias, inserido no processo de circulação do capital comercial em relação à produção agrícola e industrial. Uma vez que “a lógica dominante do capital de varejo é a da troca”, conforme Ducatel e Blomley (1990, p. 213 - tradução nossa), “o varejista precisa entender com especial atenção a complexidade dos aspectos associados ao consumo final das mercadorias, sempre em dimensão estratégica em relação aos concorrentes” (Silva, 2025, p. 77). O capital comercial, portanto, como Marx (2017) bem analisou, tem um papel fundamental em como o modo de produção se reproduz e a acumulação do capital se realiza (Ducatel; Blomley, 1990; Fine; Saad-Filho, 2021).

Em seu estudo sobre as cidades na economia mundial, Sassen (1998, p. 15) sugere que “o aumento da mobilidade do capital acarreta mudanças na organização geográfica da produção das manufaturas e na rede dos mercados financeiros”. De fato, isso é verdade, porém tais mudanças impactaram a maneira em que a geografia do capital comercial varejista se transformou. Isto é, não apenas na produção de manufaturas e nem somente no âmbito dos mercados financeiros, mas na própria esfera da circulação de mercadorias e da distribuição, redefinindo o papel dos diversos capitais (Fine; Saad-Filho, 2021). Empresas como Walmart (Estados Unidos), Tesco (Reino Unido) e Carrefour (França) ilustram muito bem como o varejo se tornou cada vez mais global, conforme destacou Wrigley (2009). Isso posto, é necessário considerar que:

O varejo [...] é um fenômeno inherentemente geográfico. Suas principais mudanças institucionais estão relacionadas ao emprego de tecnologia na resolução da dificuldade histórica de atender mercados espacialmente dispersos para ampliar a acumulação ou reduzir os custos de circulação [...] O varejoativamente explora e penetra espaços específicos em várias escalas (Ducatel; Blomley, 1990, p. 225 – tradução nossa).

Logo, o capital comercial varejista é fundamental no âmbito do processo de acumulação e reprodução do capitalismo, posto que é um capital localizado entre o capital produtivo e o consumidor (Ducatel; Blomley, 1990; Fine; Saad-Filho, 2021) e se expressa, para fins de nossa análise, na produção do espaço (Lefebvre, 1976). Não podemos, deste modo, perder de vista que o capital comercial varejista e suas expressões (as empresas,

corporações e/ou grupos econômicos do setor varejista) constituem parte de uma totalidade maior que se movimenta por meio das contradições.

O processo de concentração e centralização do capital varejista no território nacional tem implicações geográficas, o que significa elaborar, ao mesmo tempo, uma interpretação que vise articular muitas escalas espaço-temporais (Sposito; Sposito, 2017) e como esses processos produzem o espaço urbano. Ou seja, a concentração econômica e a centralização do capital oferecem a possibilidade de compreender as lógicas que orientam a produção dos espaços urbanos do período contemporâneo (Sposito; Sousa, 2022; Pereira, 2025), em que o consumo assumiu um certo protagonismo no âmbito dos processos sociais, políticos e culturais.

Nas cidades médias, esses processos vêm ocorrendo com grande impacto, modificando o modo como o espaço urbano é produzido, lançando tais cidades, entendidas como aquelas que desempenham papéis de mediação em suas redes urbanas (Sposito, 2010) ao circuito da globalização do capital varejista. A organização dos hipermercados, em rede e espalhados remete a dinâmica promovida e aprofundada pela globalização contemporânea sem, contudo, homogeneizar o espaço geográfico. Pelo contrário, a globalização é um conceito criado como um projeto político que implica exploração e produção dos desenvolvimentos geográficos desiguais (Harvey, 2004).

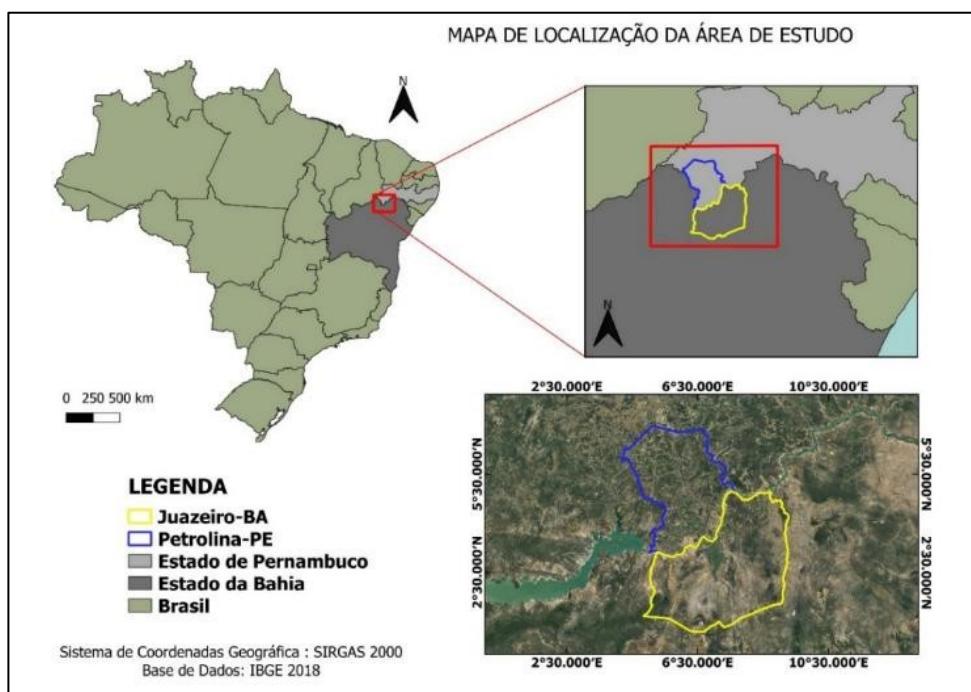
Nas últimas três décadas, a geografia histórica do varejo tem sido marcada por um processo de intensa expansão e pela redefinição das estratégias e das lógicas capitalistas. Nesse contexto, dinâmicas espaciais e econômicas passaram a transformar significativamente a organização geográfica das empresas varejistas, tanto no que se refere às estratégias de expansão territorial quanto nas articulações com outros capitais, com o Estado e com diferentes agentes econômicos. As corporações transnacionais assumiram papel central na produção do espaço em meio à globalização, reproduzindo unidades empresariais em distintas formações socioespaciais, introduzindo novos formatos de distribuição e integrando o varejo a plataformas digitais, como a Internet, o que provocou alterações profundas na estrutura de mercado do setor. A “modulação de inovações”, como argumentou Silva (2025), tem sido fundamental para a “produção da difusão espacial” pelas corporações varejistas, contribuindo para uma “reestruturação do varejo” (Ducatel; Blomley, 1990). Para compreender como esse processo de internacionalização se consolidou e quais

suas implicações nas cidades médias de Juazeiro e Petrolina, torna-se necessário realizar uma breve análise sobre a geografia histórica dessas cidades.

Petrolina/PE e Juazeiro/BA: urbanização, produção espacial e contexto atual

A geografia histórica da urbanização de Juazeiro e Petrolina (Figura 02) nos remete ao século XIX, quando ambas as cidades foram fundadas e alcançaram o status de vila e, depois, de cidade (Azevedo, 1946, 1950; Santos Filho, 2020). Para os nossos propósitos, é mais importante se ater aos processos pós Segunda Guerra Mundial que, como apontou Andrade (1982) e Santos (1994), reverberaram de modo significativo na urbanização brasileira e, em particular, no Nordeste, incluindo as duas cidades aqui estudadas.

Figura 02. Localização da área de estudo – Juazeiro/BA e Petrolina/PE



Fonte: Os autores, 2021.

A instalação dos Perímetros Públicos Irrigados em 1967 e a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND) na década de 1970 trouxeram significativos investimentos estatais para os municípios de Juazeiro e Petrolina. Esses investimentos tinham como objetivo a modernização do campo e impactaram também a produção espacial urbana (Domingues, 1989). Nesse contexto, o Estado desempenhou um papel crucial na inserção e expansão do modo de produção capitalista na região do Vale do Submédio (Andrade, 1982), atuando como agente na produção do espaço (Lefebvre, 1976).

A região foi alvo de várias intervenções governamentais destinadas a promover o desenvolvimento regional (Lamônica e Guimarães Júnior, 2019).

Como destaca Santos Filho (2020), as cidades de Petrolina e Juazeiro se consolidaram como relevantes centros urbanos do interior nordestino, exercendo forte influência econômica, social e política sobre uma vasta região. Essa centralidade se explica pela significativa concentração de equipamentos públicos e privados, que atendem não apenas suas populações, mas também os municípios de sua área de influência. Segundo o autor, essas cidades estão estrategicamente localizadas em importantes eixos de ligação rodoviária nacional, na confluência das BR-122, BR-235 e BR-407, o que potencializa sua dinâmica econômica.

Não obstante, destacam-se como polos do agronegócio, sobretudo da fruticultura irrigada e da indústria vitivinícola, além de concentrarem atividades diversificadas nos setores de comércio, tanto atacadista quanto varejista, e em serviços especializados, como saúde, educação e finanças (Santos Filho, 2020). Ademais, abrigam importantes instituições públicas estaduais e federais, ofertando os principais bens e serviços e possuindo os melhores índices econômicos de uma vasta região do sertão nordestino, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (IPEA, 2017, p. 33-40). O quadro 1 mostra algumas informações econômicas, demográficas e sociais que auxiliam na comparação entre os dois municípios e, portanto, auxiliam na compreensão da produção do espaço urbano.

Quadro 01. Juazeiro e Petrolina – Informações econômicas, demográficas e sociais

Cidade	Hierarquia Urbana (2018)	Região de Influência (2018)	População (2010)	População (2022)	PIB municipal (2021)	PIB Per capita (2021)	IDHM
Juazeiro (BA)	Capital Regional C (2C)	Arranjo Populacional do Recife/PE - Metrópole (1C)	187.965	237.821	5.181.529,247	23.601,32	0,677
Petrolina (PE)	Capital Regional C (2C)	Arranjo Populacional do Recife/PE - Metrópole (1C)	293.962	386.791	7.994.036,417	22.224,46	0,697

Fonte: IBGE Cidades (2022); REGIC/IBGE (2021)

Petrolina, que no passado era considerada “passagem de Juazeiro”, servia como importante ponto de conexão para fluxos populacionais entre estados do Nordeste e Sudeste brasileiro. Originalmente, Juazeiro destacava-se como o principal centro econômico, político e social da região - posição que manteve até meados do século XX. Entretanto, a partir das décadas de 1950 e 1960, Petrolina iniciou um processo gradativo de ascensão regional (Azevedo, 1950; Domingues, 1989; Chilcote, 1991; Cruz, 2013).

O ponto de inflexão ocorreu com a intervenção estatal no Vale do Submédio São Francisco, quando Petrolina passou a concentrar os principais investimentos públicos e privados (Andrade, 1982; Chilcote, 1991). Essa injecção de recursos resultou na expansão significativa do parque industrial e comercial da cidade, transformando radicalmente sua configuração espacial urbana. Nesse processo, destaca-se o papel central da família Coelho como agentes ativos na produção do espaço urbano. Sua atuação combinou influência política em âmbito regional e nacional com estratégia acumulação de capital em múltiplos setores da economia, tornando-se assim um elemento chave na redefinição das dinâmicas socioeconômicas e socioespaciais (Chilcote, 1991).

É interessante notar que a população urbana teve crescimentos mais expressivos na cidade pernambucana do que na cidade baiana. Ambas foram foco de migração após a década de 1950, porém, como mostra Domingues (1989), o lado baiano teve um maior crescimento da população rural no interregno entre 1960-1970, ao passo que no mesmo período, o lado pernambucano se sobressaiu em termos de população urbana. Apesar dos investimentos do Estado na produção do espaço por meio da criação de infraestruturas para geração de energia, estradas e na agricultura irrigada (Andrade, 1982), os impactos foram maiores na cidade de Petrolina, que viu a pobreza e as desigualdades socioespaciais se ampliarem juntamente com a urbanização.

Esse é um ponto importante para se compreender a produção do espaço nas duas cidades. As desigualdades socioespaciais são expressões do processo histórico-geográfico e da concentração de renda que permanece nos contextos recentes. Pode-se observar por meio das tabelas 1 e 2, e da figura 3 que essa é uma realidade das cidades médias nordestinas, não sendo, portanto, algo específico de Juazeiro e Petrolina. Importante, porém, é observar como sobretudo em Petrolina essa desigualdade é mais ampla, o que reforça a ideia de que a seletividade espacial do ponto de vista dos investimentos públicos e privados é, também, contraditória, já que produz, ao mesmo tempo, pobreza.

A divisão social do espaço nas duas cidades é nítida, quando observamos a tipologia intraurbana das condições de vida na figura 3 e a distribuição espacial das rendas na figura 4. Observa-se que as áreas em que há maior concentração de renda estão em Petrolina, próximo ao rio São Francisco, o que também ocorrem em Juazeiro. Porém, comparando uma cidade à outra, as maiores rendas e as melhores condições urbanas de vida estão do lado Pernambuco, em que pese a maior desigualdade social encontrada em Petrolina.

Tabela 01. Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres nas cidades médias nordestinas

	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos
Juazeiro (BA)	3,3	59,9
Feira de Santana (BA)	3	63,8
Vitória da Conquista (BA)	3,3	59,4
Juazeiro do Norte (CE)	3,7	58,3
Sobral (CE)	3,2	59,8
Campina Grande (PB)	3,1	62,9
Mossoró (RN)	3,9	57,7
Caruaru (PE)	3,5	57,6
Petrolina (PE)	2,8	66,1

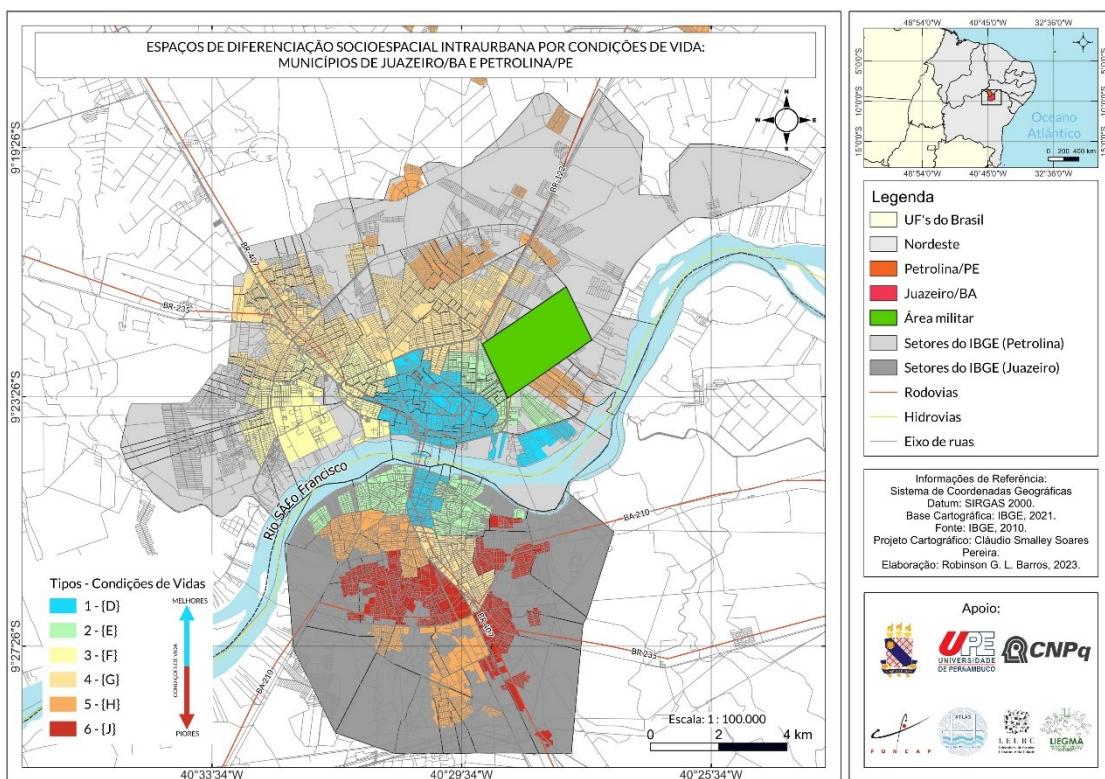
Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Nota*: Indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário-mínimo nessa data.

Tabela 02. Juazeiro e Petrolina – informações sobre trabalho e rendimento

	Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	Pessoal ocupado [2020]	População ocupada [2020]	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]
Juazeiro (BA)	2,0	38.662	17,7%	41,7%
Petrolina (PE)	2,0	70.500	19,9%	39,8%

Fonte: IBGE Cidades (2022).

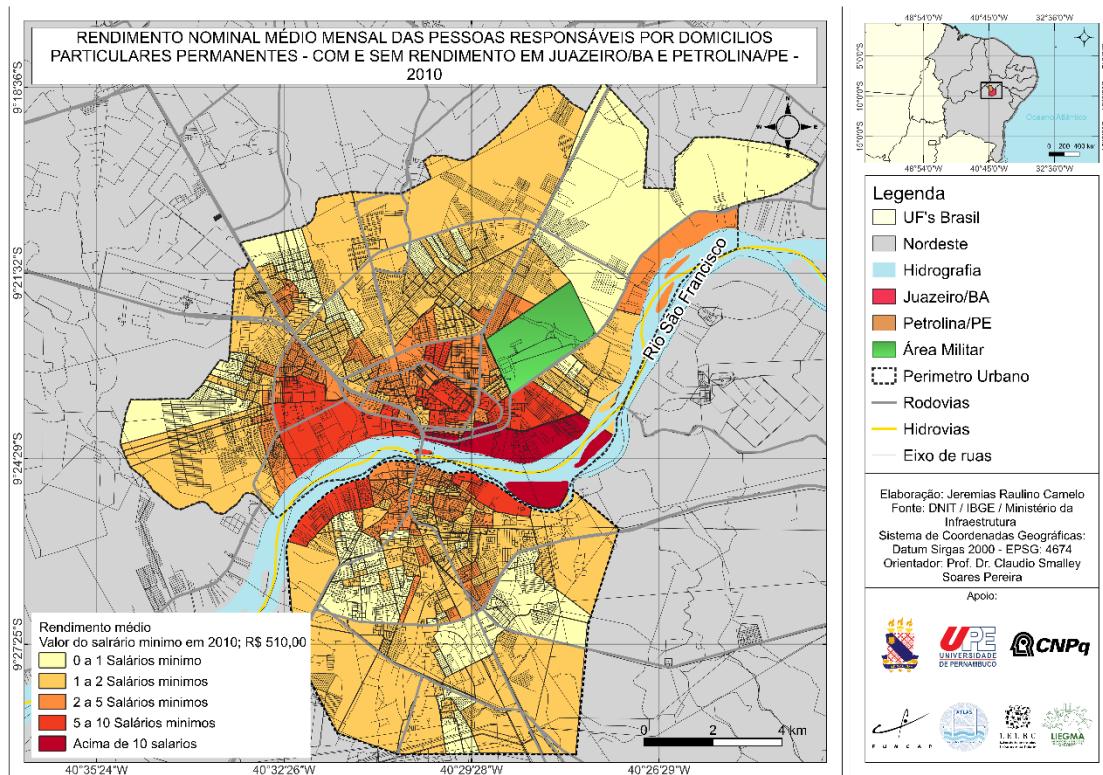
Figura 03. Condições de vida da RIDE Petrolina/PE – Juazeiro/BA a partir do IBGE (2017)



Fonte: Pereira et al (2026).

Esse fenômeno exemplifica a divisão social do espaço, na qual as classes sociais de alto poder aquisitivo se concentram nas áreas centrais das cidades, que oferecem melhor infraestrutura. Tal configuração se deve à capacidade econômica desses grupos de arcar com os altos custos para usufruir das vantagens proporcionadas pela localização central (Corrêa, 2013). Por outro lado, a população de menor renda é empurrada para as bordas urbanas, ocupando as áreas periféricas. Esse padrão centro-periferia se mantém também pelas vantagens associadas à proximidade do rio São Francisco, que agrega valor ao oferecer atributos como paisagem, contato com a natureza e facilidade de acesso aos serviços. A Figura 4 ilustra a concentração de riqueza predominante nas áreas centrais, evidenciando um padrão de segregação socioespacial que, embora ainda bastante presente, vem passando por transformações.

Figura 04. Renda média por setor censitário urbano– Petrolina/PE e Juazeiro/BA



Fonte: Pereira et al (2026).

Observa-se a expansão de condomínios de alto padrão localizados próximos ao rio São Francisco, porém afastados do centro urbano. Esse processo reflete as dinâmicas do modo de produção capitalista contemporâneo, que proporciona às camadas mais abastadas maior mobilidade e liberdade de escolha quanto ao local de moradia. Em Petrolina, como aponta Cruz (2013), essa nova configuração tem se sobreposto ao modelo tradicional, manifestando-se na forma de uma “autossegregação” (Corrêa, 2013; Sposito; Goés, 2013). Essa dinâmica, igualmente perceptível em Juazeiro, revela uma reestruturação da cidade orientada pelas lógicas econômicas que operam em diferentes escalas, provocando mudanças significativas na morfologia urbana (Sposito, 2007).

Nesse sentido, observa-se que as estruturas urbanas se tornam mais complexas na medida em que os processos econômicos incidem nas cidades médias, o que ocorre nas duas cidades aqui analisadas. As desigualdades socioespaciais se ampliam no bojo das contradições que resultam da lógica de funcionamento do capitalismo e em múltiplas escalas (Smith, 2020; Sposito, 2007). Como cidades médias nordestinas, Petrolina e Juazeiro “apresentam uma concentração e centralização econômicas expressivas, provocadas pela confluência de

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

transportes, podendo ser reconfiguradas pela incorporação de novas atividades do setor agropecuário que, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços” (Maia, 2010, p. 23).

Os espaços da “grande distribuição internacionalizada” nas cidades de Petrolina e Juazeiro”

A modernização capitalista do território está diretamente vinculada à reestruturação produtiva e à integração dos mercados locais às cadeias globais de distribuição (Pereira, 2020a). Em Juazeiro e Petrolina, a chegada de grandes redes varejistas intensificou a circulação de mercadorias e consolidou novos padrões de consumo. Esses espaços comerciais modernos não apenas atendem às demandas locais, mas também simbolizam a inserção dessas cidades no circuito econômico internacionalizado, alterando as dinâmicas urbanas e reafirmando o papel dessas cidades como nós estratégicos na rede urbana nordestina (Pereira, 2020a).

Um processo de “modernização capitalista do território” caracteriza essa expansão geográfica das empresas. Ela é visível, levando-se em consideração a presença de uma maior quantidade de unidades de comércio controladas pelas empresas principais. Essa expansão geográfica, que de fato não foi aleatória, ocorreu com as empresas privilegiando diversos pedaços do território, ainda que seletivos. Essas “escolhas espaciais” (se é que assim podemos chamar) por parte dos capitalistas, ocorreram em função de uma melhora considerável da economia brasileira em termos de crescimento econômico, com resultados importantes em termos de Produto Interno Bruto (PIB) aliados a políticas sociais voltadas para a distribuição de renda, elevação de salário mínimo e concessão de créditos, que juntas contribuíram para a redução das desigualdades sociais entre 2004 e 2014 (Pereira, 2020a, p. 151).

Tais varejistas são, de fato, verdadeiros “espaços da globalização” (Santos, 1996) ou “espaços do capitalismo global” (Harvey, 2021; Pereira, 2020b). Esse processo articula a concentração econômica, a centralização do capital e a expansão territorial em escala nacional (Sposito e Sousa, 2022; Pereira, 2025), produzindo impactos significativos sobre a classe trabalhadora, os agricultores e a saúde pública, especialmente em função do sistema alimentar imposto por essas empresas (Peres; Matioli, 2020). No Brasil, apenas as redes Carrefour e Casino, mediante os empreendimentos Atacadão e Assaí, respectivamente, operam em todo o território nacional, estando presentes nas principais regiões do país, o que evidencia tanto a concentração quanto a internacionalização desse setor (Sposito; Sousa, 2022; Pereira, 2025; Silva, 2025). Paralelamente, o Grupo Mateus, em constante expansão, tem intensificado suas *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

estratégias territoriais, alcançando 112 cidades e operando aproximadamente 254 lojas no país. Na sequência, serão analisados os aspectos históricos e econômicos da grande distribuição internacionalizada no Brasil, destacando o período da pandemia de Covid-19, além das estratégias espaciais adotadas nas cidades médias que constituem o foco deste artigo.

O Carrefour, fundado na França em 1959, expandiu sua atuação para o Brasil em 1975, consolidando-se como a maior varejista alimentar do país e operando em mais de 130 países (SBVC, 2024). Com aproximadamente 1.188 lojas e 134.000 funcionários, a empresa atua por meio de diferentes segmentos e bandeiras, como Carrefour Hiper, Carrefour Bairro, Carrefour Express, Super Bom Preço, SAM's Club, Carrefour.com e Atacadão (SBVC, 2024). Seu desempenho financeiro tem mostrado crescimento consistente, com faturamentos de R\$ 74,749 milhões em 2020, R\$ 81 bilhões em 2021 e R\$ 108 bilhões em 2022, 115 bilhões em 2023 (SBVC, 2022, 2023, 2024).

Durante a pandemia de COVID-19, as vendas do Carrefour cresceram 12,5% no primeiro trimestre de 2020, movimentando cerca de R\$ 15,9 bilhões, enquanto a estratégia de *e-commerce* alimentar aumentou os lucros em 75% no segundo trimestre, beneficiada pelo status de atividade essencial durante o isolamento (SuperHiper, 2020; Mello, 2020). Em Juazeiro e Petrolina, o Carrefour opera, principalmente, através do Atacadão – adquirido em 2007 e uma das principais bandeiras do grupo – e com um hipermercado Carrefour no River Shopping, que fora adquirido do Grupo Big em operação em 2021.

O Atacadão, na cidade de Petrolina, foi inaugurado em janeiro de 2020, ocupando uma área de 13,9 mil metros quadrados (Figura 5). Segundo reportagem publicada em um blog local (Santos, 2020), o investimento inicial foi de aproximadamente de R\$ 50 milhões, movimentando cerca de 800 empregos diretos e indiretos na região. Em Juazeiro, o Atacadão é ainda mais antigo, foi inaugurado em 2008 (Figura 6). Há aí um interregno de aproximadamente 12 anos entre a instalação da primeira e a segunda unidade na região do Vale do Submédio.

Figura 05. Atacadão na cidade de Petrolina



Fonte: Os autores.

As lojas do Bompreço, na cidade de Petrolina, passaram por um processo de revitalização, intitulado “Super Nova Geração do Grupo Big”, no ano de 2021. Essa reestruturação dos serviços de identidade visual, fez com que as lojas passassem a adotar a bandeira “Super Bompreço”, além de uma expansão na variedade de produtos, que passou a corresponder às necessidades da população regional (Folha de Pernambuco, 2021). Porém, a partir da compra do Carrefour e da transferência dos ativos para a empresa francesa, as lojas aos poucos foram reformuladas para assumir novas identidades visuais, em alguns casos, e em outros as lojas foram negociadas e/ou vendidas. A unidade de Petrolina, por exemplo, já está funcionando com a marca Hipermercado Carrefour no River Shopping.

O GBarbosa é outra empresa de varejo com presença em Juazeiro e Petrolina. Fundada no estado de Sergipe por Noel Rosa e Gentil em 13 de julho de 1955, a empresa expandiu suas operações para incluir produtos farmacêuticos e eletrodomésticos (Eletroshow GBarbosa) a partir dos anos 2000. Desde 2007, a rede faz parte do grupo chileno Cencosud que também possui as bandeiras Bretas, Mercantil, Perini, Prezunic, Giga Atacado e Spid (Cencosud, [s.d]). Sob o controle da Cencosud, o GBarbosa opera na Bahia, Alagoas, Ceará e Pernambuco, com mais de 383 lojas e 18.502 funcionários (SBVC, 2024).

Em Juazeiro e Petrolina, a primeira unidade do GBarbosa foi inaugurada em 2012 com o Mercantil Rodrigues (RedeGN, 2012). A rede atua nos segmentos de supermercados, hipermercados e lojas de eletrodomésticos. A diversidade de produtos, que inclui enlatados, frutas e legumes, movimenta uma ampla rede de produção, seja por meio de fornecedores

ou pela própria rede. Esse dinamismo na produção, armazenamento e entrega demonstra a complexidade da circulação do capital (Harvey, 2004).

A rede Assaí Atacadista, por sua vez, uma das principais representantes do segmento de atacarejo no Brasil, tem ampliado significativamente sua presença no território nacional. No município de Juazeiro, a rede está presente desde maio de 2013 (Figura 06), resultado de um investimento aproximado de R\$ 35 milhões para a implantação do hipermercado que ocupa uma área de 14 mil m², configurando-se como um marco relevante da expansão da empresa na região nordeste (RedeGN, 2013). Em âmbito nacional, a partir de 2021, após a separação com o grupo GPA (Grupo Pão de Açúcar), diversas lojas anteriormente compartilhadas foram repassadas ao Assaí, que as transformou em unidades do modelo atacarejo (SBVC, 2022). Naquele ano, a rede contava com 212 lojas e cerca de 60.000 funcionários, em 2023, esses números cresceram expressivamente: o Assaí passou a operar 288 lojas, empregando aproximadamente 80.350 pessoas e atingindo um faturamento de cerca de R\$72 bilhões (SBVC, 2024). Cabe destacar que em 2023, o Casino, grupo francês que controlava o Assaí, vendeu suas ações e deixou de controlar a rede de atacarejo (Silva, 2025).

Figura 06. Assaí Atacadista em Juazeiro



Fonte: Os autores.

A mais recente empresa a se instalar nas duas cidades foi o Grupo Mateus. Empresa de capital nacional, abriu seu capital em 2020 e, desde então, vem intensificando suas operações, com a inauguração de diversas unidades, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Atuando por meio de diferentes bandeiras — como Mix Atacarejo, Supermercado Mateus, Hiper Mateus, Eletro Mateus e Camiño —, o Grupo Mateus contava, em 2023, com 258 lojas e cerca de 57.391 funcionários (SBVC, 2024). No ranking mais recente da

Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Cláudio Smalley Soares Pereira & Joanna Célia Rodrigues Oliveira

Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2024), a empresa alcançou a terceira posição no setor supermercadista nacional, com um faturamento de R\$ 30,3 bilhões, ficando atrás apenas do Carrefour e do Assaí Atacadista.

Em 2021 o Grupo Mateus anunciou investimentos da ordem de R\$ 1,7 bilhões em Pernambuco, e é aí que as unidades de Petrolina e Juazeiro se encaixam como parte da estratégia de expansão territorial. Nesse processo destaca-se, também, como resultado da aquisição do Big pelo Carrefour, a compra efetuada pelo Mateus de lojas que eram do BIG Bompreço em algumas cidades, como Juazeiro do Norte, no Ceará, e Maceió, incluindo, também, três lojas no Recife nos bairros de Boa Viagem, Caxangá e Casa Forte e uma em Olinda (Castilho, 2023), reforçando as estratégias fundiárias e imobiliárias que também começaram a fazer parte das ações do capital varejista (Pereira, 2020a, 2020b, 2020c). São duas unidades do Mix Mateus, uma em cada cidade (Figuras 07 e 08), e um centro de distribuição, em Petrolina.

Figura 07. Mix Mateus na cidade de Petrolina



Fonte: Mix Mateus (2023).

Figura 08. Mix Mateus na cidade de Juazeiro



Fonte: G1 Bahia (2022).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Apesar de os atacarejos terem sido pensados para abranger as populações de menores rendimentos, o contexto de crise social e política iniciado com o golpe de 2016 teve impactos significativos no que se refere ao empobrecimento da população. De acordo com reportagem publicada no Jornal do Comércio (2021), as dinâmicas de produção e consumo de mercadorias, no contexto da crise econômica vivenciada no cenário brasileiro, nos últimos anos, evidenciou que os consumidores mais pobres, com renda média de R\$ 1,3 mil, eram minoria nesses estabelecimentos. Cerca de 54% dos clientes pertenciam a núcleos familiares com renda mensal que variava entre R\$ 1,9 e R\$ 3,6 mil e outros 35%, possuem renda mensal entre R\$ 6,1 mil e R\$ 17,3 mil. Em 2022, os atacarejos continuaram a ser uma alternativa amplamente procurada pelas classes médias, que buscavam amenizar os efeitos da inflação, especialmente no que diz respeito ao aumento dos preços dos alimentos. Esse comportamento foi confirmado pela pesquisa realizada pela consultoria Nielsen, a qual revelou que “o atacarejo passou de 47% para 67%, ganhando 20 pontos percentuais em penetração no consumo no ano de 2022”. Ainda segundo a Nielsen, em 2024, 75% dos consumidores anuais desses estabelecimentos pertenciam às classes de maior poder aquisitivo (Cardoso, 2022; Mattos, 2024).

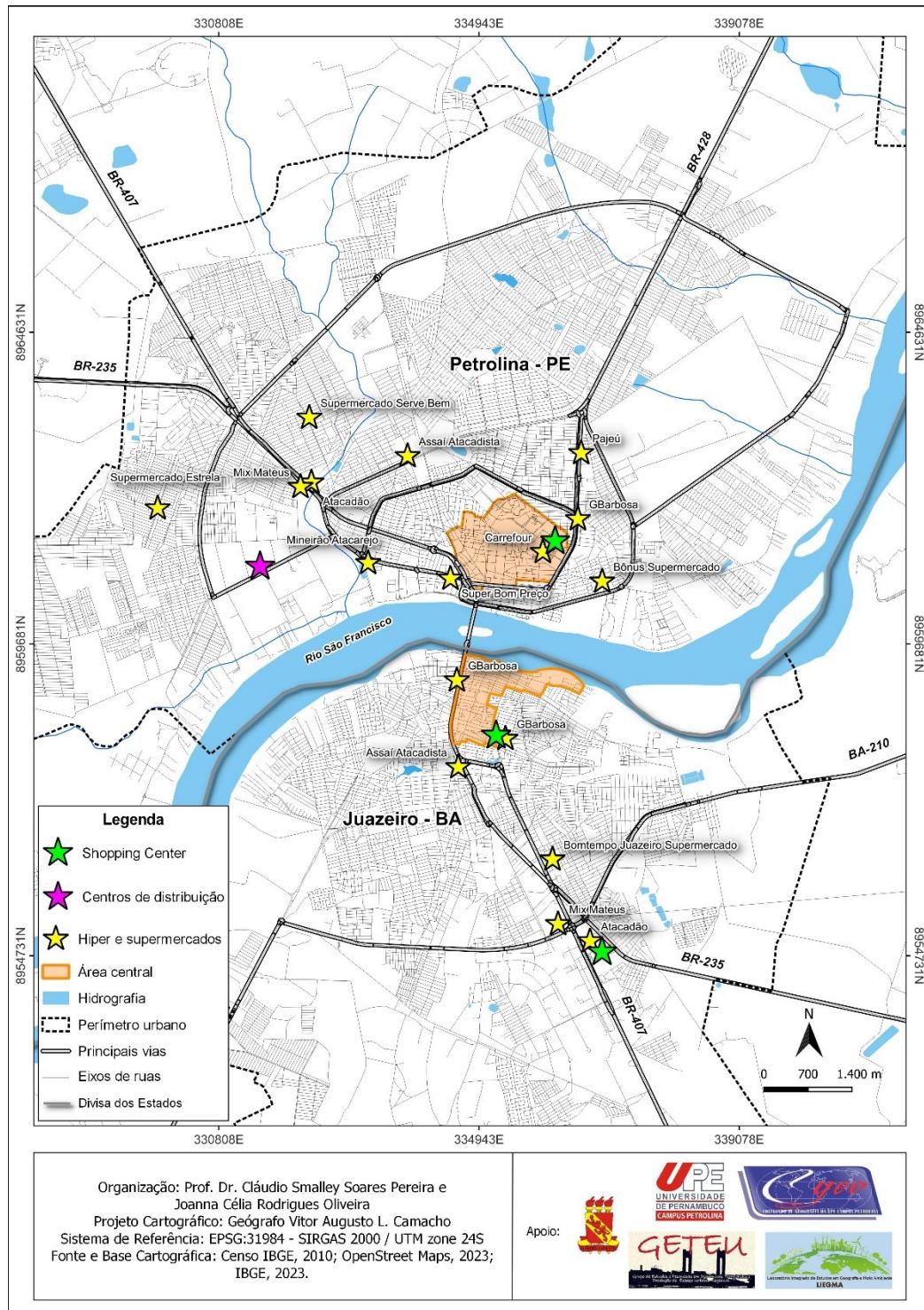
Nas duas cidades pesquisadas, a proximidade com vias de circulação rápida é fundamental, reforçando a relação entre cidade, comércio e automóvel, onde a “fluidez territorial” (Santos, 1994) é crucial. Em Petrolina, a distribuição espacial mostra uma preferência por áreas relativamente próximas ao centro e vias rápidas. Os grandes varejistas alimentares estão localizados em áreas densamente povoadas e já urbanizadas, não atuando como vetores de expansão. O hipermercado Carrefour, por exemplo, é uma loja âncora do River Shopping, situado no centro da cidade. As unidades do Assaí, Atacadão e Mix Mateus estão em bairros populares e densamente povoados, facilitando o acesso dos principais consumidores: a população de baixa renda e classe média baixa que vive nas proximidades.

Em Juazeiro, a influência das rodovias federais é ainda mais evidente. O Assaí e o Mix Mateus estão localizados próximos ao centro da cidade, enquanto o Atacadão e o Shopping JuáGarden ficam na periferia urbana (Figura 9). Nessas áreas, observa-se uma valorização do solo e expansão urbana, com diversos investimentos privados surgindo ao redor do Atacadão e do JuáGarden Shopping. Entre esses investimentos, destacam-se residenciais fechados para médio e alto padrão, bem como unidades de ensino superior privado.

Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Cláudio Smalley Soares Pereira & Joanna Célia Rodrigues Oliveira

Figura 09. Localização dos atacarejos e demais espaços comerciais nas cidades de Petrolina e Juazeiro



Fonte: Trabalho de campo

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial:
Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.
ISSN: 2176-5774*

A chegada desses capitais fixos às cidades médias de Petrolina e Juazeiro constituem exemplos do movimento mais geral do capital e das estratégias espaciais das empresas, que tem buscado esse estrato da rede urbana, principalmente Capitais Regionais e Centros Subregionais (IBGE, 2020). Como destacou Silva (2025, p. 315).

Para a difusão do modelo *cash and carry* no Brasil, o Carrefour privilegiou os estratos médios das redes urbanas e o Casino focou nos estratos mais elevados. Assim, 60% das lojas Atacadão estavam concentradas nas Capitais Regionais e nos Centros Subregionais. No Casino, esse percentual foi de 41%. Em contrapartida, 38% das lojas Assaí estavam localizadas na Grande Metrópole Nacional e nas Metrópoles Nacionais, contra apenas 13% do Atacadão.

Nesse contexto, em que as grandes superfícies comerciais adotam estratégias espaciais para otimizar sua reprodução econômica, é inevitável lembrar a crítica de Guy Debord (2015) à lógica do automóvel e ao hipermercado na sociedade do espetáculo. Os resultados da investigação mostram que esses espaços comerciais se organizaram nas áreas urbanas de Juazeiro e Petrolina, tornando-se polos atrativos para diversos grupos sociais. Isso impulsiona a reprodução do capital através do consumo local e intermunicipal, com pessoas de cidades vizinhas se deslocando para realizar suas compras em ambas as cidades. A atuação dessas empresas na produção do espaço e na reorganização da geografia comercial das cidades insere esses espaços urbanos na dinâmica econômica global. A expansão crescente de empresas do varejo internacional sobre o espaço urbano demonstra que Juazeiro e Petrolina são “lugares rentáveis” (Santos, 1996, p. 197, Pereira, 2020a, p. 339) para o capital comercial varejista, contribuindo para o processo global da produção capitalista (Marx, 2017).

Considerações finais

A estrutura geográfica do varejo no mundo atual ajuda a entender os movimentos econômicos e espaciais de concentração do varejo, a mobilidade do capital, além das próprias contradições se desdobram na maneira como opera o capital comercial varejista em múltiplas escalas, incluindo a escala urbana. As novas dinâmicas comerciais, observadas nas cidades médias de Juazeiro e Petrolina, apontam que elas se efetivam enquanto espaços urbanos para a expansão dos supermercados e hipermercados e demais grandes superfícies comerciais. Isso revela que as cidades supracitadas estão diretamente interligadas à rede econômica global, exercendo os seus papéis de intermediação direta, com as cidades pequenas, vizinhas,

que tiveram as suas dinâmicas de consumo alteradas com estabelecimento do Carrefour, do Assaí, do Cencosud e do Grupo Mateus.

Os processos que produzem o espaço no período contemporâneo tem grande contribuição das atividades varejistas, isto é, do capital comercial, o que torna o consumo e as lógicas econômicas e espaciais elementos importantes para a compreensão da urbanização. Nesse sentido, os super e hipermercados são importantes para compreender as relações entre cidade, comércio e consumo (Silva, 2005). No artigo discutimos como Petrolina e Juazeiro tornaram-se alvo das empresas estrangeiras do capital internacionalizado do setor varejista apenas recentemente, mudando os conteúdos espaciais e imprimindo na paisagem urbana formas que até pouco tempo não se faziam presentes.

Pode-se, portanto, concordar com Harvey (2018, p. 131) que as duas cidades aqui analisadas fazem parte da “remodelação das geografias de produção e consumo à imagem e semelhança do capital”. É importante destacar, também, que no contexto de isolamento e restrição, vivenciado no Brasil pelo avanço da pandemia de COVID-19, as formas comerciais modernas que se sobressaíram foram os atacarejos, tanto em termos de expansão quanto de lucro. Isso esteve associado à redução dos gastos com alimentos e a dificuldade de mobilidade impostas pela necessidade de isolamento e que, também impactados pela inflação e o aumento da pobreza e das desigualdades, acarretou mudanças nas práticas espaciais de consumo da classe média.

O artigo procurou analisar como as dinâmicas espaciais das cidades médias sofreram alterações a partir do estabelecimento de grandes empresas de capital internacional, em seu território, bem como as transformações socioespaciais oriundas das novas possibilidades de consumo produzidas por esses hipermercados e quais os fatores que tornaram as cidades supracitadas, polos atrativos para o comércio global. Mais análises são necessárias para aprofundar o debate, incluindo a dimensão regional de alcance desses capitais e das mudanças da estrutura de comércio em cidades pequenas polarizadas por Petrolina e Juazeiro.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Correia. **Tradição e mudança:** a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ASSAÍ ATACADISTA. **Quem Somos?**. Disponível em: <https://www.assai.com.br/quem-somos>. Acesso em: 20 de Jul. 2021.

Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Cláudio Smalley Soares Pereira & Joanna Célia Rodrigues Oliveira

ASSAÍ Atacadista Inaugura Loja em Juazeiro. **REDEGN**. Publicado em: 2013. Disponível em:https://www.redegn.com.br/?sessao=noticia&cod_noticia=38444#:~:text=A%20cida%20de%20Juazeiro%20ganhou,diretos%20e%20indiretos%20na%20regi%C3%A3o. Acesso em: 12 de agost. 2021.

Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS. **Ranking ABRAS 2024**: Conheça as maiores empresas do varejo alimentar. Publicado em 12 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/116521/ranking-abras-2024-conheca-as-maiores-empresas-do-varejo-alimentar>. Acesso em: 24 de mai. 2024.

AZEVEDO, Aroldo de. Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, 1950.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Orientação**, São Paulo, n. 9, p. 37{66, 1992 [1973]

CARDOSO, Daniela Hana. Atacarejo é nova aposta da classe alta para driblar inflação. **Estado de Minas**, Economia e Negócios, 16/04/2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2022/04/16/internas_economia,1360371/atacarejo-e-nova-aposta-da-classe-alta-para-driblar-inflacao.shtml. Acesso em: 16 mar. 2023.

CARREFOUR Brasil anuncia compra do Grupo BIG. **G1.COM**. Publicado em: 24/03/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/24/carrefour-brasil-anuncia-compra-da-rede-grupo-big.ghtml>>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

CASTILHO, Fernando. **Grupo Mateus, fundado por ex-garimpeiro de Serra Pelada, chega ao Recife ocupando lojas do Hiper Bompreço**. Jornal do Comercio. 04/04/2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/columnas/jc-negocios/2023/04/15433814-mateus-rede-fundada-por-ex-garimpeiro-de-serra-pelada-chega-ao-recife-ocupando-lojas-do-hiper-bompreco.html> Acesso em: 7 jun. 2023.

CENCOSUD. **Nuestra Historia**. Sem data. Disponível em: <<https://www.cencosud.com/nuestra-historia>>. Acesso em: 19 de jun. 2025.

CHILCOTE, Ronald. **Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1991.

CLASSE C descobre o atacarejo. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 24 de Setembro de 2021. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2017/05/cadernos/empresas_e_negocios/563080-classe-c-descobre-ao-atacarejo.html. Acesso em: 23 de set. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos pela Geografia**: o urbano, as redes e as formas simbólicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). **A cidade contemporânea segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 39-60.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Cláudio Smalley Soares Pereira & Joanna Célia Rodrigues Oliveira

DOMINGUES, Rita de Cássia Alcântara. **Petrolina**: crescimento urbano e intervenção do Estado. Recife, 1989. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco.

DUCATEL, Ken; BLOMLEY, Nicholas. Rethinking Retail Capital. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 14, p. 207-227, 1990.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.

FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. **O capital de Marx**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

GRUPO CARREFOUR BRASIL. **Uma História de Encontros**. Disponível em: <https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/grupo/historia/>. Acesso em: 09 de Mar. 2021.

GRUPO PÃO DE AÇÚCAR. **O Nosso Propósito**. Disponível em: <https://www.gpabr.com/pt/conheca-o-gpa/nosso-propósito/>. Acesso em: 10 de Mar. 2021.

HARVEY, David. **Espacios del capitalismo global**: Hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Akal, 2021.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Loyola, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Petrolina – PE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>>. Acesso em: 04 de jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Juazeiro– BA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/juazeiro/panorama>>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728> Acesso em: 16 jun. 2025.

IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras** Florianópolis, Sorocaba, Rio Grande Teresina, Rio Petrolina-Juazeiro. Brasília: IPEA: PNUD: FJP, 2017.

LAMONICA, Marcos Tostes; GUIMARAES JUNIOR, José Valdecy. Uma Perspectiva do Desenvolvimento Econômico da Região do Submédio São Francisco. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 24, p. 11-31, jan.-jun. 2019.

LEFEBVRE, Henri. L'espace: produit social et valeur d'usage. **La Nouvelle Revue Socialiste**, Paris, n. 18, p. 11-20, 1976.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Cláudio Smalley Soares Pereira & Joanna Célia Rodrigues Oliveira

MATTOS, Adriana. **Ricos vão mais ao atacarejo do que os mais pobres, mostra pesquisa.** Valor exame. Publicado em: 12 de Setembro de 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/09/12/ricos-vo-mais-ao-atacarejo-do-que-os-mais-pobres-mostra-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 19 de jun. 2025.

MARX, Karl. **O Capital**, livro III. São Paulo, Boitempo, 2017.

MERCANTIL Inaugura Loja em Juazeiro. **RedeGN.** 2012. Disponível em: https://www.redegn.com.br/?sessao=noticia&cod_noticia=30781. Acesso em: 12 de Jul. 2021.

MELLO, Gomes. Lucro do Carrefour Brasil sobe 75% no 2º trimestre com alta das vendas na pandemia. **CNN BRASIL.** Publicado em: 27 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/07/27/lucro-do-carrefour-brasil-sobe-75-no-2-tri-com-alta-das-vendas-na-pandemia>. Acesso em: 22 de ago. 2021.

SANTOS FILHO, Antônio Muniz. Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - cidades médias fronteiriças no Sertão do São Francisco, Brasil. **TERR@ PLURAL** (UEPG. ONLINE), v. 14, p. 1-21, 2020.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **A nova condição urbana:** espaços comerciais e de consumo na produção e reestruturação da cidade. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020a.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **Os espaços do capitalismo global:** empresas varejistas, uso do território e transformação urbana no Brasil. Teresina: **Conexão Política**, v. 9, n. 1, p. 139-165, 2020b.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **The production of space and the transformations of contemporary capitalism:** real estate strategies of retail companies. MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE), v. 19, p. 1-15, 2020c.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Concentration and centralization of capital in Brazilian food retail: economic strategies, territorial expansion, and the production of urban space in medium-sized cities. In: Tiana Bakic Hayden; Joaquín Pérez Martín. (Org.). **Urban Food Systems in Latin America:** Territories, Mobilities and Governance. 1ed. Londres: Routledge, 2025, v. 1, p. 161-179.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares; OLIVEIRA, Renata Sibéria; PEREIRA, Sidclay Cordeiro; ALBUQUERQUE, Ana Maria; LYRA, Luiz Henrique de Barros; VALÉZIO, Everton Vinícius; PROENÇA, André Luiz; CALDEIRA, Maria Silu; BARROS, Robinson Guaniere de Lima. **Atlas das dinâmicas sociais e ambientais de Petrolina-PE e Juazeiro-BA.** Fortaleza: EdUECE, 2026. (no prelo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA. **Informações e consulta:** Centro de atendimento ao turista em Petrolina. Disponível em: <https://www.prefeituradepetrolina.org/centro-de-atendimento-ao-turista-em-petrolina/>. Acesso em: 23 de set. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996

SASSEN. Sásksia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: NOBEL, 1998

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Lógicas e estratégias espaciais da grande distribuição internacionalizada em cidades médias: Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Cláudio Smalley Soares Pereira & Joanna Célia Rodrigues Oliveira

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O Papel dos Supermercados e Hipermercados nas relações entre cidade, comércio e consumo. **Geografia**, São Paulo, v. 30 n. 3, p. 610-265, 2005.

SILVA, Marlon Lima. **Inovações, produção do espaço e estratégias corporativas:** a difusão espacial do modelo *cash and carry* nas múltiplas escalas do Brasil. 450p. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO (SBVC). **Ranking um estudo completo sobre o setor: 300 maiores empresas varejo brasileiro.** São Paulo: SBVC, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO (SBVC). **Ranking um estudo completo sobre o setor: 300 maiores empresas varejo brasileiro.** São Paulo: SBVC, 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO (SBVC). **Ranking um estudo completo sobre o setor: 300 maiores empresas varejo brasileiro.** São Paulo: SBVC, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO (SBVC). **Ranking um estudo completo sobre o setor: 300 maiores empresas varejo brasileiro.** São Paulo: SBVC, 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO (SBVC). **Ranking um estudo completo sobre o setor: 300 maiores empresas varejo brasileiro.** São Paulo: SBVC, 2024.

SOJA, Edward. **Geografias pós modernas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geografia**, São Paulo, UNESP, n. 10, p. 1-18, 1991a.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **GEOUSP (USP)**, v. 21, p. 462-479, 2017b.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI; Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Org.). **O Espaço no Fim de Século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999c. p. 83-99.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001d, v. 1, p. 609-643.

WRIGLEY, Neil. Retail geographies. In: KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel (eds.) **International Encyclopedia of Human Geography.** Oxford, UK. Elsevier, 2009. p. 398-405.

Sobre os autores:

CLÁUDIO SMALLEY SOARES PEREIRA  

E-mail institucional: claudio.smalley@uece.br

Doutor e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. É graduado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (UECE). É professor adjunto dos cursos

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 148-172(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

de bacharelado e licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE (PROPGEO). É vice-coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC), e Editor-Chefe da Revista de Geografia – GeoUECE. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Coordenou o Projeto Universal Atlas das dinâmicas sociais e ambientais em Petrolina-PE e Juazeiro-B; (CNPq Processo: 409930/2021) entre 2022 e 2025. É pesquisador do projeto Economia política da urbanização e produção do espaço urbano no estado do Ceará, apoiado pelo CNPq (Chamada Universal - Processo: 406836/2023-0).



JOANNA CÉLIA RODRIGUES OLIVEIRA

E-mail: joannacelia@hotmail.com

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Mestra em Geografia, com ênfase em Geografia Humana e especialidade em Geografia Urbana, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vinculada à linha de pesquisa Análise Urbana e Regional. Integra o Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA/UFBA), desenvolvendo pesquisas voltadas às dinâmicas socioespaciais urbanas e regionais, com foco nas relações entre cidade, campo e processos de reestruturação territorial.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: Esse artigo é resultado dos projetos “Atlas das dinâmicas sociais e ambientais de Petrolina/PE e Juazeiro/BA” (CNPq - Processo [409930/2021-0]) e “Produção do espaço urbano em Petrolina/PE: reestruturação econômica, dinâmica urbana e globalização” (Universidade de Pernambuco, sem financiamento).



CIDADES MÉDIAS E REDEFINIÇÃO DE RELAÇÕES NA REDE URBANA: PROCESSOS E FORMAS INSTITUÍDAS NA FORMAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS NA BAHIA E EM PERNAMBUCO

Rizia Mendes Mares¹

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina

E-mail: rizia.mmares@upe.br

Cleiton Ferreira da Silva²

Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns

E-mail: cleiton.ferreira@upe.br

Resumo

A formação da aglomeração urbana nos estados da Bahia e Pernambuco, é um fenômeno complexo e multifacetado, resultante de uma série de processos históricos, sociais, econômicos e políticos. A estrutura urbano-regional e os processos territoriais que lhe são atinentes é o foco dessa reflexão tendo como recorte analítico a rede urbana no Nordeste, mais especificamente, as Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) e, a Região de Influência das Cidades (2018) de Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna na Bahia, e, Caruaru e Petrolina, em Pernambuco. Assim, objetiva-se analisar os processos e formas instituídas nesse recorte analítico, considerando tanto os elementos que as identificam, quanto aqueles que caracterizam a especificidade, potencialidade, funcionalidade e a polarização. Como metodologia adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, fundamentada na análise documental e na revisão bibliográfica e no levantamento de dados estatísticos sobre as aglomerações urbanas, como fontes primárias e secundárias, ou seja, relatórios governamentais e análise dos dados com base em técnicas de categorização, interpretação e síntese, buscando identificar padrões, tendências e características dos aglomerados urbanos objeto deste estudo.

Palavras-chave: Urbanização; Hierarquias urbanas; Interações socioterritoriais; Tipos urbanos; Nordeste.

MEDIUM-SIZED CITIES AND THE REDEFINITION OF RELATIONS IN THE URBAN NETWORK: PROCESSES AND FORMS INSTITUTED IN THE FORMATION OF URBAN AGGLOMERATIONS IN BAHIA AND PERNAMBUCO

Abstract

The formation of urban agglomerations in the states of Bahia and Pernambuco is a complex and multifaceted phenomenon, resulting from a combination of historical, social, economic, and political processes. The urban-regional structure and its associated territorial processes constitute the focus of this reflection, which adopts as its analytical framework the urban network of Northeast Brazil more specifically, the Immediate Geographic Regions and Intermediate Geographic Regions (2017), as well as the Regions of Influence of Cities (2018) of Barreiras, Vitória da Conquista, and Ilhéus-Itabuna in Bahia, and Caruaru and Petrolina in Pernambuco. The objective is to analyze the instituted processes and forms within this analytical scope, considering both the elements that identify these urban contexts and those that characterize their specificity, potential, functionality, and polarization.

¹ Professora Adjunta na Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Doutora em Geografia. Pós-doutorado em Estudos Territoriais.

² Professor Adjunto na Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns. Doutor em Geografia. Pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente) em 2021.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

The methodological approach combines qualitative and quantitative procedures grounded in documentary analysis, literature review, and the collection of statistical data on urban agglomerations. Primary and secondary sources—such as governmental reports—were examined using categorization, interpretation, and synthesis techniques, aiming to identify patterns, trends, and distinctive features of the urban agglomerations under study.

Key words: Urbanization; Urban hierarchies; Socio-territorial interactions; Urban types; Northeast Brazil.

LAS CIUDADES MEDIANAS Y LA REDEFINICIÓN DE LAS RELACIONES EN LA RED URBANA: PROCESOS Y FORMAS INSTITUIDAS EN LA FORMACIÓN DE LAS AGLOMERACIONES URBANAS EN BAHÍA Y PERNAMBUCO

Resumen

La formación de aglomeraciones urbanas en los estados de Bahía y Pernambuco constituye un fenómeno complejo y multifacético, resultado de una combinación de procesos históricos, sociales, económicos y políticos. La estructura urbano-regional y los procesos territoriales que la conforman constituyen el eje de esta reflexión, cuyo recorte analítico se centra en la red urbana del Nordeste de Brasil; más específicamente, en las Regiones Geográficas Inmediatas y Regiones Geográficas Intermedias (2017), así como en las Regiones de Influencia de las Ciudades (2018) de Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus–Itabuna en Bahía, y de Caruaru y Petrolina en Pernambuco. El objetivo es analizar los procesos y formas instituidas en este recorte, considerando tanto los elementos que las identifican como aquellos que caracterizan su especificidad, potencialidad, funcionalidad y polarización. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo-cuantitativo, basado en el análisis documental, la revisión bibliográfica y el levantamiento de datos estadísticos sobre las aglomeraciones urbanas. Se utilizaron fuentes primarias y secundarias —como informes gubernamentales— y el análisis se realizó mediante técnicas de categorización, interpretación y síntesis, con el fin de identificar patrones, tendencias y características propias de las aglomeraciones urbanas estudiadas.

Palabras-clave: Urbanización; Jerarquías urbanas; Interacciones socioterritoriales; Tipos urbanos; Nordeste de Brasil.

Introdução

A partir da revolução técnico-científico-informacional, a relação entre as cidades agregou novos elementos e conteúdo. O modo como as relações na rede de cidades tem se desenhado reflete e condiciona o desenvolvimento mais especializado da produção e reprodução capitalista, ou seja, uma interconexão de elementos materiais e imateriais, fragmentados e globalizados. Sob os auspícios do capitalismo elas se relacionam entre si, no nível local e também no global (Corrêa, 1997). Assim sendo, há um campo de análise aberto a pesquisadores que se debruçam sobre o tema, haja vista, as novas formas espaciais erigidas no território brasileiro, que demandam uma compreensão mais profunda das dinâmicas e lógicas que engendram o funcionamento dessas cidades.

O debate sobre a rede urbana brasileira iniciou-se no século XX, o que, para Anjos (2007), pode ser considerado um fato recente, dado o constructo histórico do seu território.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Trazemos para o debate a análise da rede urbana no Nordeste, mais especificamente Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) e as Regiões de Influência das Cidades (2018) Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna na Bahia, e, Caruaru e Petrolina em Pernambuco, por entendermos tratar-se de uma escala importante para as pesquisas sobre o sistema urbano brasileiro, considerando as especificidades de sua formação socioespacial (Santos, 1977) e das redes de localidades centrais dos países subdesenvolvidos (Corrêa, 1997), tendo como mote um passado colonial, de metamorfoses e de permanências de contradições socioespaciais no plano urbano-regional dos estados supracitados.

As cidades, de modo geral, formam um complexo sistema articulado por elementos de ordem econômica, política, social, cultural e institucional conformando uma densa rede urbana em que se correlacionam cidades em diferentes escalas e com distintos papéis e portes: metrópoles, cidades médias, cidades pequenas e suas áreas de influência, expressando uma estrutura hierárquico-funcional com uma organização com especificidades. A complexidade que perpassa estas cidades advém de um intenso processo de urbanização que traz em seu bojo, faces distintas da dinâmica de formação socioespacial. Tal processo histórico imprimiu alterações significativas na paisagem urbana, influências no padrão de organização espacial e, em maior ou menor grau, de problemáticas urbanas.

Nesse sentido, certos aspectos chamam nossa atenção, como alguns fenômenos e processos que eram descritos ou observados em grandes centros ou metrópoles por exemplo, verificados também, contemporaneamente, em cidades de menor porte (resguardando as proporções e intensidades) que se ligam ao padrão demográfico, a expansão territorial urbana, a complexificação da estrutura econômica, a diferenciação espacial e o aprofundamento das desigualdades sociais e relações em rede.

A estruturação das redes urbanas e a formação de aglomerações urbanas são processos dinâmicos e multifacetados (Santos, 2013; Corrêa, 1997; 2007; Muniz Filho, 2021). No contexto do Nordeste, esses processos adquirem especificidades que refletem tanto padrões gerais de urbanização no Brasil quanto peculiaridades regionais que marcam a diferenciação de suas cidades e redes urbanas (Oliveira, 1987; Andrade, 2007; Araújo, 1995).

Neste texto tem-se como objetivo analisar as formas e processos instituídos nas interações socioterritoriais e hierarquias urbanas envolvidas nesse fenômeno, como funções de intermediação na dinâmica da rede urbana, constituindo-se como influências regionais,

com importante posição geográfica e abrangência de ação e níveis de especialização em termos de comércio, serviços e atividades produtivas.

O recorte empírico adotado, portanto, para esta investigação, busca compreender a dinâmica de suas redes urbanas, os elementos que estruturam sua organização e as contradições inerentes ao processo de urbanização. Nessas, identificamos, complementarmente, espaços que se articulam de modo relativamente independente de outros centros de decisões, possuindo diversidade e, ao mesmo tempo, singularidades, que conformam tipos urbanos com dessemelhanças, similitudes e especificidades.

Material e métodos

A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa (Creswell, 2018), fundamentada em análise documental, revisão bibliográfica, levantamento de dados estatísticos em banco de dados secundários, produção cartográfica e demais imagens ilustrativas. Do ponto de vista desta abordagem quali-quantitativa, Góes e Melazzo et al (2022), reafirmam a articulação de ambas propostas, pois, a dimensão qualitativa pode ser analisada desde um instrumento quantitativo, sem deixar de mencionar as leis gerais do método dialético, onde a quantidade se transforma em qualidade (Melazzo et al, 2022, p. 280).

A análise dos estudos oficiais, sobretudo do IBGE, dialoga com a necessidade de leitura da rede urbana, vislumbrado a partir da categorização urbano-regional. Entre estes documentos, um deles é a versão atualizada da pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC, 2018), outro documento do IBGE é a proposta de regionalização intitulada Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias do ano de 2017, que se apoia, dentre outros, na própria REGIC (2008). Objetivamente, tendo a rede urbana como principal referência.

Justificamos o apoio nessas referências para embasar nossa caracterização: as Regiões Intermediárias de Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna na Bahia, e, as regiões de Caruaru e Petrolina, em Pernambuco. Estas cidades médias selecionadas são polarizadoras de suas respectivas regiões. Em síntese, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, incluindo: I) dados estatísticos extraídos do IBGE; II) relatórios governamentais, planos diretores municipais e relatórios estaduais; III) artigos e literatura especializada sobre urbanização e redes urbanas; IV) Análise das aglomerações e das redes.

Desta forma, embora se possa avaliar a centralidade de cada uma das cidades desde a REGIC, por exemplo, é o papel de funções, ações e as práticas espaciais dos cidadãos que nos indicam que, de fato, tem-se uma articulação dada na rede urbana desde a (e na) aglomeração, com papéis complementares, funcionais e polarizantes que influenciam as demais cidades.

A rede urbana: o mote das Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias e Influência das Cidades do IBGE

A discussão teórica que embasa esta pesquisa está ancorada nos estudos sobre redes urbanas, urbanização e interações socioterritoriais. Com base em Milton Santos (2013), comprehende-se a urbanização como um processo resultante das ações do capital e de agentes sociais diversos, cuja materialização no espaço se dá de forma desigual. Nesse sentido, os estudos de Berry (1964) sobre sistemas urbanos e de Benko (2002) sobre economia geográfica oferecem subsídios para a compreensão das hierarquias urbanas e dos processos de diferenciação territorial.

Nos estudos sobre as redes urbanas, tem-se como destaque aqueles concernentes à hierarquia de seus centros, tendo como referência teórica a teoria das localidades centrais, de Walter Christaller (1966) e, posteriormente, revisitada por Lösch (1954), que destaca a hierarquia das cidades e a interação entre elas com base em sua função econômica e alcance de serviços. Essas contribuições iniciais foram expandidas ao longo das décadas com os estudos de Berry (1964) e Pred (1977), que incorporaram elementos de mobilidade populacional, fluxos econômicos e tecnologia como fatores na estrutura urbana.

Nas abordagens contemporâneas, destaca-se o conceito de redes globais de cidades, formulado por Sassen (1991) e Castells (1999), que ressaltam a forma como a urbanização globalizada e a revolução digital reconfiguram a dinâmica das redes urbanas, e, Brenner (2013) que fala do papel da reestruturação capitalista nas cidades, como processo multiescalar e simultâneo. Para esses autores, as cidades interagem de maneira mais complexa, transcendendo a hierarquia tradicional e estabelecendo novas formas de conexão baseadas na circulação de informação e capital.

Os estudos de Corrêa (2007) e Monte-Mór (2005) no Brasil aprofundam a compreensão das redes urbanas a partir de dinâmicas internas específicas, como a urbanização extensiva e os impactos da globalização no espaço geográfico nacional. Assim, a rede urbana é compreendida como uma construção dinâmica, atravessada por fluxos de *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

capital, trabalho, informação e poder, articulada por diferentes agentes sociais e econômicos, criando condições para o aumento na complexidade do processo de aprofundamento das contradições entre urbanização e aspectos sociais. Isso tanto redefiniu a rede de cidades, em especial, as metrópoles regionais Recife e Salvador e, a posteriori, influenciou (e alterou) as relações internas de todas as áreas urbanas, como as cidades médias, as cidades sub-regionais e pequenas, além de vilas e outros aglomerados.

Tomando-se estes elementos provocadores, para o presente texto, selecionamos as cidades destacadas supracitadas e algumas características que nos servem de apoio para introduzir o debate. Tomamos como dimensão empírica as discussões sobre cidades médias brasileiras, pois, concordamos com Silva e Sposito (2017, p. 24), que destacam o papel dessas cidades no processo de urbanização do Brasil por conterem condições favoráveis aos padrões do regime de acumulação e flexibilização em seus processos econômico-territoriais, sendo esse tipo de cidade um elemento fundamental nas “intermediações de processos de expansão e do consumo moderno”.

Atrelada ao processo de urbanização, opera-se uma manipulação própria da operatividade simbólica (Hottois, 1992), que tem por base alusões quanto a certas qualificações como de progresso, lugar de possibilidades, desenvolvimento regional e nacional. Para Silveira (2002), soma-se a uma competitividade própria do mercado, explicitando o que a autora chama de guerras entre cidades para alocar capitais.

As redes possuem história e as estruturas e os fluxos que conformam também heranças de suas gênese, ou seja, como se formou a rede, ao passo que essas heranças se ligam a formações socioespaciais, considerando os atributos de possuir as memórias de tempos pretéritos e o compasso dinâmico do devir social (Santos, 1977). Para Santos (2000), a dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas ressignifica objetos e ações, o espaço, portanto, é visto como amálgama do tempo. O Nordeste, portanto, é o lócus deste estudo, por exprimir diferenças e disparidades, zonas de densidade e rarefação, espaços de rapidez e lentidão, luminosos e opacos (Santos; Silveira, 2001), onde a rede urbana é uma das expressões mais notórias.

Diferentemente do que se pensou sobre a homogeneização regional ou o seu desaparecimento, o desenvolvimento desigual e combinado propiciou a presença de fenômenos de tempos históricos diferentes, coexistindo no tempo/espaço presente, ao mesmo tempo, a divisão territorial do trabalho e a compressão espaço-temporal agravam

diferenças e disparidades, porque ela não ocorre de maneira homogênea para todos (Santos, 2000), a região, portanto, se manifesta não apenas na forma tradicional zonal, mas também em redes, que operam em múltiplas escalas, cada vez mais imersos em uma lógica de redes e de articulações reticulares (Haesbaert, 2010).

Para interpretar estas mudanças, o IBGE desde a primeira edição em 1972, tem se empenhado em analisar as relações funcionais entre os centros urbanos, como instrumentos importantes para a compreensão da rede urbana brasileira, como a pesquisa: Região de Influência das Cidades (REGIC). As edições subsequentes do estudo foram refinando a metodologia, incorporando novas variáveis e categorias de análise.

A REGIC passou por diversas reformulações metodológicas para acompanhar as mudanças no padrão de interação entre os centros urbanos brasileiros, incorporando variáveis analíticas ao longo do tempo. A edição de 2007 introduziu uma nova categorização de centros urbanos, incluindo capitais regionais e centros sub-regionais, permitindo uma análise mais detalhada das funções desempenhadas pelas cidades. Já a edição de 2018, trouxe a incorporação de novas fontes de dados, como registros administrativos e informações sobre deslocamentos populacionais, além de expandir a análise para um contexto mais integrado de fluxos econômicos e sociais.

Para tanto, organizamos no Quadro 1, uma síntese das principais variáveis agregadas ao longo dessas atualizações da REGIC:

Quadro 1. Região de Influência das Cidades (REGIC) – 1972 a 2018 - Principais variáveis

Ano/Edição	Variáveis consideradas
1972	Fluxo de bens e serviços, deslocamentos intraurbanos
1987	Hierarquia urbana
2000	Classificação de capitais regionais – novos critérios
2007	Centros urbanos – atualização de categorias
2018	Registros administrativos e deslocamentos populacionais

Fonte: REGIC/IBGE (1972-2018).

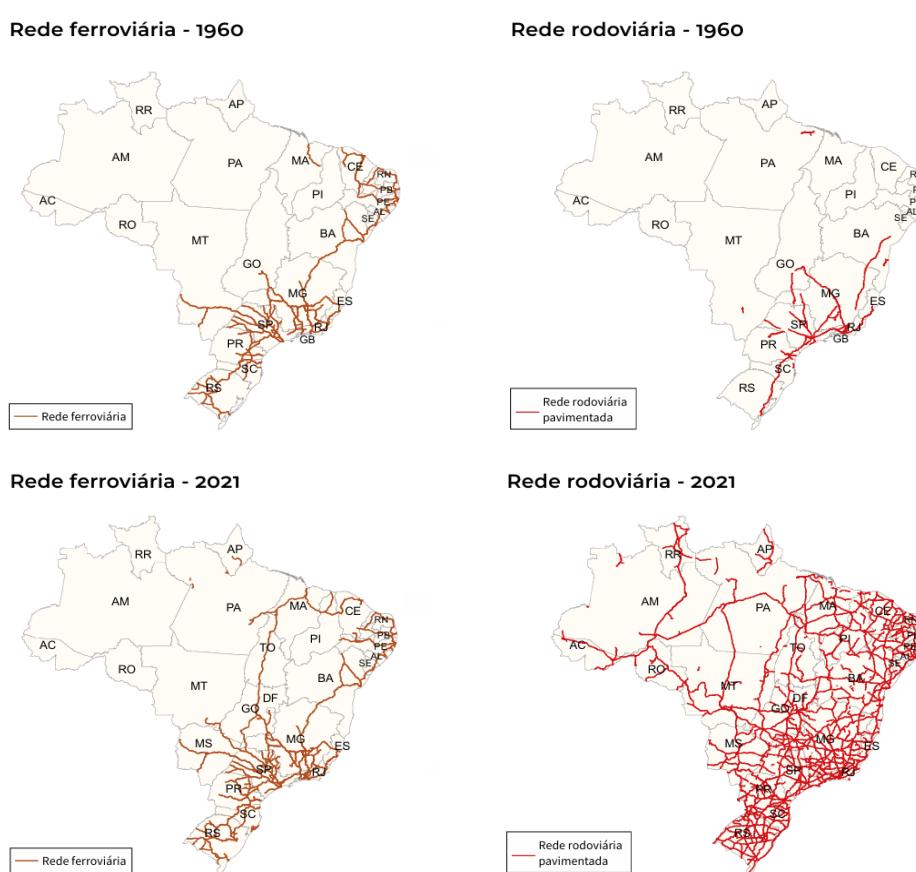
A REGIC permite identificar os níveis hierárquicos das cidades e a extensão de suas áreas de influência, refletindo transformações econômicas e políticas ao longo do tempo e mantém-se como um importante e acessível documento. Em acréscimo à proposta metodológica da REGIC, no ano de 2017 o IBGE apresenta à comunidade uma nova proposta de regionalização do território brasileiro, as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.

A criação das regiões geográficas imediatas e intermediárias pelo IBGE representa uma ampliação no leque de interpretações das formas de regionalização do território brasileiro, substituindo a antiga divisão em microrregiões e mesorregiões. Essa nova categorização busca refletir com maior precisão as dinâmicas territoriais contemporâneas, considerando a intensidade das interações entre cidades e suas áreas de influência.

As Regiões Geográficas Imediatas correspondem também, a unidades territoriais com forte articulação funcional diária, geralmente estruturadas a partir da influência de um centro urbano mais dinâmico. Já as Regiões Geográficas Intermediárias agregam um conjunto de cidades que possuem interdependência econômica e administrativa, desempenhando um papel central na organização do espaço nacional. Essa divisão permite uma análise mais detalhada das dinâmicas regionais, identificando não apenas os polos de influência, mas também as interações entre cidades de menor porte que exercem funções complementares dentro da rede urbana.

A justificativa para essa nova regionalização está atrelada às transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil nas últimas décadas, que resultaram em novas formas de interação territorial. A expansão da infraestrutura de transportes, a descentralização produtiva e a intensificação dos fluxos de bens e pessoas entre cidades médias e pequenas (Figura 1), demandaram uma revisão do modelo tradicional de regionalização, possibilitando uma leitura mais ajustada à realidade contemporânea.

Figura 01. Evolução da rede de transportes no Brasil.



Fonte: Ministério da Infraestrutura, 2021.

A regionalização do IBGE, a partir da Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) e Região de Influência das Cidades (2018), portanto, suscitou um papel importante se considerarmos a reformulação da análise territorial, permitindo uma leitura mais aproximada da influência das cidades na dinâmica regional. Ao mesmo tempo, as cidades intermediárias desempenham papel de interligação entre níveis hierárquicos urbanos superiores e inferiores, sendo essenciais para a articulação das atividades econômicas e para a distribuição de serviços e infraestruturas.

Assim, importa pensar em que medida as alterações na urbanização interferiram na rede urbana e fizeram com que as cidades passassem a exercer novos papéis. Isto é, avaliar o modo como cada uma dessas cidades foi incorporada ao ciclo de reprodução do capital, na fase atual, em que se ampliam as imposições do capital financeiro e do capital produtivo, pela expansão dos diversos setores da economia sob esta lógica.

Interações espaciais e relações de centralidade: a rede urbana na Bahia

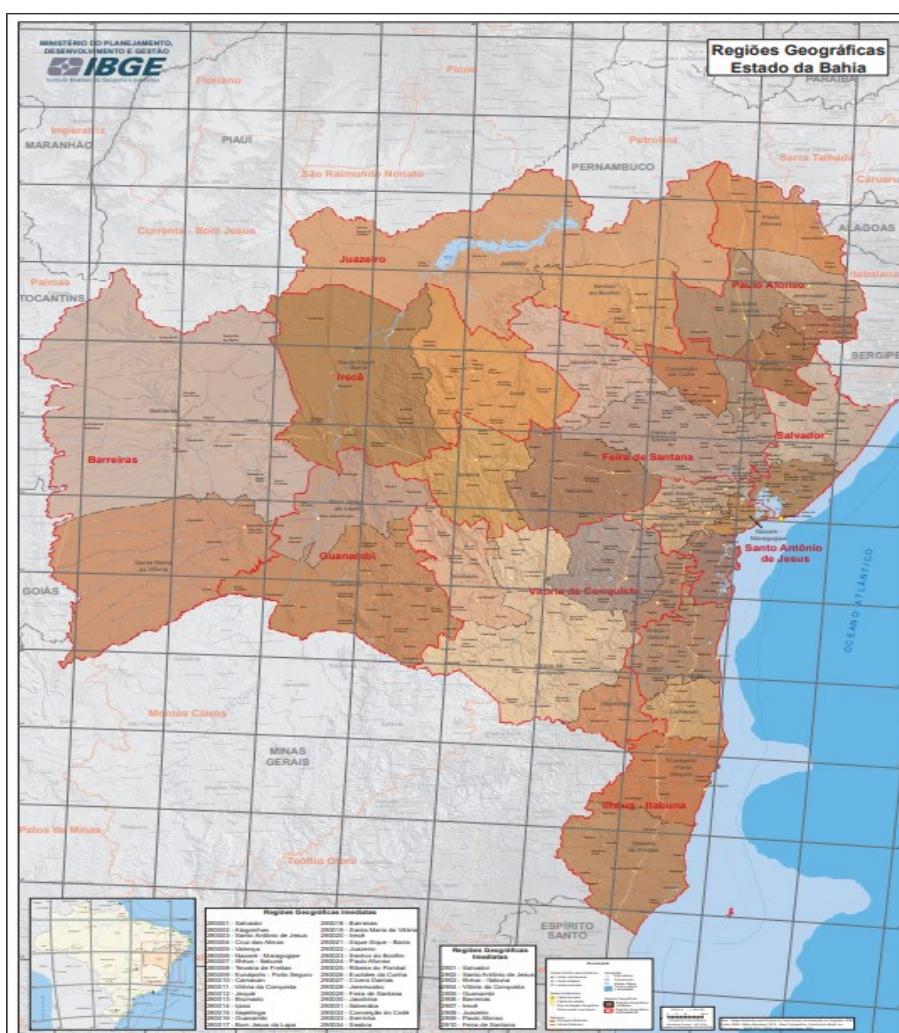
Resultado de um processo historicamente desigual, o extenso território baiano expressa-se de modo pouco articulado e a organização das cidades carrega a mesma condição no que tange à sua disposição naquele subespaço, além de graus distintos de interação espacial, conformando uma estrutura urbano-regional bastante hierarquizada. O perfil apontado por Silva e Fonseca (2007) sobre a rede de cidades na Bahia, diagnosticou uma diversificação importante, entre os 417 municípios baianos, ou seja, 28 centros urbanos que concentram, aproximadamente, 80% dos fluxos sociais e econômicos, mais de 50% da população baiana, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos e 70% dos rádios licenciadas da Bahia.

Isto posto, advindo de várias lógicas, tem-se como caminho, analisar o conjunto de transformações na Bahia como produto exclusivo da industrialização. A industrialização foi importante, mas deve-se ampliar o escopo e pensar outras lógicas para entender o desenvolvimento das forças produtivas na Bahia que redefiniram sobremaneira a urbanização. Logo, acreditamos que esse amadurecimento do desenvolvimento das forças produtivas vem redefinindo a rede de cidades, não apenas o papel de Salvador como metrópole regional, mas também, o papel de várias cidades que, como sinalizamos na seção anterior, são entendidas como cidades médias, cidades regionais e cidades pequenas, além de considerar outros aglomerados que fazem parte dessa rede urbana como vilas e povoados.

No caso da Bahia, é interessante observar essas mudanças não só vinculadas à atividade industrial, porque muitas cidades têm uma articulação que se vincula a outros setores da economia, o que nos permite entender melhor a estrutura da rede urbana e como ela funciona. Uma das questões a considerar é que a rede urbana na Bahia mudou. Passamos por um processo de modernização capitalista e essa modernização se disseminou junto com o processo de internacionalização da economia.

Logo, cada formação socioespacial influencia na forma, na expressão da rede urbana. No caso da Bahia, as formas de expressão da rede urbana são, em certa medida, desiguais e excludentes e nos leva a considerar a condição de que há um conjunto de redes, mas há, também, um conjunto de excluídos dessas redes e de como têm várias expressões espaciais. Nesta pesquisa, adotamos a regionalização do IBGE (2017) de classificação em Região Geográfica Intermediária e Imediata (Figura 2), com foco, especificamente nas regiões Intermediárias de Barreiras, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista.

Figura 02. Regiões Geográficas da Bahia.



Fonte: IBGE, 2017.

A Região Geográfica Intermediária de Barreiras, por exemplo, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, é uma das dez regiões do estado da Bahia. Esta região abrange 24 municípios, organizados em duas Regiões Geográficas Imediatas (Quadro 2), Barreiras destaca-se como o município mais populoso desta região.

Quadro 2. Região Geográfica Intermediária de Barreiras e suas Regiões Imediatas (IBGE)

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Barreiras	Imediata de Barreiras (17)	Angical; Baianópolis; Barreiras; Brejolândia; Catolândia; Cotelândia; Cristópolis; Formosa do Rio Preto; Luís Eduardo Magalhães; Mansidão; Riachão das Neves; Santa Rita de Cássia; Santana;

		São Desidério; Serra Dourada; Tabocas do Brejo Velho; Wanderlei
	Imediata de Santa Maria da Vitória (7)	Canápolis; Cocos; Correntina; Coribe; Jaborandi; Santa Maria da Vitória; São Félix do Coribe
Fonte: IBGE (2017)		

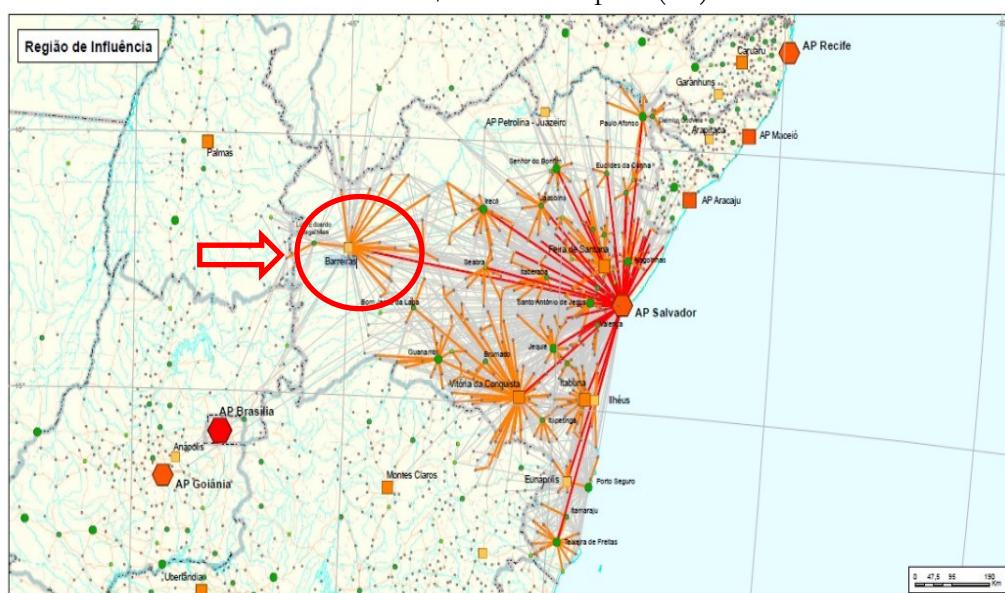
De acordo com os dados do censo 2022, o município de Barreiras (BA) apresenta uma população de cerca de 159,7 mil habitantes, e uma baixa densidade demográfica de 19,84 hab/km² e um território bastante amplo, com 8.059,305 km². No âmbito social, a escolarização de crianças de 6 a 14 anos é muito alta, atingindo 98,33%. Em termos da dimensão econômica, o PIB per capita chega a R\$ 44.221,63 (2021), diminuindo um nível de desenvolvimento relativamente expressivo para a região. Do ponto de vista da situação geográfica, a grande extensão territorial, somada a densidade baixa, bom nível de escolarização, PIB per capita elevado, posicionam Barreiras como um polo econômico importante no oeste da Bahia, estrategicamente produzido como e para a manutenção do crescimento e atração de investimentos e na organização urbano-regional do Estado da Bahia.

No caso da Região Geográfica Intermediária de Barreiras-BA, a dinâmica urbana é fortemente influenciada pelo agronegócio, que impulsiona a expansão econômica da região e estreita as interações entre os municípios. A presença de centros urbanos em expansão, como a cidade de Luís Eduardo Magalhães, altera significativamente a configuração urbana e, em conjunto, fortalece o papel de Barreiras como polo regional. Entretanto, essa expansão também intensifica os desafios sociais e ambientais, incluindo a pressão sobre os recursos hídricos e a crescente desigualdade socioespacial.

Ao mesmo tempo, apresenta reduzido número de polos, grandes distâncias geográficas entre eles e altamente vinculado ao mercado internacional de commodities. Este fato o permite constituir uma outra tipologia territorial em nível nacional, com a formação do chamado MATOPIBA (partes de Maranhão, Tocantins, Piauí e da própria Bahia). Ao passo que confirma Barreiras e Luís Eduardo Magalhães como polos estruturadores do Arco 3, com características de ocupação rarefeita e a partir de uma única especialidade urbana, a

de apoio a atividades agropecuárias de exportação. A influência é analisada pela Regic (2018), em que Barreiras consta como Capital Regional C (Figura 3)³.

Figura 03. Região de influência Barreiras/BA (destaque), dentro do Arranjo Populacional de Salvador/BA - Metrópole (1C).



Fonte: IBGE, 2017.

O destaque dessa atividade econômica não reduz a importância de outros setores, como por exemplo o caso da indústria química. A distinção que se observa aqui é que essa, a indústria química da metrópole de Salvador, reitera uma centralidade histórica, sem gerar novidades no desenho da rede urbana ora estudada. Já o caso do agronegócio implica em novas expressões de centralidade, e até mesmo possíveis redesenho da sua hierarquia.

A criação dessa regionalização pelo IBGE visa refletir as interações econômicas e sociais entre os municípios, facilitando o planejamento e a gestão territorial. A Região Intermediária de Barreiras desempenha um papel crucial no oeste baiano, servindo como um polo de desenvolvimento agrícola e logístico, especialmente devido à sua relevância no agronegócio e na infraestrutura de transportes.

A Região Geográfica Intermediária de Vitória da Conquista (IBGE, 2017) abrange 77 municípios, organizados em cinco Regiões Geográficas Imediatas (Quadro 3). A Região Intermediária de Vitória da Conquista desempenha um papel significativo no sudoeste

³ A Região de influência Barreiras/BA foi destacada dentro do Arranjo Populacional de Salvador/BA - Metrópole (1C), pois, no documento da REGIC apenas recebem mapas individuais as cidades acima do nível Centro Sub-regional.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

baiano, atuando como um polo regional em áreas como comércio, educação e saúde, além de possuir uma economia diversificada que abrange a agricultura.

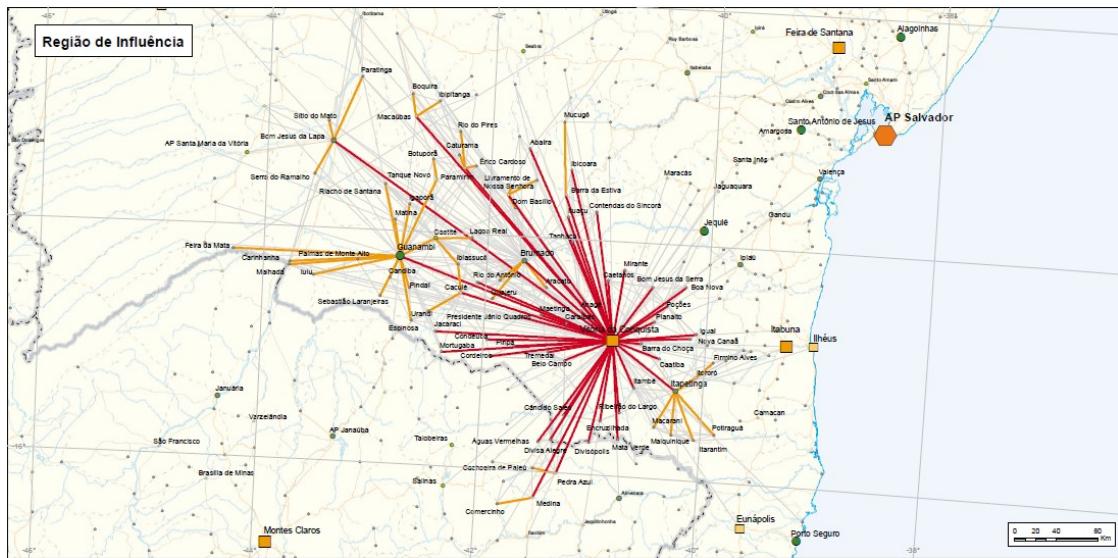
Quadro 3. Região Geográfica Intermediária de Vitória da Conquista e suas Regiões Imediatas (IBGE)

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista Tremedal Tanhaçu Ribeirão do Largo Presidente Jânio Quadros Poções Planalto Piripá Nova Canaã Mirante Maetinga Ituaçu Itambé Iramaia Iguaí Ibicoara Encruzilhada Cordeiros Contendas do Sincorá Condeúba Caraíbas Cândido Sales Caetanos Caatiba Bom Jesus da Serra Boa Nova Belo Campo Barra do Choça Barra da Estiva Anagé
Vitória da Conquista	Jequié	Santa Inês Planaltino Maracás Manoel Vitorino Lajedo do Tabocal Lafaiete Coutinho Jitaúna Jequié Jaguaquara Itiruçu Itaquara Itagi

		Irajuba
		Cravolândia
		Apuarema
		Aiquara
		Rio do Pires
		Rio de Contas
		Paramirim
		Malhada de Pedras
		Livramento de Nossa Senhora
	Brumado	Jussiape
		Dom Basílio
		Caturama
		Brumado
		Aracatu
		Érico Cardoso
		Abaíra
		Wenceslau Guimarães
		Ubatã
		Teolândia
		Piraí do Norte
		Nova Ibiá
	Ipiaú	Itamari
		Itagibá
		Ipiaú
		Ibirataia
		Gongogi
		Gandu
		Dário Meira
		Barra do Rocha
		Potiraguá
		Maiquinique
		Macarani
		Itororó
		Itarantim
	Itapetinga	Itapetinga
Fonte: IBGE (2017).		

Com uma crescente centralidade na rede urbana da Bahia, a cidade de Vitória da Conquista, conforme Santos, J. (2016, p. 37), caracteriza-a como “difusora e controladora das atividades comerciais mais importantes do Território de Identidade”, e ponto de atração de fontes de capitais comercial e financeiro. Esse contexto promoveu uma nova dinâmica econômica, como sintetiza a REGIC (2018), como Capital Regional B (2b) (Figura 4).

Figura 04. Vitória da Conquista. Região de Influência Capital Regional B (2b).



Fonte: REGIC, 2018).

De acordo o último censo (IBGE, 2022), Vitória da Conquista (BA) possui população de 370.879 habitantes em um território de 3.254,2 km², com densidade de 113,97 hab/km², consolidando-se como uma Capital Regional B (2B) e importante polo de serviços no sudeste baiano. O município apresenta PIB per capita de R\$ 23.907,93 (2021) e IDHM de 0,678 (2010), além de um volume expressivo de receitas brutas realizadas de R\$ 1,57 bilhão em 2024, das quais 74,25% correspondem a transferências correntes, e despesas brutas empenhadas de R\$ 1,49 bilhão no mesmo ano. No campo educacional, a taxa de escolarização de 98,49% para crianças de 6 a 14 anos (2022) posiciona o município na 292^a posição estadual e 3975^a nacional; já o IDEB 2023 registra 5,6 nos anos iniciais e 4,2 nos anos finais da rede pública, ocupando as posições 56 e 120 no estado e 3210 e 4071 no país. Tratando-se da posição geográfica, tais indicadores reforçam o papel da cidade de Vitória da Conquista como centro urbano regional de alta relevância econômica, administrativa e educacional.

Contudo, Santos, J. (2016) assevera sobre a necessidade de uma análise atenta à conformação da cidade que passa, assim como já notado por Silva e Fonseca (2007) sobre uma prática política direcionada com fins de articulação do território, promovendo fluidez (capital, mercadorias, pessoas, informações) no território baiano de modo ampliado e, na área de influência constituída por e abarcada pela cidade de Vitória da Conquista, sob três processos conforme argumenta:

1)A ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo; 2) processo de mecanização/modernização da agricultura; e 3) em função de crises na atividade agrícola. Esses elementos criaram as possibilidades para a sua expansão urbana, pois, enquanto local de decisão/centro de comando, as condições ideais foram designadas para sustentar e reproduzir o modo de produção capitalista – mão de obra barata e disponível -, em avanço para o espaço nordestino (Santos, 2016, p. 38).

Para Santos (2016), a expansão e acumulação capitalista explicam alterações no quadro demográfico, bem como, da demanda por serviços e incremento de relações comerciais, afirmando que a realidade socioeconômica de Vitoria da Conquista teve ações centradas de proprietários fundiários nas primeiras décadas do século XX. Para compreender a nuances da produção do espaço urbano da cidade de Vitória um elemento a considerar é a própria a expansão territorial urbana.

Influenciado pela implantação de elementos como rodovias federais e regionais, a expansão territorial urbana, o incremento da estrutura urbana e o aumento da população, além de facilitar as conexões entre grandes centros de comando, mudaram as relações locais e a maneira como esse espaço é produzido. Evidente que esses fatores, isoladamente, não explicam a dimensão desse processo, mas aumentam a expressão política, as intenções econômicas, a gestão, a diversificação econômica com a expansão do comércio, além da construção de relações entre os agentes sociais.

Sobretudo, as mudanças produzidas pelo intenso processo de urbanização decorrente da própria industrialização do Brasil, com evidente intenção do capitalismo de se expandir por meio da implantação de novas empresas, facilita mudanças nas relações espaciais e temporais e, portanto, prenuncia uma nova área. Nesses termos, as divisões técnicas, sociais e geográficas do trabalho são redefinidas.

Nesse intenso processo de dispersão da cidade, verifica-se um remodelar da estrutura urbana; o implemento de empreendimentos imobiliários comerciais, de lazer e de moradia, que tem reorganizado as áreas destinadas aos diferentes usos do solo e, mais, essa alocação, em contraste com a lei, vem se dando, sobremaneira, sob gestão da iniciativa privada. Além do incremento de novos loteamentos e equipamentos urbanos, impondo-se materialmente nos espaços e, principalmente, na periferia espacial dessa cidade, há a assimilação, de cima para baixo, de um padrão de vida urbana incorporado por e através de representações.

A relação espaço-tempo é tensionada pela celeridade desse processo, significativa alteração na estrutura espacial dessas cidades e densificação de processos pré-existentes, como o da desigualdade, histórico na formação do território baiano o entendemos em interrelação com a diferenciação socioespacial, na medida em que o contexto descrito não apenas expõe as bases desiguais em que as cidades baianas têm sido produzidas, como também acirram a desigualdade social que se entrelaça ao movimento da urbanização contemporânea.

Por fim, a Região Geográfica Intermediária de Ilhéus-Itabuna, que abrange 51 municípios, organizados em quatro Regiões Geográficas Imediatas (Quadro 4). Há, na Região Geográfica Intermediária de Ilhéus-Itabuna, uma estrutura hierárquica organizando os centros urbanos que, conforme a rede urbana regional, estão dispostos, funcionalmente, de modo desigual no espaço baiano como resultado e condição da manutenção de uma estrutura desigual e produção de diferenciação socioespacial.

Quadro 04. Região Geográfica Intermediária de Ilhéus – Itabuna e suas Regiões Imediatas (IBGE)

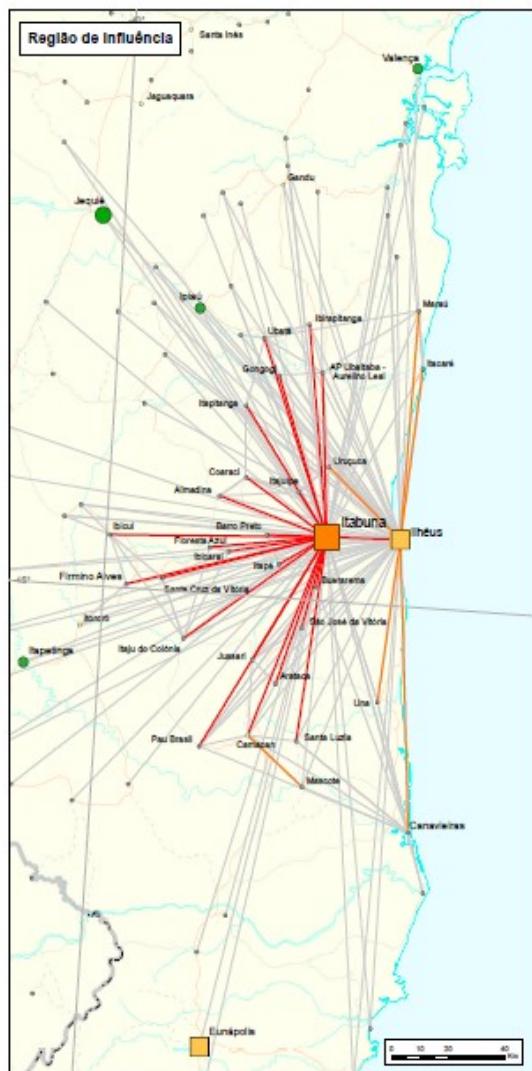
Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Ilhéus – Itabuna	Ilhéus – Itabuna	Uruçuca
		Ubaitaba
		São José da Vitória
		Santa Cruz da Vitória
		Maraú
		Itapitanga
		Itapé
		Itajuípe
		Itaju do Colônia
		Itacaré
		Itabuna
		Ilhéus
		Ibirapitanga
		Ibicuí
		Ibicaraí
		Floresta Azul
		Firmino Alves
		Coaraci
		Buerarema
		Barro Preto
		Aurelino Leal
		Almadina
	Teixeira de Freitas	Vereda
		Teixeira de Freitas
		Prado
		Nova Viçosa
		Mucuri
		Medeiros Neto

		Lajedão
		Jucuruçu
		Itanhém
		Itamaraju
		Ibirapuã
		Caravelas
		Alcobaça
	Eunápolis - Porto Seguro	Santa Cruz Cabrália
		Porto Seguro
		Itapebi
		Itagimirim
		Itabela
		Guaratinga
		Eunápolis
		Belmonte
	Camacan	Una
		Santa Luzia
		Pau Brasil
		Mascote
		Jussari
		Canavieiras
		Camacan
		Arataca

Fonte: IBGE (2017)

Mesmo porque as transformações na produção das cidades e da própria rede urbana, leva-nos a repensar os modelos tradicionais que a estruturam, mesmo considerando as permanências nas relações hierárquicas, há uma dinâmica que não se limita às atuais barreiras impostas pela hierarquia, assim analisada pela Regic (2018), para o caso de Itabuna, como Capital Regional B(2b) (Figura 5).

Figura 05. Itabuna. Capital Regional B (2b).



Fonte: REGIC (2018).

Havendo, em certa medida, uma superposição de escalas distintas (do local ao global), assim como, a ocorrência de processos e fenômenos também interescalares (Whitacker, 2013). A ocorrência de interação entre as cidades pode ser verificada, por exemplo, através de fluxos, das migrações (pendulares) sem, necessariamente, haver uma continuidade territorial urbana que une as duas unidades, pois, dá-se uma relação de contiguidade, isto é, uma interação por meio das funções urbanas desenvolvidas por cada cidade, sem que haja um espaço urbano contínuo.

Como indicou Whitacker (2015), trata-se de um processo de articulação e junção de centros urbanos distintos político-administrativamente, que se realiza não apenas pela

continuidade do tecido urbano, como também, pela interação espacial entre esses centros, mediados pelas funções exercidas por cada um, processo classificado como uma aglomeração urbana.

O município de Itabuna, distante cerca de 426 quilômetros da capital do estado, Salvador, com população de 186.708 habitantes, de acordo com o IBGE (2022) e Produto Interno Bruto per capita (PIB) em torno de PIB per capita era de R\$19.618,7 (IBGE,2017), destaca-se como centro regional B (REGIC, 2018), com destaque para o comércio, serviços e indústria. Por esse documento, a cidade de Itabuna exerce centralidade, por exemplo, atraindo deslocamentos para os serviços de saúde de média e alta complexidade, para cursar ensino superior, considerando deslocamento pendulares e, para compras de móveis e eletrodomésticos (REGIC, 2018).

O município de Ilhéus, a 446 quilômetros da capital do estado, Salvador, em 2022, a população era de 178.649 habitantes e a densidade demográfica era de 112,46 habitantes por quilômetro quadrado, com PIB per capita R\$25.829,06 (IBGE,2017), teve sua economia historicamente pautada na monocultura do cacau. Atualmente, volta-se a assistência especializada em cacau, segundo o IBGE (REGIC, 2018) constituindo-se como um centro de ligação entre produtores do sul baiano e municípios vizinhos, como também, com outros estados onde cultiva-se o cacau. Essa característica atribuída a Ilhéus justifica-se pela soma de conhecimento técnico adquirido historicamente através da produção de cacau e dos investimentos em centros de pesquisa para esse fim, os quais tornaram-se referência para além dos limites do município e região cacaueira do sul da Bahia.

Acrescenta-se que na cidade de Ilhéus tem sido desenvolvida atividade turística conformando-a como centro funcional geográfico do turismo regional (Trindade, 2011). De acordo com esse mesmo autor, a cidade de Ilhéus é o principal ponto regional de entrada e saída de pessoas, informações, mercadorias, por meio dos transportes marítimo e terrestre, destacando-se o direcionamento turístico em aeroportos privados, como em Comandatuba, do aeroporto em Ilhéus, que atende também Itacaré, e do porto em Ilhéus abarcando a exportação, sobretudo, de soja oriunda da região oeste da Bahia.

Ainda que lidemos com a caracterização de cada uma das cidades, Ilhéus e Itabuna, por nomear a regionalização proposta pelo IBGE (2017), a expressiva relação de complementariedade entre as duas leva-nos a identificá-las como “um só organismo cabeça de região” (Santos, M. 1959, p. 27). Desde um quadro urbano-regional, aproximamo-nos,

também, do entendimento desse como um sistema no interior de um sistema de cidades (Berry, 1964), aplicando-se, também, o entendimento do sistema urbano-regional como um sistema dentro de outras regiões (Silva, Silva; Leão, 1987).

No caso de Ilhéus-Itabuna, seu agrupamento deu-se por diversos elementos, desde os mais gerais, relativos ao extenso território baiano, às características ambientais, sociais e econômicas como base para planejamento com fins agrícolas, estatísticos, urbano-regionais. Desde seus estudos na década de 1980, Silva, Silva e Leão (1987) já sinalizavam as tendências para a conjunção das cidades de Ilhéus-Itabuna, considerando o seu papel de comando dessa aglomeração, alimentando nossa proposição de atuação de ambas como um tipo urbano desempenhando papéis de comando e funções de intermediação como o tipo urbano de uma cidade média:

Se até recentemente foi possível falar separadamente de Ilhéus e Itabuna, valorizando determinados aspectos específicos, hoje é mais conveniente tratar dos dois centros praticamente como uma só unidade urbana responsável pela condição da vida regional. Esta constatação decorre da progressiva integração entre os dois centros, observada, sobretudo, a partir da implantação da CEPLAC, da FESPI, do CNPC e de outras instituições e atividades. Mesmo reconhecendo uma certa rivalidade e competição entre esses dois centros, o que é compreensível até certo ponto e uma tendência oposta de crescimento físico, não há dúvidas de que, com a mesma base econômica progressivamente mais bem estruturada e organizada, a partir de várias instituições, houve uma crescente interdependência entre os dois centros (Silva, Silva; Leão, 1987, p. 407).

Em termos de dinâmica demográfica, Silva, Silva e Leão (1987) afirmam que o que se denominou como região de Ilhéus-Itabuna resultou de uma organização regional homogênea e hierarquizada, estruturada pela cultura cacauícola marcada em ambas as cidades, como destacado por esses autores:

A área onde a influência de Ilhéus-Itabuna é exercida corresponde essencialmente à principal zona de produção do cacau do Estado, ou seja, há uma similaridade entre a definição da região agrícola cacauícola e a do subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna (Silva, Silva; Leão, 1987, p. 64).

Para esses autores, essa associação foi determinante na caracterização e funcionamento do subsistema urbano Ilhéus-Itabuna do ponto de vista econômico, por exemplo, mas, também, como é tratado no decorrer desta tese, estruturou as relações sociais e as representações dos cidadãos, sejam aqueles originalmente naturais daquelas cidades ou aqueles que migraram de outras cidades para morarem em Ilhéus e Itabuna.

Trindade (2011), ao pesquisar a conformação da aglomeração urbana Ilhéus-Itabuna, indica uma complexificação nas relações sociais, políticas e econômicas entre essas cidades quando da expansão da área de produção cacauíra no correr das últimas décadas do século XIX. Esse destaque econômico com o incremento da cultura cacauíra reforçou a posição de Ilhéus ao passo que, gradativamente, fortaleceu a estruturação urbana da cidade de Itabuna, contando com a favorecida posição geográfica entre o litoral e o interior produtivo cacauíro. A cultura cacauíra integrou, assim, a constituição econômica da região de modo mais amplo, e da constituição [hierárquica] da sociedade, principalmente na cidade de Ilhéus, mas, também, impactando na organização social da cidade de Itabuna, conforme caracterizado por Trindade (2011):

Nesse contexto regional engendrado pela produção e comercialização do cacau, mas partícipe, na escala mundial, do sistema capitalista de produção, diferentes atores sociais participaram de um mesmo processo, ainda que em posições diametralmente opostas: de um lado, a nascente burguesia comercial, produtora de cacau, constituída pelos grandes proprietários de terras, pelos comerciantes e exportadores, e pelos membros da administração político-administrativa regional, oriundos desses segmentos sociais; e de outro lado, trabalhadores rurais com remunerações precárias, administradores das fazendas e até mesmo jagunços, contratados para proteger as propriedades e seus proprietários. (Trindade, 2011, p. 106).

Esse autor defende uma perspectiva de análise que é a da interconexão articuladora entre o espaço regional com o espaço urbano, já que as cidades, consideradas nós de uma rede urbana, possuem infraestrutura de atendimento às demandas intra e externamente, voltando-se a seu espaço de influência. No contexto da Região Geográfica Intermediária Ilhéus-Itabuna as relações estabelecidas reforçam a constituição de um tipo urbano que responde às demandas dos seus municípios e do seu entorno, além de intermediar conexões e interações desde os menores aglomerados à cidades de maior porte na escala da rede urbana baiana e do sistema urbano brasileiro.

Para tanto, ambas as cidades dividem ou disputam o espaço, no que tange à implementação de estruturas espaciais e demais infraestruturas, com vistas a reforçar não só a região geográfica, como também, cada cidade, especificamente, pois, além de complementaridade, há ainda elementos de hierarquia entre essas cidades que alternam suas posições a depender do recorte operado. Em termos históricos, Ilhéus é um dos centros urbanos mais antigo do Brasil, ao passo que as marcas da colonialidade em seu processo de formação socioespacial acompanha a própria formação do território brasileiro,

materialmente inscrito na paisagem urbana, do que restou preservado da arquitetura do período colonial e das características sociais em termos de ocupação do território.

Tomando como base os dois municípios que nomeiam a região geográfica intermediária e, atribuindo-lhe a perspectiva funcional de uma aglomeração urbana, o duplo Ilhéus-Itabuna, ainda que com relativa permanência no processo de estruturação dos dois municípios que conformam esse tipo urbano, identifica-se uma dinamicidade interna e entre os dois que não está circunscrita aos limites político-administrativos de cada um, estende-se aos demais municípios pertencentes à região geográfica intermediária e aqueles em ligação com as imediatas.

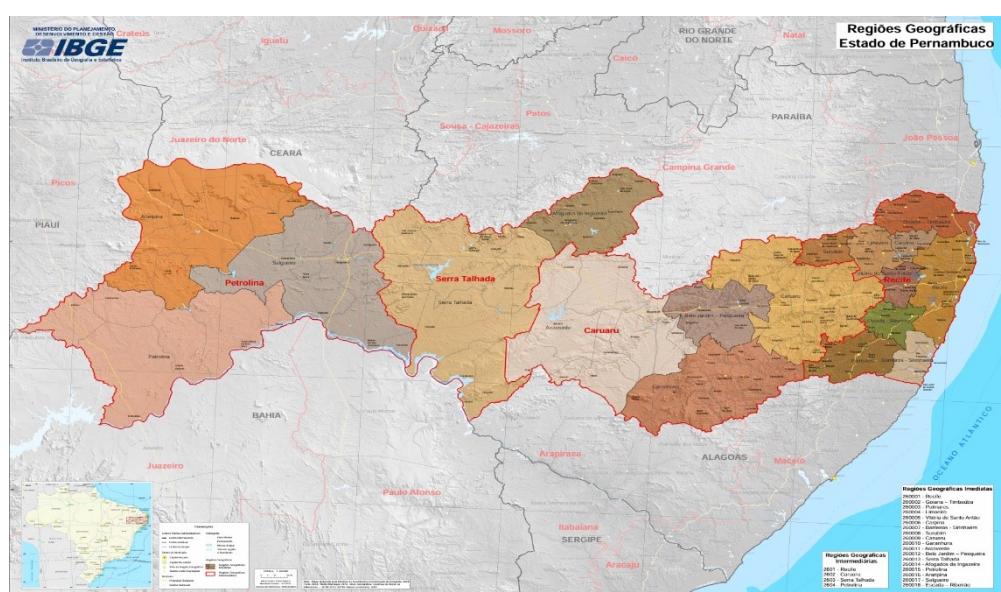
Verifica-se densas interações expressas pelos intensos fluxos entre Ilhéus e Itabuna, com deslocamentos diários para atividades e demandas diversas do cotidiano, desde o mais básico, como o consumo alimentício, às funções mais complexas, como acesso a serviços médicos e compra de equipamentos especializados, por exemplo. Tem-se, assim, uma interação entre as cidades de Ilhéus e Itabuna por meio das funções urbanas desenvolvidas por cada uma delas, mas, também, porque esses centros urbanos se articulam político, social e administrativamente em um processo de junção que não se realiza, apenas, por uma relativa continuidade do tecido urbano propiciado por um objeto técnico, a rodovia federal (BR 415), Rodovia Jorge Amado, como também por interações espaciais.

Nesse caso, além de reafirmarmos o conteúdo típico de uma aglomeração urbana, há a identificação de papéis e funções que o tipo urbano – aglomeração urbana – desempenha enquanto uma cidade média, comparativamente às funções e abrangência desempenhadas pelos demais tipos urbanos investigados, Barreiras e Vitória da Conquista.

Interações espaciais e relações: o caso da rede urbana em Pernambuco

De acordo com o IBGE, a organização do território pernambucano, tem como elemento norteador a classificação em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, substituindo as antigas mesorregiões e microrregiões. São 185 municípios em todo o estado que se distribuem em 18 regiões, agrupadas em quatro regiões geográficas intermediárias, quais sejam: Recife, Caruaru, Serra Talhada e Petrolina (Figura 6).

Figura 06. Regiões Geográficas de Pernambuco.



Fonte: IBGE, 2017.

A capital Recife, tornou-se um dos principais redutos da produção açucareira e de entreposto comercial do país ainda durante a colonização (com a perda de importância política e econômica de Olinda, no século XVII) (Andrade, 2007). Por conseguinte, o cultivo da cana motivou ainda, a amplitude da rede urbana para a zona da mata, para o agreste e o sertão, através da pecuária.

Esta característica histórico-estrutural, além da manutenção de uma hegemonia econômica, cultural e política da capital, fez a Região Metropolitana do Recife (RMR) concentrar tanto um contingente populacional (3,7 milhão) como a participação no PIB (aproximadamente 60%) de Pernambuco (IBGE/CIDADES, 2025). Todavia, ao longo dos anos, foi se constituindo polos regionais de interiorização no estado, tanto no agreste como no sertão, que concentram diversas atividades e funções, como as regiões⁴ de Caruaru e Petrolina, objeto desta investigação.

A região agrestina, foi ocupada historicamente para atender, de forma complementar, a atividade canavieira que se desenvolvia no litoral, especialmente a partir da pecuária extensiva, que seguia o curso dos rios (Andrade, 2007). Anos depois (século XVIII), uma outra atividade econômica importante nesta região subúmida, foi a produção algodoeira, comandando a ampliação do adensamento populacional, de cidades e sua rede (Cavalcanti, 2015).

Dentro deste quadro, a Região Geográfica Intermediária de Caruaru, por exemplo, abrange 64 municípios (Quadro 5), sendo a segunda em número de municípios do estado, atrás apenas da capital Recife.

Quadro 05. Região Geográfica Intermediária de Caruaru e suas Regiões Imediatas (IBGE)

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Caruaru	Caruaru	Toritama
		Taquaritinga do Norte
		São Joaquim do Monte
		São Caitano
		Santa Cruz do Capibaribe
		Sairé
		Riacho das Almas
		Panelas
		Lagoa dos Gatos
		Jataúba
		Ibirajuba
		Gravatá
		Cupira
		Cumaru
		Chã Grande
		Caruaru
		Camocim de São Félix
		Cachoeirinha
		Brejo da Madre de Deus
		Bonito
		Bezerros
		Barra de Guabiraba
		Altinho
		Agrestina
	Garanhuns	Terezinha
		São João
		Saloá
		Quipapá
		Paranatama
		Palmeirina
		Lajedo
		Lagoa do Ouro
		Jurema
		Jipi
		Jucati
		Iati
		Garanhuns
		Correntes
		Capoeiras

		Canhotinho
		Calçado
		Caetés
		Brejão
		Bom Conselho
		Angelim
		Águas Belas
		Venturosa
		Tupanatinga
		Sertânia
		Pedra
		Manari
	Arcoverde	Itaíba
		Inajá
		Ibimirim
		Custódia
		Buíque
		Arcoverde
		Tacaimbó
		Sanharó
		Poção
	Belo Jardim – Pesqueira	Pesqueira
		Belo Jardim
		Alagoinha
		São Bento do Una

Fonte: IBGE (2017)

A cidade principal Caruaru, que nomeia a Região Geográfica, é considerada na hierarquia urbana uma Capital Regional B (2018) e de acordo com o censo de 2022, possuía

378.048 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa do estado, localizando-se no Agreste do Estado, com área de 932,8 km² e 134 km de distância da capital Recife.

Concentra um importante polo agrícola, industrial e, fundamentalmente comercial. Surgindo, inclusive, com um papel central na intermediação de produtos entre o sertão e o litoral, passando a comercializar alimentos da policultura da região, eletroeletrônicos e vestuário, através da sua feira (Almeida, 2015).

O entreposto comercial foi um fator importante para a centralização na rede urbana no agreste pernambucano, ao mesmo tempo, a ascensão da produção do algodão influenciou na estruturação da cidade e do sistema ferroviário ao final do século XIX (Almeida, 2015; Andrade, 2007) Reforçou, assim, sua centralidade enquanto centro regional do agreste pernambucano, beneficiando-se também, pela posição geográfica, isto é, entre a capital Recife e o sertão através da cidade de Arcoverde (Valença , 2018). Na segunda metade do

século XX, a cidade se transforma num centro atrativo para faculdades, indústrias, habitantes de outros municípios, e, também, investimentos públicos, que proporcionaram a expansão urbana ao longo dos anos (apud, 2018).

No âmbito da contemporaneidade, o comércio e os serviços são difusores importantes para a região de Caruaru frente a outras cidades, como bancos, consultórios, hospitais, comércio e setores turísticos. Além disso, a região se configura como crucial para difundir a produção do polo de confecção oriunda das cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e da própria Caruaru, cidades estas conhecidas como o polo de confecções do agreste. Cujas produções se difundem no estado de Pernambuco e demais estados do Nordeste (Valença, 2018).

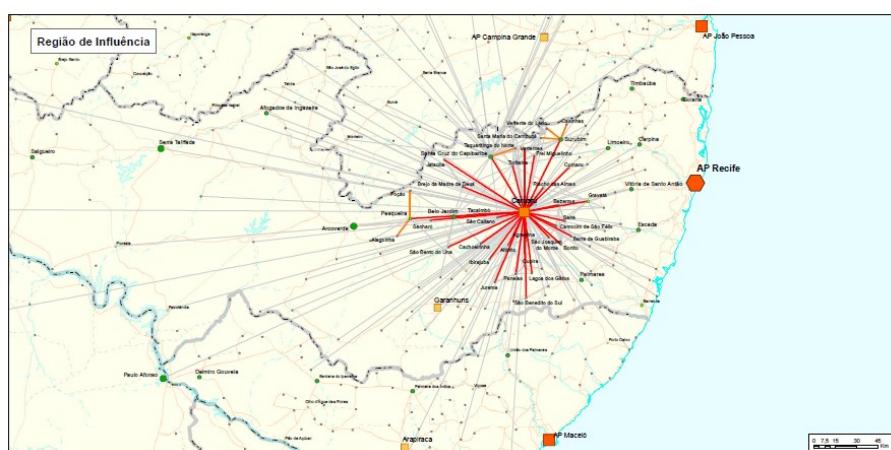
Há, portanto, uma complementaridade e uma interdependência funcional, com disputas econômicas, políticas entre centros urbanos, competição e de complementação. Roberto Lobato Corrêa (1997) sugere, a partir do conceito de rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos, apontamentos para um estudo sobre as feiras no Nordeste do país, com comércio, centros menores de circulação de dinheiro, coexistindo, portanto, com setores modernos e superiores, como bancos, empresas e indústria por exemplo, como analisou Milton Santos (2004).

No quadro da reestruturação do capitalismo e mudanças significativas no nordeste contemporaneamente, há transformações substanciais na região, especialmente na cidade de Caruaru, como investimentos em infraestrutura e logística através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fortalecimento da região com a construção da transnordestina, complexos eólicos nas cidades do entorno, empregabilidade (a informalidade ainda é latente no âmbito destas cidades), atração de indústrias, centros de desenvolvimento tecnológico, ampliação de programas de transferência de renda, a atração de instituto e universidades públicas, como o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), a Universidade de Pernambuco (UPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), faculdades privadas como o Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), a Asces-Unita (Centro Universitário Tabosa de Almeida), e a UniFAVIP (Centro Universitário Favip Wyden) que oferecem cursos como Direito, Medicina, Odontologia, Engenharia Civil, Enfermagem, entre outros.

Houve, portanto, uma maior atração para esta região, com maior capilaridade na economia nacional e internacional, melhoria do PIB e das condições sociais da vida da

população. Todavia, estas Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas de Caruaru, ainda mantêm uma lógica perversa e concentradora de terras, renda e de desigualdades socioespaciais (Araújo, 1995; Soares; Valenca, 2024) (Figura 7).

Figura 07. Caruaru. Capital Regional B (2b).



Fonte: REGIC (2018).

Já a Região Geográfica Intermediária de Petrolina é um conjunto de municípios que inclui 25 cidades, sendo a cidade de Petrolina o polo mais importante e principal (Quadro 6).

Quadro 06. Região Geográfica Intermediária de Petrolina e suas Regiões Imediatas (IBGE)

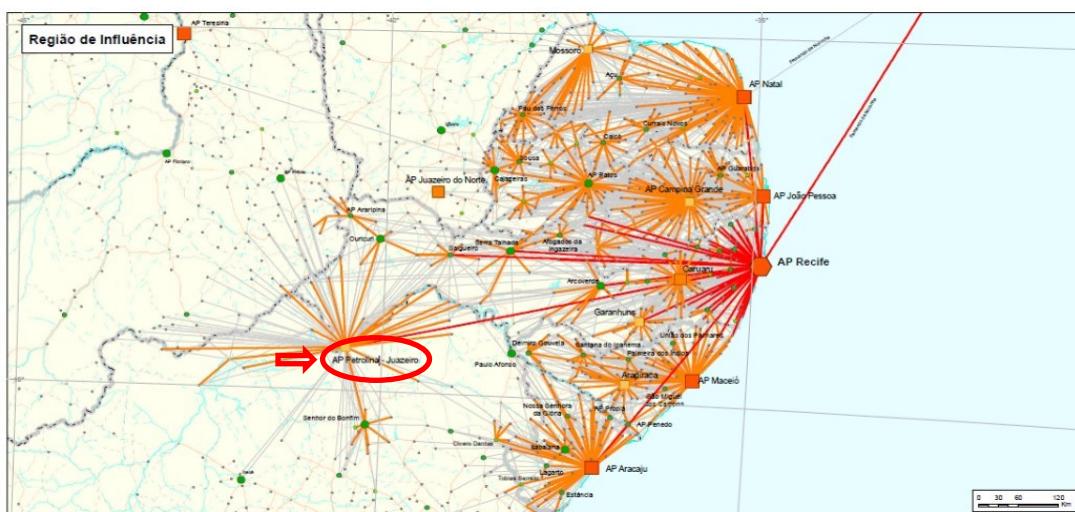
Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Petrolina	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista Petrolina Orocó Lagoa Grande Dormentes Afrânio
	Araripina	Trindade Moreilândia Santa Filomena Santa Cruz Ouricuri Ipobi Granito Exu Bodocó Araripe
	Salgueiro	Verdejante Terra Nova Serrita Salgueiro Parnamirim

		Itacuruá
		Cedro
		Cabrobó
		Belém do São Francisco

Localizada no sertão do estado, margeando o Rio São Francisco, a cidade possuía, de acordo com o censo do 2022, uma população de 386.791 habitantes e uma densidade demográfica de 84,79 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE/CIDADES, 2025), tornando-se também, um centro de saúde, educação, comércio, serviços e desenvolvimento para cidades vizinhas na microrregião do Vale do São Francisco.

De acordo com os estudos das Regiões de Influência das Cidades, Petrolina é classificada como um Capital Regional C (Figura 8).

Figura 08. Região de influência Petrolina/PE (destaque), dentro do Arranjo Populacional do Recife/PE - Metrópole (1C)⁴.



Fonte: IBGE, 2017.

Exercendo, portanto, a influência nas cidades circunvizinhas de Pernambuco e do norte da Bahia (IBGE, 2018). Entre as cidades da região imediata, ela possui o melhor índice de renda entre os trabalhadores formais, com cerca de 2 salários-mínimos e o nono no quadro do estado (IBGE/CIDADES, 2025). Quanto ao PIB, a cidade possui a sétima

⁴ A Região de influência Petrolina/PE foi destacada dentro do Arranjo Populacional do Recife/PE - Metrópole (1C), pois, no documento da REGIC apenas recebem mapas individuais as cidades acima do nível Centro Sub-regional.

colocação entre todos os 185 municípios do estado (TCE, 2025). colocação entre todos os 185 municípios do estado (CONDEPE/FIDEM, 2020 apud Pereira, 2025).

A cidade era conhecida no passado, por ser uma área de entreposto, ou seja, passagem para a cidade vizinha Juazeiro, na Bahia. Esta mesma passagem, servia como ponto de apoio do desenvolvimento da zona sertaneja do Estado, com vias de acesso para os Estados do Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Santos Filho, 2021). Estrategicamente localizada próximo a um importante rio brasileiro, foi orientada para receber incentivos públicos ao longo dos anos, especialmente, com a criação da SUDENE em 1959, como mecanismo de combater as desigualdades inter-regionais que se aprofundava no país pós início da industrialização no centro-sul (Oliveira, 1987).

O Estado, pela inércia do capital produtivo essencialmente nordestino, em fomentar a industrialização frente ao sul e sudeste, atuou, através da forte presença de investimentos: na fruticultura irrigada com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), criada em 1909 e formalizada como autarquia em 1963, com o objetivo de mitigar os impactos da seca e garantir a segurança hídrica na sua área de atuação (abrangendo os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais), o sistema hidroelétrico com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) em 1945. Sob controle atualmente da Eletrobras, privatizada em junho de 2022.

Ao mesmo tempo, houve um incentivo no sistema bancário e de investimentos como o FINOR (Fundos de Investimentos no Nordeste), o Banco do Nordeste (BNB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os incentivos industriais promovidos pela SUDENE e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que foi fundamental no melhoramento genético de sementes e apoio técnico para a agricultura, sendo uma das maiores produtoras de frutas para exportação da região. O Estado, portanto, atuou (e atua) fortemente para fomentar a produção do espaço nesta região (Pereira, 2025).

No esteio destes investimentos, a cidade também começa a concentrar atrativos no que concerne a empregabilidade, serviços, comércio e indústrias, condicionando o crescimento populacional. Calcula-se que no período 1970-2020, o crescimento foi de 478,5% (Santos Filho, 2021). Juntam-se a estas ações, o crescimento substancial do mercado

imobiliário, do preço da terra urbana, da periferização da cidade, com impacto negativo para a população mais pobre e índices persistentes de desigualdade (Soares Pereira, 2025).

No quadro da reestruturação do capitalismo, tem-se a ampliação da principal atividade econômica, ou seja, a fruticultura irrigada. No esteio desta discussão, Denise Elias (2011) sugere que se efetivou uma regionalização baseada no sistema de *commodities* para exportação, globalizada e onde lógicas e empresas externas comandam a produção local, desencadeando no surgimento de serviços especializados, tanto para atender a produção, como para consumidores para as mais diversas finalidades, Petrolina, portanto, abarcaria uma destas Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA). Soares Pereira (2025) define da seguinte forma a cidade:

(...) a reestruturação da cidade de Petrolina tem relações diretas com a fruticultura irrigada destinada aos mercados de formações socioespaciais estrangeiras, à formação de um comércio e serviços especializados voltados tanto ao consumo produtivo do agronegócio como ao consumo consuntivo. As grandes marcas do capital, o acesso ao lazer e a produtos importados, a presença de fixos espaciais importantes como aeroportos, universidades, instituições públicas e privadas e formas comerciais modernas como shopping centers, super e hipermercados, de fato, modificaram o espaço urbano e regional, interligando-o cada vez mais às influências dos capitais estrangeiros (Soares Pereira, 2025. p. 20).

Isto posto, é importante destacar que no Nordeste, o peso da herança cultural e social é muito forte, agindo como freio e resistência, com a desconcentração industrial do Brasil, surgem a chamada guerra fiscal, as “guerra dos lugares” (Santos; Silveira, 2001). Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), ao analisar, processos de regionalização no Brasil, os autores denominam de quatro regiões principais: “os quatro brasis”, ou seja, a Região Concentrada (sudeste/sul), a Amazônia, o Centro-oeste, e a região Nordeste, esta última seria o exemplo da inserção da globalização, em que certos lugares possuem adequação técnica e informacional, territórios de comando e das empresas poderosas e, que atuam escolhendo lugares mais rentáveis, por outro lado, persistem quadros de desigualdades, espaços de rarefação e de contradições socioespaciais.

O planejamento urbano-regional para uma agenda de pesquisa

Do ponto de vista do planejamento, um caminho de debate segue em como pensar a ampliação dos papéis administrativos dessas cidades, por serem estratégicas nos suprimentos de demandas sociais regionais, por sua capacidade de suprir demandas sociais.

Logo, é considerar essas cidades como estratégicas, tanto do ponto de vista da *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

ISSN: 2176-5774

descentralização e da tomada de decisão, do acompanhamento, mas, também, promover a acessibilidade para que as pessoas das cidades pequenas possam se deslocar com segurança e rapidez para essas cidades, sem necessariamente depender do circuito polarizador que as metrópoles ainda exercem, por exemplo, no que concerne ao tratamento e atendimento médico-hospitalar.

Um elemento importante é conhecer os problemas enfrentados por essas cidades e do conjunto que conforma essa a rede, apontando o cerne causador de tais problemas. Reconhecer, portanto, as assimetrias sobre a realidade institucional das cidades e, sobretudo, criar estratégias para dirimi-las. Fazer com que elas possam elaborar planos e políticas, mas também, que as possam cumprir.

Bellet e Llop (2017) destacam as importantes reflexões sobre e a partir das cidades médias, não apenas acerca do fenômeno urbano, mas, também, por considerar proposições sobre políticas públicas e gestão territorial para cada contexto, em que se insere, no caso de seus estudos, o contexto espanhol. Esses mesmos autores sinalizam três condições ou potencialidades das cidades médias que poderiam contribuir ao processo de urbanização a torná-lo mais equilibrado, sustentável e socialmente mais equânime. Uma dessas potencialidades é a questão territorial, o que faz dessas cidades pontos de subsidiar e alimentar outros níveis de cidades tornando- se, assim, um centro importante se pensarmos a organização em rede, muito ligada a ordens socioeconômicas que estão voltando suas estratégias na busca por centros urbanos com essas características.

Deriva dessa condição uma segunda potencialidade destacada por Bellet e Llop (2017), o valor da proximidade. As cidades médias assim conformadas, constituem-se como centros de referência mais próximo a população geralmente de cidades hierarquicamente menores e das áreas rurais, que encontram serviços, bens de consumo, equipamentos com alguma complexidade que em outro momento, só seria possível em cidades maiores, conformando uma dada integração e coesão territorial. A sua posição geográfica é, assim, um fator relevante de intermediação no sistema de fluxos e interações espaciais.

Um terceiro fator diz respeito à questão de governança e aí, os autores fazem uma leitura crítica da condição menos representativa das cidades médias à escala regional e nacional e, em se tratando da escala internacional, quase inexistente. Esses autores colocam como uma discussão pendente a visibilidade dessas cidades e um dado empoderamento,

ainda que estejam desempenhando funções de uma aglomeração sem a mesma infraestrutura, equipamentos e capacidade e poder político equivalente (Bellet; Llop, 2017).

Do ponto de vista da rede urbana e do planejamento, a institucionalização de projetos e políticas podem potencializar os papéis econômicos das cidades, criando condições que favoreçam a dinamização econômica das cidades pela grande importância atribuídas às interações espaciais e, ao mesmo tempo, criar um suporte para dotação de infraestrutura para que essas interações aconteçam, potencializando seus papéis econômicos, construindo assim autonomia.

Considerações finais

A análise empreendida buscou problematizar as relações de centralidade, os processos de interação e as dinâmicas urbano-regionais que estruturam o sistema urbano no Nordeste brasileiro, com ênfase nas Regiões Geográficas Imediatas, Intermediárias e nas Regiões de Influência das Cidades dos estados da Bahia e Pernambuco. Ao evidenciar como essas cidades se articulam e se diferenciam, reforça-se que a conformação urbana nordestina resulta de um constructo histórico singular, marcado por permanências estruturais e transformações associadas à urbanização contemporânea e à reprodução ampliada do capital.

A despeito da primazia litorânea na formação do sistema urbano brasileiro, as dimensões empíricas objetos desta reflexão permitem observar configurações que extrapolam o eixo costeiro, revelando dinâmicas estruturadas por: (a) localizações estratégicas vinculadas a eixos rodoviários e áreas de transição regional; (b) centros com dinamismo comercial significativo, porém com raio de influência predominantemente local ou regional; (c) cidades que, embora polarizadoras, enfrentam déficits históricos de infraestrutura, mobilidade e serviços urbanos; (d) centros intermediários e sub-regionais cuja centralidade confere relevância para a gestão e o ordenamento territorial; e, (e) municípios cuja economia urbana incorpore funções turísticas e serviços especializados, ampliando sua capacidade de articulação na rede. Esses elementos, tomados em conjunto, são referenciais fundamentais para o planejamento e para o entendimento das lógicas territoriais que moldam os aglomerados urbanos concentrados.

Não se pretende aqui apresentar conclusões definitivas, mas indicar caminhos para uma agenda de pesquisa que aprofunde o debate sobre a rede urbana brasileira sob a ótica das especificidades da região Nordeste. O estágio atual da urbanização, marcado pela

intensificação das interações multiescalares, heterárquicas, complexificação dos serviços urbanos e reestruturações produtivas, exige abordagens capazes de relacionar processos historicamente consolidados com novas formas de organização espacial. Assim, reforça-se a importância de estudos que investiguem as posições urbanas, as funções envolvidas e a diversidade de papéis desempenhados por cidades médias e pequenas no interior do país.

Do ponto de vista das políticas territoriais, compreender a dinâmica da rede urbana em Pernambuco e na Bahia possibilita subsidiar ações estatais mais diretamente ligadas às características e potencialidades dos diferentes aglomerados urbanos. A heterogeneidade funcional e a capacidade desigual de articulação regional observada exigem instrumentos de planejamento que reconheçam as assimetrias estruturais e busquem mitigar as desigualdades socioespaciais historicamente construídas no âmbito do desenvolvimento urbano (desigual e combinado).

Por fim, reafirma-se que a rede urbana é produto de processos complexos de urbanização e reestruturação territorial, condicionados por fatores históricos, econômicos, sociopolíticos e técnico-organizacionais. O planejamento territorial, quando orientado pela identificação dessas dinâmicas, constitui ferramenta essencial para lidar com contradições, reduzir disparidades e orientar estratégias de desenvolvimento capazes de fortalecer a coesão urbana e regional. Trata-se, portanto, de um campo de investigação contínua, cuja relevância permanece central para a compreensão das transformações e desafios do sistema urbano brasileiro.

Referências

- ALMEIDA, A. de P. A. O papel da cidade média de Caruaru na estruturação da rede urbana pernambucana. Org. I. SILVA, W.R.; org. II. SPOSITO, M.E.B.; org. III. CALIXTO, M.J.M. e org. IV. GUSMÃO, P.P. Anais do III Simpósio Internacional Cidades Médias. **Anais do III Simpósio Internacional Cidades Médias**, UFRJ/ReCiMe, 2015.
- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7^a ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- ANJOS, F. dos. O sistema urbano multipolarizado de Santa Catarina. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 413-438.
- ARAÚJO, T. B. "Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?". In : AFFONSO, R.B; SILVA, P.L.B, (Org.). **"Desigualdades regionais e desenvolvimento" (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP / UNESP, 1995.p. 125 - 56.
- BELLET, C.; LLOP, J. M. ¿Por qué reflexionar y analizar hoy las ciudades medias? In: SILVA, W. R da S; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **Perspectivas da urbanização**: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 230p.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002, (trad. Antonio de Pádua Danesi), 3 ed.. 266p.

- BERRY, B. J. L. Cities as systems within systems of cities. **Papers of the Regional Science Association**, 13, 146-163, 1964.
- BRASIL. **Ministério da Infraestrutura**. Mapas e Bases dos Modos de Transportes. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bitmodosmapas>. Acesso em: ago. 2025.
- BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **Revista GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 33, pp. 198-220, 2013.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. V. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.
- CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a, p. 279-318.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1997b; 302p.
- CRESWELL, J.W. **Research Design**: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. 5th ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2018.
- CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1966. 230p
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 153-170, 2011.
- GÓES, E. M.; MELAZZO, E. S. (Org.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**: procedimentos, instrumentos e operacionalização. Rio de Janeiro. Consequência Editora, 2022.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global**: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010.
- HOTTOIS, G. Le règne de l'opératoredore. In: PRADES, Jacques. **Latechanoscience**: las fractures des discours. Paris: L'Harmattan, 1992, p. 179-197.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v. 2, t. 2, Região Nordeste. 303p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_3.pdf.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação dos Censos Demográficos**. Anos 1980, 1991, 2000, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades** 2007. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**: Banco de dados agregados, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal Cidades, 2025. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br>.
- LÖSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press. 1954.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. What is the urban in the contemporary world? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia Para uma Re(lí)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PRED, A. **City-systems in advanced economies**: past growth, present processes, and future development options. London: Hutchinson, 1977. 256 p.
- Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*
- ISSN: 2176-5774

- SANTOS FILHO, A. M. dos. **Desigualdade e diferenciação socioespacial em cidades médias do sertão do São Francisco**: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - formação socioespacial e meio técnico-científico-informacional. 192f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2021.
- SANTOS, B. S. **Análise espacial da distribuição dos condomínios fechados na zona urbana de Feira de Santana entre 1995 e 2010. 2012.** 75f. Monografia (Graduação/ Curso de Engenharia Civil). Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Tecnologia, Feira de Santana, 2012.
- SANTOS, J. Um (novo) olhar sobre a história de Vitória da Conquista na condição de cidade média. In: SANTOS, Janio (org.). **Vitória da Conquista no século XXI: reestruturação urbana e mudanças em seu papel como cidade média**. Vitória da Conquista; Edições UESB, 2016, p.23-54.
- SANTOS, J. (org.). **Vitória da Conquista no século XXI: reestruturação urbana e mudanças em seu papel como cidade média**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.
- SANTOS, M. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 110 p. 2010.
- SANTOS, M. **A cidade como centro de região**. Definições e métodos de avaliação e da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, junho, 1977, pp. 81-100.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, R. S. dos. **A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010)**. Barcelona, 2013. 385fl. Tese (Doutorado), Departament de Geografia Física I Anàlisi Geogràfica Regional - Universitat de Barcelona Facultad de Geografía I Historia. Barcelona, 2013.
- SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton, NJ. Princeton University Press, 1991.
- SILVA, S. C. B. de M.; FONSECA, A. A. M. da. Políticas territoriais de integração e fortalecimento dos centros urbanos do Estado da Bahia/Brasil. **IV Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, 10 p.
- SILVA, S. C. B. de M.; SILVA, B-C. M.; LEÃO, S. de O. **O Subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: SUDENE, Superintendência Adjunta de Planejamento Regional, Divisão de Política Espacial, 1987.
- SILVA, W. R. da; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **Perspectivas da urbanização**: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 230p.
- SILVEIRA, M. L. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. In: **GeoUERJ** - Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, nº11, p. 11-17, 2002.
- PEREIRA, C.S.S.; VALENÇA, M. R. Cidades médias do Nordeste brasileiro no contexto da globalização: uma análise a partir do comércio e serviços. **Ikara**. Revista de Geografias Iberoamericanas, (4), 2024.
- PEREIRA, C. S. S. Produção do espaço urbano e reestruturação da cidade: Petrolina/Pe no contexto da globalização contemporânea. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 47, 2025.
- TRINDADE JR. Saint-Clair C. da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011, 21p.
- VALENÇA, M. R. **Os novos papéis e funções da cidade média de Caruaru/PE**: uma análise a partir da expansão do ensino superior. João Pessoa, 2018.
- WHITACKER, A. M. Redes urbanas: redes hierárquicas e redes não hierárquicas. **Espaços Urbanos**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2013. [material didático].
- Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

WHITACKER, A. M. Urbanização e cidade. **Espaços Urbanos**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2015. [material didático].

Sobre os autores:



RIZIA MENDES MARES

E-mail institucional: rizia.mmares@upe.br

Doutora (2022) e Mestra (2016) em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Campus de Presidente Prudente/SP. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB Campus Vitória da Conquista (2011). Pós-Doutora em Estudos Territoriais no Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Salvador (2024). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), lotada no Colegiado de Geografia - Campus Petrolina. Desenvolve pesquisa junto aos grupos de pesquisa: Geografias: espaço, corpo e tempo (GECeT) (UPE), TERRITÓRIOS (Território, Rede e Ação Política) (UNEB/DCET I/PROET), Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia, Rede de pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe. Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Santa Inês-Bahia, integrando o Grupo de Trabalho de Geografia Negras e Feministas.



CLEITON FERREIRA DA SILVA

E-mail: cleiton.ferreira@upe.br

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006), Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2012), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2012), doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2017) e Pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente) em 2021. Atualmente é professor da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Garanhuns. Rede de pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.



CARTOGRAFIAS DO ESPAÇO: CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA PENSAR O DIREITO À CIDADE, O URBANO E O TERRITÓRIO

Jovenildo Cardoso Rodrigues¹

Universidade Federal do Pará

E-mail: jovenildo@ufpa.br

Resumo

A geografia crítica ortodoxa, ao longo do seu processo de formação epistemológica, desenvolveu uma série de reflexões que tenderam a negligenciar a importância do mapa, compreendido supostamente enquanto “herança da geografia tradicional pragmática e instrumento de poder dos Estados-nações”. Não obstante, a cartografia desempenha papel importante tanto para os registros das formas espaciais, quanto dos processos e dos fenômenos geográficos. O presente artigo objetiva investigar como a cartografia vem se constituindo enquanto instrumento metodológico para representar e interpretar o espaço, o direito à cidade, o urbano e o território. Defendemos a ideia de que a cartografia é parte da análise espacial, instrumento de saber e empoderamento, a partir do qual se torna possível interpretar a realidade socioespacial, contribuir na investigação das iniquidades e em processos de emancipação social, através da produção de “cartografias com os territórios” e saberes tradicionais, mediante o uso da cartografia social e da cartografia participativa. Do ponto de vista metodológico, realizou-se pesquisa bibliográfica, por meio da análise de artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros sobre a temática versada, que deram subsídios importantes, tanto para a fundamentação teórica, dentro de uma perspectiva crítica, quanto para se pensar em práticas espaciais e epistemológicas acerca das novas formas de representação espacial, de espacialidades e territorialidades.

Palavras-Chave: Geografia; Cartografia; Espaço.

CARTOGRAPHY OF SPACE: METHODOLOGICAL APPROACHES TO THINKING ABOUT THE RIGHT TO THE CITY, THE URBAN ENVIRONMENT AND TERRITORY

Abstract

Orthodox critical geography, throughout its epistemological formation process, developed a series of reflections that tended to neglect the importance of maps, supposedly understood as ‘the legacy of traditional pragmatic geography and an instrument of power for nation states.’ Nevertheless, cartography plays an important role in recording both spatial forms and geographical processes and phenomena. This article aims to investigate how cartography has been established as a methodological instrument for representing and interpreting space, the right to the city, the urban, and the territory. We defend the idea that cartography is part of spatial analysis, an instrument of knowledge and empowerment, from which it becomes possible to interpret socio-spatial reality, contribute to the investigation of inequalities and processes of social emancipation, through the production of ‘cartographies with territories’ and traditional knowledge, using social cartography and participatory cartography. From a methodological point of view, bibliographic research was carried out through the analysis of scientific articles, master's dissertations, doctoral theses, and books on the subject, which provided important insights both for theoretical foundations, from a critical

¹ Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculado à Faculdade de Geografia, Campus de Ananindeua – UFPA. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)/UFPA (CAPES 5).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.211-230, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

perspective, and for thinking about spatial and epistemological practices regarding new forms of spatial representation, spatialities and territoriality.

Key words: Geography; Cartography; Space.

CARTOGRAPHIES DE L'ESPACE : PISTES MÉTHODOLOGIQUES POUR PENSER LE DROIT À LA VILLE, L'ENVIRONNEMENT URBAIN ET LE TERRITOIRE

Résumé

Au cours de son processus de formation épistémologique, la géographie critique orthodoxe a développé une série de réflexions qui ont tendance à négliger l'importance de la carte, supposée être « l'héritage de la géographie traditionnelle pragmatique et un instrument de pouvoir des États-nations ». Néanmoins, la cartographie joue un rôle important tant pour l'enregistrement des formes spatiales que pour les processus et les phénomènes géographiques. Le présent article vise à examiner comment la cartographie s'est constituée en tant qu'instrument méthodologique pour représenter et interpréter l'espace, le droit à la ville, l'urbain et le territoire. Nous défendons l'idée que la cartographie fait partie de l'analyse spatiale, qu'elle est un instrument de connaissance et d'autonomisation, à partir duquel il devient possible d'interpréter la réalité socio-spatiale, de contribuer à la recherche sur les inégalités et aux processus d'émancipation sociale, grâce à la production de « cartographies avec les territoires » et aux savoirs traditionnels, par le biais de la cartographie sociale et de la cartographie participative. D'un point de vue méthodologique, une recherche bibliographique a été menée à travers l'analyse d'articles scientifiques, de mémoires de master, de thèses de doctorat et d'ouvrages sur le sujet, qui ont apporté des contributions importantes tant pour la justification théorique, dans une perspective critique, que pour la réflexion sur les pratiques spatiales et épistémologiques concernant les nouvelles formes de représentation spatiale, de spatialités et de territorialité.

Mots clés: Géographie ; Cartographie ; Espace.

Introdução

O pensamento geográfico e a ciência geográfica, guardadas as suas especificidades espaço-temporais, eventos e ações, ao longo do processo de formação da sociedade ocidental, estiveram fortemente associadas as correlações entre geografia e os mapas. O caráter objetivo, subjetivo e por vezes ideológico do mapa, seja enquanto imagem mental, simulacro, representação do território, exerceu e exerce fascínio e um papel importante para a interpretação de processos, dinâmicas de produção e reprodução da cidade, do urbano e do território na sociedade contemporânea.

A geografia crítica ortodoxa, ao longo do seu processo de formação epistemológica, desenvolveu uma série de reflexões que tenderam a negligenciar a importância do mapa, compreendido supostamente enquanto “herança da geografia tradicional pragmática e instrumento de poder dos Estados-nações”. Não obstante, a cartografia desempenha papel importante tanto para os registros das formas urbanas e territoriais, quanto dos processos e dos fenômenos geográficos.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.211-230, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

O presente artigo objetiva investigar como a cartografia vem se constituindo enquanto instrumento metodológico para representar e interpretar o espaço, o direito à cidade, o urbano e o território. Defendemos a ideia de que a cartografia é parte da análise espacial, instrumento de saber e empoderamento, a partir do qual se torna possível interpretar a realidade socioespacial e contribuir na análise das iniquidades e em processos de emancipação social, a partir da produção de “cartografias com os territórios” e saberes tradicionais, através do uso da cartografia social e da cartografia participativa.

Do ponto de vista metodológico, realizou-se pesquisa bibliográfica, a através da análise de artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros sobre a temática versada, que deram subsídios importantes, tanto para a fundamentação teórica, dentro de uma perspectiva crítica, quanto para práticas espaciais, epistemológicas e emancipatórias acerca das novas formas de representação espacial, de espacialidades e territorialidades.

O artigo encontra-se subdividido em 8 momentos, que se encontram articulados da seguinte maneira: Uma breve introdução sobre a temática de pesquisa, seguida de uma abordagem sobre a importância dos mapas e da geografia cartográfica. O terceiro momento teve o propósito de caracterizar algumas especificidades e diferenciações acerca dos mapas topográficos e cartas geográficas. O quarto momento aborda a cartografia de base e a cartografia geográfica: técnicas, processos e conteúdos, buscando refletir sobre as diferentes cartografias e sua relação com os elementos metodológicos e procedimentos de pesquisa. O quinto momento aborda a importância da cartografia geográfica no Brasil. O sexto momento delinea reflexões sobre a cartografia social e cartografia participativa enquanto perspectivas para pensar a pesquisa-ação. O sétimo momento constitui síntese de reflexões, ideias e contextos marcados pela crise da cartografia, abordando os desafios e a necessidade de se pensar cartografias do espaço enquanto perspectivas metodológicas para pensar o direito à cidade, o urbano e o território. O oitavo e último momento é constituído pelas conclusões, muito provisórias, sobre a relevância da cartografia, tanto como metodologia, quanto como prática política emancipatória na construção de processos de lutas e resistência urbanas, rurais e territoriais.

1. Os mapas e a geografia cartográfica

Ao longo da história de formação das civilizações humanas, os mapas apresentaram certo fascínio, seja pela possibilidade de interpretação de características do meio ambiente, seja como instrumentos metodológicos objetivos e subjetivos, constituindo-se linguagem visual de praticamente todas as civilizações (Harley, 1989).

Ao substituírem o espaço real por um espaço analógico (processo básico da cartografia), os homens adquiriram um domínio intelectual do universo que trouxe inumeráveis consequências (Harley, 1989). Ainda segundo Harley (1989), os mapas precederam a escritura e a notação matemática em muitas sociedades, mas somente no século XIX foram associadas às disciplinaridades modernas cujo conjunto constitui a cartografia (Harley, 1989)

Dessa maneira, os mapas e a cartografia constituem a um só tempo, linguagem e prática geográfico-histórica, permitindo revelar diferentes visões de mundo, à medida em que carregam um simbolismo que pode estar associado ao conteúdo neles representado, a saber, processos de poder, de saber, de vigilância e de influência política.

Ao seu modo, Barbosa (1967) ressalta que a Cartografia configura campo de conhecimento que se apresenta sob uma forma visual de expressão, regida por regras matemáticas e que representa graficamente fatos e fenômenos, de forma a serem interpretados racionalmente.

Barbosa (1967) apresenta contribuição importante ao propor uma metodologia cartográfica, enquanto elemento para o entendimento de fenômenos e processos. A esse respeito, o referido autor efetuou a seguinte divisão em três tipos de representações: 1) Cartografia Geral, 2) Cartografia Especial e 3) Cartografia Temática. A primeira respectivamente, está diretamente relacionada às técnicas do levantamento topográfico, à geodésia e à fotogrametria, apresentando-se subdividida em Cartografia Geral, Cadastral, Topográfica e Geográfica (Barbosa, 1967). Por sua vez, a cartografia especial está ligada a atividades específicas, visando atender rigidamente os objetivos da técnica ou ciência a que serve. A título de exemplificação têm-se as Cartografias Náutica, Aeronáutica, Meteorológica.

Por fim, mas não menos importante, a Cartografia temática atua num campo vasto em que há necessidade de correlacionar inúmeros elementos à superfície topográfica,

distinguindo-se da Cartografia Geral que visa o conhecimento da topografia e da Cartografia especial, que objetiva servir a um fim exclusivo (Barbosa, 1967).

O período contemporâneo vem impondo o desafio de construção de uma perspectiva de pensamento que permita pensar as diferenças entre uma abordagem cartográfica e uma abordagem de cartografia geográfica, assim como, o movimento relacional entre abordagem teórica e empírica. A esse respeito, Girardi (2008) afirma que a cartografia analisa o espaço enquanto fonte de informações para o objeto de estudo.

Considerando tal perspectiva, a cartografia procura levantar e representar as informações primárias do espaço, descobrindo melhores formas para tal emprego. Dessa maneira, enquanto a preocupação da cartografia está relacionada à representação, tendo o mapa como um desfecho final em si, a geografia se preocupa com o uso do mapa na análise do espaço geográfico, de tal maneira que o mapa constitui um meio, um instrumental metodológico (Girardi, 2008).

Ainda segundo Girardi (2008), para que o processo de mapeamento consiga contemplar uma concepção crítica, que transcenda a contribuição meramente teórica, três abordagens cartográficas podem ser adotadas como complementares e indissociáveis na Cartografia Geográfica Crítica (CGC), quais sejam: semiologia gráfica, visualização cartográfica e modelização gráfica (Girardi, 2008). A relevância da "CGC" vincula-se a adoção da teoria crítica do mapa enquanto procedimento metodológico, que consiste no uso do mapa para interpretar ambivalências, contradições e desigualdades expressas a partir de representações do espaço (Girardi, 2008).

Considerando os conteúdos, técnicas, objetivos e habilidades dos cartógrafos(as) e geógrafos(as), pode-se dizer que existem grosso modo, "duas cartografias", quais sejam: a cartografia sistemática e a cartografia geográfica. Esta última respectivamente, constitui uma especificidade da geografia (Girardi, 2008). A definição de cartografia geográfica está diretamente relacionada aos tipos de mapas, seu conteúdo, fonte de informações e métodos de representação.

O termo "métodos de representação" apresentado nas afirmações de Girardi (2008) não encontra-se no sentido do método enquanto visão geral de mundo constituído de um conjunto de teorias científicas, que por vezes articulam-se ou chocam-se, mas tão somente

como conjunto de técnicas, de informações, de conhecimentos tecnológicos que possibilitam a interpretação de fenômenos.

De maneira geral, a cartografia sistemática pode ser caracterizada a partir dos seguintes elementos: Agrega mapas de grau de precisão maior, cuja elaboração requer conhecimentos específicos sobretudo das ciências exatas e tecnológicas (Girardi, 2008). Para esta tipologia de cartografia, a descrição constitui elemento essencial, as principais informações representadas são relativas às características básicas do terreno e a precisão é considerada indispensável (Girardi, 2008). Este tipo de cartografia pode ser denominada também de cartografia topográfica, de referência geral e cartografia sistemática.

Para o caso dos mapas da cartografia temática, a precisão não é determinante, porém não é totalmente ignorada. Os mapas que compõem esta tipologia são o resultado da representação de temas diversos sobre uma base cartográfica que reúne mapas do primeiro conjunto concebido (Girardi, 2008). Dessa maneira, os mapas desse segundo conjunto tipológico possuem características mais explicativas e analíticas, sendo chamados comumente de mapas temáticos.

Com efeito, levando em consideração as particularidades da produção das inúmeras perspectivas de pensar o papel da cartografia, o que se comprehende por mapas topográficos e cartas geográficas?

2. Cartografias: mapas topográficos e cartas geográficas

Segundo Erwin Raisz (1969), pode-se pensar o estudo da cartografia, a partir da seguinte classificação: mapas em gerais e mapas especiais. Os mapas gerais são os topográficos em grande escala, com informações gerais da superfície da terra, nos seus acidentes geográficos, planimétricos, ao passo que os mapas especiais são os mapas políticos, urbanos, econômicos e estatísticos, artísticos e de propaganda (Raisz, 1969). Não obstante, os mapas especiais apresentam especificidades associadas às características e a intencionalidades diversas, a partir das quais buscam-se produzir representações e interpretações.

Barbosa (1967) enfatiza que os mapas especiais vinculam-se a necessidade de se entender características, padrões e intencionalidade através da produção de mapas políticos; mapas urbanos (plantas cadastrais); mapas de comunicações, mostrando estradas de ferro e

de rodagem; mapas científicos de diferentes classes; mapas econômicos ou estatísticos; mapas artísticos para ilustração de anúncios ou propaganda; cartas náuticas e aéreas e mapas cadastrais, desenhados em grande escala e que representam as propriedades e áreas cultivadas.

Libault (1975) ressalta que a divisão entre mapas topográficos e cartas geográficas constituem produto de particularidades relacionadas à divisão entre cartografia topográfica e cartografia geográfica. Dessa maneira, segundo Libault (1975), os mapas topográficos constituem a representação do conjunto de informações localizadas sobre um determinado terreno, seja ele de base natural ou socialmente transformado pela ação antrópica, enquanto as cartas geográficas estariam ligadas à análise explicativa e discussão dos resultados constatados no mapeamento.

Ainda para Libault (1975), a cartografia temática, cartografia geográfica ou geocartografia, caracterizam-se pela possibilidade de construção de representações cartográficas que permitam estabelecer explicações sobre as dinâmicas, hierarquias, densidades, fluxos, constituindo-se instrumento de importância considerável para abordagem geográficas, sejam elas referentes à possibilidade de produção de mapas temáticos que tratem de questões econômicas, demográficas e espaciais.

Ao seu modo, Joly (2004) concebe a Cartografia a partir de duas divisões, quais sejam: a Cartografia Topográfica e a Cartografia Temática. A primeira perspectiva respectivamente, caracteriza-se por tratar dos elementos descritivos e geométricos no que concerne à abordagem da informação, enquanto que a cartografia temática caracteriza-se por uma abordagem explicativa dos dados obtidos. Assim, o termo cartografia temática é empregado para designar a cartografia que se preocupa com a elaboração dos mapas que representam elementos não apenas descritivos, mas explicativos de determinados elementos da realidade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1999) subdivide as representações cartográficas em: mapas gerais, temáticos e especiais, considerando a natureza e a finalidade da representação. Os mapas gerais são considerados pelo IBGE, como documentos cartográficos elaborados com a finalidade de fornecer ao usuário uma base cartográfica com possibilidade de aplicações generalizadas (IBGE, 1999). Estas tipologias de mapas gerais são subdivididos em: cadastrais, topográficos e geográficos.

As bases cartográficas fornecidas pelo IBGE podem trazer contribuições valiosas, para a produção de mapas temáticos diversos que interessam de maneira mais direta à Cartografia Geográfica (Girardi, 2008). O IBGE (1999) classifica os mapas temáticos em três grupos: o primeiro grupo, composto pelos mapas de notação, que representam a distribuição das informações por meio de cores e tonalidade com sinais gráficos; já o segundo grupo consiste em mapas estatísticos que representam tanto fenômenos físicos quanto humanos; e finalmente, mas não menos importante, um terceiro grupo a ser concebido a partir de informações e elementos de representações cartográficas anteriores, que será denominado de mapas de síntese, os quais possuem finalidade explicativa a partir da representação de um fenômeno, constituindo-se como mapas que formam uma abstração intelectual (Girardi, 2008).

Para Martinelli (2005), o desenvolvimento da cartografia temática e a produção de mapas temáticos decorre da necessidade de se produzir mapas para diversas aplicações, fato que norteou a passagem da representação das propriedades apenas visual, para a representação das propriedades analíticas dos objetos. Assim, o mapa passou a ser o produto do raciocínio que seu autor empreendeu diante da realidade.

Ainda segundo Martinelli (2003), muito embora a geografia possua certa tradição na produção e uso de representações cartográficas temáticas, os mapas temáticos não podem ser vistos como pertencentes exclusivamente à geografia, uma vez que, outras disciplinas científicas tendem a fazer uso deste instrumento metodológico para a construção de interpretações. Contudo, tais mapas interessam à geografia à medida que permitem promover uma abordagem representativa e interpretativa da dimensão espacial e territorial em diferentes escalas.

Uma classificação importante para a definição de especificidades da cartografia é concebido por Archela (2000), para quem a cartografia pode ser subdividida em: Cartografia Sistemática e Cartografia Temática. A Cartografia Sistemática utiliza convenções e escala padrão, contemplando a execução dos mapeamentos básicos que buscam o equilíbrio da representação altimétrica e planimétrica dos acidentes naturais e dos fenômenos culturais, bem como, a localização de fatos e situações geográficas, enquanto o mapeamento da cartografia temática consiste em um instrumento de expressão dos resultados adquiridos pela geografia e pelas demais ciências que tem necessidade de se expressar na forma gráfica,

aspectos, características, processos de mudanças a partir da produção de representações cartográficas. (Archela, 2000).

A cartografia constitui procedimento de pesquisa cada vez mais aplicado para a produção de interpretações gerais seja do espaço urbano e rural, seja de dinâmicas demográficas e econômicas, seja de fluxos de mercadorias, serviços e informações (Rodrigues, 2013). Contudo, torna-se necessário ressaltar que como todo procedimento metodológico, a utilização do respectivo instrumento cartográfico apresenta possibilidades e limites que devem ponderados quando se constrói o objeto de pesquisa em geografia, sob pena se de caminhar rumo a um "determinismo cartográfico" que tende a conceber o mapa como um fim em si e não como possibilidade interpretativa e explicativa para pensar o real.

3. Cartografia de base e a cartografia geográfica: técnicas, processos e conteúdos

Em suas reflexões a respeito das diferentes cartografias e sua relação com os elementos metodológicos e procedimentos de pesquisa, Girardi (2008) adota o par Cartografia de Base e Cartografia Geográfica para designar a diferença entre os conteúdos técnicos, objetivos e habilidades que compõem a cartografia de interesse dos cartógrafos e a de interesse dos geógrafos. Dessa maneira, a cartografia de base seria responsável pela elaboração dos mapas base, envolvendo processos de elaboração, uso de técnicas e conhecimentos cartográficos muito específicos, do conteúdo curricular da engenharia cartográfica. Os mapas base são aqueles que fornecem com precisão as informações do terreno, a saber, mapas topográficos para navegação, a elaboração primária de mapas geomorfológicos, geológicos, pedológicos (Girardi, 2008).

Por sua vez, Girardi (2008) considera a noção de cartografia geográfica como mais significativo para designar uma perspectiva da geografia que se preocupa, especificamente, com o processo de mapeamento. No entanto, torna-se necessário ressaltar ainda que a cartografia geográfica também se interessa pelos mapas da cartografia de base, porém não constituem objeto de seu interesse maior, a elaboração primária de tais mapas.

A cartografia geográfica tem como principal objetivo conceber e encontrar as melhores formas para utilização dos mapas para a análise do espaço geográfico (Rodrigues, 203). Como a geografia urbana ou a geografia rural, a cartografia geográfica é uma especialidade da geografia e tem suas preocupações específicas, mas também temas que

interessam de forma geral à ciência geográfica. Na geografia os avanços teóricos, metodológicos e técnicos sobre o mapa é preocupação específica da cartografia geográfica, porém, a elaboração e o uso do mapa é comum a toda geografia, já que seu objeto de estudo é o espaço (Girardi, 2008).

Segundo Rodrigues (2013), a cartografia geográfica constitui importante especialidade da geografia responsável pela pesquisa, ensino e trabalho com os mapas, ao conceber aprimorar teorias, desenvolver práticas de leitura, elaboração de mapas e pesquisas sobre novos procedimentos metodológicos, como instrumento para construção explicativa do espaço geográfico.

A "Cartografia Geográfica Crítica" (Girardi, 2008) constitui instrumento e possibilidade importante para a construção da geografia, não apenas por seu caráter operacional através da utilização de novas técnicas e tecnologias, produção de representações cartográficas sofisticadas, mas como instrumental metodológico que apresenta elevada potencialidade operacional para a produção de representações cartográficas sobre mudanças e permanências, ações e relações, ambivalências e contradições inerentes à produção da realidade social.

4. A geografia e a Cartografia geográfica no Brasil

A corrente crítica do pensamento geográfico ortodoxo durante os anos de 1980 e 1990 apresentou uma tendência a negligenciar sistematicamente o mapa como instrumento de análise geográfica. Tendo em vista tal contexto, convém levantar a seguinte questão: Qual a importância da cartografia nas geografias tradicional, pragmática e crítica?

Santos (2002) afirma que a geografia tradicional se caracterizou fundamentalmente por uma construção filosófica, pautada numa perspectiva linear que reduzia a realidade ao mundo dos sentidos, aos fenômenos da aparência. Assim, geografia tradicional desenvolveu seu corpus de conhecimento pautado na empiria, na observação, na descrição, na enumeração e na classificação dos fatos.

Por sua vez, convém ressaltar que os mapas já eram utilizados em diversas abordagens geográficas, como nas construções de Humboldt, Ritter e Ratzel (Moraes, 2001). Não obstante, o mapa passa a ser utilizado com maior destaque nas abordagens regionais de La Blache (Santos, 2002). Tal fato decorre de uma característica peculiar da metodologia

utilizada por este autor, que consistia no levantamento cartográfico inicial, bem como na conclusão, em geral, constituída por um conjunto de cartas, que quando sobrepostas projetariam relações inerentes ao modo de vida regional (Moraes, 2001; Rodrigues, 2013).

Ainda para Santos (2002), essa proposta metodológica, pautada na ampla utilização de mapas é trazida para o Brasil e incorporada ao processo de sistematização da disciplina, de tal maneira que a geografia e os mapas apresentavam-se como elementos indissociáveis para os pesquisadores da corrente geográfica tradicional.

Os anos de 1960 constituem momento marcado pelo movimento de ruptura, de renovação da geografia, tanto do ponto de vista dos fundamentos teóricos, quanto do ponto de vista instrumental operacional. Nestas circunstâncias, a geografia tradicional não acompanhou o processo de transformações desencadeadas pela sociedade naquelas circunstâncias histórico-geográficas (Santos, 2002).

O pensamento geográfico pautado na geografia pragmática e geografia crítica, em ascensão neste período, canalizaram uma série de críticas. A primeira respectivamente, baseada em grande medida numa abordagem neopositivista e quantitativa, promovia uma crítica à incapacidade da geografia tradicional em tratar a realidade, considerando a complexidade de questões práticas e teóricas que se apresentavam (Moraes, 2001).

A geografia pragmática pautou-se, primordialmente, na disseminação de uma proposta teórico-metodológica, segundo a qual, tecnologia e as análises de dados quantitativos deveriam estar na centralidade da construção teórica e operacional (Moraes, 2001). Nessas circunstâncias e como resultado de tais influências, é que o uso de modelos matemáticos e estatísticos nos estudos geográficos se ampliou ao mesmo tempo em que o trabalho de campo passou a ser negligenciado (Moraes, 2001).

Neste contexto espaço-temporal ampliou-se o uso do computador, do sensoriamento remoto e do mapeamento automático na elaboração de tipologias (MORAES, 2001). Uma das principais críticas a essa corrente teórica está relacionada ao distanciamento da realidade promovido por uma proposta metodológica que privilegiou excessivamente a matematização das abordagens explicativas em detrimento do trabalho de campo, da observação do objeto em lócus (Santos, 2002).

A geografia crítica, enquanto correntes de pensamento pautada na geografia humanista e no materialismo histórico-dialético, constituíram perspectivas de pensamento

que, para além de estabelecer críticas à geografia tradicional, também criticaram a geografia pragmática. Qual a centralidade das críticas? Tais críticas centraram-se tanto no empirismo exacerbado, quanto na despolitização do discurso geográfico (Moraes, 2001).

Uma crítica importante da corrente crítica aos estudos das correntes tradicional e pragmática diz respeito ao exagero no uso das técnicas, visto como uma das causas do descomprometimento com a mudança social da realidade (Moraes, 2001). Dessa maneira, essa corrente tendeu a projetar um discurso questionador a respeito do uso da técnica nos estudos geográficos, que passaram a ser vistos como “herança da arquitetura ideológica das correntes tradicionais em defesa da reprodução de processos de alienação” (Lacoste, 2003).

Dessa maneira, tal fato contribuiu para certa negligência por parte desta corrente de pensamento, no que concerne ao uso do mapa e de técnicas estatísticas na geografia crítica. Girardi (2008) enfatiza que, ao confundir método com procedimento metodológico, ignorando o uso do mapa enquanto instrumento operacional, a geografia crítica ortodoxa reduziu a própria potencialidade de interpretação, representação e análise do objeto de estudo da geografia.

Tendo em vista a necessidade de contribuir com a construção de um pensamento geográfico pautado na superação desta concepção, que Girardi (2008) propõe a "Cartografia Geográfica Crítica" (CGC), uma vez que esta compreende o mapa enquanto parte do discurso geográfico, potencializando interpretações e explicações de processos socioespaciais e permitindo que se evidencie e interprete as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, suas manifestações e particularidades.

Com efeito, a "Cartografia Geográfica Crítica", enquanto instrumento metodológico e ao mesmo tempo, possibilidade para a produção de representações do espaço, apresenta um viés que tem relação com a visão de mundo adotada pelo pesquisador, de tal maneira que tais representações cartográficas podem exprimir interesses da coletividade social ou apresentar um viés ideológico visando atender a interesses de grupos e classes sociais.

5. Cartografia social e cartografia participativa: perspectivas para pensar a pesquisação

A partir do final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, o processo de transformações aceleradas em países da África, da América latina; decorrentes do avanço da globalização, da urbanização, das fragmentações socioespaciais, da crise ambiental, da exclusão social, da pobreza, dos racismos ambientais e sociais, manifestou-se na produção desigual da cidade, do urbano, do rural e do território; reverberando na insurgência de outras perspectivas de pensar a ciência geográfica, bem como, a relação entre cartografia e espaço.

Neste contexto, Ribeiro (2012) propõe pensar a cartografia da ação social como um método de pesquisa e planejamento que utiliza a cartografia para dar visibilidade e voz a grupos sociais, especialmente os vulneráveis (Ribeiro, 2012). Este tipo de Cartografia busca organizar e dar forma à ação coletiva, revelando injustiças, reconhecendo práticas sociais e criando um repertório de ação para transformar o mundo a partir das perspectivas dos próprios sujeitos envolvidos.

A esse respeito, Ribeiro (2012, 2022) afirma que a cartografia da ação social se inscreve na relação entre geografia e sociologia, buscando reconhecer as trajetórias e as espacialidades escritas pelas práticas cotidianas das bases populares, contribuindo para a construção de resistências urbanas, rurais e territoriais, face a aceleração espaço-tempo engendradas no contexto de produção capitalista do espaço.

Silva (2022) afirma que produzir as cartografias dos homens e mulheres simples, das comunidades e territórios e populações tradicionais significa dar visibilidade e pensar a sua própria condição, além de ter na cartografia um instrumento de representação de seu território e de luta social. Considerando a perspectiva da cartografia da ação social, uma indagação se faz importante, qual seja: quais as formas fundamentais de produção e uso da cartografia da ação social?

A construção da cartografia social se dá através de alguns caminhos, estratégias e ações co-participativas entre sujeitos. Tal processo se inicia na pesquisa e nos estágios de vivencia com os sujeitos da pesquisa, mas não termina com a confecção de mapas (Ribeiro, 2022), sendo concluído quando o grupo social se apropria, analisa as formas fundamentais do uso da cartografia, como instrumento formador de sujeitos, de direitos e de possibilidade de construção coletiva do olhar, da identidade e das formas de apoderação e empoderamento dos saberes coletivos (Silva, 2022).

Uma questão fundamental da cartografia social relaciona-se a condição de produção coletiva do mapa, através de uma problemática vivida e percebida pelo grupo social (Silva, 2022). Uma outra contribuição importante diz respeito ao fato de que a cartografia social constitui um processo pedagógico de aprendizado, individual e coletivo, de reconhecimento da memória, da história, da cultura e das identidades territoriais, de grupos subalternizados e/ou “invisibilizados”.

Segundo Ribeiro et al. (2012), a cartografia da ação social é aquela passível de compreensão e de representação do movimento da sociedade, das lutas e de novos anseios, das ações e desejos das bases populares, em síntese, é a cartografia da ação que também representa o cotidiano da vida coletiva.

Nesta perspectiva, o mapa não aparece como instrumento isolado ou como ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos, mas sim como ferramenta analítica e sustento da memória dos sujeitos, uma cartografia praticada que não é apenas dos usos do espaço pelo poder, mas também utilizável, possibilitando a sincronia espaço-temporal com o tempo social dos sujeitos subalternizados (Ribeiro, 2012, 2022). Essa seria uma forma de representação da ação que poderia alimentar narrativas.

A Cartografia Social representa variáveis importantes para cada território por meio do autoconhecimento da comunidade que é o ator principal nos procedimentos qualitativos e são organizados por meio da linguagem oral ou de representação simbólica, exercendo sobre o território em que atuam, intencionalidade e postura política (Milagres, 2011; Lobatón, 2009).

Os respectivos elementos são legitimados no processo em que são reconhecidos interesses da comunidade envolvida, como sendo o principal ponto de partida de processos sociais, e desse modo, salienta a representação de sua condição espacial, a combinação do espaço percebido, concebido e vivido (Milagres, 2011; Lobatón, 2009). A Cartografia Social não constitui em si, um ato de mapear comunidades ou populações, mas um conjunto de ações e coparticipações sociais nas quais as “comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão simplesmente retratando o espaço físico, mas reafirmando seus modos de vida” (Acselrad, et. al, 2010, p.5) e suas bases referenciais de existência e de resistência, a partir de uma base cartográfica (Silva, 2017).

Na escala da Amazônia brasileira, convém destacar o importante papel desenvolvido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA, 2008) que, segundo Almeida (2008), consiste essencialmente em um conjunto de ações que visam colaborar com as comunidades, na produção de uma cartografia social, a partir do automapeamento dos sujeitos da comunidade, permitindo a produção de representações e narrativas sobre o modo de vida das comunidades, constituindo-se também como instrumento de lutas políticas para a manutenção de seus territórios.

Por sua vez, a cartografia participativa consiste num processo metodológico que envolve a comunidade na criação de mapas, registros de suas percepções, conhecimentos e usos do território, não se restringindo aos dados técnicos tradicionais. Esta metodologia consiste em dar voz e poder às comunidades, fazendo uso de ferramentas como oficinas, reuniões e tecnologias de geoprocessamento, para que os próprios cidadãos mapeiem suas realidades, necessidades e sentimentos em relação aos espaços/territórios (Acselrad et al, 2010; Almeida, 2008).

A cartografia participativa apresenta alguns elementos essenciais que a caracterizam, quais sejam: 1) A comunidade é o sujeito principal do processo de mapeamento, desde a concepção inicial, até a produção final do mapa; 2) valorização dos saberes tradicionais, bem como, a percepção das subjetividades dos territórios, memórias, culturas, identidades; saberes, fazeres; 3) Protagonismo, voz e visibilidade a grupos sociais e comunidades tradicionais sublaternizadas; 4) Articulação entre os conhecimentos técnicos e tecnológicos e os saberes tradicionais; 5) Ferramenta de gestão importante, para dar subsídios ao planejamento territorial, a gestão ambiental e o desenvolvimento de políticas públicas que atendam as prioridades dos territórios das comunidades tradicionais ((Milagres, 2011; Lobatón, 2009).

Do ponto de vista da execução do processo de produção da cartografia participativa, é possível identificar algumas etapas/momentos, a saber: Mobilização da comunidade através do estímulo ao engajamento, ressaltando-se a importância do mapeamento para a construção/consolidação dos direitos territoriais, sejam nos espaços urbanos ou rurais. Num segundo momento, realiza-se a coleta de informações, que não se restringem aos elementos físicos, técnicos e tecnológicos, incorporando narrativas, memórias e percepções emocionais dos sujeitos, suas ancestralidades, histórias e identidades territoriais.

Num terceiro momento, ocorre a elaboração de mapas, construídos de forma colaborativa, utilizando tanto métodos tradicionais, quanto tecnologias, como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). No quarto momento, as informações, dados e diálogos comunicativos materializados na forma de mapa retornam para serem chanceladas/validadas pela comunidade. Por fim, mas não menos importante, os mapas produzidos “com as comunidades” podem ser usados para planejar ações intervencionistas em áreas de conflito ou mesmo para fortalecer a gestão territorial, urbana ou rural (Acselrad; Coli, 2008).

6. Cartografias do espaço: perspectivas para pensar o direito à cidade, ao urbano e ao território

O contexto de aceleradas transformações na cidade, no urbano em múltiplas escalas, notadamente marcadas por instabilidades e conflitos por “usos do território”, impõe novos desafios ao mapa e ao espaço geográfico. A despeito da profusão de novos atributos e necessidade de ligamento progressivo dos mapas para com as demandas sociais, estaríamos assistindo a obsolescência dos mapas?

Segundo Acselrad et al (2010), a multiplicação de tecnologias alternativas tem obrigado o mapa a se “recentrar na sua trilha de excelência”, situando-o na capacidade de mostrar, de maneira regulada, as interações entre espaço e extensão, bem como, a relação entre uma espacialidade particular e um “fundo de mapa”; demandando retrabalhar novas regras e caminhos para sua reconstrução.

As transformações fundamentais na espacialidade de nossas sociedades e em sua inteligência estão requerendo cada vez mais mudanças na maneira de representar essas espacialidades (Acselrad, 2010). Neste sentido, questões sobre ordenamento do território demandam competências, estratégias de planejamento, instrumentos de gestão, e sobretudo, ações públicas efetivas. Isto requer o abandono de metodologias como a do “mito do cartograma a partir de ações baseadas em um pensamento único sobre a cidade” (Acselrad, 2010) por parte de políticos e tomadores de decisão, que se sentem acima dos cidadãos, construindo projetos políticos idiossincráticos, que pouco tem contribuído para a construção e fortalecimento de princípios de justiça climática e de direito à cidade.

Cabe aqui ressaltar que o mapa e particularmente, as cartografias social e participativa, para além de sua condição de linguagem, signo, constitui instrumento

metodológico valioso para a construção de um ordenamento territorial partilhado, configurando-se como possibilidade de renovação dos usos cognitivos e políticos do mapa, a partir da escuta e da construção coletiva do processo de mapeamento “com os territórios das comunidades”, condição fundamental para a implementação de políticas públicas mais assertivas no combate a pobreza e desigualdades socioespaciais.

A crise ambiental (cada vez mais severa, como resultado de mudanças climáticas e ações antrópicas), os conflitos geopolíticos e geoeconômicas (decorrentes da disputas por novos mercados produtores e consumidores), o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais, políticas e espaciais, (como resultado da expansão de dinâmicas de consumo do espaço pautado em uma racionalidade neoliberal, fortemente induzidas pelas grandes corporações transnacionais, que buscam a exploração urbana, dos territórios e suas comunidades tradicionais), são alguns dos processos que demandam novos olhares geográficos atentos.

Em face desse contexto e destes processos em andamento, convém pensar cartografias do espaço não apenas enquanto instrumento metodológico para entender o espaço e suas espacialidades em disputa, demandando ações na coprodução de ‘cartografias com os territórios das comunidades’, enquanto possibilidade insurgente na luta por justiça espacial e por direito ao território.

Conclusões

Pensar a geograficidade dos territórios, a velocidade dos espaço-tempos da cidade, a fluidez e mobilidade, os ritmos, tempos, espacialidades, temporalidades e territorialidades das sociedades humanas, requer entendê-las em sua condição de existência espacial no mundo, a luz da materialidade, da linguagem e da experiência da espacialidade, sempre em construção, impondo o desafio de conceber, interpretar e analisar dinâmicas, processos, escalas, a partir de caminhos metodológicos e procedimentos operacionais.

Neste sentido, os mapas constituíram e constituem linguagens, signos e símbolos, significantes e significados que exerceram importância fundamental tanto como instrumento para o conhecimento do espaço geográfico, como instrumentos de poder e de saber, com vistas à dominação por parte de Estados-nações. Para além desta perspectiva da produção cartográfica para fins hegemônicos das formas capitalistas de produção, a ciência geográfica

tem avançado em produções cartográficas que buscam ressignificar o papel do mapa, não apenas como signo, símbolo, ou instrumento de dominação, mas enquanto instrumental teórico metodológico, identitário-territorial e político contra-hegemônico.

Dessa maneira, a cartografia social e a cartografia participativa constituem duas tipologias cartográficas valiosas para se pensar “cartografias do espaço”; que para além da condição de localização espacial e de padrões espacializados a serem interpretados; trazem consigo uma perspectiva de ler, grafar e cartografar o espaço como expressão da ação política na reconfiguração e usos do território.

Nesta perspectiva, o mapa não aparece como instrumento isolado ou como ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos, mas sim como ferramenta analítica e sustento da memória dos sujeitos, portanto, uma cartografia praticada que não é apenas dos usos do espaço pelo poder, possibilitando construções e manifestações das comunidades e dos territórios, através da produção de uma cartografia contra-hegemônica, no contexto espaço-temporal.

Considerando este caminho metodológico da cartografia social e da cartografia participativa, os territórios das comunidades são protagonistas no processo de mapeamento, demarcando espacialidades subalternas a partir de “escrevivências territoriais”, que se manifestam enquanto instrumento e resultado da ação política e do movimento de mobilizações e resistência territoriais da vida cotidiana.

Com efeito, as “cartografias do espaço” compreendido aqui a partir de suas múltiplas manifestações do processo cartográfico, incluindo a cartografia social e a cartografia participativa, constituem instrumentos metodológicos valiosos para a construção de um “ordenamento territorial partilhado”(Acselrad et al, 2010), como possibilidade de renovação dos usos cognitivos e políticos do mapa, através do processo de mapeamento “com os territórios das comunidades”, condição sine qua non para a implementação de políticas urbanas, rurais e territoriais mais assertivas no combate a pobreza, desigualdades socioespaciais e na busca por coesão territorial, justiça espacial e direito à cidade.

Referências

ACSELRAD, H. et al. **Cartografia social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010.

- ACSERALD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSERALD, H. (ed.). **Cartografias sociais e território** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 13-43. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf Acesso em: 1 jun. 2021.
- ALMEIDA, A. W. B.(Org.). **Estigmatização e Território:** Mapeamento Situacional dos Indígenas em Manaus. Manaus/AM: PNCSA/UFAM, Editora Universidade Federal do Amazonas. 2008
- ARCHELA, R. S. **Análise da Cartografia brasileira:** bibliografia de Cartografia na Geografia no período de 1935-1997. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- BARBOSA, R. P. **Revista Brasileira de Geografia.** A questão do método cartográfico. v.29, n.4, out./dez.1967. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.
- ARCHELA, R. S. **Análise da Cartografia brasileira: bibliografia de Cartografia na Geografia no período de 1935-1997.** São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000
- BARBOSA, R. P. **Revista Brasileira de Geografia.** A questão do método cartográfico. v.29, n.4, out./dez.1967. Rio de Janeiro: IBGE, 1967
- GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. 347 f. tese (Doutorado em geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente. 2008.
- HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. **O Correio da UNESCO**, São Paulo: UNESCO, ano 19, agosto, v.8, p. 4-9, 1991.
- _____. Deconstructing the map. **Cartographica.** v.26, n.2. Toronto: University of Toronto Press, 1989. p. 1-20.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Noções básicas de Cartografia.** Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- JOLY, F. **A Cartografia.** 6^a ed. Campinas: Papirus, 2004.
- LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 7^a ed. Campinas: Papirus, 2003.
- LIBAULT, A. **Geocartografia.** São Paulo: EDUSP, 1975.
- LOBATÓN, S. B. Reflexiones sobre Sistemas de Información Geográfica Participativos (sigp) y cartografía social. **Cuadernos de Geografia.** n.18, p. 9-23, 2009.
- MARTINELLI, M. **Os mapas da Geografia e Cartografia temática.** São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. Os mapas da geografia. In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. 2005. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.
- MILAGRES, C. S. F. **Uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, 2011.
- MORAES, A. C. R. **Geografia:** pequena história crítica. 18.ed. São Paulo: Annablume, 2001.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: Crianças e Adolescente em Comunidades Tradicionais da Amazônia. Fascículo 2: **Jovens de comunidades tradicionais do baixo Tocantins: Cametá, Limoeiro do Ajuru, Igarapé Mirí, Mocajuba.** Belém/Pa. 2008.
- RAISZ, E. **Cartografia geral.** Rio de Janeiro: Científica, 1969.

RIBEIRO, A. C. **Cartografia da ação:** o campo de Ana Clara Torres Ribeiro / organizadores Tamara Tania Cohen Egler, Reginaldo Luiz Cardoso. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: Por uma cartografia da ação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 8, n. 1, 2012. DOI: 10.12957/tamoios.2012.3295. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/3295>. Acesso em: 14 nov. 2025.

RODRIGUES, J.C. Cartografia Crítica para Análise do Discurso Geográfico. **Revista Geoamazônia**, v. 2, p. 79-91, 2013.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

SILVA, C.A. A cartografia da ação social e a cidade de São Gonçalo, RJ: limites e possibilidades metodológicas para a contribuição do fazer geográfico. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. (Orgs). **Revisitando o território fluminense**, VI [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 353-366. ISBN: 978-85-7511-457-5. <https://doi.org/10.7476/9788575114575.0018>.

Sobre o autor:

JOVENILDO CARDOSO RODRIGUES



E-mail institucional: jovenildo@ufpa.br

Graduação em Geografia, Licenciatura e bacharelado, pela Universidade Federal do Pará (UFPA)/2008. É mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA (Conceito CAPES 7). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Campus Presidente Prudente (Conceito CAPES 7). Professor Visitante da Cardiff University, Wales, Reino Unido. Professor Visitante CAPES, junto a Universidade do Porto - U.P/Portugal. Membro integrante do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território - CEGOT/ Universidade do Porto- Portugal. Líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia - LAHAM. Membro/Líder da Rede de Pesquisadores sobre Cidades, Territórios e Meio Ambiente - ReCITA. Coordenador adjunto do PIBID Geografia/UFPA.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.